

Luiz Carlos Lückmann
Aristides Cimadon
Ricardo Antonio De Marco

A Universidade do Oeste de Santa Catarina em sua trajetória histórica

passado • presente • futuro

Edição comemorativa dos 30 anos de credenciamento

**EDITORA
UNOESC**

Luiz Carlos Lückmann
Aristides Cimadon
Ricardo Antonio De Marco

A Universidade do Oeste de Santa Catarina em sua trajetória histórica

passado • presente • futuro

Edição comemorativa dos 30 anos de credenciamento

**EDITORA
UNOESC**

© 2026 Editora Unoesc
Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc
É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por
quaisquer meios, sem a permissão expressa da editora.
Fone: (49) 3551-2065 - www.unoesc.edu.br/editora - editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação
Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro
Revisão lingüística e metodológica: Paula Stechenski Zaccaron, Carlos Libman, Esther Arnold
Projeto gráfico e diagramação: Simone Dal Moro
Capa: Júlia Kappel de Araújo

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

L941u Lückmann, Luiz Carlos.
A Universidade do Oeste de Santa Catarina em sua
trajetória histórica: passado – presente - futuro / Luiz
Carlos Lückmann, Aristides Cimadon, Ricardo Antonio De
Marco. – Joaçaba: Editora Unoesc, 2026.
360 p. : il. ; 23 cm

ISBN: 978-85-8422-338-1
ISBN e-book: 978-85-8422-339-8
Edição comemorativa dos 30 anos de credenciamento
Inclui bibliografia

1. Unoesc – História. 2. Ensino superior – Santa
Catarina. I. Lückmann, Luiz Carlos. II. De Marco, Ricardo
Antonio. III. Título.

CDD 378.81

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Márcia A. Dorini Dal Zotto CRB 14/742

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor

Ricardo Antonio De Marco

Vice-reitores de Campi

Campus de Chapecó
Carlos Eduardo Carvalho
Campus de São Miguel do Oeste
Vitor Carlos D'Agostini
Campus de Videira
Carla Fabiana Cazella

Pró-reitora de Ensino
Jaciney Aparecida Danielli

Diretor Executivo
Jarlei Sartori

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-
Graduação, Extensão e Inovação
Kurt Schneider

Conselho Editorial

Kurt Schneider
Tiago de Matia
Aline Pertile Remor
Marcos Cordeiro Freitas
Juliano Spuldaro
Ieda Margarete Oro

Robison Tramontina
Thais Janaina Wenczenovicz
Rodrigo Geremias
Marconi Januário
Marilda Pasqual Schneider
Camila Rostirola

INTRODUÇÃO

O presente livro discorre sobre a história dos 30 anos de credenciamento da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) como Universidade, cuja trajetória tem início nos anos 1990, adentrando aos anos 2000 e estendendo-se aos dias de hoje, buscando situar a crônica dos fatos no contexto educacional e social de cada uma das décadas de história. É publicado no bojo de uma série de eventos comemorativos preparados pela Instituição.

O texto possui natureza investigativa, de abordagem histórica, cuja finalidade foi a de disponibilizar ao público os fatos e feitos que marcaram a história da construção dessa que hoje se apresenta à sociedade como a melhor e maior Universidade entre as Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) do Estado de Santa Catarina.

O estudo buscou fundamentar-se, sobretudo, na pesquisa documental, complementada pela técnica da história oral, uma vez que os autores da obra foram também importantes protagonistas da construção da Universidade, conferindo veracidade, sentido e significado aos fatos.

As fontes foram as mais diversas, como atas, projetos, relatórios, legislação, pareceres, resoluções, decretos, notícias de jornais, fotografias, arquivos físicos e digitais e acervos pessoais.

O primeiro capítulo do livro analisa o ambiente, o cenário e as perspectivas do ensino superior subjacentes às primeiras tratativas para a criação de uma universidade para o Oeste catarinense, ao final dos anos 80 e início dos anos 90. A iniciativa mais concreta foi aquela assentada na ideia de constituir-se uma federação, a Federação das Fundações Educacionais do Meio-Oeste Catarinense (FEMOC), com o intuito de

integrar instituições isoladas de ensino superior em torno de um projeto de universidade, a Universidade Regional do Meio-Oeste Catarinense (Unimoc). O projeto, como registrado pela história, não prosperou por questões políticas e de interesses pessoais. A dissolução da FEMOC, por outro lado, deu origem ao projeto de constituição da Unoesc, integrando as fundações de Joaçaba (Fundação Educacional do Oeste Catarinense - FUOC), Videira (Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe - Femarp) e Chapecó (Fundação de Ensino para o Desenvolvimento do Oeste - Fundeste). O texto, de autoria do professor Cimadon, é rico em detalhes e em fatos de bastidores, espelhando a realidade, assim como as inúmeras dificuldades encontradas nos primeiros passos da constituição da Unoesc.

O segundo capítulo, de autoria dos professores Aristides Cimadon e Luiz Carlos Lückmann, relata e analisa os fatos que se sucederam e os rumos tomados após a dissolução da FEMOC, no intuito de dar continuidade ao sonho da universidade. O texto é minucioso ao relatar a saída encontrada para que o novo Projeto de Universidade, agora com nova configuração institucional, pudesse convencer o Conselho Federal de Educação (CFE) a autorizar a sua implantação, culminando com o credenciamento pelo Ministério da Educação (MEC) em 14 de agosto de 1996. Foi um período de muito trabalho (1991-1996), de dúvidas, mas também de esperanças. Ao mesmo tempo em que se implantava o Projeto de Universidade, com seus planos de ensino, pesquisa, extensão e gestão, atendia-se às exigências acadêmico-administrativas e jurídicas feitas a cada visita pela Comissão de Acompanhamento instituída pelo MEC, nos termos da legislação vigente à época.

Por sua vez, o terceiro capítulo do livro, de autoria do professor Luiz Carlos Lückmann, analisa como foram os primeiros anos da nascente Universidade nos mandatos seu (1996-2000) e do professor

Santo Rossetto (2000-2004). Sob a liderança do reitor implantador da Universidade, professor Aristides Cimadon (1992-1996), conseguiu-se não apenas a autorização da Carta-consulta e do Projeto de Universidade, como também sua efetiva implantação como Instituição Comunitária e regional. Em etapa seguinte, foi preciso colocar em ação aquela que foi, certamente, a maior expansão do ensino superior já registrada na mesorregião Oeste catarinense, embalada pelas políticas expansionistas adotadas pelo MEC na década de 1990 e primeira década dos anos 2000. O texto é rico em dados que mostram a evolução da expansão, não somente da graduação, como também da pesquisa, pós-graduação e extensão.

O quarto capítulo, igualmente de autoria do professor Lückmann, é o mais extenso e denso, uma vez que busca analisar os fatos e feitos ocorridos na gestão dos professores Aristides Cimadon (2004-2023) e Ricardo Antonio De Marco (dezembro de 2022 aos dias de hoje). Todos esses anos têm sido marcados pelo grande desafio de oferecer educação superior de qualidade, com profissionalismo e inovação. O texto buscou traçar uma linha do tempo das principais ações que acabaram por premiar a Instituição, pelo segundo ano consecutivo, como a maior e melhor ICES do Estado, conforme avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Para alcançar o feito, algumas decisões foram estratégicas, como: a consolidação da cultura do planejamento e da avaliação institucionais; o foco na qualidade e na inovação; a definição de novas políticas de graduação, pesquisa, pós-graduação e extensão; a ampliação e consolidação do *stricto sensu*; a qualificação permanente de docentes; a ampliação física e laboratorial; e o aprofundamento da inserção da Instituição no processo de desenvolvimento regional.

Por último, o reitor professor Ricardo Antonio De Marco nos brinda com o texto “As perspectivas do futuro: uma universidade entre o tempo e a transformação”, fazendo uma análise de prospecção da Unoesc em seu presente e futuro, com os desafios da inovação e o advento das ferramentas da inteligência artificial (IA) e seus impactos na Universidade. O capítulo se organiza em quatro eixos complementares: o cenário da educação superior no Brasil e em Santa Catarina diante do advento das tecnologias digitais; as perspectivas plurais e singulares da educação superior e os desafios específicos enfrentados pela Unoesc; o posicionamento institucional frente à inovação e ao uso da IA; e a manutenção do modelo universitário e as perspectivas de crescimento e sustentabilidade no horizonte das próximas décadas.

Outros 30, 50, 100 anos de credenciamento da Unoesc serão celebrados no futuro, mas, certamente, não serão anos iguais aos que até então foram trilhados. Cada geração há de deixar suas marcas. Sonho, persistência, resiliência e competência foram as marcas dos que construíram a Unoesc nesses 30 anos de credenciamento.

Os autores.

NOTA EDITORIAL

É com grande satisfação e profundo senso de responsabilidade institucional que a Editora Unoesc participa da publicação desta obra comemorativa dos 30 anos de credenciamento da Unoesc. Mais do que um livro, esta produção representa a preservação de uma memória coletiva construída por diferentes gerações que, ao longo do tempo, contribuíram para transformar a Unoesc em referência de educação superior comunitária em Santa Catarina e no Brasil.

Editar uma obra com tamanha relevância histórica e simbólica significa revisitar a trajetória de uma Instituição que nasceu do sonho e da união das comunidades do Oeste catarinense, consolidando-se por meio da educação, da inovação, da pesquisa e do compromisso com o desenvolvimento regional. Cada capítulo aqui reunido traduz não apenas fatos históricos, mas também os valores, os desafios e as conquistas que moldaram a identidade da Unoesc ao longo dessas três décadas de credenciamento universitário.

Ao longo do processo editorial, tornou-se evidente a riqueza desta narrativa institucional, marcada pela coragem de seus idealizadores, pela dedicação de seus dirigentes, docentes, técnicos e estudantes e pela forte conexão da Universidade com a comunidade regional. Trata-se de uma história que ultrapassa os limites acadêmicos e se confunde com o próprio desenvolvimento social, econômico e cultural do grande Oeste catarinense.

A Editora Unoesc sente-se honrada por contribuir para a materialização desta obra, que certamente servirá como fonte de pesquisa, reflexão e inspiração para as futuras gerações. Registrar esta trajetória é também reafirmar a importância da universidade

comunitária como espaço de produção de conhecimento, formação humana e transformação social.

Celebrar os 30 anos de credenciamento da Unoesc é reconhecer uma caminhada construída com visão, trabalho coletivo e compromisso com a excelência. Que esta publicação permaneça como testemunho da força institucional da Unoesc e como inspiração para os desafios e as perspectivas que continuarão a projetar a Universidade rumo ao futuro.

Tiago de Matia

Coordenador da Editora Unoesc

PREFÁCIO

A publicação da obra *"A Universidade do Oeste de Santa Catarina em sua trajetória histórica: passado, presente e futuro. Edição comemorativa dos 30 anos de credenciamento"*, constitui não apenas um registro, mas um marco reflexivo sobre uma história que redefiniu o percurso do grande Oeste catarinense. Trata-se de uma narrativa que delimita dois tempos distintos: o período anterior à implantação do ensino superior na região e aquele inaugurado com o surgimento das Fundações Comunitárias de Educação Superior, responsáveis por transformar profundamente a realidade educacional, social e econômica regional local.

Nesse cenário, a Unoesc se afirma como protagonista de uma trajetória marcada pela evolução contínua e pelo compromisso com a qualidade. Sua atuação, orientada ao desenvolvimento regional, evidencia-se na formação de profissionais, na produção de conhecimento e na extensão universitária, sempre em diálogo com as necessidades das microrregiões e dos municípios de sua abrangência. Ao longo do tempo, a Instituição consolidou práticas acadêmicas e modelos de gestão que refletem maturidade, responsabilidade e visão estratégica.

A presente obra, por sua natureza e relevância, dispensa justificativas. Ela reúne relatos, análises e memórias que traduzem uma das mais autênticas experiências de transformação educacional e desenvolvimento socioeconômico do Oeste catarinense, construída e narrada por aqueles que dela participaram ativamente. Ao leitor, oferece não apenas a possibilidade de consulta pontual, mas a oportunidade de compreender, em sua totalidade, os sentidos mais profundos dessa trajetória.

A celebração das três décadas de credenciamento da Unoesc convida à reflexão sobre suas conquistas, seus momentos de transição e os desafios superados ao longo do caminho. Mais do que destacar sua posição atual — como a maior e melhor Instituição Comunitária de Santa Catarina —, este marco reforça o significado de sua presença para a região e o orgulho coletivo por essa construção histórica.

Igualmente relevante é o reconhecimento dos 58 anos da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (Funoesc), mantenedora da Unoesc, cuja atuação sempre se pautou pelo equilíbrio econômico-financeiro e pelo compromisso com a sustentabilidade institucional, assegurando as condições necessárias para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas.

A Unoesc é, com frequência, referenciada como modelo inovador de gestão universitária, o que se traduz em solidez institucional, capacidade de inovação e produção de conhecimento alinhada às demandas contemporâneas. Sua contribuição para o desenvolvimento regional manifesta-se na formação de profissionais qualificados, na fixação de talentos, na articulação com os setores público e privado e na consolidação de áreas estratégicas, como a saúde. A ampliação da pós-graduação, com programas de mestrado e doutorado, reafirma seu compromisso com a excelência acadêmica e com a formação avançada de recursos humanos.

Os capítulos que compõem esta obra revelam uma trajetória inspiradora, permeada por valores como persistência, resiliência, planejamento e capacidade de articulação. Mais do que relatar o passado, apontam caminhos e perspectivas para o futuro, indicando que a história construída até aqui projeta horizontes promissores e desafiadores.

Por fim, é imprescindível reconhecer o papel da comunidade, cuja participação foi e continua sendo essencial, bem como a dedicação de seus dirigentes, colaboradores e todos aqueles que, ao longo do tempo, contribuíram para a consolidação da Instituição. É esse conjunto de esforços que faz da Unoesc não apenas um espaço de trabalho, mas um ambiente de pertencimento, compromisso e realização coletiva.

Genesio Téó

Presidente da Funoesc

Sumário

INTRODUÇÃO	5
NOTA EDITORIAL	9
PREFÁCIO	11

CAPÍTULO I **ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA CRIAÇÃO DA UNOESC**

O PROJETO UNIMOC	24
1.1 O AMBIENTE DO ENSINO SUPERIOR NO OESTE CATARINENSE, ANOS 1960 E 1970	24
1.2 OS PRIMEIROS PASSOS PARA A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE	30
1.3 ASPECTOS INTRÍNSECOS À CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE	45
1.4 AS TRATATIVAS PARA A CRIAÇÃO DA UNIMOC	49
1.5 UM PROJETO QUE NÃO SOBREVIVEU AOS INTERESSES POLÍTICOS	55
1.6 LINHA DO TEMPO DOS FATOS QUE ANTECEDERAM A CRIAÇÃO DA UNOESC	58

CAPÍTULO II **DA FEMOC AO PROJETO DE UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA**

2.1 A READEQUAÇÃO DA CARTA-CONSULTA	62
2.2 A APROVAÇÃO DA CARTA-CONSULTA PELO CFE	64
2.3 O PROJETO DE UNIVERSIDADE E SUA APROVAÇÃO NO CFE	76
2.3.1 O Marco Regulatório a partir do qual o Projeto de Universidade foi elaborado	81

2.3.2 A concepção de universidade subjacente ao Projeto de Universidade	87
2.3.3 A missão institucional estampada no Projeto de Universidade	89
2.4 O MODELO ORGANIZACIONAL PROPOSTO NO PROJETO DE UNIVERSIDADE	92
2.5 O PLANO DE EXPANSÃO PROPOSTO	94
2.6 O ACOMPANHAMENTO E A IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE	95
2.7 AVANÇOS DECORRENTES DO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO	100
2.8 ALGUNS DESAFIOS ENCONTRADOS NO CAMINHO DO CREDENCIAMENTO	105
2.9 A PARTICIPAÇÃO DE LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS NO CREDENCIAMENTO DA UNOESC	107
2.10 LINHA DO TEMPO DOS FATOS QUE MARCARAM OS ANOS 1990-1996	110

CAPÍTULO III OS PRIMEIROS ANOS DA NOVA UNIVERSIDADE

3.1 A MAIOR EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR JÁ CONHECIDA	116
3.1.1 Qualificação de Recursos Humanos	118
3.1.2 A expansão do Ensino Superior Pós-Credenciamento	120
3.2 A EMANCIPAÇÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DE XANXERÊ COMO CAMPI UNIVERSITÁRIOS	122
3.3 O PRIMEIRO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UNOESC (1999-2010)	127
3.3.1 A concepção de universidade subjacente ao planejamento estratégico	129
3.3.2 A missão para a qual a Unoesc foi criada	130

3.3.3 A Estrutura Organizacional.....	131
3.3.4 As projeções para o futuro: a forte expansão do ensino superior na região	132
3.4 O MANDATO DE SANTO ROSSETTO COMO REITOR DA UNOESC	140
3.5 A SAÍDA DO CAMPUS DE CHAPECÓ DA UNOESC	146
3.6 A FORÇA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.....	150
3.7 A ATUAÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA	158
3.8 LINHA DO TEMPO DOS FATOS QUE MARCARAM OS ANOS 1996-2004	163

CAPÍTULO IV

ADENTRANDO AOS ANOS 2000 COM FOCO NA QUALIDADE E INOVAÇÃO

4.1 OS PDIs COMO REFERÊNCIA DE PLANEJAMENTO	170
4.1.1 Sobre a Missão Institucional	173
4.1.2 Sobre a Visão de Futuro	175
4.1.3 Sobre os Valores	176
4.1.4 Sobre as Ações Estratégicas	176
4.2 UMA GESTÃO COMPROMETIDA COM O PLANEJAMENTO E A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	177
4.3 AÇÕES ESTRATÉGICAS COM VISTAS À EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR DE QUALIDADE	183
4.3.1 Começando com a mudança da Logomarca Institucional	183
4.3.2 A ampliação da área física para abrigar a expansão do ensino superior em São Miguel do Oeste	186
4.3.3 Ampliação da área física para abrigar a expansão do ensino superior em Xanxerê	191

4.3.4 A volta da Unoesc a Chapecó.....	195
4.3.5 Ampliação da área física para abrigar a expansão do ensino superior em Videira.....	198
4.3.6 Ampliação da área física para abrigar a expansão do ensino superior em Joaçaba	201
4.3.7 A aquisição do Hospital Santa Terezinha	206
4.3.8 A implantação do Ambulatório Universitário	209
4.3.9 A construção de espaço físico próprio em Capinzal	210
4.3.10 Ampliação do ensino superior na Unoesc Campos Novos.....	212
4.3.11 Polo de Inovação voltado ao Desenvolvimento Regional	215
4.3.12 A construção do Centro de Eventos.....	217
4.3.13 Instalação da Rádio Educativa Universitária Unoesc 106,7 FM	218
4.3.14 A nova sede da Reitoria	219
4.3.15 A institucionalização da Rede de Colégios Unoesc	220
4.3.16 O credenciamento para atuar na EaD.....	222
4.3.17 A migração do Sistema Estadual para o Sistema Federal de Ensino	225
4.3.18 A Lei das Comunitárias	233
4.3.19 A Internacionalização como Política Institucional Estratégica	235
4.3.20 Como a Unoesc sobreviveu na crise da Pandemia de Covid-19.....	238
4.3.21 Programa Universidade Gratuita	241
4.4 A MAIOR UNIVERSIDADE E OS MELHORES INDICADORES ENTRE AS ICES CATARINENSES.....	243
4.4.1 Índice Geral de Cursos	245

4.4.2 Conceitos preliminares de curso acima da média nacional	248
4.4.3 A avaliação pela Sociedade Regional.....	249
4.4.4 Avanços da Pós-graduação Stricto Sensu	251
4.4.5 Pesquisa, Extensão, Cultura e Desporto como Indicadores de Qualidade	257
4.4.5.1 A pesquisa em consonância com as demandas da comunidade regional.....	257
4.4.5.2 A extensão, a cultura e o desporto como expressões da natureza comunitária da Unoesc.....	261
4.5 LINHA DO TEMPO DOS FATOS QUE MARCARAM A GESTÃO COM FOCO NA QUALIDADE E INOVAÇÃO	278

CAPÍTULO V

AS PERSPECTIVAS DO FUTURO: UMA UNIVERSIDADE ENTRE O TEMPO E A TRANSFORMAÇÃO

5.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR CONTEMPORÂNEA E OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	286
5.1.1 Impactos Acadêmicos e Pedagógicos da Expansão Universitária	289
5.1.2 A consolidação da Pesquisa Científica e da Pós-graduação	291
5.1.2.1 Internacionalização acadêmica e redes globais: a Cátedra Brasil-Espanha	292
5.1.2.2 A Editora Unoesc e a consolidação da produção e expansão científica institucional	293
5.1.3 A integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão na consolidação da Identidade Comunitária	296
5.1.4 Tecnologias digitais e redefinição da missão universitária	297

5.1.5 Expansão, diversificação institucional e novos arranjos educacionais	299
5.2 PERSPECTIVAS PLURAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESAFIOS PARA A UNOESC	300
5.2.1 Tensões entre Excelência Acadêmica e Impacto Social	301
5.2.2 Singularidade Institucional e Identidade Comunitária	302
5.3 POSICIONAMENTO INSTITUCIONAL FRENTE À INOVAÇÃO E AO USO DA IA.....	303
5.3.1 O que se pode considerar Inovação no Contexto Universitário	304
5.3.1.1 FAPPGEI e o fortalecimento das políticas de pesquisa, extensão e inovação	306
5.3.1.2 Inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologia	307
5.3.2 IA como oportunidade institucional, governança e responsabilidade ética	309
5.3.3 Cultura Institucional, Transformação Pedagógica e Responsabilidade Social no uso da IA	311
5.3.4 Universidade Comunitária, Inovação e Sustentabilidade como projeto coletivo de longo prazo.....	313
5.4 MANUTENÇÃO DO MODELO UNIVERSITÁRIO E PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE PARA AS PRÓXIMAS DÉCADAS	315
5.4.1 Universidade como projeto coletivo de longo prazo.....	316
5.4.2 Infraestrutura digital, inovação e permanência institucional.....	317
5.4.3 SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL E TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL	318
5.4.4 Identidade Comunitária e Desenvolvimento Regional.....	320

5.4.4.1 Inovação universitária orientada à comunidade e ao desenvolvimento regional.....	323
5.4.4.2 Projetos como ambiente estruturante de inovação aplicada	325
5.4.4.3 Os programas de extensão como eixo estruturante da atuação comunitária	326
5.4.4.4 Formação continuada e inovação pedagógica como estratégia de impacto regional.....	330
5.4.5 Universidade Gratuita como eixo de democratização do acesso e impacto regional	332
5.4.5.1 Contrapartida social como dimensão formativa e de impacto territorial	333
5.4.6 Perspectivas para os próximos 30 anos	336
5.7 CONCLUSÃO: PERMANÊNCIA E REINVENÇÃO NO TEMPO DA INOVAÇÃO.....	337
POSFÁCIO	341
REFERÊNCIAS	344



CAPÍTULO I

ANTECEDENTES

HISTÓRICOS DA CRIAÇÃO

DA UNOESC

O PROJETO UNIMOC

O presente capítulo analisa o ambiente, o cenário e as perspectivas do ensino superior subjacentes aos primeiros passos para a criação de uma universidade para o Oeste catarinense. Sabe-se que a criação de uma universidade não é tarefa simples; requer construção permanente, até porque o conhecimento e a ciência são a base sobre a qual se edifica o fazer universitário, num processo de criação e recriação e de forma dinâmica.

1.1 O AMBIENTE DO ENSINO SUPERIOR NO OESTE CATARINENSE, ANOS 1960 E 1970

Como registra a história do ensino superior no Brasil, até 1968 prevalecia enquanto modelo de educação superior o que se convencionou chamar de “modelo único”, homogeneizado e concentrado nos grandes centros urbanos, representado pelas Universidades Federais de Ensino Superior, coexistindo com poucas instituições privadas/comunitárias, representadas pelas instituições confessionais (Macedo *et al.*, 2005).

Em Santa Catarina, o modelo se fez presente pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criada em 1960, em Florianópolis. As demais regiões do Estado eram privadas de acesso ao ensino superior.

A expectativa de superar o atraso veio com o lançamento do Plano de Metas estabelecido pela Lei n. 2.772/61, no governo de Celso Ramos, em 1961, com foco na modernização administrativa, unificação de tributos e criação de sociedades de economia mista para impulsionar o desenvolvimento econômico no Estado. No bojo do plano, encontrava-se a educação, em particular, o ensino superior, como pressuposto para

o desenvolvimento social, em especial das regiões interioranas (Santa Catarina, 1961).

Com recursos do plano, criou-se, por Decreto governamental, a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Udesc), no dia 20 de maio de 1965, inicialmente como fundação privada, mais tarde tornada pública pela Lei n. 8.092, de 1º de outubro de 1990 (Santa Catarina, 1990), passando a se chamar Universidade do Estado de Santa Catarina.

O plano inicial previa que a Udesc seria uma instituição multicampi, instalada pelas regiões do Estado. Em face da legislação e por inércia política, não foi possível concretizar o propósito e a Udesc instalou-se apenas nas cidades de Joinville e Lages. As iniciativas, contudo, não foram suficientes para suprir a forte demanda por ensino superior, especialmente nas regiões interioranas.

Esse cenário motivou o surgimento de um novo modelo de educação superior, protagonizado pelas fundações educacionais de ensino superior, criadas por iniciativa dos municípios e das organizações da sociedade civil, nas regiões geoeconômicas do Estado de Santa Catarina.

No início do século XX, a figura jurídica fundacional já era reconhecida pela Lei n. 173/1903, que permitia a essas entidades atuar com fins científicos, literários e religiosos. Posteriormente, o Código Civil de 1916 consolidou o instituto das fundações.

O novo modelo, mais tarde denominado de ICES, inovou em relação ao modelo único de universidade protagonizado pelas universidades federais, apresentando-se como alternativa àquelas regiões distantes dos grandes centros. Para Lückmann e Cimadon (2015, p. 15):

São peculiares às ICES características que não encontramos no segmento público estatal de educação superior, muito menos no segmento privado. São criadas por iniciativa de organizações da sociedade civil e constituídas legalmente sob a forma de fundação ou de associação de direito privado; atuam seguindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e ciência; suas mantenedoras não se subordinam a interesses empresariais; não visam, muito menos distribuem lucros, uma vez que eventuais resultados econômicos são reinvestidos na própria instituição; seu patrimônio não é propriedade de particulares e, em caso de encerramento, é destinado à instituição congênere; praticam gestão democrática e transparente, com a participação de representantes da comunidade interna e de diferentes segmentos da sociedade civil em seus órgãos deliberativos; os dirigentes são da própria instituição, eleitos pela comunidade acadêmica e por representantes da comunidade regional; prestam contas à sociedade e ao poder público; possuem profunda ligação com a população e a região, participando do desenvolvimento regional.

Diversamente do modelo de universidade pública estatal, as ICES expandiram-se para regiões interioranas do país, direcionando sua missão, suas finalidades e seu “que fazer” universitário para a solução de problemas locais regionais. Nasceram a partir de iniciativas de associações comunitárias da sociedade civil, ou mesmo do poder público local, com o objetivo de prover educação superior em regiões distantes dos grandes centros. Frantz e Silva (2002, p. 34) foram precisos ao reconhecê-las “como uma iniciativa que não nasce no núcleo do poder público-estatal, mas na sua periferia, como expressão de vozes e vontades que querem se fazer ouvir e participar da construção de um espaço de educação socialmente mais amplo e democrático”.

Em Santa Catarina, as ICES nasceram desse novo ideário de educação superior. Assim como a Unoesc, ocuparam espaços geográficos

“vazios” de ensino superior. Tratou-se, portanto, de uma ação deliberada e estratégica, não aleatória, muito menos interesseira. E instalaram-se com dois desafios: “o de suprir a ausência do Estado na provisão de educação superior junto a regiões interioranas e o de participar do processo de desenvolvimento social das comunidades de seu entorno” (Lückmann; Cimadon, 2015, p. 16).

As ICES, portanto, constituem um modelo de educação superior único no país, não somente pelas características que as distinguem de outros modelos, como também pelo que elas representam para as comunidades de seus entornos do ponto de vista da democratização do acesso ao ensino superior.

Foi com base nesse modelo e nesse contexto que, a partir de 1964, foi criada a Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) e, na sequência, outras fundações semelhantes em Tubarão, Itajaí e Joinville. As demais regiões, vendo a exitosa iniciativa desses municípios, também foram criando fundações semelhantes, por meio de leis municipais, com o apoio das comunidades regionais, como foram os casos das fundações educacionais em Joaçaba, Chapecó, Caçador, Rio do Sul, Brusque, Criciúma, Lages, Videira, Concórdia, Mafra, Canoinhas e Curitiba e, mais tarde, outras em São Miguel do Oeste, Xanxerê e Orleans.

Para dar unidade e tratar de problemas comuns, essas instituições criaram a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), fundada no dia 2 de maio de 1974, em meio a um cenário de transformações políticas e sociais no Brasil e com pressão para acesso ao ensino superior.

A Acafe foi decisiva no suporte técnico e jurídico prestado às instituições do interior do Estado, como: assessoria na autorização e no reconhecimento de cursos; realização de projetos comuns com vistas à alavancagem de estruturas físicas; solução de questões de natureza

jurídica, como, por exemplo, a inserção das instituições na caracterização como Instituições de Assistência Social ou Filantrópicas; a conquista da redação do artigo 242 na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que permitiu a continuidade de cobrança de mensalidades; a inclusão dos artigos 170 e 171 na Constituição do Estado de Santa Catarina, permitindo-se a implantação do programa de concessão de gratuidades aos estudantes economicamente carentes, em 1989. Esse programa foi passando por mudanças ao longo dos tempos até se tornar no programa denominado “Universidade Gratuita”, criado recentemente pelo governador Jorginho Mello, regulamentado pela Lei Complementar 831/2023 (Santa Catarina, 2023), sob a coordenação do professor Aristides Cimadon, na ocasião secretário de Estado da Educação.

As fundações educacionais criadas nos anos de 1960 somente começaram a ofertar seus cursos na década de 1970, tamanho era o grau de dificuldades impostas pela regulação em relação aos processos de autorização, implantação e reconhecimento de cursos superiores.

As leis que regulavam a educação, à época, eram a Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Brasil, 1961), modificada pela Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 (Brasil, 1968), que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.

As fundações educacionais, como eram criadas por lei municipal, pertenciam ao CEE enquanto órgão fiscalizador e autorizativo em primeira instância. Portanto, a autorização de cursos passava, inicialmente, pelo CEE para, depois, tramitar no então CFE. Assim, se um curso fosse aprovado pelo Conselho Estadual, demandava também a análise do CFE. Uma vez aprovado, necessitava de Portaria do MEC, finalizando-se com o Decreto presidencial.

O processo, portanto, era moroso, longo, controlado, burocrático e desgastante. As instituições do interior sofriam com a chamada “síndrome da metrópole”, isto é, o preconceito de que as cidades do interior não teriam condições físicas, estruturais e corpo docente para ofertar ensino superior de qualidade. O professor universitário, para lecionar, tinha que receber autorização do CFE, através de uma carteirinha que indicava seu credenciamento para determinado componente curricular.

A autorização de um curso superior ou de criação de uma instituição acadêmica, como faculdade, instituto ou universidade, demandava a elaboração de um documento preliminar, chamado de “Carta-consulta”. Se aprovada, a instituição elaborava o projeto com uma infinidade de comprovações legais e documentais, cuja aprovação dependia da conferência de visita in loco, da análise cuidadosa do relator, com aprovação por comissão específica e decisão em plenário.

As dificuldades, como se percebe, eram hercúleas e demandavam competência na elaboração dos projetos, da habilidade política no convencimento do conselheiro relator e dos conselheiros em geral, com demonstração fundamentada da necessidade social.

O excesso de exigências passava a mensagem de que a vocação das fundações educacionais das cidades do interior era a de serem “pequenas” e suficientes para atender algumas demandas de formação de recursos humanos em algumas áreas profissionais. A voz corrente e o sentimento eram de que somente os grandes centros demográficos, como Blumenau, Joinville, Itajaí, Tubarão e Criciúma, teriam perspectivas de, um dia, terem suas universidades. Não havia crença e consciência das lideranças regionais da região de que poderiam construir uma instituição universitária ou ampliar significativamente a oferta de ensino superior.

1.2 OS PRIMEIROS PASSOS PARA A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Os primeiros passos para a criação de uma universidade na região Oeste catarinense foram dados por iniciativa e criatividade de um grupo de professores de sólida formação, contratados para trabalhar nas fundações educacionais de Joaçaba, Caçador e Videira.

Faz-se justiça mencionar aqui a qualidade profissional e intelectual desse grupo, a maioria com formação humanista realizada em seminários, como Francisco Ansiliero, Arlindo Giacomelli, Aristides Cimadon, Luiz Gonzaga de Lima, Pedro Lima, José Mauro Lemkhull, Helder Baruffi, Luiz Carlos Lückmann, Luiz de Lorenzi Dinon, Darcy Laske e Vicente de Paula Souza, todos vinculados à FUOC de Joaçaba; em Videira: Nelson Denardi, Darci Ribeiro, Antoninho Baldissera, Idovino Baldissera, Luiz Alberto Menegazzo e Eduardo Gelinski; em Caçador: José Riovaldo Oltramari, Darci Martinelo, Antônio Elisio Pazeto, Nilson Thomé e Mário Bandiera, liderados por Dom Orlando Dotti.

Sob a liderança do professor Aristides Cimadon, esses professores foram protagonistas na criação de um projeto de universidade inovador, com base em uma estrutura jurídica federativa, inédita em sua organização e gestão. Embora o projeto não tenha prosperado, como se verá mais à frente, foi a semente para a criação de uma das maiores e melhores universidades de Santa Catarina e do Brasil, a Unoesc.

A Unoesc não nasceu sob a perspectiva de ser a grande Universidade do Oeste de Santa Catarina. Sua origem tem berço no Meio-Oeste catarinense, inicialmente com a perspectiva de ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior aos jovens do Vale do Rio do Peixe e do Alto Uruguai catarinense.

O processo de criação da FEMOC contou com quatro fundações educacionais, mantenedoras de pequenas faculdades ou centros integrados de ensino, detentoras de alguns poucos cursos. Foi instituída em 1982, sob o CNPJ 83.830.133/0001-12. Tratava-se de uma associação privada, com os objetivos de intercambiar, inicialmente, cursos e vagas, fortalecer as instituições em programas conjuntos e, o mais importante, caminhar para a criação de uma universidade.

A ideia da criação da FEMOC surgiu no final da década de 1970, mais precisamente em 1978, por ocasião de um seminário ocorrido na cidade de Chapecó, liderado pela UFSC, cujo objetivo era o de apresentar ideias a partir de um programa governamental chamado “O Caminho do Homem”, que tinha como finalidade planejar o aumento de oferta de ensino superior no Oeste e Extremo-Oeste catarinense, com a perspectiva de se criar uma universidade para a região (FUOC, 1990a)¹. As conclusões do seminário, contudo, não incluíram o Meio-Oeste nas perspectivas de expansão.

Diante do fato, a Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe (Fearpe), com sede em Caçador, a Femarp, com sede em Videira, a FUOC, com sede em Joaçaba, e a Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense (FEAUC), com sede em Concórdia, ao constatarem que estariam excluídos do plano, tomaram a decisão de criar a FEMOC já pensando em transformá-la em universidade, no futuro. A decisão oficial de criá-la deu-se no ano de 1980 e sua transformação em entidade jurídica em 1982.

À época, as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras ainda sofriam os impactos da proibição da criação de novos cursos superiores decretada pelo presidente Ernesto Geisel, em 1977. A restrição à expansão tinha como justificativa a necessidade de maior controle e planejamento por parte do governo central, que já vinha sendo a tônica desde a Reforma

¹ Ata n. 67, de 2 de março de 1990.

Universitária de 1968, cujo objetivo era o de qualificar as instituições já credenciadas, intensificando a fiscalização regulatória pelo CFE.

A restrição à proibição de novos cursos superiores, por outro lado, fortaleceu a capacidade de articulação da FEMOC, que passou a desenvolver atividades conjuntas, como a elaboração de projetos para aumento de vagas, a permuta de cursos entre as federadas e o desenvolvimento de programas de formação de professores.

A FUOC de Joaçaba, por exemplo, permutou 50 vagas do curso de Ciências Contábeis da Femarp de Videira com 50 vagas do seu curso de Administração, o mesmo acontecendo com as demais IES federadas. Também foram sendo elaborados projetos de novos cursos para darem entrada nos conselhos autorizativos assim que as normas regulatórias fossem sendo flexibilizadas.

A partir de 1983, sob a vigência do Decreto 87.911/82 (Brasil, 1982) e da Resolução 03/83 do CFE (Brasil, 1983b), a criação de novas universidades e de novos cursos superiores foi sendo gradualmente retomada, com autorizações pontuais e com critérios ainda rigorosos, até o final dos anos 1980.

Frente ao novo cenário, a mobilização para a transformação da FEMOC em universidade começou a se intensificar, inclusive com a participação da sociedade e suas organizações civis, das associações comerciais e industriais e do próprio poder público. Vários desses órgãos se faziam presentes nos conselhos superiores das instituições; outros contribuíam com recursos financeiros. Foi com recursos do Governo do Estado, por meio do Fundo de Assistência Social (FAS), que as IES da FEMOC e da Acafe como um todo ampliaram suas estruturas físicas, no governo de Konder Reis.

A mobilização resultou no movimento liderado pelos professores Francisco Ansiliero e Antônio Adolpho Maresch, dirigentes da FUOC de

Joaçaba, assim como pelos professores Nelson Denardi, da Femarp de Videira, e José Oltramari, da Fearpe de Caçador, culminando, mais tarde, com a criação da FEMOC, em 1982.

O movimento ganhou força com a participação decisiva de outros dois professores: Luiz Gonzaga de Lima e Aristides Cimadon. Luiz Gonzaga era professor e assessor da FUOC de Joaçaba. Foi contratado pela FEAUC de Concórdia e, em seu lugar, a FUOC contratou o professor Aristides Cimadon, que havia concluído o Mestrado em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Trouxe para sua equipe o professor Helder Baruffi, com o propósito de realizar estudos com os demais integrantes das instituições da FEMOC.

A partir desse momento, a parceria entre as IES federadas se intensifica, criando-se um ambiente produtivo para a concretização de projetos conjuntos, a permuta de vagas e de cursos superiores e a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu. Era o nascedouro das primeiras ideias e dos primeiros passos para a criação da futura universidade.

Tinha-se consciência de que esse propósito necessitava de pesquisas que pudessem levantar dados e analisar a realidade socioeconômica e educacional da região, estudo que acabou sendo realizado por Cimadon e Lima, publicado em 1984. Os resultados apresentaram uma radiografia da região da FEMOC, servindo de base para a criação de novos cursos, à época, inclusive para fundamentar, posteriormente, a proposta de criação da Unimoc.

Inicialmente, o estudo situa a região e caracteriza, de forma descritiva, alguns aspectos das três microrregiões presentes no Meio-Oeste catarinense, à época, com 34 municípios e uma população de 428.435 habitantes, com densidade demográfica de 22,6 habitantes por km², 44,6% da população situada no meio urbano e 55,4% no meio rural. A população de Santa Catarina era de 4.011.000 habitantes. A população

do Meio-Oeste representava, portanto, em torno de 10,6% da população do Estado, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1982-1983).

Hoje, Santa Catarina possui 295 municípios, com uma população de 8.187.029 habitantes. Por sua vez, as três microrregiões mencionadas contam com uma população de 585.000 habitantes, representando 7,1% da população do Estado (IBGE, 2022). Como se observa, a população dessas regiões não acompanhou o crescimento populacional do Estado.

A população de Santa Catarina dobrou no período de 1980 a 2026, o que não ocorreu com a população do grande Oeste. Ao contrário, como mostram Fischer *et al.* (2012), há um esvaziamento populacional dos municípios pequenos, mais que em outras regiões do Estado. O Censo de 2022 demonstra que, dos 295 municípios do Estado, 101 possuem menos que 5 mil habitantes.

De outro lado, o estudo demonstrou ser esta uma região pujante, cortada pelo Rio do Peixe, margeada pela estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul e por várias cidades importantes para a região. O Meio-Oeste foi palco da Guerra do Contestado, colonizado pela presença da Lumber, subsidiária da Development and Colonization Company, e das colonizadoras Mosele, Eberle Abraam e Cia, que acabaram favorecendo a compra de terras por imigrantes alemães, austríacos e italianos vindos do Rio Grande do Sul, instalando pequenas propriedades e grandes indústrias ligadas ao agronegócio.

O estudo da caracterização da região da FEMOC trouxe, igualmente, dados da educação formal, inicialmente protagonizada por colégios de confissão religiosa, que ofereciam educação de boa qualidade, mas com dificuldades de acesso escolar e necessidade de formação de profissionais aos novos tempos do crescimento econômico.

À época, frequentavam as escolas da região 52 mil estudantes de 1ª a 4ª séries, 22.056 de 5ª a 8ª séries e 9.485 do Ensino Médio. Constatou-se que, ao concluírem o Ensino Médio, os estudantes não tinham muitas opções de acesso ao ensino superior, evidenciando a necessidade de sua expansão.

Os dados levantados pelo estudo mostraram, ainda, as condições estruturais da educação formal na região, com problemas dos mais diversos, como a falta de estrutura física, a locomoção, a formação de professores e o aumento significativo da demanda. O estudo, por outro lado, apresentava algumas perspectivas promissoras para a expansão da educação formal, seja infantil ou básica, entre elas programas de educação rural e ensino técnico e superior, necessárias para o desenvolvimento da região.

Do ponto de vista da economia regional, o estudo de Cimadon e Lima (1984) trouxe alguns dados positivos. Verificou-se que a região da FEMOC passava por grandes processos de transformações, entre elas: a pujança da produção agrícola mecanizada; a aplicação de tecnologia na produção de grãos e pecuária (aves, suínos, bovinos, caprinos, ovinos, equinos); o cultivo da maçã e da fruticultura; a produção de sucos e vinho; o extrativismo (mel, madeira, leite, ovos, carne, erva-mate); o crescimento da indústria (frigoríficos, celulose, madeireira, mecânica agrícola, turbinas hidráulicas, óleos vegetais, esquadrias, alimentos); e o crescimento do comércio. O cenário da economia regional passou a exigir, portanto, mão de obra qualificada, que somente poderia ser suprida por mais educação, em especial, o ensino superior.

A vocação de uma região não é algo que se possa aquilatar, a não ser a partir de acurado exame da realidade, não considerada em suas manifestações facetadas ou fenomênicas, mas em sua globalidade. Do mesmo modo, o ensino superior não pode ser pensado como algo

isolado e distante dessa realidade. A implantação de uma universidade para a região deveria, portanto, ser pensada e planejada a partir dos sonhos, dos anseios e das necessidades da sociedade.

Nos pressupostos teóricos da constituição da FEMOC encontrava-se a filosofia humanista, que concebe o ser humano como ser único, reflexivo, livre e autônomo, preocupado com o aqui e o agora, habitante de um locus e com o propósito de transformá-lo pela ação. O projeto de uma universidade, deveria, então, construir-se com base nesses pressupostos.

Esses implicariam, por conseguinte, em conceber uma universidade que respeitasse as características e a diversidade de culturas presentes nas populações originárias e naquelas que, posteriormente, colonizaram a região, entre elas a italiana, austríaca e alemã, que aportaram à região vindas da Europa ou do Rio Grande do Sul. Segundo Cimadon e Lima (1984, p. 89):

É um homem voltado para o trabalho, para o ter mais, a qualquer preço. Um homem confiante em sua capacidade de trabalho, orientado para vencer na vida, que vê no cultivo de uma terra de topografia íngreme e de encostas rochosas o grande desafio primeiro. Esse desafio obriga-o a produzir muito, a ocupar toda a terra que tem, uma vez que o regime de propriedade existente é o minifúndio.

[...]

Com os embates da industrialização e o processo de concentração industrial, de cunho eminentemente capitalista, o pequeno proprietário rural, na busca sempre do mais, tenta vender suas terras, já destruídas pelo contínuo e destecnizado plantio e se inicia todo um processo de desruralização ou ainda um processo de dependência dos grandes núcleos industriais, com o aparecimento da figura dos integrados.

[...]

As primeiras discussões em torno da universidade que se pretendia criar tinham por preocupação essa realidade regional. Desejava-se uma universidade que pudesse servir de instrumento capaz de contribuir com o setor produtivo, as organizações sociais e o homem da terra na busca pela solução de seus problemas. Ou seja, uma instituição comunitária regional, presente, com a missão de formar as pessoas para melhor lidarem com as atividades econômicas e políticas, bem como instigar a mudança cultural para novas conquistas.

As perspectivas de crescimento e abundância de energia hidráulica e eólica, a expansão da piscicultura e do reflorestamento de pinus e eucaliptos, assim como a revitalização do ramo ervateiro, apontavam para uma instituição com potencial para contribuir com a mecanização dessas atividades, como, por exemplo, a implantação de cursos de Engenharia Florestal, Ambiental e de Produção Mecânica.

Enfim, uma universidade com a missão de participar do desenvolvimento regional, da construção de sua identidade histórico-cultural, preservando suas raízes e seus valores, colocando-se como agência de formação, produção de conhecimentos e serviços.

O alcance dessa missão universitária, no entanto, não era percebido por boa parte das lideranças empresariais da região, ainda apegadas a aspectos culturais do passado, contentando-se com o ensino técnico de sua força de trabalho. Havia, portanto, uma barreira a transpor. Cimadon e Lima (1984, p. 76-77) descrevem sobre o que seria a mentalidade e a cultura das pessoas que viviam na região:

Certas formas de ser e proceder socialmente são determinantes que interferem em suas aspirações, em seus valores e repercutem na organização das instituições, especialmente aquelas que respondem pela educação. Faremos um elenco desses procedimentos:

- a) As festas que têm sucesso são aquelas pródigas em comes e bebes;
- b) Os filhos devem estudar fora da região, pois isto dá mais status;
- c) As expectativas educacionais e profissionais são baixas, favorecendo assim a pouca escolarização dos habitantes da região;
- d) [...]
- e) [...]
- f) O excesso de competição existente entre os grupos sociais, que dificulta e impede a união da população em torno de objetivos comuns;
- g) A não aplicação dos seus recursos financeiros em sua própria região;
- h) O descaso pela educação, vista como algo secundário e como atividade não produtiva;
- i) A proliferação do fenômeno social denominado “fofoca”;
- j) Um povo hospitaleiro e alegre, que não perde os costumes do chimarrão e do churrasco, herdado de suas raízes gaúchas;
- k) Proliferação de corais musicais nas cidades e vilas como forma de conservação da herança cultural;
- l) Ressalta-se a existência da colonização Austríaca em Treze Tílias que mantém, quase “in totum” os costumes de sua terra e família;
- m) Quando uma família adquire um bem material, a aquisição de um bem idêntico pelos vizinhos torna-se um imperativo;
- n) Os valores urbanos que são veiculados de forma mais acentuada através da escola forçaram o homem rural a adquirir bens supérfluos: ao invés da camionete necessária, a compra de um carro de passeio;
- o) O nepotismo ainda aparece com grande ênfase;
- p) Alto grau de bairrismo e competição entre as cidades.
[...]

Essas características são empecilho para construção de uma instituição que funde instituições de diversas cidades que competem entre si. Mas, não denigre a imagem de uma sociedade composta por cidadãos que manifestam as virtudes da bondade, hospitalidade,

espírito corajoso, trabalhador, abnegado, religioso, do desejo de crescimento pessoal, valores que enobrecem o homem da região e incentivam a continuidade da obra educativa.

O estudo dos autores termina sugerindo que a educação básica, o ensino técnico e o técnico agrícola, por si sós, não são suficientes para fazer frente aos problemas e desafios regionais. E propõem a criação de uma universidade nos moldes do que foi a proposta da Unimoc: a agregação de quatro fundações educacionais de ensino superior localizadas no Meio-Oeste catarinense, como mostra a figura abaixo.

Figura 1 – Fundações educacionais de ensino superior localizadas no Meio-Oeste catarinense



Fonte: Cimadon e Lima (1984, p. 19).

O estudo realizado por Cimadon e Lima serviu, na sequência, para fundamentar a confecção de vários projetos pedagógicos de criação de novos cursos, como de Direito, História e Geografia, implantados em Joaçaba.

Incorporaram-se à equipe liderada pelo professor Cimadon, a partir de 1989, os professores Luiz Carlos Lückmann, o ex-secretário de Estado da Educação, Darcy Laske, e Pedro Lima. Lückmann havia concluído o Mestrado em Filosofia na PUCRS, e Pedro Lima, o de Educação. Com a equipe reforçada, foi possível dar maior robustez e velocidade aos trabalhos preparativos para a criação das condições da futura universidade.

Também foi preciso estruturar o ente acadêmico da FEMOC, organizado em Centros Integrados de Ensino, assim como aprovar o Regimento Unificado nas instâncias internas e no CEE.

Ao final da década de 1980, as instituições da FEMOC contavam com 14 cursos superiores: Ciências 1º Grau, Artes Práticas, Enfermagem e Obstetrícia, Serviço Social, Letras, Economia, Educação Física, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Geografia, História, Pedagogia e Administração. Ao todo, eram 1.230 vagas anuais a serem oferecidas na região.

As condições para a transformação da FEMOC em universidade estavam postas. Era chegado o momento de avançar. A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Constituição do Estado de Santa Catarina, em 1989, criaram um ambiente promissor para a expansão do ensino superior na região. Os estudos realizados por Cimadon e Lima, como acima verificados, sinalizavam na mesma direção.

O desenvolvimento econômico e social, proporcionado pela indústria metalmeccânica, pelas grandes empresas do agronegócio (Perdigão, Sadia e Aurora), pelas indústrias de óleos vegetais, papel

e celulose, pelo sistema de integrados, assim como a implantação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), hoje Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), melhorando a genética da criação de suínos, aves, bovinos de leite, produção de maçã, milho, trigo, soja e outros, somados à melhoria do transporte rodoviário (asfaltamento das BRs 282 e 153 com ligação ao Rio Grande do Sul, Paraná e entre as cidades-polo do grande Oeste catarinense), foram fatores decisivos para dar os passos faltantes para a criação de uma universidade na região.

Foi nesse contexto que a ideia da criação de uma universidade para o Meio-Oeste catarinense prosperou. Passou-se a entender que somente com a presença de uma universidade na região seria capaz de oportunizar a expansão do ensino superior.

Mas, era preciso construir as bases para atender aos rigorosos requisitos exigidos, à época, para a elaboração da Carta-consulta, entre eles: oferecer quatro cursos na área básica e quatro na área profissional; possuir quadro de professores qualificados; comprovar a produção intelectual institucionalizada; as condições de infraestrutura; e o aparato jurídico-legal da constituição da FEMOC enquanto mantenedora.

A legislação da época afirmava que havia dois caminhos para se criar uma universidade: pela via da autorização ou pela via do reconhecimento. Os critérios desta última permitiam condições a serem atendidas ao longo do tempo e, para tanto, era necessário percorrer vários caminhos no CFE. Iniciava-se pela elaboração de um Carta-consulta, demonstrando as condições, os objetivos, a proposta teórica e as principais justificativas. Uma vez aprovada, dava-se um prazo para a elaboração de um complexo Projeto de Universidade, com plano de desenvolvimento para, no mínimo, quatro anos. Se aprovado,

a instituição entrava “em acompanhamento” por um determinado período, até atingir os requisitos mínimos para ser reconhecida como universidade. Como se observa, os requisitos para a constituição de uma universidade eram numerosos e rigorosos.

A ideia de partir para a criação da universidade pelo modelo federativo e multicampi obteve, sem maiores problemas, a concordância dos dirigentes da área acadêmica, uma vez que conviviam com as dificuldades pelas quais cada instituição, isoladamente, enfrentava para poder expandir seus cursos. De outro lado, o mesmo não se podia dizer em relação aos presidentes das fundações e aos prefeitos das cidades-sede. Compreender essa necessidade de integração para somar esforços em prol de uma região não foi tarefa fácil. Havia incredulidade, medo, bairrismo e competição entre as instituições. Chegou-se à conclusão de que o modelo federativo de universidade, relativamente uniforme, seria menos conflituoso. De outro lado, estava-se propondo a criação de um modelo inédito de universidade no país, desafiador frente à regulação educacional da época.

À época, jornais da região e do Estado, como este editado pela Acafe, deram ampla cobertura ao feito, por se tratar de um projeto de universidade inovador e arrojado.

Figura 2 – Recorte de jornal



Fonte: Jornal da Acafe (1987).

Todo o processo de discussão, planejamento e articulação entre as quatro fundações em busca de um projeto viável de universidade

foi coordenado pelo professor Aristides Cimadon, a partir de Joaçaba. Sua liderança ganhou força quando, em 1988, foi nomeado conselheiro do CEE, facilitando a articulação com os órgãos governamentais, com o próprio conselho e com a Acafe. Esta havia sido criada exatamente para aproximar as fundações, construir o diálogo e o consenso com vistas à solução conjunta de problemas.

O projeto FEMOC, longe de ser uma unanimidade, soava junto à Acafe e as suas associadas como uma espécie de dissidência, causando mal-estar entre os seus dirigentes. Como exemplo, em uma das reuniões do Conselho Administrativo da FEMOC (FUOC, 1990a) se lê:

O Prof. Antônio Adolpho Maresch faz um relato histórico da criação da FEMOC, desde o Seminário de Chapecó, em 1978, quando a partir daí o processo de integração das instituições se tornou realidade. Contudo o Prof. José Riovaldo Oltramari, Diretor Geral da Fearpe, sempre procurou dar uma outra imagem da FEMOC junto à Acafe e outros órgãos governamentais com alegações que culminaram numa aversão ao processo de integração pelos dirigentes da Acafe e Conselho Estadual de Educação, levando muito tempo para se desfazer esta imagem e se conquistar a confiança destes órgãos, por isso entende que os fatos ocorridos recentemente são a prova incontestável de que a Fearpe quer tomar conta do processo.²

A partir de 1987, as instituições foram trabalhando na direção de se ter uma estrutura unificada, ordenamentos internos únicos, a fim de facilitar a integração no momento da elaboração da Carta-consulta e do Projeto de Universidade. Como resultado desse trabalho, criou-se para cada uma das federadas o “Centro Integrado de Ensino Superior”, congregando a área acadêmica e seus cursos superiores, mediante

² Ata n. 67, de 2 de março de 1990.

Regimento Unificado (FUOC, 1985)³. Tratou-se de um trabalho difícil, pois algumas instituições, como a FUOC, organizavam-se em faculdades.

Para dar maior segurança na organização jurídica e administrativa da FEMOC e, especialmente, para orientar a equipe de elaboração do Projeto de Universidade, em 1987, foi contratada a consultoria do professor Ignácio Ricken, ex-reitor da FURB e pró-reitor de Pesquisa da Udesc. Foi sob sua orientação que se elaborou o Regimento Unificado da FEMOC, aprovado pelo CEE, em 1988 (FUOC, 1987)⁴.

Em 1989, chegou aos dirigentes da FEMOC a notícia de que o CFE poderia abrir, a qualquer momento, prazo para o ingresso de projetos de criação de novas universidades. Diante do fato, o presidente da FEMOC, professor e advogado Darci Fuga, nomeou comissão, denominada “Comissão Pró-Universidade”, com a finalidade de elaborar a Carta-consulta da Unimoc. A Comissão foi constituída pelos professores: Aristides Cimadon (FUOC - coordenador), Antônio Elizio Pazeto (Fearpe), Luiz Carlos Lückmann (FUOC), Nelson Denardi (FEMARP), Darci Martinello (Fearpe) e Altir Pedro Goedert (FEAUC) (Unimoc, 1990)⁵.

1.3 ASPECTOS INTRÍNSECOS À CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Instituída a Comissão Pró-Universidade, os trabalhos iniciaram tendo por pauta as discussões em torno dos possíveis formatos jurídicos da constituição da nova universidade. Havia necessidade de, antes de definir as estruturas, estabelecer a forma jurídica e a construção de um documento preliminar a ser submetido à aprovação das instituições

³ Ata n. 44, de 26 de abril de 1985.

⁴ Ata n. 39, de 9 de setembro de 1987.

⁵ Doc. Unimoc (Carta-consulta). Joaçaba, 23 de março de 1990.

integrantes do projeto. Sem entrar em pormenores, deve-se dizer que não foi tarefa fácil. Entre os membros da Comissão, os consensos fluíam com facilidade, porém, quando as discussões passavam aos conselhos das instituições, nem sempre havia vontade, conhecimento e interesse de unificação para a criação da nova universidade.

Havia o temor da perda de cargos e de poder político. Por desconhecimento, imaginava-se que poderia haver privilégios e vantagens de cidades ou instituições em prejuízo de outras, sobretudo quando se discutia a sede da universidade a ser criada. Pairava no ar, igualmente, o receio da perda do patrimônio e da identidade até o momento construída e outras tantas dúvidas que acabavam sendo especuladas internamente entre professores, lideranças locais e dirigentes.

O modelo jurídico, inicialmente proposto, definia a FEMOC como mantenedora da universidade, já que se encontrava juridicamente constituída e legalizada. Por sua vez, a estrutura seria constituída no formato federativo, cujo estatuto representaria uma espécie de constituição, com as diretrizes e atribuições de autonomia específicas aos quatro campi. As fundações seriam comantenedoras, com seus conselhos próprios e suas características regionais, incorporando seus patrimônios à Federação, em comodato.

Por outro lado, o modelo federativo adotado continha algumas restrições. Temia-se pela unidade administrativa exigida pela legislação. Buscou-se, inclusive, uma segunda alternativa, a que propunha a mudança do estatuto de uma das fundações, que passaria a ser a mantenedora da universidade; as demais transfeririam seus bens, seu ente acadêmico e os cursos a essa fundação, como se lê⁶:

⁶ Ata n. 63, de 30 de março de 1989.

O conselheiro Aristides Cimadon apresentou uma minuta do Estatuto Unificado, tendo em vista a criação da Universidade. Esta minuta será discutida pelas quatro fundações, podendo haver mudanças que serão revisadas com orientação jurídica. As decisões cabem ao Conselho Administrativo, Conselho Curador e as Fundações Integradas. Conforme depoimento do professor Aristides Cimadon o procedimento da unificação será através da modificação dos Estatutos de uma das Instituições Federadas sendo que as outras deverão, através de Lei Municipal, doar seu patrimônio, formando a Unimoc. Ao ser implantada, a Unimoc será também implantada uma estrutura com moldes da Universidade. Foram levantadas as vantagens e a urgência em se criar a Universidade, pois ela terá autonomia e poderão ser criados cursos e remanejados os cursos existentes nas quatro Fundações (FUOC, 1989).

A proposta encontrou resistências, uma vez que a instituição escolhida passaria a ser, conseqüentemente, a sede. Restava, igualmente, a questão da transferência de patrimônio e dos cursos das fundações à instituição mantenedora. Todas estariam dispostas a proceder-se dessa forma? Buscou-se como saída estabelecer critérios para a definição da escolha, tais como a localização, a melhor estrutura física, a regularidade fiscal e parafiscal, entre outros.

A sugestão feita pela Comissão Pró-Universidade foi a de elaborar a Carta-consulta tendo a FEMOC como mantenedora, revisando seus estatutos e criando uma estrutura específica para a futura universidade. A escolha da sede ficou para ser deliberada pelos dirigentes das instituições, juntamente com os prefeitos das cidades-sede.

Também não havia consenso entre os dirigentes das fundações em relação ao nome a ser dado à nova universidade. O diretor Nilson Thomé, da Fearpe de Caçador, historiador e estudioso da Guerra do Contestado, articulava para que o nome da universidade fosse “Universidade Regional do Contestado”, forçando a inclusão das

fundações de Canoinhas, Mafra e Curitiba nos na Carta-consulta. A proposta encontrava resistências, sobretudo por parte das fundações de Videira e de Joaçaba.

O Estatuto da FEMOC foi aprovado pela Assembleia Geral com o nome de “Unimoc”, de acordo com a Ata n. 45, em 17 de novembro de 1989 (FUOC, 1989).

Restava decidir sobre a sede da mantenedora, uma vez que as discordâncias internas perduravam. Diante do impasse, a Comissão Pró-Universidade indicou a cidade de Joaçaba, por encontrar-se geograficamente no centro da região da FEMOC e possuir as melhores condições fiscais e parafiscais. E decidiu-se elaborar a Carta-consulta com o seguinte encaminhamento:

1. INSTITUIÇÃO MANTENEDORA

1.1 Identificação

Denominação: Federação das Fundações Educacionais do Meio-Oeste Catarinense (FEMOC)

Sede: Joaçaba – SC

Endereço: Rua Getúlio Vargas, 2125

Caixa Postal 542

Telefone: (0495) 22-0288

89600 – Joaçaba – SC

1.4 AS TRATATIVAS PARA A CRIAÇÃO DA UNIMOC

O CFE publicou edital estabelecendo o prazo de 31 de março de 1990 para o protocolo de novas Cartas-consulta de instituições que pretendessem se transformar em universidade. Era o caso da FEMOC. Para atender ao exímio prazo, a Comissão Pró-Universidade pôs-se a trabalhar ininterruptamente na confecção da Carta-consulta para ser submetida, inicialmente, à aprovação dos órgãos internos das fundações federadas, posteriormente, ao CFE.

O documento continha dados referentes à FEMOC, sua condição jurídica, as condições fiscais e parafiscais, a situação patrimonial e econômico-financeira e a estrutura organizacional, assim constituída:

- I. Conselho de Representantes: órgão máximo, com poderes deliberativos e normativos, composto de um dirigente de cada mantenedora e de um dirigente da entidade acadêmica de cada uma das fundações federadas;
- II. Diretoria: presidente, vice-presidente, secretário Executivo, diretor de Ensino, diretor de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação e diretor de Planejamento;
- III. Conselho de Ensino: composto pelos dirigentes de cada Centro Integrado de Ensino de cada fundação federada.

A FEMOC já possuía um Regimento Acadêmico Unificado, aprovado pelo CEE, Parecer n. 542, de 29 de dezembro de 1987, constituindo-se no instrumento legal e normativo da parte acadêmica. O Regimento contemplava o funcionamento da gestão, a autonomia didático-pedagógica, acadêmica e administrativa das unidades de

ensino, a forma de escolha dos dirigentes e a organização acadêmica em departamentos, conforme exigência legal da época.

A Carta continha, ainda, a demonstração do quadro de recursos humanos, constituído de 241 professores e 187 funcionários. Dos professores, apenas um doutor, 26 mestres, 157 especialistas e 57 graduados. O documento trazia um plano de desenvolvimento para os próximos quatro anos, prevendo um crescimento substancial da formação docente e da contratação de docentes em tempo integral.

A legislação educacional da época dividia o território catarinense em Distritos Geo-Educacionais. A região do Meio-Oeste era denominada de Distrito Geo-Educacional 34. A Carta-consulta trazia longa e detalhada descrição da área de influência da região, em seus aspectos físicos, geográficos, históricos, econômicos, demográficos, socioculturais, turismo, meio ambiente, assistência à saúde e outros que demonstravam a pujança regional e as perspectivas de crescimento.

Atendendo à orientação legal, o documento apresentava, ainda, a justificativa da necessidade social da universidade. Dentre os principais fundamentos, estavam as demandas populacionais em busca de ensino superior, a dinâmica do desenvolvimento da região, a necessidade de produção de conhecimento para solução de diversos problemas locais, a questão do mercado de trabalho, a evolução e composição econômica regional com o desenvolvimento tecnológico e a inovação.

A Carta destinou considerável espaço à concepção da universidade. Dentre os pressupostos teóricos que norteavam a sua fundamentação e concepção, estava, primeiramente, a concepção de homem e de mundo, como se lê no documento:

Por conseguinte, uma concepção de Universidade, para fins de implantação da Unimoc, só tem significação se concebermos o homem como um ser concreto e

inserido criticamente na história, assumindo seu papel de sujeito que faz e refaz o mundo. O Homem está no mundo e enfrenta seus desafios. Ao nascer, o homem é dado num mundo. Mas, ao mesmo tempo transforma este mundo segundo suas necessidades. Dentro deste mundo no qual é dado, o homem percebe-se diverso dele e compreende-o como outro, como um contexto que desafia a transformá-lo para melhor (Unimoc, 1990, p. 68).

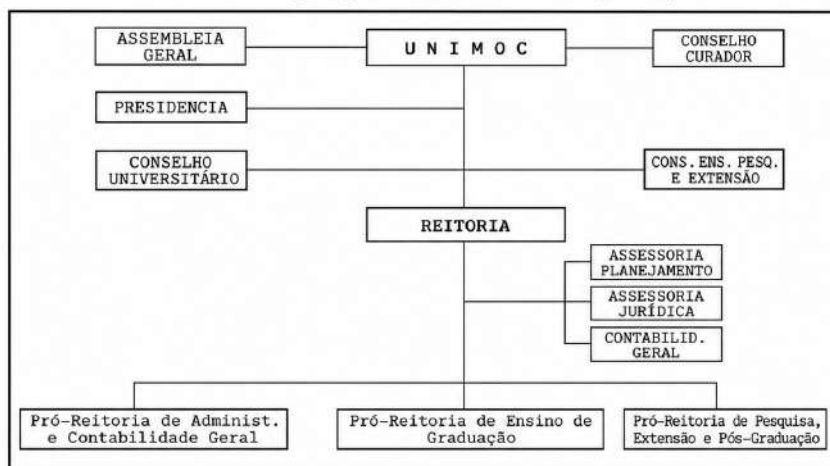
Na base da organização e das suas diretrizes está uma universidade regional, comunitária, inserida em seu meio, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento regional. A sua proposta pedagógica e científica está fundamentada numa realidade objetiva que necessita de formação de pessoal, produção de conhecimento, instrumentação tecnológica e inovação num meio onde a predominância econômica é o agronegócio. De outro lado, o documento não deixa de trazer o compromisso da universalização, do intercâmbio e da internacionalização, como é o propósito da universidade.

O documento apresenta três linhas básicas de ação: a inserção no contexto regional; a formação ao longo da vida, entendendo a mudança como motor da vida; e a integração da universidade com as empresas. Destaca seus objetivos no ensino, na pesquisa e na extensão.

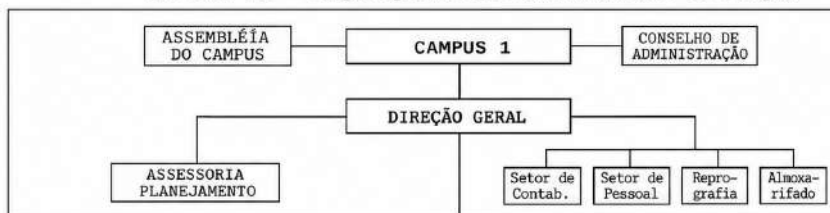
A Carta-consulta apresenta, ainda, a estrutura organizacional da universidade, mostrando que a FEMOC se transformará na Fundação Universidade Regional do Meio-Oeste Catarinense (Fundação Unimoc), com uma Assembleia Geral, um Conselho Curador e uma Presidência. Abaixo, tem-se o organograma da proposta organizacional da administração superior da futura universidade.

Figura 3 – Organograma da proposta organizacional da administração da futura universidade

QUADRO Ia- Organograma da Administração Superior e Central



QUADRO II - Organograma da Administração do Campus



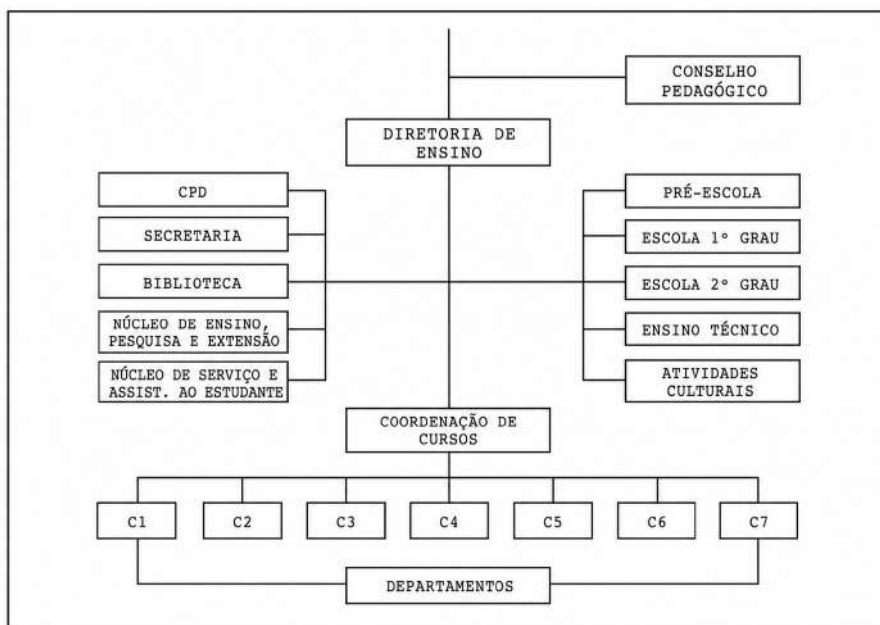
Fonte: Unimoc (1990).

Segundo a Carta-consulta, a estrutura da Universidade comportava os seguintes órgãos: Colegiados deliberativos: Conselho Universitário (Consun) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; Órgão executivo: Reitoria e Pró-reitorias; Administração dos campi: Assembleia do Campus, Conselho de Administração e Diretoria Geral; Administração Acadêmica do Campus: Conselho Pedagógico, Diretoria de Ensino, Coordenações de Cursos e Departamentos.

Observa-se que, subjacente ao modelo organizacional, permanecia ainda a cultura do bairrismo, presente na manutenção da administração da fundação local, com a conservação de suas estruturas. A Comissão Pró-Universidade fez um esforço enorme para encontrar um modelo que pudesse contemplar a legislação vigente e, ao mesmo tempo, manter o poder da administração local. Resultou num documento que refletia a realidade e as perspectivas regionais.

A seguir, tem-se a proposta de estruturação do ente acadêmico da futura universidade.

Figura 4 – Estruturação do ente acadêmico da futura universidade



Fonte: Unimoc (1990).

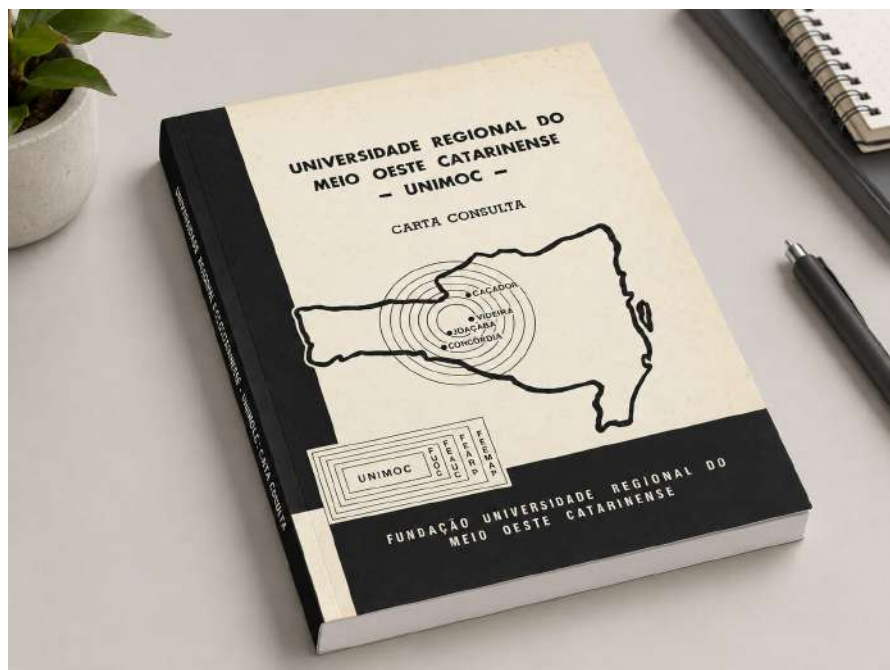
O texto da Carta-consulta apresentou, igualmente, a produção científica e os cursos de pós-graduação, assim como as atividades de

extensão, os convênios com organizações e empresas, a forma de processo seletivo, a procura e a relação candidato-vaga, as condições de laboratórios e infraestrutura, a demonstração da qualidade das bibliotecas e um plano de expansão para os próximos quatro anos.

O documento descrevia, ainda, a forma de integração dos Centros de Ensino, a relação dos cursos existentes com suas vagas e matrículas. No conjunto das instituições, encontravam-se em funcionamento 14 cursos de graduação, com 3.459 estudantes matriculados.

Enfim, a Carta-consulta resultou num documento robusto, demonstrando total viabilidade para a construção de uma universidade de excelência.

Figura 5 – Capa de apresentação da Carta-consulta da Unimoc



Fonte: Unimoc (1990).

1.5 UM PROJETO QUE NÃO SOBREVIVEU AOS INTERESSES POLÍTICOS

Enquanto a equipe técnica trabalhava no projeto, alguns dirigentes das fundações partícipes discutiam o problema da sede da universidade. A equipe de elaboração e assessoramento da Carta-consulta já havia indicado como sede a cidade de Joaçaba, como se pode constatar no documento escrito e apresentado aos dirigentes para aprovação.

O CFE havia estabelecido o prazo de 31 de março de 1990 para o protocolo de Cartas-consulta para instituições que pretendessem criar universidades. Tudo estava previsto para o encaminhamento da Unimoc.

Todavia, o professor Nilson Thomé, dirigente da Fearpe e estudioso da Guerra do Contestado, apresentou, durante a elaboração do projeto, a ideia do nome de “Universidade do Contestado”, com a inclusão das fundações de Mafra, Canoinhas e Curitibaanos, como já foi mencionado.

A proposta não foi aceita, mas, nos bastidores, Thomé continuou conversando, sobretudo com os dirigentes da FEAC de Concórdia, que eram do mesmo partido político, para reordenar a configuração da FEMOC e criar a Universidade do Contestado. Tinha como aliado o conselheiro do CFE, professor Raulino Tramontina, que fizera parte do corpo docente da Fearpe de Caçador.

Em 19 de novembro de 1989, o Conselho Curador da FUOC, em Joaçaba, aprovou a proposta de Carta-consulta da Unimoc e seu Estatuto (FUOC, 1989)⁷. As demais instituições fizeram o mesmo. Todavia, ficou a questão da sede para ser resolvida em reunião dos dirigentes, na sede da Femarp, em Videira, em 8 de março de 1989, o projeto foi aprovado,

⁷ Ata n. 45, de 1989. p. 52 do livro de registros de atas.

porém, a questão da sede, por veemente pedido dos dirigentes da Fearpe, deveria conter a presença dos prefeitos das cidades-sede das instituições federadas.

Talvez a Comissão Pró-Universidade que trabalhava na elaboração da Carta-consulta tenha agido com certa ingenuidade, acreditando na palavra dos dirigentes, deixando de perceber que, por trás da exigência da presença dos prefeitos na reunião para decidir a sede da Universidade, havia outros interesses.

Em 19 de março de 1990, na cidade de Joaçaba, reuniram-se os dirigentes das fundações mantenedoras, juntamente com os prefeitos de Joaçaba e Caçador, o prefeito e vice-prefeito de Videira e o vice-prefeito de Concórdia, tendo como pauta a votação para a sede da universidade.

Na ocasião, o diretor Superintendente da FEAUC de Concórdia, Sr. Hermógenes Balena, fez severas críticas à condução da construção da Carta-consulta, afirmando que dirigentes da FUOC de Joaçaba criaram graves problemas de relacionamento em sua instituição (FUOC, 1990b)⁸.

A Carta-consulta foi discutida e colocada em votação, aprovando-se a futura universidade com o nome Unimoc (Universidade Regional do Meio-Oeste Catarinense). Todavia, a votação para decidir a sede da futura universidade recaiu para a cidade de Caçador por diferença de um voto (Ata da reunião da Assembleia). O constrangimento generalizou-se, sobretudo, porque dirigentes da Fearpe de Caçador e FEAUC de Concórdia negociaram acordos com os prefeitos dessas cidades do mesmo partido político, até hoje desconhecidos, para desbancar Joaçaba da sede da instituição.

⁸ Ata n. 46, de 1990. p. 56 do livro de registros de atas.

Diante do inesperado resultado, o Conselho Curador da FUOC de Joaçaba emitiu a Resolução 01/FUOC/CC/90, proibindo o uso do nome FUOC nos documentos da Carta- consulta, consequentemente, retirando a instituição do projeto. O mesmo foi feito pela Femarp de Videira, sob a direção de Darci Ribeiro e Nelson Denardi. Tais fatos provocaram a dissolução da FEMOC, inviabilizando o Projeto Unimoc.

Diante dos acontecimentos, o Conselho Curador da FUOC, em reunião realizada no dia 27 de março de 1990⁹, determinou ao presidente da FEMOC, professor Darci Fuga, que a FUOC não mais faria parte do Projeto de Universidade. O promotor de Justiça e curador da FUOC, Dr. Antenor Chinato Ribeiro, assim como os prefeitos da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC), acompanharam a decisão. A Femarp de Videira tomou a mesma decisão.

Não faltaram tentativas para voltar atrás e reaproximar as instituições em torno da FEMOC, com o objetivo de salvar o projeto que vinha sendo gestado. Uma delas foi a reunião realizada com os dirigentes das fundações de Caçador, Videira, Joaçaba e Concórdia, mediada pelo presidente da Acafe, professor Edison Vilella, realizada no dia 29 de maio de 1990, em Fraiburgo. Propôs-se, na ocasião, reaglutinar as instituições e substituir as Cartas-consulta que haviam sido protocoladas no CFE pela Universidade do Vale do Rio do Peixe (Univarp) e pela Universidade do Contestado (UnC) por aquela da Unimoc (FUOC, 1990d)¹⁰.

Para retomar o projeto Unimoc, os dirigentes da Fearpe de Caçador exigiram, como condição, que a sede física da universidade fosse a cidade de Caçador e que fossem incluídas na Carta-consulta as instituições de Mafra, Canoinhas e Curitiba.

⁹ Ata n. 46, de 1990. p. 56 do livro de registros de atas.

¹⁰ Ata n. 67, de 30 de maio de 1990.

Nova tentativa de reaproximação, mais uma vez sob a mediação do presidente da Acafe, ocorreu no dia 2 de junho de 1990, na fundação de Concórdia (FEAUC). A reunião acabou não acontecendo e as Cartas-consulta da Univarp e UnC seguiram, individualmente, em frente.

Concretamente, constatou-se que o alinhamento entre a FEAUC de Concórdia, Fearpe de Caçador e as Fundações de Mafra, Canoinhas e Curitibanos para a constituição da Universidade do Contestado encontrava-se avançado e era irreversível. A confirmação veio pelo prefeito de Concórdia, Odacir Zonta, ao professor Darcy Laske, na tarde do dia 29 de março.

Por sua vez, a FUOC de Joaçaba e a Femarp de Videira concentraram forças para ajustar a Carta-consulta, propondo a criação da Univarp, protocolando-a no CFE dia 30 de março de 1990, objeto de análise do próximo capítulo.

1.6 LINHA DO TEMPO DOS FATOS QUE ANTECEDERAM A CRIAÇÃO DA UNOESC

Anos 1960 e 1970: Criação e expansão do modelo comunitário de educação superior, representado pelas ICES, criadas por lei municipal, com o apoio de organizações da sociedade civil.

1974, dia 2 de maio: Criação da Acafe.

1982: Criação da FEMOC.

1978: Seminário promovido pela UFSC, em Chapecó, para discutir a criação de uma universidade para o Oeste catarinense, sem contemplar o Meio-Oeste.

1984: Publicação do livro intitulado “Caracterização da Região da FEMOC: subsídios para uma proposta educacional”, de autoria de Aristides Cimadon e Luiz Gonzaga Lima, cujos resultados serviram de base para a elaboração da Carta-consulta e do Projeto de Universidade encabeçado pela FEMOC e, mais tarde, pela Unoesc.

1988: Nomeação do professor Aristides Cimadon como conselheiro do CEE

1988: Aprovação do Regimento Unificado da FEMOC pelo CEE, criando-se os “Centros Integrados de Ensino Superior”, congregando a área acadêmica e seus cursos superiores.

1989: Nomeação da Comissão Pró-Universidade com a finalidade de elaborar a Carta-consulta da Unimoc, constituída dos professores: Aristides Cimadon (FUOC - coordenador), Antônio Elizio Pazeto (Fearpe), Luiz Carlos Lückmann (FUOC), Nelson Denardi (Femarp), Darci Martinello (Fearpe) e Altir Pedro Goedert (FEAUC).

1989, dia 17 de novembro: Aprovação do Estatuto da FEMOC pelo Conselho Curador da FUOC, definindo a futura universidade como Unimoc.

1990, dia 27 de março: Decisão tomada pelos Conselhos Curadores da FUOC de Joaçaba e da Femarp de Videira no sentido de proibir a participação daquelas fundações de fazerem parte da Carta-consulta, levando à dissolução da FEMOC.

1990, 30 de março: Protocolo da Carta-consulta no CFE com vistas à criação da Univarp, com a participação da FUOC e Femarp.

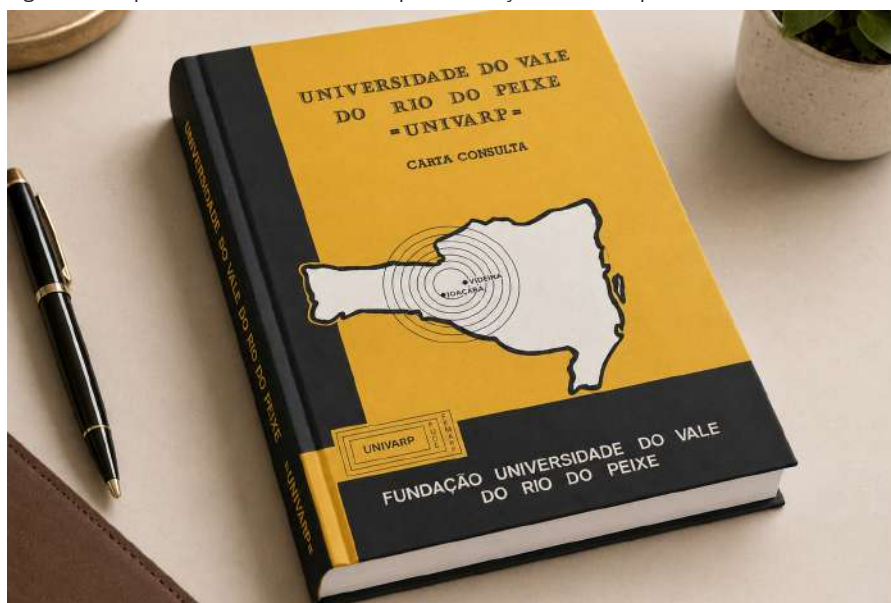
CAPÍTULO II
DA FEMOC AO PROJETO DE
UNIVERSIDADE DO OESTE
DE SANTA CATARINA

Propõe-se analisar, a seguir, os fatos que se sucederam e os rumos tomados após a dissolução da FEMOC, no intuito de dar continuidade ao sonho da universidade.

2.1 A READEQUAÇÃO DA CARTA-CONSULTA

Diante da decisão de não participar do projeto de criação da Unimoc encabeçada pela FEMOC, não restou outra alternativa, senão a de ajustar, às pressas, a Carta-consulta com nova configuração, a que propunha a criação da Univarp, integrando as fundações de Joaçaba (FUOC) e de Videira (Femarp). Os ajustes foram feitos na virada da noite do dia 29 de março de 1990, sob a coordenação dos professores Aristides Cimadon e Luiz Carlos Lückmann. No dia seguinte, em 30 de março, procedeu-se ao protocolo junto ao CFE, por intermédio do professor Vicente de Paula Souza.

Figura 6 – Capa da nova Carta-consulta para a criação da Univarp



Fonte: Univarp (1990b).

O CFE acolheu a Carta-consulta e, na sequência, nomeou a conselheira Zilma Gomes Parente de Barros como relatora do processo, assessorada por Comissão de Consultores constituída pelos professores Décio Botura Filho, da Universidade Federal de São Carlos (UFScar), Doloris Simões de Almeida e Teodoro Rogério Wahl, da UFSC.

Cumprido o protocolo, tinha-se consciência de que a nova configuração apresentada ao CFE não atenderia ao preenchimento dos requisitos legais para a criação da universidade pretendida. A estratégia tomada foi a de iniciar tratativas para incluir na Carta-consulta a Fundeste, de Chapecó.

Entretanto, havia o desafio de convencer a comunidade de Chapecó e o próprio CFE a aceitarem a proposta. No momento, a Fundeste encontrava-se em processo de escolha de seus dirigentes. A chapa que acabou sendo vitoriosa, encabeçada pelos professores Plínio Seidler e Reni Cecília Iop, era favorável à ideia que já vinha sendo discutida internamente ainda na gestão do professor Santo Rossetto.

A anuência ao projeto veio logo em seguida, mediante Termo de Compromisso assinado pelos novos dirigentes, no dia 22 de abril de 1990. Decidiu-se, naquele momento, anexar à Carta-consulta Protocolo de Intenção, informando ao CFE a decisão de incluir a Fundeste na Carta-consulta. A nova configuração acabou sendo uma saída estratégica para a Fundeste, uma vez que aquela instituição havia perdido o prazo para o ingresso de Carta-consulta própria junto ao CFE.

Na mesma ocasião, a Comissão Pró-Universidade foi reconstituída com professores das três instituições proponentes: Aristides Cimadon, coordenador dos trabalhos; Luiz Carlos Lückmann, Darcy Laske e Pedro Antonio de Lima Neto, pelo campus de Joaçaba; Nelson Roque Denardi, Eduardo Gelinski Junior e Antoninho Baldissera, pelo campus de Videira; Reni Cecília Iop, Lourdes Alves e Ireno Antonio Berticelli, pelo campus de

Chapecó (Univarp, 1990a). A Carta-consulta com a nova configuração foi protocolada no CFE, no dia 30 de novembro de 1990.

2.2 A APROVAÇÃO DA CARTA-CONSULTA PELO CFE

Com a nova configuração institucional, os dirigentes das três instituições agendaram audiência com a relatora do processo, com os objetivos de demonstrar as potencialidades e expor as motivações pelas quais a Carta-consulta havia sido readequada e reapresentada ao CFE, para criar-se a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoeste – SC). A audiência foi de fundamental importância, uma vez que a dissolução da FEMOC e o consequente protocolo de duas Cartas-consulta, a da FEMOC e a da UnC, já era do conhecimento do CFE.

Diante do fato, a relatora do processo acolheu o pleito e agendou visita in loco, para, juntamente com os membros da Comissão de Consultores, conhecer de perto as condições institucionais para a criação da universidade. A visita ocorreu entre os dias 20 e 25 de agosto de 1990.

A primeira reunião ocorreu na Femarp, em Videira, ocasião em que o professor Aristides Cimadon, coordenador da Comissão Pró-Universidade, apresentou dados das potencialidades socioeconômicas do Oeste catarinense, as motivações que levaram à ideia da criação de uma universidade para essa vasta região do Estado, assim como suas perspectivas. Participaram da reunião o prefeito Clovis Dal Vesco, empresários e lideranças regionais, entre eles Saul Brandalise, proprietário do Grupo Perdigão e grande incentivador da criação da universidade.

Em sua fala, a relatora mostrou-se descrente em relação à proposta, ao afirmar:

Uma Universidade não é uma faculdade, nem um colégio; precisa de requisitos fundamentais de qualidade para o ensino, a produção de conhecimento e os serviços. Para isso, necessita de infraestrutura robusta, boa biblioteca, laboratórios de ensino e pesquisa, professores contratados em tempo integral e, pelo que vejo, vocês têm muita coisa a fazer ainda.¹¹

Na manhã do dia seguinte, em Joaçaba, a relatora e os membros da Comissão Verificadora foram acolhidos pelos dirigentes da FUOC, conversaram com lideranças da comunidade e visitaram alguns locais para conhecer a pujança econômica da cidade.

À noite, deslocaram-se à cidade de Treze Tílias (SC), conhecida como Tirol brasileiro, para um conagraçamento patrocinado pelo Consulado Austríaco, no hotel Tirol, onde assistiram a um show típico e conheceram um pouco da história da imigração austríaca para o Brasil. Na ocasião, a relatora foi homenageada pela senhora Anna Lindner Von Pickler, consulesa do Consulado Honorário da Áustria em Treze Tílias, recebendo uma flor de nome *edelweiss*, embalada em um quadro simbólico.

A conversa com dona Anna foi carregada de simbolismo cultural. A flor está associada ao amor, um amor que enfrenta perigos, desafios, bravura. Era desse simbolismo que a equipe à frente do Projeto de Universidade se revestia à época; e a relatora foi logo entendendo a mensagem que se quis passar. A partir desse momento, sua visão em relação às condições para criar a universidade começou a mudar.

Em Chapecó, a reunião aconteceu com a participação dos dirigentes da Fundeste, de representantes de entidades e lideranças comunitárias. Foi fundamental para que a relatora do processo

¹¹ Informação verbal.

pudesse conhecer o grande potencial socioeconômico daquela região e se convencer da necessidade social da criação da universidade para alavancar o desenvolvimento regional.

Fotografia 1 – Reunião com dirigentes da Fundeste, representantes de entidades e lideranças comunitárias



Fonte: os autores.

Nota: professora Dra. Zilma Parente de Barros ao centro, com os professores Nelson Denardi, Aristides Cimadon e Reni Cecília Iop, quando de sua primeira visita.

De outro lado, a criação da universidade não era unanimidade. Por trás de todo o trabalho que vinha sendo feito, existiam “forças ocultas” contrariadas, por entenderem que perderiam espaço e poder político. Preferiam que a FUOC se mantivesse pequena e sem perspectivas de futuro, em favor de seus interesses. Como exemplo, ilustra-se, a seguir, notícia de jornal de alcance regional publicada por Lourdes Persch, professora da FUOC e coordenadora da Regional de Educação do Estado, denegrindo a imagem dos dirigentes da instituição com infundadas

denúncias, sobretudo em relação àqueles que coordenavam o Projeto de Universidade, com o objetivo de desautorizar o projeto.

Figura 7 – Notícia de jornal da época



Fonte: Jornal O Vale (1990).

Figura 8 – Parte do artigo de “O Vale”, quando da vinda da Comissão de Avaliação

JOGO DE INTERESSES

Esta semana a professora Lurdes Persch, que por 15 anos lecionou na FUOC, foi fundadora do Curso de Pedagogia e Estudos Sociais, coordenadora do Estudos Sociais e hoje acadêmica de Direito, fez uma série de declarações com exclusividade a “O VALE”, onde denuncia um complô para derrubar o atual Diretor-Geral da instituição. Darcy Fuga, a transformação da Educação em um objeto de comércio, a manipulação de eleições para coordenadores de cursos e o jogo de interesses na mudança de currículo para beneficiar um grupo de professores instruídos no poder.

O maior alvo das críticas de Lurdes Persch é o Diretor de Ensino e ex-secretário da Educação de Joaçaba Aristides Cimanon, segundo ela, o pivô de um grande jogo para desestruturar a direção-geral da Fundação, jogando alunos contra professores e professores contra a direção. Dentro deste jogo — diz, há um complô para derrubar Darcy Fuga que encerra seu mandato em dezembro deste ano e quer promover eleições diretas para Diretor — Geral e realizar uma reforma nos estatutos. Aristides Cimanon não gosta de quem lhe faz sombra.

“Quando alguém começa a crescer, ele começa a perseguir”, acusa ela.

Lurdes Persch, que deixou a FUOC em março deste ano e ingressou no Curso de Direito, afirma que deve se dar mérito ao trabalho que vem sendo realizado por Darcy Fuga, pois a Fundação cresceu fisicamente, mas, em contrapartida, caiu o nível de ensino, já que bons professores deixaram a Fundação devido aos problemas salariais, enquanto muitos não suportavam as pressões por defenderem os acadêmicos. “Os alunos vem sendo iludidos e acabam pagando pelos desmandos”, diz Lurdes.

Outro ponto citado por ela é a pouca ou nenhuma ajuda prestada a professores que querem fazer pós-graduação em outras cidades. Segundo Lurdes, o grupo de Aristides Cimanon convenceu Darcy Fuga a não prestar nenhuma ajuda, para que a FUOC pudesse fazer contenção de despesas em favor deles mesmos. “Nós que trabalhamos numa linha mais à esquerda somos recriminados e perseguidos”, reclama.

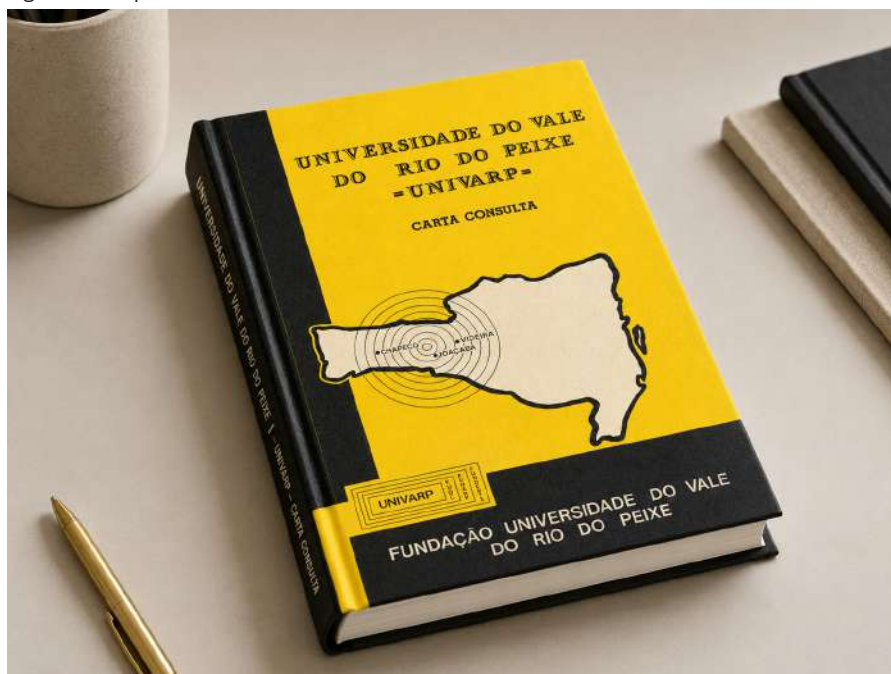
Acerca do movimento dos professores, Lurdes Persch defende uma maior valorização e concorda que o nível salarial está muito abaixo do razoável. Entretanto, ela acha que não se deve aplicar o mesmo índice de inflação aos salários.

Fonte: recorte do jornal da época.

As reuniões com as três instituições protagonistas da criação da universidade foram fundamentais para a sensibilização da relatora e da Comissão de Consultores em favor da criação da universidade.

Com a inclusão dos dados da Fundeste na Carta-consulta, ampliaram-se, consideradamente, as possibilidades de sucesso, uma vez que as três instituições, em seu conjunto, atendiam às exigências da regulação da época. Assim, como se vê na capa a seguir, ficou o documento da Carta-consulta, agora com a inclusão da cidade de Chapecó, documento que pode ser encontrado na Biblioteca da Universidade, em Joaçaba.

Figura 9 – Capa do documento da Carta-consulta reformulado



Fonte: Univarp (1990a).

A nova configuração para a criação da Unoeste – SC exigiu, de outro lado, adequações no Estatuto daquela que seria a nova Mantenedora da Universidade, sob a liderança do professor Aristides Cimadon, acompanhado de assessoria jurídica.

Primeiramente, foi preciso que a Câmara de Vereadores de Joaçaba alterasse o nome da FUOC (Fundação Educacional do Oeste Catarinense) para Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina (Unoeste – SC). A alteração deu-se pela Lei Municipal n. 1.637, promulgada no dia 19 de outubro de 1990. Era diretor geral, à época, professor Darci Fuga.

O Estatuto da Unoeste – SC foi aprovado pelo Conselho Curador da FUOC/Joaçaba, sob a presidência do professor Antonio Adolpho Maresch, no dia 10 de novembro de 1990, ato registrado em ata anexada à Carta-consulta (Univarp, 1990a). Na sequência, foi a vez de a Assembleia Geral da Femarp de Videira aprová-lo, ato ocorrido no dia 16 de novembro de 1990 e conduzido pelo seu presidente, o advogado Clóves Dal Vesco. O mesmo ocorreu com a Fundeste, cujo Conselho Mantenedor, sob a presidência do professor Eracílio Costella, aprovou o Estatuto da nova Mantenedora, no dia 13 de novembro de 1990. As assembleias da Femarp e da Fundeste, nas suas respectivas reuniões, aprovaram, igualmente, a transferência de seus patrimônios e cursos à Fundação Unoeste – SC, na forma jurídica de comodato.

Finalmente, em reunião com representantes indicados por cada Assembleia, o Estatuto da nova Mantenedora foi aprovado na cidade de Chapecó, no dia 23 de novembro de 1990. Foi, certamente, um ato jurídico de grandeza e de desprendimento marcante na história dos 30 anos de credenciamento da Unoesc.

Os atos encontram-se registrados nas atas de aprovação do Estatuto, em anexo à Carta-consulta (Univarp, 1990a). Importante

destacar o trabalho feito pela assessoria jurídica da Instituição durante esse processo, no esforço de se buscar o consenso entre as três fundações, de forma benemerente.

O Regimento Geral do ente acadêmico da nova Universidade foi anexado à Carta-consulta para aprovação do CFE, juntamente com a Carta-consulta.

Novembro de 1990 foi, igualmente, marcado por eleições na Unoeste – SC Joaçaba para preenchimento dos cargos de diretor e vice-diretor superintendente previstos na estrutura organizacional do novo Estatuto.

Candidataram-se aos cargos os professores Aristides Cimadon e Melsi Moreira (*in memorian*), em chapa única, com o lema “Rumo à Universidade”. O momento foi oportuno para que os candidatos expusessem suas ideias e posições em relação ao Projeto de Universidade que naquele momento mexia com todos os segmentos da comunidade acadêmica.

Cimadon já havia cristalizado sua liderança na região à frente de todo o processo de criação da universidade, além de ocupar uma cadeira no CEE. A ascensão ao cargo de diretor Superintendente do campus foi, portanto, uma consequência desse trabalho. Sua proposta como candidato foi a de dar continuidade aos trabalhos de melhoria e ampliação da estrutura física, laboratorial e de acervo, com vistas à eminente criação da universidade.

A eleição aconteceu no dia 30 de novembro de 1990. A chapa única, encabeçada por Cimadon, foi vencedora com a ampla maioria de votos, tendo sido nomeado reitor pelo presidente da Fundação, senhor Flávio Brandalise, no dia 21 de dezembro de 1991. Cimadon substituiu o diretor Geral, professor Darci Fuga, que havia estado à frente do processo de criação da FEMOC e sua transição para a Fundação Educacional

Unificada do Oeste de Santa Catarina (Funoste – SC), como registrado em jornal regional à época.

Figura 10 – Carta-consulta remodelada, incluindo a Fundeste de Chapecó



Fonte: Jornal O Vale (1990).

Enquanto internamente a Instituição se preparava para os desafios inerentes à criação da universidade, a relatora do processo, professora Zilma Gomes Parente de Barros, debruçava-se sobre a análise da Carta-consulta. Sua aprovação aconteceu no dia 20 de fevereiro de

1991, em seção do CFE, pelo Parecer 102/CFE/1991 (MEC, 1991a), com a presença de autoridades políticas do Estado, dos prefeitos Raul Furlan, de Joaçaba, Milton Sander, de Chapecó, e Clóvis Dal Vesco, de Videira, e de dirigentes das três fundações proponentes.

No voto, a relatora assim se expressou:

À vista do exposto, a relatora entende que a Fundação Educacional do Oeste de Santa Catarina – Fundação UNOESTE-SC (sic), com sede em Joaçaba-SC, cumpre os requisitos exigidos pela Resolução n. 03/83/CFE e Parecer CFE n. 642/90 – fase de Carta-consulta, com o objetivo de criar a UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA (sic), podendo a mesma ser aceita. A Instituição, no prazo de até 180 dias (cento e oitenta dias), deverá apresentar o seu Projeto de Universidade que deverá ser analisado em todos os seus elementos fundamentais [...] (MEC, 1991a).

Ainda no voto, a relatora fez questão de esclarecer que o que estava sendo autorizado era a primeira fase do processo, a da Carta-consulta, para, na sequência, dar-se a tramitação do Projeto de Universidade, determinando prazo de até 180 dias para apresentá-lo ao CFE. A seguir, pode-se ler nota publicada pelo Jornal Cruzeiro do Sul, na edição de 23 de fevereiro de 1991, em Joaçaba.

Figura 11 – Nota publicada pelo Jornal Cruzeiro do Sul

ASSUNTO: APROVAÇÃO DA CARTA CONSULTA

VEÍCULO: JORNAL CRUZEIRO DO SUL

EDIÇÃO : 23.02.91

PÁGINA : CAPA/16

APROVADA A CARTA CONSULTA DA UNOESTE

Os 21 Conselheiros do Conselho Federal de Educação aprovou na última quarta-feira (20), pela manhã em Brasília apor unanimidade, a Carta Consulta da Universidade do Oeste, que abrange as Fundações Educacionais de Joaçaba, Videira e Chapecó.

Os Conselheiros, após analisarem a Carta, solicitaram à Relatora do Projeto, Professora Zilma Gomes Parente do Barros que fornecesse maiores esclarecimentos a que se locasse a importância para o Meio Oeste do Estado de Santa Catarina da implantação da Universidade. De acordo com o Diretor Superintendente da UNOESTE em Joaçaba, Aristides Cimadon, a professora Zilma, defendeu com propriedade, a UNOESTE, tomando como embasamento o potencial sócio-econômico da região e as necessidades na área edu-

ela visitou o Oeste de Santa Catarina no ano passado.

Agora que a Carta Consulta foi aprovada pelo plenário do CFE, a Comissão terá um prazo de 180 dias para elaborar e apresentar o projeto definitivo da Universidade.

Neste projeto deverão estar incluídos entre outros itens exigidos, o detalhamento sobre a implantação de novos Cursos (no caso da Joaçaba Psicologia, Engenharia Mecânica de Produção, Administração Rural e Educação Artística) e a revisão da grade curricular dos cursos vigentes. A votação da Carta Consulta foi acompanhada por uma comissão formada por representantes das 3 Fundações. Da Fundação de Joaçaba participaram Diretor Aristides Cimadon, Prefeito Raul Furlan e coordenador de Finanças da

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul (1991).

A Carta-consulta atendeu a todos os requisitos previstos na regulação oficial, em texto datilografado, somando 199 páginas, que foram: dados relativos à Instituição Mantenedora (p. 1-22); qualificação para atuar na área acadêmica (p. 23-86); criação da Universidade (p. 87-121); concepção da Universidade (p. 128-144); cursos existentes, cursos pretendidos, linhas básicas de ação, plano de expansão e planejamento econômico-financeiro (p. 149-198) (Univarp, 1990a).

Na ocasião, as três fundações ofertavam 15 cursos de graduação, 1.190 vagas, somando 3.762 matrículas, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 1 – Cursos de graduação, número de vagas e matrículas, 1990, 1º semestre

Cursos de graduação	Vagas	Matrículas
Administração - Ênfase Empresarial	100	440
Administração - Ênfase Rural	100	538
Ciências Contábeis – Ênfase Auditoria	150	349
Ciências Contábeis – Ênfase Custos	100	479
Direito – Ênfase Empresarial	50	250
Direito – Ênfase Direito Público	50	250
Pedagogia – Ênfase Séries Iniciais	160	295
Pedagogia – Ênfase Formação de Especialistas	100	103
História	75	115
Geografia	25	80
Artes Práticas	80	120
Economia	50	147
Serviço Social	50	495
Letras	50	51
Matemática	50	50
TOTAL	1.190	3.762

Fonte: adaptado da Carta-consulta da Univarp (1990a, p. 27-28).

O curso mais procurado era o de Direito, cuja relação candidato/vaga era de 12,8. O índice médio na relação candidato/vaga era de 3,8. Como se observa, os cursos eram, predominantemente, voltados para atender ao setor de prestação de serviços e à formação de professores para a educação básica.

Havia a preocupação em demonstrar ao CFE a existência do número de cursos exigidos pela Resolução 3/84/CFE nas áreas fundamental e técnico-profissional, cada qual com o mínimo de quatro cursos, com a finalidade de atender a universalidade de campos do conhecimento. Os cursos de História, Geografia, Letras e Matemática atendiam à área fundamental; já os cursos de Direito, Ciências Contábeis, Administração, Economia, Pedagogia, Serviço Social e Artes Práticas atendiam à área técnico-profissional (Univarp, 1990a).

Informou-se, igualmente, dados do corpo docente atuante nos cursos de graduação em oferta. Eram 194 professores, dos quais dez doutores, 59 mestres, 119 especialistas e seis graduados. A Instituição, naquele momento, contava com 174 técnicos administrativos. (Univarp, 1990a).

A Carta-consulta fez uma projeção de cursos a serem implantados no quinquênio 1991-1996, entre eles: Comunicação Social, Psicologia, Educação Artística, Biologia, Agronomia, Engenharia de Alimentos, Educação Física, Engenharia de Produção e Secretário Executivo Bilíngue (Univarp, 1990a). Alguns desses cursos, encontravam-se, inclusive, em tramitação no CEE, como Biologia, Educação Artística, Engenharia de Alimentos, Agronomia e Psicologia (Univarp, 1990a).

O texto dedicou 18 páginas à atuação da Instituição na pesquisa e na extensão, entre os anos de 1980 e 1990, registrando-se 158 teses e dissertações, 74 pesquisas realizadas, 11 pesquisas em andamento, 185 trabalhos publicados em periódicos, eventos e livros (Univarp, 1990a).

2.3 O PROJETO DE UNIVERSIDADE E SUA APROVAÇÃO NO CFE

Após a aprovação da Carta-consulta, as reuniões entre as três instituições passaram a concentrar os esforços na elaboração do Projeto de Universidade. Era preciso, inicialmente, obter consenso em torno de algumas questões preliminares, entre elas as sedes da Reitoria e da Mantenedora. Chegou-se ao entendimento de que a sede da entidade acadêmica, representada pela Reitoria, seria na cidade de Chapecó, e a sede da Mantenedora, em Joaçaba. Acertou-se, igualmente, que o primeiro presidente da Fundação seria oriundo de Videira.

Os trabalhos de elaboração do Projeto foram coordenados pelo professor Aristides Cimadon, assessorado pelos seguintes professores: Luiz Carlos Lückmann, Darcy Laske e Pedro Antônio de Lima Neto, pelo campus de Joaçaba; Nelson Roque Denardi e Eduardo Gelinski Júnior, pelo campus de Videira; Lourdes Alves, Ireno Antonio Berticeli e Reni Cecilia Iop, pelo campus de Chapecó. A relatora havia estabelecido o prazo de até 180 dias para protocolar o Projeto no CFE.

Contudo, não foi necessário todo esse tempo para que o Projeto ficasse pronto, pois havia pressa. Assim que foi concluído e aprovado nas instâncias superiores, foi protocolado no CFE, em agosto de 1991.

Figura 12 – Notícia de jornal regional



Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul (1991).

Nota: da esquerda para a direita: Darcy Laske, Inácio Ricken, Aristides Cimadon, Nelson Denardi e Luiz Carlos Lückmann, os idealizadores da Unoesc.

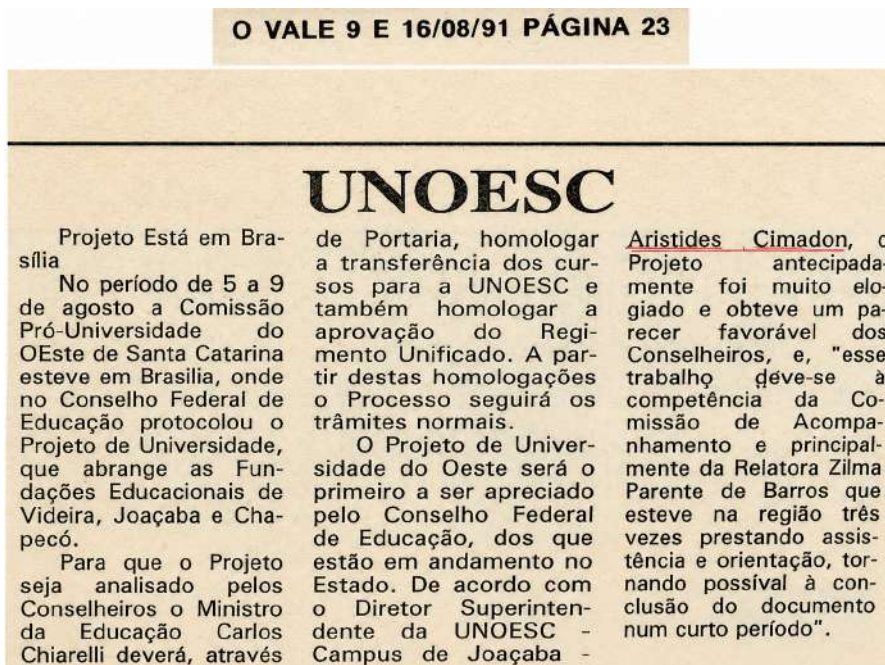
Figura 13 – Capa do Projeto de Universidade protocolado no CFE



Fonte: Unoesc (1991b).

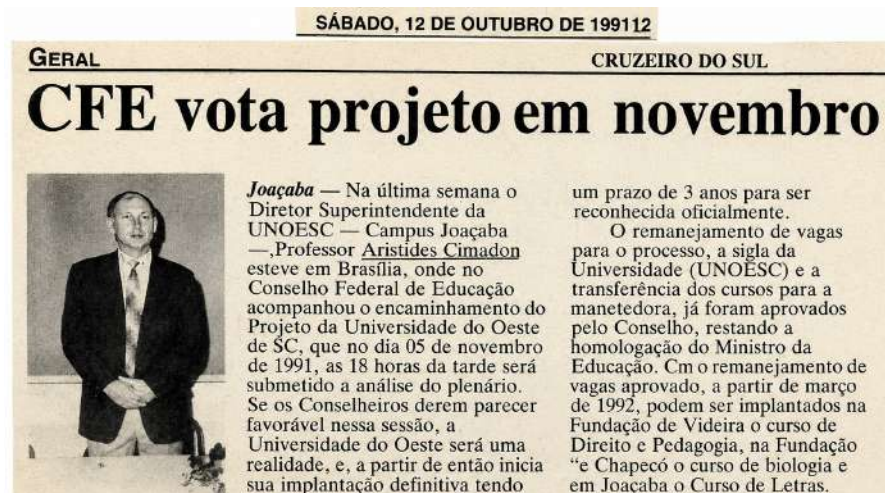
Na ocasião do protocolo do Projeto de Universidade, a Unoesc possuía 224 professores, dos quais 3,1% do quadro eram doutores, 21,4% mestres, 54,0% especialistas e 3,1% graduados. Em seu plano de capacitação, previa-se, para 1996, 11% dos docentes com doutorado, 53,4% com mestrado, 37,7% com especialização e 1,9% com graduação (Unoesc, 1991b).

Figura 14 – Notícia em jornais da época



Fonte: Jornal O Vale (1991).

Figura 15 – Notícia em jornais da época



Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul (1991).

O Projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão Especial para Criação de Novas Universidades no dia 4 de setembro de 1991 e no Plenário do CFE, com base no Parecer 587, de 6 de novembro de 1991 (MEC, 1991b).

O Relatório emitido pela Comissão de Acompanhamento, em uma de suas passagens, assim expressou:

Ao longo do acompanhamento, mormente por ocasião das visitas/reuniões, a Comissão teve oportunidade de observar o crescimento da equipe coordenadora do Projeto de Universidade [...]. A Comissão pode igualmente constatar uma notável mobilização das lideranças locais/regionais, bem como da comunidade acadêmica e comunidade regional, engajadas na criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, considerando-a instituição indispensável ao desenvolvimento econômico, político, social e cultural da região oeste catarinense (MEC, 1991b, p. 43).

No dia 8 de maio de 1992, o ministro de Estado da Educação, José Goldemberg, homologou o Parecer 587/91, nos seguintes termos: “Favorável à aprovação do Projeto da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, mantida pela Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina, com sede na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina [...]” (MEC, 1992).

Estabeleceu-se que o prazo mínimo de acompanhamento da implantação da Universidade seria de quatro anos, sob a orientação da mesma Comissão de Acompanhamento nomeada pelo CFE.

Aprovado o Projeto de Universidade, de acordo com a Lei do Município de Joaçaba n. 1.637, a Instituição passou a ser denominada de Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoeste – SC). Em seguida, em 21 de março de 1991, nova Lei municipal muda a sigla

para Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Mais tarde, no dia 20 de fevereiro de 2004, a Lei municipal n. 2.981 autorizou a mudança da sigla para Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (Funoesc), adotada oficialmente até os dias de hoje.

2.3.1 O Marco Regulatório a partir do qual o Projeto de Universidade foi elaborado

Quando o processo de criação da Universidade ingressou no CFE, pela sua Carta-consulta (30 de março de 1990) e, posteriormente, pelo seu Projeto de Universidade (agosto de 1991), vivia-se a transição da legislação educacional brasileira consubstanciada na Lei 5.540/68 (Brasil, 1968) para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/96 (Brasil, 1996b). Como em toda transição, as mudanças são inevitáveis, gerando, não raras vezes, inseguranças e incertezas, obrigando as instituições a fazerem ajustes a toda hora, numa batalha constante com o emaranhado legislativo e a burocracia.

O primeiro ato regulatório a tratar exclusivamente da criação de universidades no Brasil foi a Resolução n. 29/74/CFE, de 14 de junho de 1974, à luz da Lei 5.540/68 (Brasil, 1968), também conhecida como “Lei da Reforma Universitária de 1968”. O artigo 1º estabelecia que a sistemática de criação de uma universidade dava-se mediante duas modalidades: de forma direta “sem a existência prévia de estabelecimentos de ensino superior” (art. 1º, alínea ‘a’); ou “mediante a reunião de estabelecimentos isolados, ou congregados em federação de escolas, já reconhecidos” (art. 1º, al. ‘b’) (Nogueira; Nunes; Barroso, 2011).

O processo tinha início com o encaminhamento de expediente ao presidente do CFE, expondo as motivações do pleito e anexando documentos comprobatórios das condições iniciais para a criação

da universidade. Informava-se, igualmente, por qual via a instituição pretendia entrar com o pedido de criação da universidade, se pela “via da autorização”, ou pela “via do reconhecimento” (Res. n. 29/74/CFE, art. 11). À época, a legislação não empregava o termo “credenciamento”; este surgiu durante o processo de elaboração da Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995 (Brasil, 1995).

A Resolução previa uma etapa de verificação *in loco*, com o objetivo de avaliar alguns indicadores referentes à instalação e ao funcionamento da universidade, mediante Comissão de Verificação nomeada pelo CFE (Nogueira; Nunes; Barroso, 2011).

As normas eram aplicadas tanto para a criação de universidades pela via da autorização, como pela via do reconhecimento. Cumpridas as exigências, o processo era submetido à decisão do CFE; e, se aprovado, encaminhado à homologação do ministro da Educação e Cultura e posterior decreto do Poder Executivo Federal.

A Resolução n. 29/74/CFE foi revogada e, em seu lugar, passou a vigor a de n. 07/78/CFE, de 29 de agosto de 1978 (Brasil, 1978), endurecendo, ainda mais, as normas para autorização e reconhecimento de universidades. Mantiveram-se algumas normas da anterior, acrescentando-se outras.

Segundo a nova Resolução, em seu art. 12, a criação de novas universidades pela “via da autorização” deveria ser organizada e apreciada em duas etapas, a da Carta-consulta e a do Projeto de Universidade. Na fase da Carta-consulta, a instituição encaminhava, primeiramente, expediente ao CFE manifestando a intenção de constituir a universidade, anexando uma série de documentos, listados no art. 3º (Nogueira; Nunes; Barroso, 2011).

Uma vez acolhido pelo CFE, a instituição poderia apresentar a Carta-consulta, fazendo constar alguns elementos, entre eles: a

natureza dos cursos pretendidos, contendo a concepção e o objetivo a que se propunham; a necessidade social de cada um desses cursos; e as características da região geoeeducacional, como população e sua evolução, atividades econômicas predominantes, indicadores culturais (art. 13) (Nogueira; Nunes; Barroso, 2011).

A Resolução fazia, igualmente, exigências à mantenedora do ente acadêmico a serem demonstradas na Carta-consulta, entre elas: sua capacidade econômico-financeira, comprovada pela existência de patrimônio próprio, ou contratos de comodato ou de locação; e comprovação de que possui meios para construir ou adquirir suas próprias instalações (art. 13) (Nogueira; Nunes; Barroso, 2011).

Uma vez aceita, a instituição poderia apresentar o Projeto de Universidade, comprovando-se uma série de itens relacionados no artigo 15, entre eles: a organização curricular; a qualificação e o regime de trabalho dos docentes; as vagas e organização das turmas e dos turnos; a organização administrativa; os recursos materiais; o planejamento econômico-financeiro; as condições que tornem possível a realização de pesquisas focadas nos cursos; e a prática de extensão focada nos problemas comunitários relacionadas com os cursos (Nogueira; Nunes; Barroso, 2011).

Na criação de universidades pela via do reconhecimento, o processo era precedido de Relatório de Comissão Verificadora com o exame dos “aspectos globais e integrativos da organização e funcionamento da universidade” (art. 3º). A Resolução exigia, ainda, que as universidades fossem organizadas com base em seis requisitos: unidade de patrimônio e administração; estrutura com base em departamentos; unidade de funções de ensino e pesquisa; vedação da duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; racionalidade

de organização; universalidade de campo; e flexibilidade de métodos (art. 3º) (Nogueira; Nunes; Barroso, 2011).

A Resolução n. 7/78/CFE foi substituída pela de n. 3/83/CFE, de 28 de fevereiro de 1983, com base na Lei n. 5.540/68 (Brasil, 1968). O novo ato normativo inovou em relação às duas resoluções anteriores (29/74 e 7/78). A Resolução inseria-se no contexto de crescimento expressivo do ensino superior na década de 1980 e, conseqüentemente, da necessidade de se ter uma regulação mais precisa e rigorosa.

Alguns requisitos para a constituição de uma universidade ficaram mais claros, como, por exemplo: os conceitos e as diferenças entre as modalidades “autorização” e “reconhecimento”; as exigências para que uma instituição pudesse obter a autorização para funcionar e, posteriormente, o reconhecimento como universidade; a obrigatoriedade de apresentação de Carta-consulta também pela via do reconhecimento, antes obrigatória somente para a via da autorização; e a exigência de, pelo menos, oito cursos reconhecidos, incluindo quatro de caráter técnico-profissional.

A Resolução determinava, igualmente, que o Projeto de Universidade devesse comprovar o atendimento de requisitos mínimos para atender as associações e fundações criadas para a manutenção de universidades, quais sejam:

Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação nos resultados” (art. 3º, alínea ‘a’); “aplicar integralmente no País os seus recursos, na manutenção dos objetivos institucionais” (art. 3º, alínea ‘b’); “manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão” (art. 3º, alínea ‘c’); “respeitar os tetos que venham a ser estabelecidos, no que se refere a superávits financeiros, variações patrimoniais positivas e gastos com pessoal de direção e administração, em cada exercício social” (art.

3º, alínea 'd'); "estar constituída de tal forma que torne possível distinguir perfeitamente, para qualquer fim, o patrimônio da instituição e o patrimônio individual de seus fundadores, dirigentes ou administradores" (art. 3º, alínea 'e'); "não possibilitar em nenhuma hipótese, quando de eventual dissolução ou transformação, apropriação de qualquer parcela do patrimônio da instituição, por nenhuma pessoa física ou jurídica, a não ser a transferência a instituição congênere ou de fins filantrópicos, reconhecida de utilidade social pelo Governo Federal" (art. 3º, alínea 'f') (Brasil, 1983a).

A Resolução 03/83/CFE inovou, igualmente, ao estabelecer a obrigatoriedade da renovação periódica do reconhecimento das universidades, pelo menos a cada dez anos (art. 9º). Assim como possibilitou a criação de cursos superiores fora da sede, desde que "devidamente autorizados na forma e segundo os procedimentos vigentes" (art. 10).

Segundo Nogueira, Nunes e Barrosos (2011, p. 22):

A principal inovação trazida pela Resolução CFE 3/83 foi a utilização da etapa de Carta-consulta, que na Resolução CFE 7/78 destinava-se apenas aos processos de criação de universidades pela via de autorização, também nos processos de criação mediante reconhecimento, ou seja, a partir de estabelecimentos preexistentes.

O processo iniciava-se com a apresentação de Carta-consulta ao CFE, contendo:

Identificação e condição jurídica da instituição mantenedora (art. 6º, § 1º, alínea 'a'); relação dos cursos oferecidos e atos de seu reconhecimento (art. 6º, § 1º, alínea 'b'); projeto de criação da universidade, incluindo sua concepção características e a comprovação do

atendimento aos requisitos estabelecidos no art. 3º (art. 6º, § 1º, alínea 'c') (Nogueira; Nunes; Barroso, 2011, p. 22).

Uma vez aceita, iniciava-se o acompanhamento por Comissão de Verificação constituída pelo CFE. Importante lembrar que a Resolução não se aplicava às universidades mantidas pelos estados da Federação. No entanto, as normas estabelecidas na Resolução seriam aplicadas, igualmente, aos processos em tramitação nos estados, com as adaptações cabíveis (art. 16). Para isso, os estados poderiam valer-se da cooperação dos órgãos do MEC, especialmente na fase de acompanhamento (art. 14).

No andamento da implantação da Universidade, uma nova Resolução foi publicada, a de n. 2/94/CFE, de 18 de maio de 1994, endurecendo ainda mais as exigências em relação à titulação do corpo docente, à comprovação de produção intelectual institucionalizada e à oferta do *stricto sensu*. A instituição deveria comprovar: atuação acadêmica dos docentes em, pelo menos, três áreas do conhecimento; corpo docente qualificado com, no mínimo, um terço de seu quadro com titulação de mestrado e doutorado (com prazo de oito anos para o cumprimento); no mínimo, um terço do corpo docente com dedicação integral (também com prazo de oito anos); oferta de mestrado e doutorado; e produção intelectual institucionalizada (MEC, 1994).

Hoje, a legislação que regula o credenciamento, o recredenciamento, a autorização, o reconhecimento e a renovação de cursos e instituições no Brasil, incluindo universidades, são o Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (Brasil, 2017a) e a Portaria Normativa MEC n. 20, de 21 de dezembro de 2017 (Brasil, 2017b), com alterações posteriores pela Portaria Normativa MEC n. 741, de 2 de agosto de 2018 (Brasil, 2018b).

O Projeto foi estruturado e elaborado, portanto, com base na Resolução n. 3/83/CFE, à luz da Lei n. 5.540, de 28 de dezembro de 1968 (Brasil, 1968), abordando os seguintes elementos: concepção de universidade; estrutura organizacional; atividades da universidade; recursos humanos; corpo docente; planejamento da infraestrutura física; plano diretor de informática e comunicação; plano de avaliação institucional; e planejamento econômico-financeiro.

A maior preocupação da regulação recaía sobre a qualificação da universidade a ser autorizada. Para isso, o Projeto deveria demonstrar e comprovar um conjunto de dez requisitos previstos na Resolução n. 3/83/CFE, em seu artigo 6º, parágrafo 5º, quais sejam: tradição no campo do ensino superior; caracterização da região geoducacional; organização curricular; número de vagas, formas de preenchimento e organização das turmas e turnos de aulas; qualificação e regime de trabalho dos docentes; organização administrativa; instalações materiais, incluindo laboratórios e biblioteca; condições para realização de pesquisas; condições para prática de atividades de extensão; e planejamento econômico-financeiro (Brasil, 1983b).

2.3.2 A concepção de universidade subjacente ao Projeto de Universidade

Creemos ser importante analisar alguns elementos do Projeto de Universidade, em especial aqueles que vieram a constituir a nova identidade da Instituição, tais como sua concepção, missão, visão de futuro e seu modelo organizacional. Alguns elementos permanecem até hoje, como, por exemplo, a concepção de universidade; outros, ao longo da história, passaram por mudanças significativas, como são os casos da

estrutura administrativa e, principalmente, da configuração acadêmica da Instituição.

O marco conceitual da Unoesc, compreendendo a concepção de universidade, sua missão e suas finalidades, foi objeto de discussão e análise no primeiro capítulo do Projeto de Universidade, intitulado “Concepção de Universidade” (Unoesc, 1991b, p. 15-36). Segundo Lückmann (2007, p. 55), por marco conceitual compreende-se “o conjunto de pressupostos teóricos a partir dos quais a Unoesc foi concebida, atribuiu-se à Instituição uma missão e se lhe destinou um modelo organizacional”.

As questões que a Comissão responsável pela sua elaboração se colocou logo de início foram: que modelo de universidade se quer? Que identidade a ser construída de modo a distingui-la e diferenciá-la de outras IES? Que missão a ela destinar? Que modelo organizacional e jurídico mais se adequaria a este marco conceitual? Apresenta-se, em seguida, um escopo do marco conceitual.

Quadro 2 – Elementos da concepção de universidade presentes no Projeto de Universidade

Passagens alusivas à concepção de Universidade presentes no Projeto de Universidade	Elementos
“A Unoesc se define como uma instituição educacional multicampi que emerge das exigências tecnológicas e educacionais da região [...]” (p. 15).	Regionalidade de atuação
“A constituição da Unoesc deu-se pela agregação cooperativa [...], com a função básica de ser uma entidade comunitária [...]” (p. 15).	Universidade comunitária
“A Universidade se define a partir de seu próprio vocacionamento” (p. 18).	Universidade vocacionada
“[...] O que se quer é uma universidade inovadora, inserida em seu contexto histórico e geográfico e conhecedora profunda da realidade e dos problemas que a envolvem” (p. 18).	Universidade inserida em seu contexto Conhecedora da realidade

Passagens alusivas à concepção de Universidade presentes no Projeto de Universidade	Elementos
"A 'universitas' é o lugar da universalização do saber elaborado, ensinado e estendido à comunidade regional [...]" (p. 10).	Lugar do saber elaborado, ensinado e estendido à comunidade
"[...] tem como ponto de partida e de chegada o homem" (p. 21).	Humanismo como filosofia
"[...] a Universidade não pode estar alheia a esta realidade, nem constituir-se numa simples instituição isolada de ensino superior [...]" (p. 20).	Integrada em um projeto único de Universidade

Fonte: Unoesc (1991b).

Como se observa, a Unoesc nasceu, em sua configuração inicial, como uma Instituição genuinamente comunitária e regional. Não limitou sua área geográfica de atuação a uma localidade, mas a uma região que compreende mais de cem municípios e um terço do território do Estado. Para isso, foi preciso fazer a opção por uma estrutura organizacional multicampi de universidade. E apresentou-se ao CFE, à época, como tal.

Por ser uma Instituição de origem pública, lhe são intrínsecos o papel e a responsabilidade sociais de formar recursos humanos, produzir conhecimento, envolver-se com a comunidade e contribuir com o desenvolvimento regional.

2.3.3 A missão institucional estampada no Projeto de Universidade

Segundo Lückmann (2007, p. 62):

Por missão quer-se entender a razão de ser de uma instituição; ela define a finalidade maior para a qual uma instituição é chamada. Nesse sentido, a missão transcende a realidade contingente e transitória; possui caráter de

utopia, no sentido do que se é possível pensar e projetar uma instituição em termos de presente e de futuro.

A missão para a qual a Unoesc foi chamada encontra-se subjacente ao Projeto de Universidade, em várias passagens, como demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 3 – Elementos da missão da Unoesc presentes no Projeto de Universidade

Passagens alusivas à missão da Universidade presentes no Projeto de Universidade	Elementos
“A Universidade do Oeste de Santa Catarina define-se como uma Instituição educacional [...], com o objetivo de participar do desenvolvimento do Oeste catarinense” (p. 15).	Missão de participar do desenvolvimento regional
“Tratou-se de um trabalho pioneiro e de relevância, sobretudo nas áreas de formação de recursos humanos para o magistério e para os setores produtivos e de serviços da região” (p. 15).	Formar recursos humanos
“A Universidade [...] deve emergir da necessidade de aliar-se a esta região e poder contribuir para o desenvolvimento” (p. 17).	Contribuir para o desenvolvimento regional
“[...] a função da Universidade é mais relevante do que somente formar mão-de-obra para um mercado muitas vezes já saturados” (p. 25).	Além da formação de mão de obra
“[...] não se terá apenas uma Escola Isolada de Ensino Superior, mas uma Instituição voltada para o ensino, pesquisa e extensão e, mais do que isso, comprometida com o desenvolvimento científico e tecnológico em diferentes áreas do conhecimento” (p. 25).	Com a missão de formar, desenvolver pesquisa e extensão
“Outro eixo do projeto pedagógico da Universidade é a própria função básica da Universidade, entendida não somente como ensino, mas essencialmente como comunidade de pesquisadores e estudantes” (p. 44).	Comunidade de pesquisadores e estudantes

Fonte: Unoesc (1991b).

Como se observa, a missão da Unoesc é constituída, basicamente, por quatro elementos: a vinculação da missão com as questões e os

problemas do entorno da Universidade; o desafio de cumprir o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a participação no processo de desenvolvimento regional pela geração e difusão do conhecimento; e a formação nos diferentes campos profissionais.

A interação da Universidade com o setor produtivo vem, ao longo dos anos, tornando-se um dos pilares da Instituição. Para isso, pressupõe-se uma universidade que seja inovadora e produtora de conhecimentos para a solução de problemas locais e regionais, cujos serviços oferecidos estejam voltados para as necessidades das comunidades de seu entorno e não para uma elite. A Unoesc nasceu para atender e ajudar a aprimorar as características e os valores do homem que aportou no Oeste de Santa Catarina (Unoesc, 1991b).

Na sua origem, a Unoesc teve seu olhar voltado para o potencial socioeconômico do grande Oeste, para as necessidades e as grandes demandas populacionais, o mercado de trabalho, o setor produtivo e a inovação. Tem por missão ser instrumento, pelo conhecimento, de melhoria da qualidade de vida dos habitantes de sua região de abrangência.

A Unoesc nasceu de um anseio social, representado por um grupo de educadores visionários, sonhadores e com formação humanística, que afrontaram a ideia vigente à época de que somente os grandes centros urbanos seriam capazes de ter uma universidade.

A concepção de universidade pensada para a Unoesc em seu Projeto foi bem delineada na dissertação de Mestrado de Lima Neto (1993), ao dizer que uma universidade não nasce pronta; é resultado de um longo processo de construção e reorganização, dentro de um espaço geográfico e cultural em que o homem, ali presente, crê que o desenvolvimento se faz pelo conhecimento, pela ciência, pela inovação e pela formação dos cidadãos.

2.4 O MODELO ORGANIZACIONAL PROPOSTO NO PROJETO DE UNIVERSIDADE

O Projeto de Universidade dedica o segundo capítulo à estrutura organizacional da Universidade a ser criada, às páginas 37 a 43 (Unoesc, 1991b). O quadro-síntese, a seguir, traz alguns elementos que constituíram o modelo.

Quadro 4 – Elementos do modelo organizacional presentes no Projeto de Universidade

Passagens alusivas ao modelo organizacional da Unoesc presentes no Projeto de Universidade	Elementos
“A Universidade do Oeste de Santa Catarina define-se como uma instituição educacional multicampi” (p. 15).	Modelo organizacional multicampi
“A constituição da Unoesc deu-se pela agregação cooperativa de fundações isoladas de ensino superior, com a função básica de ser uma entidade comunitária” (p. 15).	Agregação de fundações Entidade comunitária
“A Universidade opta pelo modelo multicampi como imposição decorrente da caracterização geoeconômica e sociocultural desta região do Estado” (p. 19).	Instituição regional
A Unoesc “deverá ter a preocupação de estruturar sua organização entendendo sobretudo, sua característica principal de instituição comunitária que nasce do esforço e dos desejos das comunidades. Assim sendo, a Unoesc adota uma estrutura de caráter comunitário, isto é, um modelo organizacional baseado nas decisões dos colegiados, em que há participação da comunidade acadêmica nas deliberações” (p. 38).	Modelo organizacional colegiado Participação da comunidade acadêmica
“Esse modelo organizacional é, portanto, dinâmico, flexível, no qual a racionalidade, a eficiência e a produtividade devem representar as forças impulsionadoras de todo o processo decisório, que emerge da comunidade universitária” (p. 38).	Modelo dinâmico e flexível
“Por ser uma Universidade multicampi, escolheu-se como modelo a organização matricial, cujas ações são desenvolvidas em forma de projetos [...]” (p. 40).	Modelo matricial

Passagens alusivas ao modelo organizacional da Unoesc presentes no Projeto de Universidade	Elementos
Alguns princípios de organização: “estruturação orgânica de tipo matricial; unidade de direção; integração e intercomplementaridade das funções de ensino, pesquisa e extensão com a dinâmica comunitária; unidade de ação universitária [...]” (p. 38-39).	Unidade de direção Estrutura burocrática racional

Fonte: Unoesc (1991b).

O modelo proposto no Projeto de Universidade foi constituído, basicamente, por cinco elementos: modelo multicampi de universidade, diferenciado de outros modelos conhecidos à época e estratégia encontrada na ocasião para criar uma universidade para todo o Oeste catarinense; modelo que permitiu a unificação de fundações educacionais de ensino superior que, isoladamente, não reuniam as condições para ascender ao status de universidade; modelo colegiado de universidade, com instâncias de deliberação nos diversos níveis da estrutura universitária; modelo descentralizado de gestão, por força de sua configuração multicampi, uma vez que a vida universitária acontece nos campi; e modelo matricial de organização, aquele “que permite dar maior atenção aos seus propósitos e funções, ao atendimento das reivindicações das comunidades acadêmicas e regional, à qualidade de seus serviços [...]” (Unoesc, 1991b, p. 40).

A estrutura organizacional proposta no Projeto de Universidade (Unoesc, 1991b) foi aquela definida no Estatuto da Mantenedora e no Regimento Geral da Universidade, este aprovado pelo CFE por ocasião da análise da Carta-consulta, através do Parecer 318/CFE/91, aprovado no dia 6 de junho de 1991 (Unoesc, 1991a); aquele pela Assembleia Geral da Fundação Unoeste – SC, em novembro de 1990, como visto anteriormente.

2.5 O PLANO DE EXPANSÃO PROPOSTO

O Projeto de Universidade continha um plano de expansão para a graduação com cursos novos a serem implantados no quinquênio 1992-1996, conforme mostra o quadro.

Quadro 5 – Projeção dos cursos de graduação a serem implantados entre 1992 e 1996

CURSOS	VAGAS	ANO	CAMPUS
Agronomia	50	1992	Chapecó
Engenharia de Produção Mecânica	50	1992	Joaçaba
Ciências Biológicas	50	1992	Chapecó
Tecnólogo em Alimentos	50	1993	Videira
Tecnólogo em Processamento de Dados	50	1993	Videira
Total	250	-	-

Fonte: adaptado do Projeto de Universidade (Unoesc, 1991b, p. 53).

A escolha por esses cursos não foi aleatória; resultaram de um planejamento estratégico que levou em consideração as chamadas “vocações” econômicas e sociais de cada campus e suas respectivas regiões: Chapecó na área da agroindústria; Joaçaba na área metalmecânica; e Videira na área de alimentos.

Somando-se aos cursos já existentes, projetava-se chegar, em 1996, com 18 cursos em oferta, totalizando 1.550 vagas (Unoesc, 1991b).

Assim como se planejou a graduação, também a pós-graduação foi projetada no quinquênio 1992-1996 (Unoesc, 1991b). À época, a Instituição ofertava 22 cursos de pós-graduação lato sensu, com um total de 644 estudantes matriculados. Possuía, portanto, boa

experiência nesse nível de ensino. Contudo, na pós-graduação stricto sensu tudo estava por fazer-se. Na ocasião, projetou-se a implantação do stricto sensu para 1995, iniciando-se com os mestrados em Educação, Administração e Ciências Agrárias (Unoesc, 1991b).

A política de pesquisa buscou vinculá-la ao ensino e à extensão, “como realimentadora dessas atividades, de modo que seja instrumental na identificação e na solução de problemas e na proposição de novas teorias e práticas e seja, também e acima de tudo, fator de desenvolvimento socioeconômico” (Unoesc, 1991b, p. 29).

As atividades de extensão “vinculam-se ao compromisso que a Instituição tem para com a comunidade regional e, portanto, direcioná-las-á, preferencialmente, para a sua área de vocacionamento socioeconômico [...]” (Unoesc, 1991b, p. 31).

Por último, o Projeto apresenta o planejamento da infraestrutura física da futura Universidade, com a descrição daquilo que já existia à época e o planejamento para o quinquênio 1992-1996, como espaço físico, laboratórios, máquinas, equipamentos, audiovisuais, biblioteca, informática, comunicação, plano de avaliação institucional e planejamento econômico-financeiro (Unoesc, 1991b).

2.6 O ACOMPANHAMENTO E A IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Com a homologação do Projeto, inicia-se a implantação da Universidade, sob a supervisão da Comissão de Consultores designada pelo CFE, com vistas ao seu reconhecimento, assim como previa a legislação. Internamente, o trabalho foi coordenado pelo professor Aristides Cimadon, eleito pela Assembleia Geral da Fundação Unoesc,

no dia 23 de janeiro de 1992, como reitor “implantador da Universidade” para um mandato de quatro anos.

Os dirigentes que estiveram à frente do processo de implantação da Universidade foram os professores: Aristides Cimadon, reitor; Nelson Roque Denardi, pró-reitor de Administração; Reni Cecília Iop, pró-reitora de Ensino; e Luiz Carlos Lückmann, pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão.

A equipe ficou completa com a nomeação dos diretores Superintendentes de Campus, coordenadores dos Centros e coordenadores de Curso. À frente da Mantenedora esteve o empresário Flávio Brandalise, presidente eleito pela Assembleia Geral para presidir a Fundação Unoesc, e como vice-presidente, professor Darci Fuga.

A Reitoria, assim como acertado por ocasião da inclusão da Fundeste no Projeto, foi instalada na cidade de Chapecó, em estrutura precária e provisória, localizada na antiga Unidade de Coordenação Regional de Ensino (UCRE), uma vez que o campus não a dispunha para aquele momento.

Em boa parte do período de implantação, a Reitoria ateu-se ao trabalho de unificação dos procedimentos administrativos e acadêmicos, uma das condições *sine qua non* para o seu credenciamento. Foi um trabalho árduo, uma vez que era preciso quebrar resistências de uma cultura bairrista ainda existente na Instituição.

No andamento desse processo, no dia 5 de maio de 1992, sob a relatoria do eminente conselheiro Ernani Bayer, as prerrogativas para acompanhar a implantação do Projeto de Universidade passaram do CFE para o CEE (Parecer 270/92/CFE), com base na Lei n. 4.024/61 (Brasil, 1961).

A lei estabelecia que IES criadas por iniciativa do poder público municipal pertenceriam, legalmente, ao Sistema Estadual de Educação,

portanto, responderiam ao CEE. Compunham o sistema, àquela época, a Udesc, reconhecida como universidade em 1985, e as Fundações de Ensino Superior associadas à Acafe, três delas também com status de universidade, a FURB, em 1986, a Universidade do Vale do Itajaí (Univali), em 1987, e a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), em 1989.

Ato contínuo, o CEE nomeou Comissão de Acompanhamento para dar continuidade à implantação do Projeto de Universidade, constituída pelo conselheiro Relator Pe. Kuno Paulo Rodhen e os professores Orlando Ferreira de Melo (FURB), Sônia Probst (UFSC) e Sebastião Salésio Herd (Unisul).

No final de 1993, a Reitoria mudou-se para espaço físico próprio nas dependências do campus de Chapecó. Na ocasião, professor Santo Rossetto assume a Pró-reitoria Geral de Ensino frente à renúncia da professora Reni Cecília Iop.

Em fevereiro de 1994, o Consun, pela Resolução 4/94/CONSUN, autorizou que os pró-reitores Gerais assumissem, igualmente, as funções correspondentes em seus campi de origem, com os objetivos de enxugar a estrutura e reduzir custos. Foi um ano difícil para a Instituição, com greve de estudantes no campus de Chapecó e boicote no pagamento de mensalidades.

O reconhecimento da Unoesc como Universidade aconteceu no dia 20 de dezembro de 1995, em seção solene do CEE, mediante parecer n. 262/CEE/95, com a presença de dirigentes da Instituição e lideranças comunitárias. Na foto a seguir, professor Cimadon, acompanhado de membros do CEE e de professores da Unoesc.

Fotografia 2 – Reconhecimento da Unoesc como Universidade



Fonte: os autores.

Nota: em pé, da esquerda para a direita: Pedro Almeida, César Schuertz, Luiz Carlos Lückmann, Célio Alves de Oliveira. Sentados estão os conselheiros: Yoli Rossato, Nilson Paulo, Aristides Cimadon, Kuno Paulo Rodhen e Antônio Osvaldo Conci.

A próxima etapa do processo, a do credenciamento, coube ao MEC, mais especificamente ao gabinete do ministro de Estado da Educação, Paulo Renato Souza. Os técnicos daquele Ministério levantaram algumas questões de ordem jurídica ainda não resolvidas no processo de acompanhamento, como a questão da unificação patrimonial em torno da Fundação Unoesc.

Na prática, tinha-se uma justaposição de fundações, cada qual com seus bens móveis, imóveis, títulos e direitos que, embora cedidos em comodato, ainda pertenciam às antigas fundações, uma vez que estas permaneciam ativas. Tratava-se, portanto, de uma decisão jurídica necessária, mas, ao mesmo tempo, polêmica, uma vez que se temia a perda desse patrimônio e dos cursos de graduação para a Fundação Unoesc, sediada em Joaçaba.

Em 14 de agosto de 1996, há 30 anos, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, sancionou os atos do CEE na presença dos dirigentes da Unoesc, de lideranças comunitárias da região e de políticos, como os senadores Esperidião Amin e Cassildo Maldaner, o deputado Federal Neuto de Conto e o secretário de Estado da Educação de Santa Catarina, João Matos. O Decreto de Credenciamento foi assinado pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, com o seguinte teor (Brasil, 1996a):

DECRETO DE 14 DE AGOSTO DE 1996

Credencia a Universidade do Oeste de Santa Catarina, com sede na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, de acordo com o disposto no art. 47 da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, e tendo em vista o que consta do Processo n. 23000.000073/96-12, do Ministério da Educação e do Desporto,

DECRETA:

Art. 1º Fica credenciada a Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc, com sede na cidade de Chapecó, e campi nas cidades de Chapecó, Joaçaba, Videira, Xanxerê e São Miguel do Oeste, mantida pela Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina, com sede na cidade de Joaçaba, todas no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de agosto de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato de Souza

Fotografia 3 – Ato de credenciamento da Unoesc



Fonte: Funoesc 50 anos (2018).

2.7 AVANÇOS DECORRENTES DO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO

Primeiramente, é preciso entender que todo o processo de criação da Unoesc se deu no contexto de profundas mudanças ocorridas

na educação superior a partir dos anos 1990, algumas delas influenciadas pelas políticas do Banco Mundial, “especialmente no que concerne à proposta de diversificação e diferenciação dos sistemas, das instituições e das fontes de financiamento” (Catani; Oliveira, 2002, p. 87).

Tais mudanças culminaram com a promulgação da nova LDB (Brasil, 1996b) e sua regulamentação complementar, cujos princípios orientadores passam a ser a flexibilização e a diversificação na oferta do ensino superior.

De algum modo, a Unoesc antecedeu-se a essas mudanças, apresentando-se ao CFE com um Projeto ousado e inovador de universidade, nada semelhante ao que até então se via pelo país afora. Durante o processo de acompanhamento, a Unoesc foi ajustando-se a essas mudanças, ou por imposição da legislação, ou por recomendação e orientação da Comissão de Consultores.

Os primeiros avanços obtidos começaram a ser perceptíveis já no início do processo de acompanhamento, em 1992, quando se dão os primeiros passos na implementação de uma série de medidas administrativas e acadêmicas, assim como na execução dos planos de expansão previstos no Projeto de Universidade.

Um deles foi a aprovação do Regimento Geral Provisório, primeiramente pelos conselhos internos da Instituição, posteriormente, pelo CFE (Parecer 318/91/CFE, de 6 de junho de 1991). Nele regulava-se o ente acadêmico da Universidade nascente, tendo por base o Estatuto da Instituição, aprovado em Assembleia Geral da Fundação Unoeste – SC, no dia 23 de novembro de 1990.

A estrutura acadêmica proposta pela Instituição no anexo I da Carta-consulta (Univarp, 1990a) e aprovada pelo CFE constituía-se de oito Centros, três sediados em Joaçaba, três em Chapecó e dois em Videira. Os Centros abrigavam os Departamentos organizados por área

de conhecimento e estes, os cursos de graduação e as demais atividades acadêmicas. Como se observa, tratava-se de uma estrutura similar à das Universidades Federais, herança da Lei 5.540/68, que também era organizada em Centros e Departamentos.

Por sua vez, a estrutura administrativa prevista no Estatuto da Mantenedora continha uma Administração Central, uma Administração por Campus e uma Administração por Centro. Cada instância com uma direção e com seus respectivos colegiados. Na Administração Superior, a Assembleia Geral, o Conselho Curador, a Presidência; na Administração Central, o Consun e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; nos órgãos executivos, a Reitoria e as Vice-Reitorias; na Administração dos campi, o Conselho de Administração, o Conselho Pedagógico e o Diretor Superintendente; na Administração dos Centros, as Diretorias, o Conselho Departamental e os Departamentos (Univarp, 1990a).

No Projeto de Universidade, a estrutura administrativa e acadêmica apresentada ao CFE foi praticamente a mesma que foi apresentada na Carta-consulta, com pequenas mudanças de nomenclatura (Unoesc, 1991b).

Como se observa, a estrutura universitária com a qual se deu início à implantação da Universidade possuía alto grau de complexidade, tornando-se pesada e onerosa. Contudo, não foi implantada por capricho dos dirigentes da época; seguia-se aquilo que a Lei 5.540/68 impunha, tendo como parâmetro de estrutura aquela existente nas Universidades Federais de Ensino Superior.

Com o Regimento aprovado e a orientação da Comissão de Acompanhamento, abriram-se as portas para implementar aquilo que estava previsto no Projeto de Universidade, inclusive a instalação dos cursos de graduação nele planejados, assim como o remanejamento de

vagas de um campus para o outro, numa sinergia crescente, após vários anos de estagnação do ensino superior na região.

Os cursos de graduação planejados eram aqueles que não só reforçariam as áreas de conhecimento ainda não abarcadas pela Instituição, como responderiam ao “vocacionamento” levantado por ocasião da elaboração do Projeto de Universidade. Assim, foram autorizados pelo CFE a criação dos cursos de Agronomia (Chapecó); Engenharia de Produção Mecânica (Joaçaba); Ciências Biológicas (Chapecó); Tecnólogo em Alimentos (Videira); e Tecnólogo em Processamento de Dados (Videira) (Unoesc, 1991b).

Durante o acompanhamento da implantação do Projeto de Universidade, outros cursos foram sendo autorizados pela via do remanejamento e/ou aumento de vagas, especialmente nos campi de Xanxerê e São Miguel do Oeste, que por muitos anos dependeram da boa vontade da antiga Fundeste para a sua expansão.

Entre 1991 e 1996, foram implantados 19 cursos de graduação na Instituição como um todo, número significativo quando comparado à oferta em período anterior à constituição da Unoesc, quando, entre 1972 e 1990, as três fundações que deram origem à Unoesc detinham apenas 20 cursos (Unoesc, 1991b).

Junto e concomitantemente à autorização dos novos cursos de graduação, a Unoesc dá os primeiros passos na institucionalização das políticas de pesquisa, pós-graduação e extensão, também previstas no Projeto de Universidade. Até então, aquelas instituições que compuseram o Projeto Unoesc restringiam-se à oferta de cursos de graduação, sem compromisso com a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

Com a perspectiva da conquista do status de universidade, esse cenário começa a mudar. Instituíram-se as políticas de pesquisa, Resolução n. 85/CONSUN/2002 (Unoesc, 2002a), extensão, Resolução n.

26/CONSUN/1994 (Unoesc, 1992b), e pós-graduação e criou-se um Fundo de Apoio à Pesquisa (FAPE), Resolução n. 6, CONSUN, 1992 (Unoesc, 1992b), com o objetivo de financiar a iniciação científica com recursos próprios. Somaram-se a essas iniciativas a celebração de convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a finalidade de associar-se ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

Um dos maiores desafios colocados por ocasião do processo de acompanhamento da implantação da Universidade foi a capacitação docente. Era preciso formar mestres e doutores, não só para dar conta das novas demandas universitárias, como, principalmente, cumprir o que exigia a legislação para o credenciamento de uma universidade: a comprovação de um terço do corpo docente com titulação de mestrado ou doutorado.

O Projeto de Universidade já apontava para esse desafio, ao propor o Programa de Capacitação de Docentes e Pesquisadores (Unoesc, 1991b). E dentro da política que era possível à época, dezenas de professores foram encaminhados para programas de mestrado e doutorado. Na página 93 do Projeto, encontra-se um quadro relacionando os docentes cursando mestrado/doutorado naquele momento, totalizando 32 professores. Mais tarde, a política de capacitação docente foi sendo consolidada por novas resoluções, conforme as necessidades institucionais (Resolução n 02/CONSUN/98).

Tão importante quanto a capacitação docente, foram os investimentos feitos pela Instituição na estrutura física, assim que o Projeto começou a ser implantado. Os novos cursos de graduação passaram a exigir novos espaços físicos, laboratórios, acervos, salas de aula, auditórios, quadras de esporte, espaços estudantis e assim por diante. A parceria e celebração de convênios com entidades regionais,

cooperativas, órgãos de governo e prefeituras foi uma das saídas encontradas para lograr-se êxito em todas essas demandas e no próprio credenciamento da Instituição.

2.8 ALGUNS DESAFIOS ENCONTRADOS NO CAMINHO DO CREDENCIAMENTO

Na medida em que a Instituição avançava com a implantação de novos cursos, a capacitação docente, a implementação da pesquisa e a ampliação da infraestrutura, vários desafios tiveram que ser enfrentados, alguns deles de natureza jurídica, outros de origem política e cultural. Foram muitas as sugestões e recomendações feitas pela Comissão de Verificação durante suas visitas à Instituição, com prazos de cumprimento.

Entre os desafios enfrentados, um deles foi de ordem política, em função de disputas regionais, muitas vezes beirando ao bairrismo entre as cidades que abrigavam os campi universitários. No passado já havia a experiência da dissolução da FEMOC pelo mesmo motivo, como visto acima. As disputas pelo espaço e poder persistiram em todo o processo de implantação do Projeto, mesmo que de forma velada.

Os municípios que sediavam aquelas IES que deram origem à Unoesc eram estratégicos do ponto de vista geopolítico e econômico, por conseguinte, polarizavam a liderança política regional de forma competitiva e concorrente. Nenhum deles estaria disposto a perder a hegemonia e o protagonismo sobre sua região.

Nesse contexto, integrar aquelas fundações isoladas em uma nova e única Fundação “implicava, de certo modo, abrir mão de uma

condição jurídica, patrimonial, administrativa e acadêmica já existente” (Lückmann, 2007, p. 76).

Somaram-se às questões de ordem política também aquelas de ordem cultural relacionadas com as dificuldades de integração entre os campi universitários, em virtude da história que cada um, individualmente, construiu ao longo dos anos. Assim, pergunta Lückmann (2007, p. 78):

Como integrar histórias e culturas diversas em um projeto único de universidade? Como construir um referencial conceitual para a nova Universidade valendo-se de projetos isolados de ensino superior existentes há mais de vinte anos na região? Como definir uma missão e constituir-se um modelo organizacional que pudesse dar conta da unidade de gestão e de patrimônio desejada? Como fazer tudo isso sem desconsiderar a história?

As maiores dificuldades de se construir consenso, no entanto, foram aquelas de ordem jurídico/patrimonial, uma vez que, para que a Universidade fosse credenciada, foi imperativo proceder-se à unificação do patrimônio em torno de uma única instituição. A pergunta que se fazia, na ocasião, era: como unificar patrimônios frente às rivalidades regionais existentes e com o acirramento de bairrismos e disputas de poder? “Tratava-se, em última análise, de desativar as fundações que até então mantinham as instituições de ensino superior, para constituir-se uma nova fundação mantenedora da Universidade que nascia [...]” (Lückmann, 2007, p. 77-78).

Essa discussão havia sido feita quando por ocasião da aprovação do Estatuto da nova Fundação, à época denominada de Funoeste, contudo, não superada até a saída do campus de Chapecó.

2.9 A PARTICIPAÇÃO DE LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS NO CREDENCIAMENTO DA UNOESC

O apoio recebido das lideranças comunitárias, de entidades de classe, de prefeitos da região e do Governo do Estado foi decisivo para o credenciamento da Unoesc como Universidade. Tal mobilização conferiu maior legitimidade e celeridade ao processo, pois se tratava de um Projeto de Universidade de alcance comunitário e regional. Entre as lideranças comunitárias, políticas e acadêmicas, à época, registramos:

DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Presidentes da Funoesc: Antonio Osvaldo Conci e Flávio Brandalise

Reitor: Aristides Cimadon

Pró-reitor Geral de Ensino: Reni Cecília Iop

Pró-reitor Geral de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão: Luiz Carlos
Lückmann

Pró-reitor Geral de Administração: Nelson Roque Denardi

COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DO CFE

Relatora do processo: Zilma Gomes Parente de Barros

Membros da Comissão de Acompanhamento: Décio Botura Filho
(UFCar), Teodoro Rogério Vahl (UFSC) e Doloris Simões de Almeida
(UFSC)

COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DO CEE

Presidente do CEE: Ricardo José Araújo de Oliveira

Relator do processo de reconhecimento da Unoesc: Pe. Kuno Paulo
Rhoden

Membros da Comissão de Acompanhamento: Orlando Ferreira de Melo
(FURB), Sônia Probst (UFSC) e Sebastião Salésio Herdt (Unisul)

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA CARTA-CONSULTA PARA A CRIAÇÃO DA UNIMOC

Aristides Cimadon: FUOC/Joaçaba – Coordenador

Luiz Carlos Lückmann: FUOC/Joaçaba

Nelson Denardi: Femarp/Videira

Antônio Elizio Pazeto: Fearpe/Caçador

Darci Martinello: Fearpe/Caçador

Altir Pedro Goedert: FEAUC/Concórdia

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA CARTA-CONSULTA PARA A CRIAÇÃO DA UNOESC

Aristides Cimadon – Coordenador dos trabalhos

Unoesc Joaçaba: Luiz Carlos Lückmann, Darcy Laske e Pedro Antonio de
Lima Neto

Unoesc Videira: Nelson Roque Denardi, Eduardo Gelinski Junior e
Antoninho Baldissera

Unoesc Chapecó: Reni Cecília Iop, Lourdes Alves e Ireno Antonio
Berticelli

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE UNIVERSIDADE

Aristides Cimadon – Coordenador dos trabalhos

Unoesc Joaçaba: Luiz Carlos Lückmann, Darcy Laske e Pedro Antônio de Lima

Unoesc Videira: Nelson Roque Denardi e Eduardo Gelinski Júnior

Unoesc Chapecó: Lourdes Alves, Ireno Antonio Berticeli e Reni Cecilia Iop

DIRIGENTES DA ACAFE

Presidentes da Acafe: Lauro Zimmer, Edison Villela e Silvestre Herdt

LIDERANÇAS POLÍTICAS

Esperidião Amin – Senador da República

Cassildo Maldaner – Senador da República

Neuto Fausto de Conto – Deputado Federal

José Fritsch – Deputado Federal

Hugo Biehl – Deputado Federal

João Matos – Secretário de Estado da Educação

Milton Sander, Dilson Cechin e Aldi Berdian – Prefeitos de Chapecó

Raul Furlan, Afonso Dresch e Joventino De Marco – Prefeitos de Joaçaba

Gabriel Bogoni e Vilmar Carelli – Prefeitos de Videira

2.10 LINHA DO TEMPO DOS FATOS QUE MARCARAM OS ANOS 1990-1996

1990, dia 30 de março: Protocolo da Carta-consulta para a criação da Univarp no CFE, com a participação da FUOC de Joaçaba e da Femarp de Videira.

1990: Nomeação da Relatoria e de Comissão de Consultores pelo CFE constituída pelos professores: Zilma Gomes Parente de Barros, relatora; Décio Botura Filho (UFScar); Doloris Simões de Almeida (UFSC); e Teodoro Rogério Wahl (UFSC).

1990, 22 de abril: Anuência da Fundeste de Chapecó à Carta-consulta com o objetivo da criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, com a sigla Unoeste – SC.

1990, 22 de abril: Reconstituição da Comissão Pró-Universidade para proceder-se aos ajustes na nova Carta-consulta, com os seguintes professores: Aristides Cimadon, coordenador dos trabalhos; Luiz Carlos Lückmann, Darcy Laske e Pedro Antonio de Lima Neto, pelo campus de Joaçaba; Nelson Roque Denardi, Eduardo Gelinski Junior e Antoninho Baldissera, pelo campus de Videira; Reni Cecília Iop, Lourdes Alves e Ireno Antonio Berticelli, pelo campus de Chapecó.

1990, 19 de outubro: Promulgação da Lei Municipal n. 1.637, alterando a sigla FUOC para Unoeste – SC, sob a direção geral do professor Darci Fuga.

1990, 30 de novembro: Reapresentação da Carta-consulta ao CFE, incluindo-se a Fundeste de Chapecó no Projeto de criação da Unoeste – SC.

1990, entre os dias 20 e 25 de agosto: Primeira visita realizada pela relatora e Comissão Verificadora à região para conhecer de perto as condições para a criação da Unoeste – SC.

1990, dia 19 de outubro: Alteração do nome da Fundação Educacional do Oeste Catarinense (FUOC) para Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina (Unoeste – SC), pela Lei Municipal n. 1.637.

1990, 23 de novembro: Aprovação do Estatuto da Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina, Unoeste – SC, por representantes das assembleias da FUOC, Femarp e Fundeste.

1990, 31 de dezembro: Posse do professor Aristides Cimadon como diretor Superintendente da Funoeste de Joaçaba, em processo eleitoral cujo lema foi “Rumo à Universidade”.

1991, 20 de fevereiro: Aprovação da Carta-consulta pelo CFE, Parecer 102/CFE/1991.

1991, agosto: Protocolo do Projeto de Universidade no CFE.

1991, 6 de novembro: Aprovação do Projeto de Universidade pelo CFE, Parecer 587, como “Universidade do Oeste de

Santa Catarina – Unoesc, em acompanhamento”, mantida pela Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina, com sede na cidade de Joaçaba.

1992, dia 23 de janeiro: Posse do professor Aristides Cimadon como “reitor implantador da universidade”, pela Assembleia Geral da Fundação Unoesc, em Videira.

1992, dia 5 de maio: Sob a relatoria do conselheiro Ernani Bayer, as prerrogativas para acompanhar a implantação do Projeto de Universidade passaram do CFE para o CEE, Parecer n. 270/92/CFE, sob a relatoria do conselheiro Pe. Kuno Paulo Rhoden.

1992, ato contínuo: Nomeação de Comissão de Verificação pelo CEE, com a finalidade de dar continuidade à implantação do Projeto de Universidade, constituída pelo conselheiro relator Pe. Kuno Paulo Rodhen e os professores Orlando Ferreira de Melo (FURB), Sônia Probst (UFSC) e Sebastião Salésio Herd (Unisul).

1993: Recondução do professor Cimadon ao CEE, pelo governador Wilson Kleinubing.

1995, 20 de dezembro: Reconhecimento da Unoesc como Universidade pelo CEE, Parecer n. 262.

1996, 14 de agosto: O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, sancionou os atos do CEE e o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por Decreto, credenciou a Unoesc.



CAPÍTULO III

OS PRIMEIROS ANOS DA NOVA UNIVERSIDADE

Sob a liderança do reitor implantador da Universidade, professor Aristides Cimadon (1992-1996), conseguiu-se não apenas a formulação e a autorização da Carta-consulta e do Projeto de Universidade, como também sua efetiva implantação como Instituição Comunitária e regional, consumando-se com o reconhecimento pelo CEE e o credenciamento pelo MEC. A conquista foi resultante de um persuasivo e competente esforço de unir as três IES isoladas e entre si competidoras presentes na região nas décadas de 60, 70 e 80.

Em etapa seguinte, foi preciso avançar na direção a um novo tempo, buscando superar a lacuna deixada pela ausência do Estado na educação superior desta vasta região catarinense.

O novo reitor havia tomado posse no dia 2 de maio de 1996, poucos meses antes do credenciamento da Unoesc como Universidade, após processo eleitoral ocorrido no dia 12 de abril, cuja chapa vencedora trazia o lema *"Integração e consolidação: uma proposta de gestão voltada para a expansão"*, encabeçada pelo professor Luiz Carlos Lückmann (gestão 1996-2000). Na mesma ocasião, são conduzidos à Presidência da Fundação Unoesc o professor e advogado Antonio Osvaldo Conci e à Presidência do Conselho Curador o professor Roberto Merlo. A Fundação Unoesc contou com a assessoria da Procuradoria Jurídica, exercida pelo professor Aristides Cimadon.

Na sequência, os campi indicaram seus dirigentes, também por processo eleitoral, completando-se a equipe da Administração Superior da Instituição, assim constituída: pró-reitores gerais: Antonio Carlos de Souza (Administração); Vicente de Paula Souza (Ensino); Eduardo Gelinski Junior (Pesquisa, Pós-graduação e Extensão); pró-reitores da Unoesc Joaçaba: Aristides Cimadon (Administração), Vicente de Paula Sousa (Ensino) e Célio Alves de Oliveira (Pesquisa, Pós-graduação e Extensão); pró-reitores da Unoesc Videira: Antonio Carlos de Souza

(Administração), Ernani Tadeu Rizzi (Ensino) e Eduardo Gelinski Junior (Pesquisa, Pós-graduação e Extensão); pró-reitores da Unoesc Chapecó: Gilberto Luiz Agnolin (Administração), Silvana Tumelero (Ensino) e Odilon Luiz Poli (Pesquisa, Pós-graduação e Extensão); pró-reitores da Unoesc São Miguel do Oeste: Anacleto Ângelo Ortigara (Administração) e Neusa Maria dos Santos (Ensino); pró-reitores da Unoesc Xanxerê: Genesio Téó (Administração) e Edi da Silva Rosa (Ensino).

Figura 16 – Instalação oficial da Unoesc

5-0800 **ESPECIAL** Joaquã, 30 de novembro de 1996

Instalação Oficial marca os 25 anos do ensino superior

Após 25 anos de luta e funcionamento, foi instalada oficialmente em Joaçaba, a Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Em cerimonial impecavelmente conduzido pelo diplomata e professor David Mandrick. Durante autoridades de A a Z, em sessão solene realizada no anfiteatro próprio, devidamente reconhecida pelo Ministério de Educação e Cultura, a ex-F.U.O.C., passa a existir em condição oficial de Universidade Multi-Campus.

Estiveram presentes representantes do Governo do Estado, do Conselho Estadual de Educação e de todos os demais segmentos da sociedade.

Pelo parecer nº 102 em ato público ficou instalada oficialmente a Universidade do Oeste de Santa Catarina. A Universidade surgiu de um sonho que para muitos parecia impossível (como sempre).

Mas, como resultado da luta, a própria dos audaciosos que pensam alto e gostam do incerto, (caso) do ex-reitor

Aristides Cimadon, está aí, um pleno funcionamento comemorando Bodas de Prata.

"Com lágrimas se-mei-am - com júbilo colherão". (Salmo 126)

"Os profetos, indistintamente, de 68/96, tiveram papéis preponderantes para realização deste gigantesco Campus que hoje orgulha Joaçaba.

E assim, desde o industrial Uldio Coppi

(prefeito da época da criação da F.U.O.C.) até o atual Joventino De Marco

Passando por: Nilson Zunkowsky, Raul Furlan, Evandro Freitas, Normelio Zilio, Afonso Dresch, todos estiveram presentes e foram agraciados com troféus de honra.

"Símbolo do Reconhecimento" de Joaçaba e nossa gente. O primeiro presidente da F.U.O.C., foi o Dr. Jayme Scherer, que homenageado, lançou o concurso João Arnaldo Scherer de Desenvolvimento concedendo "Bolsa" para funcionamento dos primeiros 05 anos.

Osmar Mena Barreto, Darcy Foga, Vicente de Paula Souza, Darcy Laske, David Mandrick e Aristides Cimadon, foram sem dóvi-

da os grandes badalantes da pequena semente que sem sombra de dúvida, hoje ocupa lugar de Honra na História.

Dentre os primeiros professores estão Dr. Eulo Balvedi, Professor Antônio Marech, Dr. Osmar De Marco, Dr. Mleci Moreira, Dr. Nilton Car-

valho, Dr. Jerry Brancher e a nossa inesquecível e grande mestra Dalja Martins Pinto Scipione.

O Engenheiro Sady Zago foi responsável pela parte arquitetônica de toda estrutura imóvel da Unoesc, em seu início. Após o cerimonial de instalação oficial, na Unoesc.

Como parte da programação, os convidados foram recepcionados com um jantar no Clube 10 de Maio. Muitos dos participantes das festividades ainda marcaram presença no Clube Cruzeiro, onde foi realizado baile com eleição da Miss Unoesc '96. Registros nosso.

Fonte: Jornal O Sol (1996).

A Reitoria contou com reduzido quadro de colaboradores, atuando como suporte, entre eles: Neusa Bordignon, secretária acadêmica geral; Santo Rosseto, chefe de gabinete, posteriormente substituído pelo professor David Mandryk; Feliciano Afonso Sturm, coordenador administrativo; e Douglas Roberto Festa, contador geral.

O modelo multicampi de universidade tem a peculiaridade da descentralização da gestão, diferindo de outros modelos. Na estrutura organizacional da Unoesc, à época, o reitor exercia predominantemente funções de mediação e representação política, mais do que executivas. De outro lado, há o ônus dos custos em função da duplicação de meios para os mesmos fins, um problema de gestão que vinha sendo questionado inclusive pela Comissão de Acompanhamento, que resistia à ideia da descentralização da gestão pelas dificuldades de entender o modelo adotado pela Unoesc.

3.1 A MAIOR EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR JÁ CONHECIDA

O lema da campanha para a eleição do reitor, *"Integração e consolidação: uma proposta de gestão voltada para a expansão"*, passou a mensagem de que, de um lado, era preciso dar continuidade ao processo de integração dos campi, num esforço contínuo de buscar-se a unidade jurídica, administrativa e acadêmica e superar as divergências internas, agravadas pelo processo eleitoral; de outro, consolidar a implantação do modelo comunitário e regional de universidade e de promover-se aquela que foi, certamente, a maior expansão do ensino superior no Oeste catarinense.

Figura 17 – Lema da campanha para reitor da Unoesc encabeçada pelo candidato vencedor, professor Luiz Carlos Lückmann, em 1996



Fonte: material de campanha utilizado na eleição para reitor (1996-2000).

O programa de gestão apontava para algumas prioridades, entre elas: a expansão do ensino superior; a capacitação docente em nível de mestrado e doutorado; a ampliação da estrutura física, laboratorial

e do acervo bibliográfico; a criação de linhas e grupos de pesquisa; a cooperação interinstitucional e internacional; a reativação do artigo 170 da Constituição do Estado; a institucionalização de programas de extensão de alcance comunitário; a preparação da Instituição para a implantação da pós-graduação *stricto sensu*; e a consolidação da Instituição como Universidade Comunitária de modelo multicampi.

3.1.1 Qualificação de Recursos Humanos

Grande parte dessas prioridades eram dependentes de recursos humanos qualificados. O Plano Institucional de Capacitação Docente e Técnica, existente na época (Resolução n. 02/CONSUN/98), já havia produzido bons resultados por ocasião do processo de credenciamento, mas era preciso intensificá-lo frente à expansão do ensino superior que estava por vir.

Uma das estratégias de aceleração desse processo foi a de participar do Plano Sul de Pós-graduação (Prosul), fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em parceria com as fundações de apoio à ciência e tecnologia dos três estados do Sul do país e as universidades federais, com os objetivos de diversificar e desconcentrar a pós-graduação *stricto sensu*, até então restrita a algumas ilhas de excelência localizadas nos grandes centros.

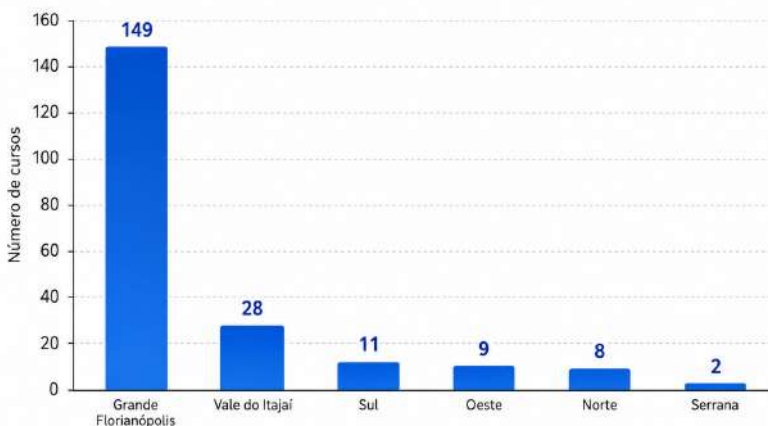
Os mestrados e doutorados interinstitucionais (Minter e Dinter) foram exemplos dessa política, na tentativa de diminuir as assimetrias regionais marcantes nos anos 1990 e 2000. A parceria foi selada entre a CAPES, o Fundo Rotativo de Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Funcitec) (hoje Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - Fapescc) e Acafe por meio de Termo de Cooperação no dia 30 de março de 1998.

Lückmann e Bernart (2013, p. 292), ao abordarem o tema em artigo publicado em 2013, contestam a suposta “consolidação” da pós-graduação apregoada pela CAPES à época, ao afirmar:

Consolidação não é o mesmo que distribuição equilibrada da PG em um determinado território. Pode-se ter a consolidação da PG em uma universidade, ou em uma universidade de uma determinada região, contudo, tal fato não elimina, nem mesmo diminui as assimetrias que possam existir intrarregionalmente, ou interinstitucionalmente.

Em 2013, Santa Catarina contava com um total de 207 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, dos quais: 149 localizados na mesorregião da grande Florianópolis; 28 na mesorregião do Vale do Itajaí; 11 na mesorregião Sul; 9 na mesorregião Oeste; 8 na mesorregião Norte; e 2 na mesorregião Serrana, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Distribuição dos programas de pós-graduação nas regiões litorâneas e interiores de Santa Catarina



Fonte: Lückmann e Bernart (2013, p. 292).

Consequentemente, a concentração da pós-graduação acabava sendo proporcional à distribuição de docentes com titulação de mestrado e doutorado nas regiões, em flagrante prejuízo à região Oeste catarinense. A alternativa para a Unoesc foi a de propiciar aos seus docentes a oportunidade de formação pós-graduada em cursos de mestrado e doutorado ofertados na própria Instituição, em formatos não convencionais, como o Minter e o Dinter.

A Unoesc foi contemplada no Programa com 12 cursos de mestrado e um de doutorado. A UFSC foi grande parceira nesse Programa, incentivado pelo reitor da época, professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, e pelo professor Antonio Diomário de Queiroz, ex-reitor da UFSC e cidadão joaçabense. Queiroz foi o idealizador do primeiro curso de engenharia implantado na Unoesc Joaçaba, o de Produção Mecânica.

Os resultados foram visíveis. No primeiro semestre do ano 2000, 214 professores encontravam-se cursando mestrado, e 57, o doutorado, representando 36,29% do total de professores, um crescimento de 298% no período entre 1996 e 2000 (Unoesc, 2001).

3.1.2 A expansão do Ensino Superior Pós-Credenciamento

Como ilustração, apresentamos um quadro que mostra a evolução dos cursos de graduação, as vagas iniciais, o total de estudantes (incluindo-se graduação, pós-graduação e educação básica) e o total de professores, no período entre 1992 e 2002. Os números consideram quatro momentos: o ano do início da implantação do Projeto de Universidade (1992); o ano do credenciamento da Instituição (1996); o ano de final de mandato do professor Lückmann como reitor (2000); e o ano da saída do campus de Chapecó da Unoesc.

Quadro 6 – Evolução dos cursos, vagas, estudantes e docentes da Unoesc (1992-2002)

Aspectos analisados		1992	1996	2000	2002	Crescimento
Cursos de graduação		14	18	38	47	335,7%
Vagas iniciais		1.300	1.750	4.300	5.135	395%
Total de estudantes		4.852	7.679	17.160	20.311	418,6%
Total de docentes		310	456	847	1.034	333,5%
Stricto sensu	Mestres	21	64	191	419	1.995,1%
	Doutores	1	1	15	26	2.600%

Fonte: adaptado de Machado (2002, p. 256).

Os dados revelam um crescimento exponencial, se comparados com os existentes antes do processo de criação da Universidade. Em 1992, a Unoesc oferecia 14 cursos de graduação, pulando para 18 em 1996. No ano 2000, já contava com 38 cursos e, em 2002, com 47, verificando-se crescimento de 335,7% em dez anos.

O mesmo se observa em relação ao crescimento das matrículas de estudantes da graduação, pós-graduação e educação básica: em 1992, a Unoesc possuía 4.852 estudantes; em 1996, saltou para 7.679; no ano 2000, para 17.160; e em 2002, para 20.311, incluídas as matrículas do campus de Chapecó, que ainda fazia parte da Unoesc. Entre 1992 e 2002, portanto, o crescimento foi de 418,6% (Machado, 2002).

Tamanha expansão significou para a região, além de formação profissional, desenvolvimento socioeconômico, novas oportunidades e, o mais importante, a inserção de milhares de jovens no mercado de trabalho. Até o ano de 2001, a Unoesc já havia formado 14.933 jovens. Sem a sua presença na região, certamente, grande número deles teria migrado para o litoral catarinense ou outros centros urbanos (Unoesc, 2000).

Bastariam esses dados para se constatar que o ensino superior na região, após o credenciamento da Unoesc, cresceu em ritmo acelerado de expansão; fato relacionado, certamente, à obtenção da autonomia universitária. Os números jamais teriam sido alcançados em tão curto espaço de tempo se a Instituição dependesse de morosos processos de autorização de cursos ou de aumento de vagas como ocorria até então.

Sabia-se, igualmente, que uma universidade não se faz somente com ensino; pesquisa e extensão são dele indissociáveis. Como vimos, os professores com a titulação de doutorado, portanto, qualificados para a pesquisa, eram escassos. Mesmo assim, muito se avançou.

A institucionalização de políticas, bem como de programas de fomento, somado ao número crescente de mestres e doutores e a criação de periódicos científicos foram fatores decisivos para o desenvolvimento da pesquisa. Chegou-se ao ano 2000 com mais de 200 projetos de iniciação científica em andamento, além de outros 70 projetos bancados com recursos próprios e de agências de fomento (Unoesc, 2000).

A expansão da área acadêmica foi acompanhada, simultaneamente, pela ampliação da infraestrutura física, laboratorial e pelo acervo bibliográfico e de recursos tecnológicos. Entre 1996 e 2000, adquiriu-se uma média de 12 mil livros ao ano e construiu-se em média 10 mil m² de área física ao ano (Unoesc, 2000).

3.2 A EMANCIPAÇÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DE XANXERÊ COMO CAMPI UNIVERSITÁRIOS

Como se conheceu da história, a Fundeste, antes de sua adesão ao Projeto Unoesc, mantinha, desde 1986, dois cursos de graduação na cidade de São Miguel do Oeste — Administração (1986) e Pedagogia

(1988) — e dois outros na cidade de Xanxerê — Ciências Contábeis (1987) e Pedagogia (1990) (Unoesc, 2025o).

Os cursos da Unoesc São Miguel do Oeste tinham como sede as dependências do Colégio La Salle e os cursos de Xanxerê, a Escola de Educação Básica Presidente Artur da Costa e Silva. Sua gestão era toda centralizada na Unoesc Chapecó, sem perspectivas de crescimento.

A proposta de expansão fazia parte da estratégia do programa apresentado pelo candidato a reitor no pleito de 1996, professor Luiz Carlos Lückmann. Foi liderada pelos professores Anacleto Ângelo Ortigara e Genesio Téó, respectivamente pró-reitores de Administração da Unoesc São Miguel do Oeste e Xanxerê.

Ainda em 1996, iniciou-se o processo de expansão do ensino superior naqueles campi, apesar da resistência apresentada pela Unoesc Chapecó, diante da iminência de perder espaço territorial e político. A Unoesc São Miguel do Oeste, em 1992, tinha dois cursos, somando 422 estudantes; em 2000, saltou para 13 cursos e 2.395 estudantes, representando crescimento de 81,5% e 81,7% respectivamente (10,12% ao ano) (Unoesc, 2000).

A partir de 1996, o campus passou a ter sua sede própria, construída com recursos do Governo do Estado. O bloco, construído e inaugurado no dia 26 de setembro de 1996, tornou possível a implantação de novos cursos.

No dia 8 de março do mesmo ano, o campus expandiu sua área de atuação no Município de Maravilha, implantando, inicialmente, o curso de Pedagogia, também em local provisório. E no dia 6 de setembro de 1999, foi inaugurada a sede física própria da Unoesc Maravilha (Unoesc, 2025l). Eram dirigentes à época os pró-reitores Anacleto Ângelo Ortigara (Administração) e Neusa Maria dos Santos (Ensino).

Esse conjunto de iniciativas permitiu que o campus, até então classificado como “aproximado”, alcançasse o status de campus,

desvinculando-se definitivamente da Unoesc Chapecó, ato aprovado pelo Consun, através da Res. N. 3/CONSUN/98, de 16 de abril de 1998, e homologado pela Assembleia Geral, através da Res. N. 02/AS.GERAL/98, no dia 26 de junho do mesmo ano.

O quadro seguinte apresenta os cursos de graduação e respectivos anos de aprovação na Unoesc São Miguel do Oeste, compreendendo o período 1995-2000 (Unoesc, 2004).

Quadro 7 – Cursos e respectivos anos de aprovação – Unoesc São Miguel do Oeste (1995-2000)

Cursos	Ano de aprovação	Vagas
Administração	1996	50
Agronegócios	2000	50
Ciências Biológicas	2000	60
Ciências Contábeis	1995/2000	50+50
Direito	1997/1999	50+50
Educação Artística	1999	40
Educação Física - Licenciatura	1998	50
Geografia	1996	50
Letras - Português	1998	50
Português/Espanhol	1996	50
Pedagogia	1988/2000	50+50
Serviço Social	2000	50
Sistemas de Informação	2000	50
Tecnologia em Informática	1998	50

Fonte: adaptado do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (Unoesc, 2004, p. 41-43).

Com a Unoesc Xanxerê não foi diferente. Com base em plano de expansão, os cursos foram sendo implantados, conforme mostra o

quadro a seguir. Quando em 1992, contava com apenas dois cursos de graduação, no ano 2000 saltou para nove.

Quadro 8 – Cursos e respectivos anos de aprovação – Unoesc Xanxerê (1995-2000)

Cursos	Ano de aprovação	Vagas
Administração	1997	50+50
Arquitetura e Urbanismo	1999	70
Ciências Contábeis	1987	50
Design	2000	40
Direito	2000	50
Educação Artística	1998	50
Educação Física - Licenciatura	1998	50
Pedagogia	1990	50
Tecnologia em Informática	1998	50

Fonte: Unoesc (2004, p. 41-43).

Paralelamente à implantação dos cursos, a Unoesc Xanxerê construía sua sede física, iniciando-se pelo bloco administrativo, enquanto as aulas aconteciam no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), uma vez que o Colégio Costa e Silva havia sido retomado pelo Estado.

Em 1988, são inaugurados os dois primeiros blocos do campus, ampliando-se a área construída em 1999. Em agosto do mesmo ano, o campus passa a compor a estrutura organizacional da Unoesc como campus universitário em igualdade de condições aos demais (Unoesc, 2025f). Na ocasião, o reitor da Unoesc publicou artigo no Jornal Diário da Manhã, apresentando os motivos pelos quais a Unoesc Xanxerê mereceu os méritos da conquista do status de campus universitário, como pode-se ler a seguir.

Figura 18 – Notícia no Jornal Diário da Manhã, em Chapecó

Veículo: Diário da Manhã Local: Chapecó
 Edição de: 09/09/99 Página: 02
 Cm/Col: Valor:

Xanxerê integra-se plenamente à Unoesc

A elevação da Unoesc/Xanxerê à condição, de fato e de direito, de campus universitário pleno, do ponto de vista de sua representatividade política interna e externa e de sua autoridade acadêmica no contexto da Universidade do Oeste de Santa Catarina, significa uma conquista e um desafio para sua comunidade acadêmica regional.

Conquista, porque a Unoesc/Xanxerê apostou na universidade e a vem construindo no seu dia a dia, de modo a assegurar-lhe as condições básicas para a atuação e a expansão do ensino de graduação e a encarar os desafios de responder socialmente enquanto promotora do desenvolvimento regional, através da pesquisa e da ação comunitária, na forma de extensão universitária, consolidando a presença e a inserção da universidade na comunidade regional.

As manifestações do Conselho Universitário e da Assembléia Geral da Fundação Unoesc, acolhendo, através de seus conselheiros, o pleito ao status de campus universitário, é uma demonstração inequívoca de que a Unoesc/Xanxerê integra-se plenamente à universidade e conquista o seu espaço definitivo junto aos municípios da região do Alto Irani. O seu crescimento na graduação nestes três últimos anos, os investimentos na capacitação de professores e funcionários e o seu projeto de construção da sede própria, já implementado e com investimento permanente em sua ampliação, são expressões do quanto a direção local, a comunidade acadêmica e a sociedade xanxerense vêm apostando e fazendo por sua universidade.

Porém, mais do que uma conquista, este fato representa o desafio de a Unoesc/Xanxerê consolidar o seu projeto de futuro. Sabemos que uma universidade não se faz apenas com ensino, mesmo que este seja relevante e imprescindível para a formação de quadros nas mais diferentes carreiras profissionais. Uma universidade se faz também com o seu comprometimento no processo de desenvolvimento científico, tecnológico e social de uma região, através do trinômio ensino, pesquisa e extensão.

O Conselho Universitário e a Assembléia Geral da Fundação Unoesc desejam à Unoesc/Xanxerê que o seu projeto do presente e de futuro concretize definitivamente o sonho aspirado e conquistado por todos quantos se engajaram, no passado e no presente, para ter a sua universidade, a Unoesc.

Dr. Carlos Lückmann,
 reitor da Unoesc e presidente do Acafe

Fonte: Jornal Diário da Manhã (1999).

A Unoesc Xanxerê foi projetada para abrigar um centro de excelência em agro veterinária, iniciando-se com a implantação do curso

de Medicina Veterinária, em 2001, seguido pelos cursos de Agronomia e Engenharia Florestal, implantados em 2003.

Hoje, abriga o Mestrado em Sanidade e Produção Animal, atendendo àquele objetivo. O conjunto dessas iniciativas fez com que a Unoesc Xanxerê chegasse ao ano de 2002, seis anos após o credenciamento da Instituição, com 1.849 estudantes (Unoesc, 2002e).

3.3 O PRIMEIRO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UNOESC (1999-2010)

A cultura de planejamento numa instituição universitária resulta de vontade política de se “querer fazer” e do esforço coletivo e participativo da comunidade acadêmica; assim foi na Unoesc. A primeira experiência ocorreu com a elaboração do Projeto de Universidade, em 1991, quando foram traçadas as primeiras metas a serem alcançadas durante o processo de acompanhamento (1992-1996).

Alcançado o credenciamento, era preciso pensar e preparar a Instituição para o futuro do ponto de vista de sua estratégia de atuação, sua missão, suas finalidades, seus objetivos, bem como seus planos pedagógico e de gestão.

Lembrando que esse formato de planejamento era adotado por universidades brasileiras, em particular, as IES privadas e comunitárias, até o momento em que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep) tornou obrigatória a apresentação quinquenal do PDI, em 2004 (Brasil, 2004).

Antecederam ao Planejamento algumas palestras de sensibilização, com a participação dos conferencistas Pablo Gentili, Niuvenius Paoli, Raul de Nadal, entre outros. Fez-se, igualmente, amplo

diagnóstico institucional, utilizando-se a matriz SWOT, um método de planejamento estratégico que passa, inicialmente, por um estudo de cenários para a tomada de decisão (Mesquita Junior; Feldens; Faria, 2025). Como resultado, pôde-se identificar as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças em relação ao presente e futuro da Instituição.

O diagnóstico abriu o caminho para, no dia 20 de maio de 1998, na cidade de Fraiburgo, iniciar-se o processo daquele que foi o primeiro Planejamento Estratégico da Unoesc, aprovado pelo Conselho Universitário (Resolução n. 75/CONSUN/99) e publicado com o título “Credenciamento Público, Legitimidade Social: Planejamento Estratégico 1999/2010” (Unoesc, 1999b). Lá foram acordados os pressupostos teóricos e metodológicos que norteariam o plano. Ao todo, foram 11 etapas, cada qual cumprindo com seus objetivos, até chegar à apresentação, discussão e conclusão do plano em reunião ocorrida na Unoesc Chapecó, nos dias 14 e 15 de julho de 1999.

A metodologia utilizada para a elaboração do plano compreendeu cinco momentos básicos: fundamentação teórico-metodológica; análise dos ambientes interno e externo; coordenadas estratégicas; organização da ação; e avaliação (Unoesc, 1999b).

O texto inicial apresenta uma caracterização da Unoesc como sendo uma instituição “de origem pública, de direito privado, comunitária, regional e descentralizada em multicampi, comprometida com o processo do desenvolvimento regional” (Unoesc, 1999b, p. 22).

Com base nessa caracterização, o plano segue com a definição de missão, princípios gerais, objetivos permanentes, grandes rumos, cadeia de “negócios”, objetivos estratégicos gerais, diretrizes e objetivos estratégicos temáticos (Unoesc, 1999b).

Segue breve análise de algumas categorias centrais do Planejamento Estratégico, entre elas a concepção e as características

institucionais subjacentes ao plano, à nova missão institucional e à estrutura organizacional proposta.

3.3.1 A concepção de universidade subjacente ao planejamento estratégico

A concepção de universidade encontra-se no texto “caracterização da Unoesc” (Unoesc, 1999b, p. 22). É apresentada aqui no formato de um quadro-síntese.

Quadro 9 – Concepção de universidade - Planejamento Estratégico 1999-2010

Concepção de universidade - Planejamento Estratégico 1999-2009	Categorias
De origem pública, considerados os atos instituidores baixados pelo poder executivo dos municípios sedes das fundações que a precederam e lhe deram origem.	De origem pública
De direito privado, considerando sua forma jurídico-operacional e a função que compartilhadamente social que desempenha.	De direito privado
Regional e descentralizada em multicampi, considerada sua abrangência de atuação e sua organização estrutural em vários campi, com relativa autonomia.	Universidade regional/comunitária
Comprometida com o processo do desenvolvimento regional, considerada sua abertura de acesso local ao ensino superior, seu atendimento às necessidades sociais [...].	Comprometida com o desenvolvimento regional

Fonte: Unoesc (1999b, p. 22).

Como se observa, a Unoesc possui uma identidade fortemente enraizada e comprometida com a comunidade regional. Sua relevância, pertinência e legitimidade social serão reconhecidas na medida e intensidade de sua atuação pública e comunitária.

3.3.2 A missão para a qual a Unoesc foi criada

Uma das etapas mais difíceis do Planejamento Estratégico foi aquela que desencadeou a discussão sobre a missão da Unoesc. Construir um consenso em torno dessa questão significou perguntar, fundamentalmente, sobre a razão de ser da universidade, bem como sobre seus fins e sua função social junto à comunidade regional.

Segundo o Planejamento Estratégico (Unoesc, 1999b, p. 24): “A missão define as finalidades e explicita a razão de ser da instituição. Transcende as realidades contingentes e transitórias, sejam elas de curto, de médio ou de longo prazo”. Seu texto contempla as características institucionais, os valores da cidadania, sustentabilidade, cultura e arte. Foi assim definida:

A Unoesc tem por missão gerar e difundir o conhecimento científico, artístico-cultural e tecnológico, mediante o ensino, a pesquisa e a extensão, nas diferentes áreas do saber, com o objetivo de promover a cidadania, o desenvolvimento humano e cultural sustentável, em âmbito regional, nacional e internacional (Unoesc, 1999b, p. 22).

Como se observa, a missão da Unoesc expressa não somente a função clássica de universidade, que é a de gerar e difundir o conhecimento, como incentiva os valores da cidadania, da sustentabilidade, do desenvolvimento humano, da cultura e da arte. Contempla, igualmente, as categorias da regionalidade e da universalidade, imprescindíveis a uma Instituição cuja identidade tem a marca de sua região.

3.3.3 A Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional que se propôs no Planejamento Estratégico era diversa daquela que havia sido apresentada no Projeto de Universidade há sete anos. No âmbito da Mantenedora, propunha-se: a Assembleia Geral, o Conselho Curador e a Presidência; no âmbito da Universidade, o Consun, a Reitoria, o Conselho de Gestão, as Pró-reitorias, os Centros e os cursos neles lotados (Unoesc, 1999b).

As mudanças sugeridas no Planejamento Estratégico foram acatadas na primeira reforma estatutária ocorrida após três anos do credenciamento, homologada pela Assembleia Geral no dia 15 de setembro de 1999 (Res. N. 52/99/CONSUN) (Unoesc, 1999a).

A reforma trouxe algumas mudanças importantes em relação ao estatuto anterior, uma delas de impacto significativo pelo objetivo a que se propunha: enxugar, de um lado, a estrutura central da Instituição e, de outro, reforçar a estrutura de gestão dos campi. Suprimiram-se as três Pró-reitorias gerais sediadas na Reitoria e reduziu-se um colegiado superior, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), permanecendo o Consun. A soma dos dois conselhos alcançava em torno de 100 membros; com a extinção do CONSEPE, o número reduziu-se a 42 membros (Jornal Cruzeiro, 2000).

Nos campi, foram suprimidos os Conselho de Administração e o Pedagógico, criando-se, em seu lugar, o Conselho de Gestão, que passou a acumular atribuições administrativas e acadêmicas. Também foram extintos os departamentos gerais e os departamentos de campus, mantendo-se somente a estrutura acadêmica de centro e de coordenações de curso.

A eliminação dos departamentos, assim como a redução de colegiados, contribuiu para que a estrutura operacional da Instituição,

antes excessivamente morosa e onerosa, se tornasse mais leve e menos burocrática, diminuindo custos e agilizando a tomada de decisão.

Figura 19 – Notícia da reforma estatutária e regimental operada em setembro de 1999



Veículo: **Jornal Cruzeiro**
Edição de: **04/02/2000**
Cm/Col:

Local: **Joaçaba**
Página: **04**
Valor:

Reforma estatutária

Segundo o reitor da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Luiz Carlos Lückmann, a ampla reforma estatutária que reduziu a estrutura da instituição educacional conferiu maior agilidade ao processo de gestão das principais conquistas do ano de 1999. Essa foi a primeira reforma de estatuto da Unoesc que, com apenas três anos de credenciamento perante o Sistema Nacional de Ensino, tornou-se uma das maiores universidades catarinenses com 14.500 alunos e 33 cursos de graduação. A reforma representou um dos grandes resultados do seu diagnóstico institucional realizado em 1997 e 1998 e do seu planejamento estratégico cujo processo de elaboração durou quase dois anos e cujos resultados acabam de ser sistematizados. Do ponto de vista estrutural, a reforma estatutária trouxe duas vertentes inovadoras. De um lado, o enxugamento da Administração Superior, mediante: a) supressão das três Pró-Reitorias Gerais; b) redução dos dois colegiados superiores (Conselho Universitário - CONSUN e Conselho de Ensi-

no, Pesquisa e Extensão - CONSEPE) cuja soma de membros se elevava a cerca de 100 participantes, para um só (o CONSUN) com apenas 42 membros; c) manutenção da Reitoria composta apenas pelo Reitor e seus assessores de planejamento e avaliação. De outro lado, o enxugamento agilização e maior autonomia aos campi, mediante: a) manutenção das três Pró-Reitorias apenas como Pró-Reitorias de Campus; b) redução de dois Colegiados de Campus (Conselho de Administração e Conselho Pedagógico) para apenas um que se chamará Conselho de Gestão acumulando atribuições administrativas e acadêmicas; c) supressão dos Departamentos Gerais; d) substituição do excessivo número de Departamentos nos campi por Centros em número máximo de oito, que congregarão os cursos e suas coordenações em amplas áreas de conhecimento e de produção científica e tecnológica. O novo estatuto foi aprovado pelo Conselho Universitário e homologado pela Assembleia Geral da Unoesc no segundo semestre de 1999.

Fonte: Jornal Cruzeiro (2000).

3.3.4 As projeções para o futuro: a forte expansão do ensino superior na região

O Planejamento Estratégico fez uma projeção quantitativa da Unoesc em relação a estudantes, professores, espaço físico, cursos, vagas e acervo bibliográfico, no horizonte de 2010. Com base nas

matrículas de agosto de 1999, projetou-se um crescimento cumulativo de 10% ao ano. Em 1999, a Instituição contava com 13.593 estudantes, projetando-se chegar, em 2010, a 40.478 (Unoesc, 1999b).

Fez-se, igualmente, uma projeção de cursos e vagas para 2003. Chegou-se a uma previsão de 22 novos cursos e 2.980 novas vagas. Assim como se projetou o número de professores, de 676 para 1.285, em 2010, e de técnicos administrativos, de 451, em 1999, para 1.926, em 2010, conforme mostra o quadro a seguir.

Quadro 10 – Projeção de professores e técnicos administrativos para 2010

Campus	Professores 1999	Professores 2010	Funcionários 1999	Técnicos administrativos 2010
Joaçaba	160	456	93	263
Videira	100	284	90	256
Chapecó	232	661	185	527
São Miguel do Oeste	113	323	59	169
Xanxerê	71	202	24	68
Consolidado	676	1.926	451	1.285

Fonte: adaptado do Planejamento Estratégico (Unoesc, 1999b).

Também foram projetados o espaço físico, os cursos e as vagas para a graduação e o acervo bibliográfico, como mostra o texto do Planejamento (Unoesc, 1999b, p. 44):

Projeção do espaço físico:

Construído até 1999: 52.381 m²

Em construção em 1999: 12.067 m²

Projeção para 2010: 150.000 m²

Projeção dos cursos e vagas para a Graduação:

Cursos novos para até 2003: 22

Novas vagas para até 2003: 2.980

Projeção do acervo bibliográfico:

Acervo em 1999: 127.000 volumes

Projeção para 2010: 673.000 volumes

Como se observa, as projeções foram otimistas, mas o cenário da educação superior no Oeste catarinense levava a crer que seriam possíveis, uma vez que o ritmo de crescimento pós-credenciamento da Unoesc vinha sendo consistente. As matrículas na graduação cresciam em média 10% ao ano e tudo indicava que esse crescimento seria sustentável por algum tempo.

Contudo, a expectativa não se confirmou por dois fatores: a saída do campus de Chapecó da Unoesc e a mudança de cenário do ensino superior na região. O campus de Chapecó detinha, em 1999, 5.488 estudantes matriculados, representando 84,83% do total. Sua desvinculação, portanto, comprometeu não só as projeções de crescimento da graduação, como também de todos os demais indicadores.

Somaram-se a esse fato o rápido e vertiginoso crescimento de IES privadas na região, com o propósito de atuar na Educação a Distância (EaD), incentivadas pelas mudanças na legislação e atraídas pelo lucro fácil e imediato.

Como registrado nos números dos Censos da Educação Superior dos anos 2000 para cá, o crescimento da EaD tornou-se fenômeno sem precedentes pelo país afora, encontrando terreno fértil na mesorregião Oeste catarinense. A Unoesc não aderiu a esse movimento, uma vez que sua prioridade era a de consolidar o ensino presencial. Chegou-se a constituir, ainda nos anos 1990, "*Grupo de Estudos e Ação sobre Educação a Distância*", para pensar e dar os primeiros passos, mas a iniciativa

não prosperou pela ausência de estrutura e de recursos humanos qualificados.

Figura 20 – Apresentação do Planejamento Estratégico à imprensa de Chapecó, no dia 3 de março de 2000



Veículo: Diário do Iguçu

Edição de: 03/03/2000

Cm/Col.:

Local: Chapecó

Página: Capa e 07

Valor:

PLANEJAMENTO PARA PRÓXIMOS 10 ANOS DEFINIRÁ RUMOS DA UNOESC

Durante dois anos, professores da Unoesc fizeram um estudo para a projeção de crescimento em número de alunos, professores, funcionários e cursos, entre outros. A universidade se prepara para esta nova fase e define rumos a tomar na próxima década.

Pág. 07

Unoesc quer crescer 100% nos próximos 10 anos

Um planejamento estratégico para os próximos 10 anos vai definir os rumos da Unoesc em uma nova fase. Para a estratégia de ação foi desenvolvido um diagnóstico que definiu que a instituição oferece, o que precisa e o quanto é segura. O resultado do planejamento foi apresentado ontem, em um café da manhã, no Lonsdale Hotel, pelo reitor da Unoesc Luiz Carlos Lückmann e consultor senior Zefanino Pivoto e Santo Rosset-hojamento, professor sênior.

A projeção prevê o crescimento do número de alunos de graduação e de especialização, do número de professores e funcionários, da relação aluno/professor e vagas de graduação e do acervo bibliográfico.

Hoje a instituição é a terceira maior do sistema Acafe em Santa Catarina, com 37 cursos de graduação, 14.560 alunos em 9 municípios, e



Reitor apresentou planejamento para imprensa

gar em 2010 com 40 mil acadêmicos, se tornando uma das maiores do Sul do país, com números de matriculados em cursos de graduação e de pós-graduação assim distribuídos: nos campi de Chapecó - 16.740, Joaçaba - 8.970, Videira - 4.945, São Miguel do Oeste - 5.820 e Xanxerê - 5.061. Neste período proposto, o corpo docente crescerá de 676 para 1.026 professores, sendo que 1.348 terão mestrado ou doutorado.

O objetivo ficou estruturado para

o ensino aumentará de 52.381 metros quadrados para 150 mil metros quadrados. O acervo bibliográfico de todos os campi saltará de atuais 127 mil para 675 mil volumes. Tudo isso vai ampliar ainda mais o que já é feito no ensino, pesquisa e extensão.

O trabalho de estudos durou dois anos e iniciou logo após o decreto presidencial de credenciamento institucional da Unoesc em 14 de agosto de 1996, que legitimou a universidade perante o Sistema Nacional de Ensino.

Fonte: Diário do Iguçu (2000).

Os quatro primeiros anos de credenciamento da Unoesc (1996-2000), coincidindo com o mandato do professor Luiz Carlos Lückmann, foram decisivos para a consolidação da Instituição como Universidade Comunitária, multicampi e protagonista da expansão do ensino superior e do desenvolvimento regional.

Em fala proferida por ocasião da posse do reitor professor Santo Rossetto, no dia 3 de maio de 2000, o professor Luiz fez pequeno balanço de seu mandato à frente da Reitoria (1996-2000). Constatou que, em 1996, a Unoesc contava com 41 cursos de graduação, fazendo-se a ressalva de que boa parte dos cursos se encontravam instalados em mais de um campus. No segundo semestre de 1999, o número saltou para 68, representando crescimento de 60,29%, como mostra o quadro a seguir (Lückmann, 2004).

Quadro 11 – Evolução dos cursos de graduação oferecidos em cada campus da Unoesc entre 1996 e 1999/2

Campus	1996	1997	1998	1999
Joaçaba	10	15	16	16
São Miguel do Oeste	6	7	9	10
Videira	7	9	11	10
Xanxerê	3	6	8	10
Chapecó	15	17	20	22
Total	41	54	64	68

Fonte: adaptado de Lückmann (2004, p. 2).

Na ocasião, professor Luiz constatou, igualmente, a forte evolução ocorrida no número de estudantes matriculados. De 7.680 matrículas existentes em 1996, chegou-se a 17.043 no primeiro semestre do ano 2000, um crescimento de 105%. Significa dizer que, em quatro anos, 10 mil novos estudantes ingressaram no ensino superior propiciado pela Unoesc. A cada ano, a Instituição oferecia 3.550 vagas em seus vestibulares de verão e de inverno, formando-se em trono de 1,6 mil universitários (Lückmann, 2004).

Outro desafio que se tinha no início do mandato do professor Lückmann dizia respeito ao corpo docente. A Unoesc teve que se ajustar à legislação da época, que exigia, no mínimo, um terço do quadro de professores com titulação de mestrado ou doutorado para constituir-se como universidade.

Apesar de todos os esforços empreendidos em anos anteriores, muito ainda precisava ser feito. Em 1996, a Unoesc contava com 460 professores, dos quais 62 mestres e um doutor, atingindo 13,6% do mínimo exigido em lei. Em 2004, já eram 748 professores, dos quais 146 mestres e 16 doutores, mais próximo à meta (21,65%) (Lückmann, 2004).

Segundo Lückmann (2004), esse avanço foi resultado de investimentos em política de capacitação docente adotada na época. No segundo semestre de 1999, a Unoesc destinava auxílio financeiro a 266 professores, dos quais 217 em capacitação de mestrado e 49 de doutorado, representando 39,34% do total, um crescimento de 298% em quatro anos.

Boa parte desses docentes tiveram a oportunidade de fazer o mestrado ou o doutorado sem se afastar da Instituição, condição permitida pela CAPES nos 12 cursos de mestrado e um de doutorado conveniados com universidades através do Prosul (Lückmann, 2004).

Os primeiros quatro anos pós-credenciamento também foram promissores para a pesquisa. Mudanças na política, somadas ao avanço da formação de mestres e doutores e à aproximação com órgãos de fomento, deram as condições para que, no ano 2000, mais de 200 projetos de iniciação científica e outros 70 projetos de pesquisa pudessem estar em andamento (Lückmann, 2004).

Para se ter uma ideia do dinamismo que contagiou o “fazer universitário” à época, o professor Lückmann, em sua fala de encerramento de mandato (maio de 2000), lembrou que o Consun da Unoesc, entre 1996 e 2000, havia deliberado sobre 340 matérias. Por sua vez, o Conselho de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação, extinto com a reforma estatutária, havia deliberado sobre outros 330 processos, no mesmo período.

Em maio de 2000, quando o professor Santo Rossetto assumiu a Reitoria, a Unoesc já se fazia presente em 15 cidades da mesorregião Oeste. Em algumas delas, a Instituição encerrou as atividades tão logo atendidas as necessidades para as quais foi demandada, como foram os casos das cidades de Fraiburgo, Iomerê e Arroio Trinta, sob a tutela da Unoesc Videira; São Carlos e São Lourenço do Oeste, sob a tutela da Unoesc Chapecó; São Domingos, tutelado pela Unoesc Xanxerê; e Itapiranga, pela Unoesc São Miguel do Oeste. O mapa, a seguir, ilustra a presença da Unoesc na região, ainda com a antiga logomarca.

Mapa 1 – Mapa de Santa Catarina identificando a presença da Unoesc em 2000



Fonte: os autores.

Ao final da fala quando por ocasião da posse do novo reitor eleito, em 3 de maio de 2000, professor Lückmann assim se manifestou:

A história da Unoesc tem sido a história coletiva de professores, estudantes, funcionários, dirigentes e lideranças comunitárias que acreditaram e passaram a construir uma grande Universidade. As primeiras universidades foram criadas por cardeais, por reis e por príncipes. A Unoesc foi criada pela iniciativa pública, assumida e construída comunitariamente. Se a universidade alemã é a universidade de Humboldt; se a universidade francesa é a universidade de Napoleão; se a universidade inglesa é a universidade do cardeal

Newman, a Unoesc é a Universidade de todos quantos nela acreditaram e se puseram a construí-la (Lückmann, 2004, p. 4).

3.4 O MANDATO DE SANTO ROSSETTO COMO REITOR DA UNOESC

Professor Santo Rossetto (*in memoriam*) foi uma das lideranças mais preciosas já conhecidas no Oeste catarinense. Com uma mente brilhante e uma capacidade especial de articulação e diálogo, herdada de seu envolvimento com as comunidades eclesiais de base e movimentos sociais da década de 1980, ele deixou grande legado para a educação superior comunitária do Estado e da região.

Desde cedo, esteve vinculado à Fundeste como professor de Sociologia, nela exercendo cargos de direção marcados pela ousadia e a utopia de pensar aquela Instituição em seu futuro como universidade. Foi por sua mediação que as lideranças à frente do Projeto de Universidade aproximaram-se da Fundeste para juntas comporem a Unoesc.

A partir daí, professor Santo continuou sendo uma espécie de “intelectual orgânico” em defesa da Universidade, que emergia e crescia numa luta constante entre os contrários, na busca da unidade *versus* diversidade, do local *versus* regional, do singular *versus* universal, pares dialéticos que ora se excluem, ora se integram.

Sua passagem pela Reitoria no mandato do professor Luiz Lückmann foi dedicada, inicialmente, ao gabinete, posteriormente, à coordenação no processo de elaboração do Planejamento Estratégico da Instituição.

No ano 2000, professor Santo candidatou-se ao cargo de reitor pela “situação”, enfrentando o opositor professor Odilon Luiz Poli. Na

disputa eleitoral, ocorrida no dia 14 de abril, estava em jogo o futuro da Unoesc, uma vez que o candidato de oposição representava o pensamento do campus de Chapecó que cogitava cindir-se da Unoesc para constituir sua própria universidade. De outro lado, professor Santo representava o pensamento daqueles que defendiam a continuidade do projeto que deu origem à Unoesc em sua configuração inicial.

Rossetto tomou posse como reitor no dia 3 de maio de 2000. Seu mandato foi todo dedicado à continuidade da expansão do ensino superior na região, principalmente naquelas áreas de conhecimento ainda não contempladas, como a área da saúde e das engenharias.

Em primeira etapa, a do processo de acompanhamento (1991-1996), boa parte do que se tinha planejado no Projeto de Universidade (Unoesc, 1991b), já havia sido implementado, como os cursos de Engenharia de Produção Mecânica (Unoesc Joaçaba, em 1993), Agronomia, (Unoesc Chapecó, em 1993), Ciência da Computação (Unoesc Videira, em 1994) e Psicologia (Unoesc Joaçaba, em 1994).

Nos anos 2000, com a conquista da autonomia universitária, a Instituição ousou avançar para além das “vocações” pensadas na origem de sua constituição para uma política de diversificação e flexibilização da oferta do ensino superior na região.

Entendeu-se que aquelas áreas, lá atrás “vacionadas”, ultrapassavam as fronteiras de uma microrregião ou de uma localidade. Constatou-se que a agroindústria não se concentrava somente na região de Chapecó; há algumas décadas é a principal atividade econômica de toda a mesorregião Oeste catarinense. Assim como a formação de profissionais para a área da saúde não se limitava à microrregião de Joaçaba, passou a ser uma necessidade de toda a região de abrangência da Instituição, e assim por diante.

Essa decisão estratégica de olhar as necessidades de formação superior na perspectiva da mesorregião permitiu que se avançasse com a expansão dos cursos para o Extremo-Oeste do Estado. O curso de Agronomia, por exemplo, não se fazia necessário somente à microrregião de Chapecó; instalou-se, igualmente, em Xanxerê, São José do Cedro e Campos Novos; os cursos de engenharia, antes vocacionados para a Unoesc Joaçaba, estenderam-se para São Miguel do Oeste e Chapecó; os da área da saúde, antes vocacionados para a Unoesc Joaçaba, também foram instalados em Chapecó, São Miguel do Oeste e Videira; os cursos de Enfermagem e de Farmácia instalaram-se em praticamente todos os campi da Instituição frente à demanda de profissionais para a área da saúde. E assim ocorreu com todas as áreas de conhecimento, com exceção do curso de Medicina, que se instalou na Unoesc Joaçaba e permanece até hoje.

Entre 2000 e 2004, período da gestão do professor Santo Rossetto, foram implantados, ao todo, 95 cursos de graduação, seja pelo aumento ou pela transferência de vagas de um campus para o outro (38), seja pela criação de cursos novos (57), boa parte deles em áreas de conhecimento ainda pouco cobertas, como as áreas da saúde e das engenharias (Unoesc, 2025a).

A expansão teve como suporte o Plano de Desenvolvimento do Ensino de Graduação, documento elaborado sob iniciativa e coordenação da Vice-Reitoria de Graduação ao longo dos exercícios de 2002 e 2003 (Rossetto, 2004).

O crescimento vertiginoso da graduação refletiu nas matrículas. No ano 2000, primeiro ano do mandato do professor Rossetto, a Unoesc contava com 5.616 estudantes matriculados; em 2001, o número saltou para 16.470. Em 2002, caiu para 11.521, reflexo da saída do campus de Chapecó da Unoesc. Nos anos de 2003 e 2004, as matrículas voltaram a

crescer, mas num ritmo menos acelerado: no ano de 2003, saltaram de 11.521 para 12.638; e em 2004, para 13.018 (Unoesc, 2025a).

Não fosse a forte atuação das IES privadas no ensino a distância, esse crescimento certamente seria maior. A Unoesc, como mencionado acima, entrou tardiamente nessa modalidade de ensino. O reitor, à época, reeditou Portaria reconstituindo o *“Grupo de Estudos e Ação sobre Educação a Distância”* (Portaria n. 78, de 11 de dezembro de 2000), já existente no âmbito da Instituição. Mas as ações para a sua efetivação não prosperaram, uma vez que o foco estava centrado na expansão do ensino presencial.

Tamanha expansão do ensino superior exigia, ao mesmo tempo, a avaliação das condições de oferta, da infraestrutura, do corpo docente e da qualidade da formação acadêmica. Para dar conta de tamanho desafio, a Unoesc aderiu, ainda em 1994, ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), criando o Programa de Avaliação Institucional próprio (PAIU). A partir daí, passou-se a avaliar sistematicamente os processos de ensino-aprendizagem por componente curricular, com a participação de estudantes e professores.

Em 2004, a Unoesc adequou-se à política e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criando legalmente a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e institucionalizando o Programa de Avaliação Institucional (Resolução n. 42/CONSUN/2004), nos termos da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 (Brasil, 2004).

A cultura da avaliação chegou à Instituição tardiamente, talvez pelo fato de pertencer ao sistema estadual de educação e, como tal, submetida às diretrizes de avaliação estabelecidas pelo CEE. Nesse contexto, pode-se entender que o PAIU veio em boa hora, no momento da grande expansão do ensino superior na região. E obteve bons resultados.

Simultaneamente à expansão do ensino superior na região, a capacitação docente firmava-se como política institucional permanente e prioritária. Em 2004, ao final do mandato do professor Santo Rossetto, a Instituição contava com 766 docentes, dos quais 41,30% possuíam a titulação de mestrado e/ou doutorado e 28,70 com dedicação integral (Unoesc, 2004).

Na ocasião, 23% de seus docentes encontravam-se em processo de capacitação *stricto sensu*, nos termos da política e das diretrizes de capacitação docente definida na Resolução n. 57/CONSUN/2003, com recursos destinados “preferencialmente para a capacitação de doutores e em áreas eleitas como prioritárias para a Instituição” (Unoesc, 2004, p. 32). Tamanho investimento em capacitação tinha como propósitos qualificar o ensino de graduação e preparar a Instituição para a pós-graduação *stricto sensu*.

As políticas de graduação também passaram por mudanças na gestão do professor Rossetto. Encontravam-se explicitadas no “Plano de Desenvolvimento do Ensino de Graduação”, aprovado pela Resolução n. 127/CONSUN/2002 (Rossetto, 2004, p. 11).

O mesmo ocorreu com as políticas e diretrizes para a pesquisa, reelaboradas sob iniciativa e coordenação da Vice-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão e aprovadas pela Resolução n. 85/CONSUN/2002 (Unoesc, 2002d). O foco passou a ser o desenvolvimento da pesquisa naquelas áreas que dizem respeito às questões regionais, como meio ambiente, sustentabilidade, agroindústria, saúde e educação. À época, a Unoesc desenvolvia uma média de 120 projetos de pesquisa ao ano. Em 2004, havia 149 projetos em andamento, dos quais 34 financiados pela antiga FUNCITEC, hoje Fapesc (Rossetto, 2004).

A institucionalização das linhas e dos grupos de pesquisa, por área de conhecimento, contribuíram para isso. Registra Rossetto

(2004), em seu Relatório de Gestão 2000-2004, que, ao final de 2004, a Instituição possuía 60 grupos de pesquisa cadastrados junto ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

Foi nessa gestão que, igualmente, institucionalizou-se e regulamentou-se o Comitê de Ética em Pesquisa, aprovado pela Resolução n. 89/CONSUN/2002 e respectivo credenciamento junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

No entender de Rossetto (2004, p. 12): “A pesquisa na Gestão 2000-2004 obteve o mesmo grau de importância estratégica para o desenvolvimento regional como teve, por exemplo, o ensino de graduação e a extensão”. A instalação das primeiras pré-incubadoras nos campi da Instituição foi resultado dessa importância estratégica, entre elas: Pré-incubadora de Base Tecnológica Vale do Rio do Peixe (TECNOVALE), na Unoesc Joaçaba; Pré-incubadora de Negócios, na Unoesc São Miguel do Oeste; e pré-incubadora de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos para o Desenvolvimento de Produtos e Serviços Inovadores em Sistemas de Informação, Biotecnologia e Alimentos (NECTAR), na Unoesc Videira (Rossetto, 2004). Tais iniciativas foram sementes para o desenvolvimento da cultura da inovação, hoje assumida como ação estratégica no PDI 2023-2027 (Unoesc, 2023b).

A gestão do professor Santo Rossetto à frente da Reitoria da Unoesc trouxe outros ganhos acadêmicos, entre eles: a criação da Editora Unoesc, em 2003 (Res. N. 111/CONSUN/2003), e respectiva política de editoração e publicação; a aprovação de nova política e diretrizes para a pós-graduação (Res. N. 111/CONSUN/2002); a reformulação do Programa Institucional de Capacitação Docente (Res. N. 57/CONSUN/2003); e a formulação de nova política para a extensão e a ação comunitária (em tramitação junto aos conselhos superiores) (Rossetto, 2004).

3.5 A SAÍDA DO CAMPUS DE CHAPECÓ DA UNOESC

A ascensão do professor Santo Rossetto ao cargo de reitor da Unoesc aprofundou ainda mais os conflitos existentes desde o processo de unificação, como analisado acima. Um dos conflitos dizia respeito à unidade jurídica e de gestão da Instituição. Tinha como pano de fundo as dificuldades de integrar em um projeto único de universidade instituições que possuíam características históricas e culturais próprias e diversas.

Em questionário organizado por Lückmann (2007) em seus estudos de doutorado, um dirigente à época chamava a atenção para a crescente justaposição de atuação dos campi em prejuízo da unidade institucional. Entendia-se que essa prática, certamente, levaria à fragmentação da Instituição. Dizia ele (Sujeito B 3): “Temos uma unificação que não passa de uma justaposição. Somos quatro em um, sem que a realização individual de cada um tenha como objetivo a realização da inteiridade” (Lückmann, 2007, p. 75).

Outro entrevistado assim se expressou (Sujeito B 2): “Nós competimos entre nós mesmos; não conseguimos nos ver como universidade” (Lückmann, 2007, p. 75). Outro (Sujeito C 1) dizia que “a Unoesc nasceu da aproximação ou da convergência de ‘coisas’ muito diferentes [...]. A ausência de identidade reflete a ausência de um projeto comum de Universidade” (Lückmann, 2007, p. 75).

Havia, igualmente, uma divergência de origem histórica na constituição da Unoesc. Entendia-se, por grande parte dos que responderam ao questionário, que as três fundações que se integraram para compor a universidade “não possuíam as condições necessárias para, isolada e individualmente, constituírem-se em universidades, restando a alternativa da integração” (Lückmann, 2007, p. 75). Outros (61,53%) concordaram com a afirmação de que:

A criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina ocorreu motivada pela razão de se construir um projeto de universidade a partir de fundações isoladas, mantenedoras de instituições de ensino superior que se juntaram a partir de interesses locais, uma vez que, isoladamente, não possuíam as condições de constituir cada qual seu projeto próprio de universidade (Lückmann, 2007, p. 76).

Outra controvérsia existente à época era de origem política. Como analisado anteriormente, a configuração da Unoesc em modelo multicampi implicava, de algum modo, em abrir mão de uma condição jurídica, patrimonial, administrativa e acadêmica já existentes (Lückmann, 2007). Temia-se perder tais condições para a Fundação Unoesc, em especial o patrimônio e as conquistas acadêmicas. Havia, igualmente, uma disputa velada pela polarização da liderança política regional. Nenhuma daquelas cidades cogitava perder sua hegemonia sobre a região de sua abrangência.

Por último, havia um problema de ordem jurídico-patrimonial na unificação das fundações em torno da Fundação Unoesc. Esse processo implicaria na unificação do patrimônio da Instituição, como também de seu Estatuto. Tratava-se, em última análise, de desativar as fundações até então existentes para constituir-se uma nova fundação mantenedora. Para Lückmann (2007, p. 78), essa imposição legal trazia três implicações:

a transferência dos bens daquelas fundações à nova Fundação; a elaboração de estatuto capaz de unificar as políticas, diretrizes e normas para o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão da nova universidade; a mudança na estratégia de atuação daquelas instituições de ensino superior, que deixaram de olhar tão somente o seu *locus* e arredores para pensar na perspectiva da regionalidade.

Todo esse cenário serviu de pretexto para o campus de Chapecó cindir da Unoesc para criar a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), no ano de 2001. A saída não foi surpresa para ninguém; ao contrário, foi previsível, planejada e construída com base em consenso entre a Reitoria, os campi e a Fundeste.

A história havia registrado que, à época do ingresso da Carta-consulta no CFE solicitando a criação da Unoesc, a Fundeste havia perdido o prazo para fazer o mesmo, uma vez que se encontrava mergulhada em disputas políticas internas pela hegemonia do poder. A alternativa, naquela ocasião, foi integrar-se ao Projeto de Universidade liderado pelas fundações de Joaçaba (FUOC) e de Videira (Femarp).

A transição de todo esse processo foi intermediada pela Procuradoria Jurídica da Fundação Unoesc, sem prejuízo para nenhuma das partes. Os cursos de graduação lá existentes foram transferidos para a Fundeste, os bens já eram de direito daquela Fundação, passivos foram por ela assumidos e a Reitoria transferida para o campus de Joaçaba em espaço físico provisório, até que se construísse a sede definitiva.

A cisão da Fundeste, de certo modo, distensionou as relações entre os campi, abrindo-se o caminho para a consolidação da unificação patrimonial, jurídica e acadêmica da Unoesc e sua Mantenedora. As fundações Femarp (Videira), Fundação Educacional do Extremo-Oeste de Santa Catarina (Funesc), em São Miguel do Oeste, e Fundação Educacional dos Municípios do Alto Irani (FEMAI), em Xanxerê, foram desativadas e seus patrimônios incorporados definitivamente ao patrimônio da Funoesc. Na prática, aquelas fundações que atuavam no ensino superior daqueles municípios foram sucedidas pela Funoesc sem prejuízo de seus bens e de seus cursos.

Com a saída do campus de Chapecó, abriu-se o caminho para algumas reformas necessárias, entre elas a estatutária, RESOLUÇÃO N. 06/ASSEMBLEIA GERAL/2002 (Unoesc, 2002c) e a regimental, RESOLUÇÃO N. 51/CONSUN/2003 (Unoesc, 2003), fazendo-se ajustes em relação à nova configuração da Unoesc e à estrutura administrativa como um todo.

Uma das mudanças ajustadas no Estatuto da Funoesc foi a da eleição dos dirigentes. No processo eleitoral até então vigente, o reitor era eleito por colégio eleitoral constituído de professores (peso 60), estudantes (peso 30) e funcionários (peso 10). Na sequência, cada campus elegia seus dirigentes locais pelos mesmos critérios. Com a reforma estatutária, a indicação do reitor passa a ser prerrogativa da Assembleia Geral da Funoesc em conjunto com o Consun, evitando-se desgastes como os sofridos em eleições passadas. Os dirigentes dos campi, por sua vez, passaram a ser cargos de confiança do reitor, abrindo-se o caminho para buscar a unidade de gestão, sob o comando central da Reitoria.

A estrutura organizacional e de poder também passou por algumas mudanças. Na instância da Funoesc, a estrutura permaneceu a mesma, fazendo-se apenas os ajustes na composição dos colegiados superiores. Havia uma Assembleia Geral, um Conselho Curador, um Conselho de Administração, a Presidência e a Procuradoria Jurídica.

Na instância da Reitoria, o Consun, a Vice-Reitoria de Graduação, a Vice-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão. E no âmbito do campus, o Conselho de Gestão, a Vice-Reitoria de Campus, a Pró-reitoria de Graduação, a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão, as Áreas de Conhecimento e as Coordenações de Curso. As Áreas de Conhecimento ficaram restritas a quatro: Ciências Sociais Aplicadas;

Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas e Sociais; Ciências Biológicas e da Saúde (Unoesc, 2005).

Observa-se que, com a reforma estatutária e regimental, a estrutura administrativa da Instituição, além de ficar mais leve e menos onerosa, ganhou maior organicidade. O reitor passou a desempenhar papel central e estratégico, assessorado pelas Vice-reitorias, fazendo com que as políticas e diretrizes pudessem chegar nos campi com maior celeridade, eficiência e capilaridade.

3.6 A FORÇA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

A origem comunitária da Unoesc traz consigo o desafio da sua representatividade junto aos órgãos de governo e à sociedade, seja de seu entorno, seja para além de suas fronteiras ou, até mesmo, no âmbito internacional. Essa missão é inerente à natureza da universidade, que se caracteriza como sendo uma instituição aberta, voltada para a *universitas*, não para as partes. Enquanto tal, deve responder aos problemas e às necessidades de seu tempo.

A representatividade numa universidade é papel que cabe ao dirigente maior. Os PDIs tratam do assunto como uma questão estratégica e a adotam como política institucional.

A capacidade de representar é uma qualidade inerente a poucas pessoas. Exige atributos como saber liderar, dialogar, negociar, influenciar, convencer e enxergar à frente. Na Unoesc, a representatividade foi exercida pelo professor Cimadon, desde os primeiros passos para a sua criação, que abriu as portas dos órgãos públicos para que o sonho da universidade se tornasse realidade.

Oportuno mostrar o quão importante foi a sua participação em várias instâncias da educação, em particular, da educação superior, ao longo de sua trajetória acadêmica. Em muitas delas, a atuação política e profissional do professor Cimadon foi decisiva para a Instituição constituir-se como Universidade.

Figura 21 – Notícia de jornal da época



Fonte: Jornal Regional O Oeste (1999).

Cimadon iniciou sua trajetória acadêmica na antiga FUOC, em 1977, onde foi diretor da Faculdade de Educação entre 1981 e 1986, após voltar de seu Mestrado em Educação pela PUCRS, em Porto Alegre. De 1986 a 1990, foi diretor do Centro Integrado de Ensino da Instituição. Em 1990, é eleito diretor Geral, passando a coordenar os trabalhos do processo de criação da Unoesc. Foi seu primeiro reitor, em 1991, cargo exercido até 1996. De 1996 a 2000, exerceu o cargo de pró-reitor de Administração da Unoesc Joaçaba e de 2001 a 2004, o de vice-reitor de Administração do mesmo campus. Nesse período, acumulou o cargo de

procurador Jurídico da Unoesc. Em 2004, foi eleito, novamente, reitor, sendo reconduzido consecutivamente em 2008, 2012, 2016 e 2020 (Academia Catarinense de Letras jurídicas - ACALEJ, 2026).

Enquanto coordenador da criação e implantação da Unoesc, Cimadon enfrentou vários desafios. O primeiro foi o do convencimento. Como atrair fundações de educação superior para criar uma universidade numa região distante dos grandes centros? Como aparar as arestas políticas e culturais enraizadas naquelas comunidades e convencê-las a construir um consenso em torno da Universidade?

O segundo desafio, não menos importante, foi o de construir pontes entre a Unoesc e os órgãos de governo, entre eles o CFE, o CEE, o Ministério da Educação e Cultura, as prefeituras da região, entre outros.

Como, por exemplo, convencer o CFE, o CEE e o MEC que seria possível criar uma universidade a partir de três instituições isoladas de ensino superior, com poucos docentes titulados, sem estruturas em condições de abrigar com qualidade a nova universidade? Como atrair políticos, prefeitos e lideranças empresariais para se engajarem ao projeto?

Havia um terceiro desafio, aparentemente de menor importância, mas de difícil enfrentamento, o de quebrar as resistências internas à criação da universidade. Havia um sentimento velado, e por vezes explícito, de que, com a criação da universidade, haveria perda de cargos e mudanças na hegemonia de poder, além da perda de patrimônio, uma vez que estes deveriam ser transferidos à Fundação Unoesc.

A liderança do professor Cimadon não ficou restrita à Unoesc. Sempre teve a percepção de que, para concretizar o sonho da Universidade, teria que aproximar-se dos órgãos responsáveis pela educação superior e deles fazer parte. Foi com esse propósito que, em 1989, é nomeado membro do CEE pelo governador Pedro Ivo Campos,

sendo reconduzido, em 1993, pelo governador Wilson Kleinubing. Em março de 2011, novamente é nomeado conselheiro pelo governador João Raimundo Colombo para um mandato de seis anos, em que permaneceu até fevereiro de 2017. Em 2020, Cimadon é alçado ao Conselho Nacional de Educação (CNE), atuando na Câmara de Educação Superior, onde permaneceu até o ano de 2024 (ACALEJ, 2026).

A atuação do professor Cimadon no CEE trouxe ganhos importantes para a Unoesc, uma vez que se encontrava em processo de acompanhamento. Foi de sua autoria e relatoria o processo que reivindicava ao CFE a transferência das prerrogativas da criação de novas universidades ao CEE (Parecer 270/92/CFE), com base na Lei n. 4.024/61 (Brasil, 1961). O CFE aprovou o pleito e, em 1992, o processo de criação da Unoesc continuou tramitando no âmbito do CEE.

Outra instância de representatividade política ocupada pelo professor Cimadon foi sua participação como presidente da Acafe em duas gestões, 2014-2016 e 2020-2022. A Acafe tem sido, ao longo dos anos, um espaço político de grande significado pelo trabalho de articulação e interlocução exercido por seus presidentes entre as ICES e o Governo do Estado. Na pauta dessa interlocução sempre esteve, por exemplo, o cumprimento legal do artigo 170 da Constituição Estadual, que destina bolsas de estudo a estudantes carentes.

Professor Cimadon também foi um dos articuladores junto ao Congresso Nacional e à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC) para que as IES associadas à Acafe e ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung), assim como as universidades católicas e evangélicas, conquistassem o status de “qualificadas como comunitárias”, nos termos da Lei n. 12.881, de 12 de novembro de 2013 (Brasil, 2013). A lei permitiu, por exemplo, que as ICES que aderissem ao programa pudessem ter acesso aos editais

de órgãos governamentais de fomento direcionados às instituições públicas, bem como receber recursos orçamentários do poder público para o desenvolvimento de atividades de interesse público, benefícios até então exclusivos das universidades públicas (Brasil, 2013).

Fotografia 4 – Professor Cimadon, membro da Câmara de Educação Superior do CNE (2020-2024)



Fonte: os autores.

Cimadon exerceu, ainda, o cargo de secretário de Estado da Educação de Santa Catarina, entre 2023 e 2025, a convite do governador Jorginho Mello, quando liderou junto à Assembleia Legislativa a criação e implantação do programa Universidade Gratuita, certamente um feito que ficará para a história das universidades comunitárias da Acafe (Cimadon, 2026).

Outras lideranças universitárias exerceram a representatividade política no âmbito da Instituição. Até então, os esforços concentravam-se no objetivo do credenciamento da Unoesc; agora era o momento de mostrar a nova universidade à sociedade.

Em 1996, assim que o professor Luiz Carlos Lückmann assumiu a Reitoria, foi eleito vice-presidente da Acafe e, em 1998, presidente da Associação.

Na Presidência da Acafe, professor Lückmann criou o que se chamou de “Acafe Itinerante”, com o objetivo de reaglutinar as instituições que, naquele momento, encontravam-se desarticuladas, cada qual buscando resolver seus problemas isoladamente.

Um dos problemas dizia respeito aos recursos oriundos do artigo 170 da Constituição Estadual para o programa de bolsas de estudo a estudantes de baixa renda, que não vinham sendo repassados às instituições desde o final do Governo Klainubing e durante todo o Governo de Paulo Afonso Vieira.

Em 1999, o governador Esperidião Amin Helou Filho honrou o compromisso de campanha de retomar o assunto, enviando à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar n. 180, com vistas à regulamentação do artigo 170 e sua implementação. O projeto foi aprovado por unanimidade no dia 10 de maio de 1999 e, no dia 27 de julho do mesmo ano, assinou-se o convênio de repasses de recursos (Santa Catarina, 1999). A seguir, notícia da época anunciando a celebração de convênio com a Secretaria de Estado da Educação (SED) de Santa Catarina, repassando recursos às instituições associadas à Acafe.

Figura 22 – Anúncio de convênio com a SED de Santa Catarina

Veículo: **Diário da Manhã**

Edição de: **30/03/2000**

Cm/Col: _____

Local: **Chapecó**

Página: **02**

Valor: _____



R\$ 15 milhões para bolsas de estudo

O reitor da Unoesc e presidente da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), Luiz Carlos Lückmann, anunciou que as universidades municipais firmaram convênios com a Secretaria de Educação do Estado, garantindo o repasse de recursos para bolsas de estudo e de pesquisa no valor de R\$ 15,028 milhões para este ano.

O valor é 27,3% maior que aquele transferido no ano passado (R\$ 11,8 milhões). A primeira parcela de uma série de dez – no valor de R\$ 1,5 mil – foi paga na segunda-feira na sede da Univille, em Joinville.

Os recursos originam-se do artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina, alterado pela Emenda nº 180, de 16/07/99, e beneficiam parte dos 80.380 alunos matriculados nas 13 instituições do sistema Acafe. Os recursos financeiros previstos para 2000 foram distribuídos de acordo com o número de alunos matriculados nos cursos de graduação e correspondem ao orçamento deste ano, explica Lückmann. O convênio que as instituições de ensino superior assinaram com o Estado consiste na assistência financeira aos alunos economicamente carentes, matriculados nas instituições de ensino superior instituídas por lei municipal.

A Secretaria de Educação considerou o número de alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação para distribuição dos recursos financeiros e repassará os recursos mediante apresentação de relação dos alunos beneficiados. Os recursos serão liberados às instituições em dez parcelas, nos meses de março a dezembro deste ano. As universidades fixarão em lugar público e visível a relação nominal dos alunos beneficiados pelo programa, bem como respectivo percentual recebido, encaminharão à Secretaria a relação dos alunos selecionados para a bolsa de estudo e pesquisa com os respectivos valores e percentuais do benefício, abrirão conta específica no BESC para movimentar os recursos do presente convênio e prestarão contas dos recursos recebidos no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento.

As universidades que maior parcela receberão são a Univali (R\$ 3,8 milhões), a Unisul (R\$ 2,4 milhões), a Furb (R\$ 2,4 milhões) e a Unoesc (R\$ 2,2 milhões). A Unoesc Chapecó, com 4.813 alunos matriculados, terá R\$ 900.178,34 para as bolsas. A Unoesc Joaçaba terá R\$ 536.500,28; São Miguel do Oeste R\$ 350.152,84; Videira R\$ 270.504,34 e Xanxerê R\$ 189.353,04.

.....

Aperfeiçoamento - Três cursos voltados para o aperfeiçoamento de empresários e profissionais de variados setores de atividades estão sendo promovidos pelo Sindicato do Comércio Varejista (Sicom), em parceria com duas instituições. São os cursos de "Desenvolvimento Gerencial", "Coordenação de Telemarketing" e "Oratória".

O primeiro curso a ser realizado é o de "Oratória", nos dias 7, 8 e 9 de abril, em conjunto com a Advendor. Será ministrante a professora Ana Lúcia de Mattos Santa Isabel, nos horários das 18 às 22 horas, no dia 7, das 8 às 18 horas no dia 8 e das 8 às 12 horas no dia 9. Também em parceria com a Advendor, será promovido, de 18 a 20 de abril, o curso "Coordenação de Telemarketing". O instrutor será Jair dos Santos e a programação ocorrerá das 19 às 22h30min.

O curso de "Desenvolvimento Gerencial" será realizado a partir do dia 25 de abril, prosseguindo até cinco de setembro. É uma promoção do Sicom e do Senac. O local será o Centro de Formação Profissional do Senac e o horário das 19 às 22 horas, nas terças e quintas-feiras. Os interessados podem se inscrever no Sindicato do Comércio ou no Senac. Para informações complementares sobre os três cursos, a secretaria do Sicom está à disposição, pelo fone 322-5855.

Fonte: Jornal Diário da Manhã (2000).

O artigo 170 tornou-se, ao longo dos anos, exemplo de política pública bem-sucedida. Recentemente, passou por nova regulamentação, com a criação do programa Universidade Gratuita, no Governo de Jorginho Mello, sob a coordenação do secretário de Estado da Educação, professor Cimadon.

Esses fatos e feitos mostram que a Unoesc, desde cedo, ocupou espaços políticos importantes no cenário da educação superior catarinense e brasileira, assim como da sociedade em geral, graças às lideranças por ela reveladas. Mais recentemente, no dia 20 de outubro de 2025, o professor reitor Ricardo Antonio De Marco tomou posse como vice-presidente da Acafe para o biênio 2025-2027, o terceiro reitor da Unoesc a ocupar cargo na Direção da Associação.

O protagonismo exercido pelos dirigentes na Acafe permitiu, igualmente, que a Unoesc tivesse assento nas Câmaras Setoriais criadas em 1998, entre elas a de Graduação, de Pesquisa, de Extensão, de Inovação e de Internacionalização, com os objetivos de discutir temas de interesse comum, trocar experiências e propor ações com vistas ao fortalecimento do sistema educacional catarinense.

Paralelamente à representatividade política exercida pelos dirigentes da Unoesc, havia todo um trabalho a ser feito na área da internacionalização da Instituição. Iniciou-se pelo intercâmbio com universidades estrangeiras ainda nos anos 1990. Visitas como as feitas à Universidade de Austin, no Texas (EUA), em 1997, a algumas universidades espanholas, portuguesas, alemãs, italianas e canadenses, em 1998, 1999 e 2000, foram sementes lançadas para um processo de internacionalização que adentrou aos anos 2000, hoje um programa sólido de intercâmbio de docentes e estudantes.

Tornar a Unoesc conhecida no universo das IES brasileiras e estrangeiras foi outro desafio enfrentado logo após seu credenciamento. Em 1997, a Instituição filiou-se à Organização Universitária Interamericana (OUI), que hoje congrega universidades de 28 países nas Américas. No mesmo ano, filiou-se ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), entidade que congrega reitores de universidades de todos os segmentos. Ainda em 1997, filiou-se à Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem).

Fez-se necessária a aproximação da Instituição com órgãos de fomento, como CAPES, CNPq, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Inep, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fapesc, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), entre outros, com vistas à captação de recursos financeiros. As visitas à CAPES, por exemplo, foram importantes para dar os primeiros passos em direção à pós-graduação *stricto sensu*; ao CNPq, para a institucionalização do PIBIC; ao Inep, para acompanhar as políticas e diretrizes para o ensino superior, e assim por diante.

Foi preciso, igualmente, tornar-se conhecido em alguns fóruns acadêmicos e científicos como o Fórum Nacional de Pró-reitores da Graduação (ForGrad), o Fórum Nacional de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação (FOPROP) e o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias (ForExt), espaços ainda hoje ocupados pelas Pró-reitorias da Instituição.

3.7 A ATUAÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA

Uma vez credenciada, a Instituição necessitava passar por uma série de ajustes nos seus ordenamentos jurídicos, administrativos e

acadêmicos, alguns deles sugeridos pelas comissões de acompanhamento do CFE e do CEE, outros condicionados pela equipe técnica do MEC por ocasião do credenciamento.

Até então, o trabalho de assessoramento jurídico frente às demandas da Fundação, desde sua origem, era feito por advogados da própria Instituição, alguns deles professores, como Darci Fuga, Osmar De Marco, Jerri José Brancher, Antonio Osvaldo Conci, de forma benemerente.

Uma das primeiras iniciativas tomadas pela Reitoria foi a de criar e normatizar estrutura específica para esse trabalho, institucionalizando Procuradoria Jurídica Geral, através da Res. N. 26/CONSUN/96, do dia 1º de novembro de 1996, com o objetivo de atender às demandas da Instituição como um todo, e por procuradores locais para atender demandas específicas de cada campus (Unoesc, 1996).

O primeiro procurador Jurídico Geral a ocupar o cargo foi o professor Aristides Cimadon, nomeado pela Portaria n. 57/REITORIA/97, no dia 27 de junho de 1997, na ocasião, acumulando a Pró-reitoria de Administração da Unoesc Joaçaba. Também foram nomeados os procuradores locais: Alexandre Andriani, em Videira; Leonir Baggio, em Xanxerê; Marcelo Zolet, em Chapecó; Vitor D'Agostini, em São Miguel do Oeste; e Osmar De Marco, em Joaçaba.

Em dezembro de 2020, a Procuradoria Jurídica passou por reorganização, através da Resolução n. 53/CONS.ADM/FUNOESC, como “órgão suplementar diretamente ligado à Presidência da Funoesc, à Reitoria da Unoesc, à Diretoria dos Colégios e à Diretoria do HUST” (Unoesc, 2020b).

O maior desafio enfrentado pela Procuradoria, à época, foi o de assegurar um formato jurídico que pudesse atender à exigência legal da

unidade patrimonial e de gestão da Instituição, condição imposta pelo MEC no processo de credenciamento.

Para haver unidade institucional, foi preciso acabar com a justaposição de fundações, cada qual agindo por conta própria, e buscar a unificação do patrimônio em torno de uma única fundação.

Foi preciso, principalmente, convencer cada campus que o patrimônio, ao passar das mantenedoras locais para a mantenedora da Fundação Unoesc, continuaria nas mãos das comunidades locais. Ou seja, os campi e suas respectivas comunidades nada perderiam, nem patrimônio, nem cursos, muito menos seu protagonismo junto à comunidade regional. Foi preciso, igualmente, construir a ideia e a cultura de integração, no sentido de juntar forças para superar o atraso historicamente vivido nessa região em termos de ensino superior.

Alguns processos jurídicos encabeçados por Cimadon foram de grande monta financeira, como aqueles respondidos perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Receita Federal.

Professor Aristides Cimadon esteve à frente da Procuradoria Jurídica por oito anos (1996-2004). Em 2004, foi eleito reitor e a Procuradoria Jurídica passou às mãos do professor Osmar De Marco, nela permanecendo até o ano de 2020.

Em 2024, a Procuradoria Jurídica passou por novos ajustes funcionais, com os objetivos de aprimorar e otimizar a governança da Instituição. Atualmente, a Procuradoria Jurídica está sob a responsabilidade da Doutora Elisandra Riffel Cimadon.

DIRIGENTES QUE ESTIVERAM À FRENTE DA INSTITUIÇÃO EM SEUS PRIMEIROS OITO ANOS DE CREDENCIAMENTO

1996-2000

Reitor: Luiz Carlos Lückmann

Presidente da Funoesc: Antonio Osvaldo Conci

Vice-presidente: Flávio Brandalise

Curadora da Instituição: Vera Copetti

Presidentes do Conselho Curador: Roberto Merlo e Darcy Laske

Procurador Jurídico da Funoesc: Aristides Cimadon

Pró-reitores Gerais: Antonio Carlos de Souza (Administração); Vicente de Paula Souza (Ensino); Eduardo Gelinski Junior (Pesquisa, Pós-graduação e Extensão)

Pró-reitores de campus:

Unoesc Joaçaba: Aristides Cimadon (Administração); Vicente de Paula Souza (Ensino); Célio Alves de Oliveira (Pesquisa, Pós-graduação e Extensão)

Unoesc Videira: Antonio Carlos de Sousa (Administração); Ernani Tadeu Rizzi (Ensino); Eduardo Gelinski Junior (Pesquisa, Pós-graduação e Extensão)

Unoesc Xanxerê: Genesio Téó (Administração); Edi da Silva Rosa (Ensino)

Unoesc São Miguel do Oeste: Anacleto Ângelo Ortigara (Administração); Neusa Maria dos Santos (Ensino)

Unoesc Chapecó: Gilberto Luiz Agnolin (Administração); Silvana Tumelero (Ensino); Odilon Luiz Poli (Pesquisa, Pós-graduação e Extensão)

2000-2004

Reitor: Santo Rossetto

Presidente da Funoesc: Antonio Osvaldo Conci

Presidente do Conselho Curador: Roberto Merlo

Curadora da Instituição: Vera Copetti

Procurador Jurídico: Aristides Cimadon

Vice-reitores

José Mauro Lehmkuhl (Graduação)

Luiz Carlos Lückmann (Pesquisa, Pós-graduação e Extensão)

Dirigentes dos campi:

Unoesc Joaçaba: Aristides Cimadon (vice-reitor de Administração);

Dorvalina Lange (pró-reitora de Graduação); Joviles Vitorio Trevisol

(pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão)

Unoesc Videira: Antonio Carlos de Souza (vice-reitor de Administração); Ernani Tadeu Rizzi (pró-reitor de Graduação); Eduardo Gelinski Junior (pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão)

Unoesc Xanxerê: Genesio Téó (vice-reitor de Administração); Roberto

Mauro Dall'Agnol (pró-reitor de Graduação); Nestor Fernandes da

Silva (pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão)

Unoesc São Miguel do Oeste: Vitor Carlos D'Agostini (vice-reitor de Administração); Neusa Maria dos Santos (pró-reitora de Graduação);

Roque Strieder (pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão)

3.8 LINHA DO TEMPO DOS FATOS QUE MARCARAM OS ANOS 1996-2004

1996, 2 de maio: Posse do reitor professor Luiz Carlos Lückmann.

1996, 1º de novembro: Institucionalizando da Procuradoria Jurídica Geral da Unoesc, através da Res. N. 26/CONSUN/96, tendo como primeiro procurador Geral professor Aristides Cimadon.

Entre 1992 e 2002: Maior expansão do ensino superior já conhecida na região Oeste catarinense, com crescimento nas matrículas de 418,6% e de 335,7% no número de cursos de graduação.

1996, 26 de setembro: Inauguração do primeiro bloco da sede própria da Unoesc São Miguel do Oeste, com o início da expansão do ensino superior naquela região.

1996, 8 de março: Expansão da área de atuação da Unoesc São Miguel do Oeste para a cidade de Maravilha.

1998, 16 de abril: Elevação do campus de São Miguel do Oeste ao status de campus, desvinculando-se definitivamente de Chapecó, ato homologado pela Assembleia Geral, Resolução n. 02/AS.GERAL/98.

- 1998:** Inauguração dos dois primeiros blocos da sede própria da Unoesc Xanxerê, desvinculando-se definitivamente de Chapecó.
- 1998:** Inauguração do Centro Tecnológico da Unoesc Videira para abrigar laboratórios na área para a qual havia sido vocacionado, ainda por ocasião da confecção da Carta-consulta, entre eles biotecnologia, alimentos, química e biologia.
- 1999, agosto:** Xanxerê passa a compor a estrutura organizacional da Unoesc como campus universitário em igualdade de condições aos demais.
- 1998, 30 de março:** Celebração de Termo de Cooperação entre CAPES, Funcitec e Acafe, visando à implementação do Prosul no Estado, mediante oferta de mestrados e doutorados interinstitucionais (Minter e Dinter).
- 1999:** Elaboração do primeiro Planejamento Estratégico da Unoesc (1999-2010).
- 1999:** Primeira missão atribuída à Unoesc: “Gerar e difundir o conhecimento científico, artístico-cultural e tecnológico, mediante o ensino, a pesquisa e a extensão, nas diferentes áreas do saber, com o objetivo de promover a cidadania, o desenvolvimento humano e cultural sustentável, em âmbito regional, nacional e internacional”.

1998: Posse do professor Luiz Carlos Lückmann como presidente da Acafe.

1999, 11 de maio: Votação da Lei Complementar n. 180, de 16 de julho de 1999, que regulamentou o artigo 170 da Constituição Estadual pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

1999, setembro: Primeira reforma estatutária e regimental pós-credenciamento.

1999, dia 6 de setembro: Inauguração da sede própria da Unoesc Maravilha, com 2.948 m² de área construída.

2000: Ano da história da Unoesc com o maior número de docentes (271) em processo de capacitação, mediante convênios celebrados no âmbito do Prosul, representando 36,22% do total, um crescimento de 298% entre 1996 e 2000.

2000: Mais de 200 projetos de iniciação científica e outros 70 projetos de pesquisa encontravam-se em andamento.

2000, 30 de março: Retomada dos repasses dos recursos provenientes do artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina, com base na emenda n. 180, de 16 de julho de 1999.

2000: Ano da consolidação da regionalização da Unoesc, presente em 12 cidades da mesorregião Oeste catarinense.

2000, 3 de maio: Posse do professor Santo Rossetto como reitor.

2001: Saída do campus de Chapecó da Unoesc para constituir a Unochapecó.

2002: Consolidação da unificação patrimonial, jurídica e acadêmica da Unoesc e sua Mantenedora, com a desativação das fundações Femarp (Videira), Funesc (São Miguel do Oeste) e FEMAI (Xanxerê) e a transferência de seus patrimônios à Funoesc.

2002: Reforma do Estatuto da Funoesc e do Regimento da Unoesc, fazendo-se ajustes em relação à nova configuração da Universidade e à estrutura administrativa como um todo.

2002: Institucionalização do primeiro Comitê de Ética em Pesquisa da Unoesc, aprovado pela Resolução n. 89/CONSUN/2002.

2003: Instalação das primeiras pré-incubadoras nos campi da Instituição.

2003: Criação da Editora Unoesc (Resolução n. 111/CONSUN/2003).

Os oito primeiros anos de credenciamento da Unoesc (1996-2004), nos mandatos dos professores Lückmann (1996-2000) e Rossetto (2000-2004), ficaram para a história como o período da maior expansão do ensino superior na mesorregião Oeste catarinense.

Esse fato, por si só, demonstra que a Instituição vem cumprindo a missão para a qual se propôs desde seus primeiros passos, a de “formar pessoas, produzir conhecimento e oferecer extensão e serviços, promovendo o desenvolvimento regional” (Unoesc, 2016b, p. 13). Demonstra, ainda, que valeu a pena lançar-se ao desafio de construir uma universidade numa região remota, distante dos grandes centros, por muitos anos deixada à margem do acesso ao ensino superior, tornando-se, hoje, a “maior e melhor universidade comunitária do Estado de Santa Catarina” (Unoesc, 2024d).

Propõe-se, em seguida, analisar uma nova etapa da história da Unoesc, aquela marcada pelos grandes desafios da qualidade, do profissionalismo e da inovação. A expansão por si só não garante qualidade; esta, por sua vez, passa necessariamente pela inovação. Uma e outra se complementam e se realimentam.

O novo milênio trouxe consigo um conjunto de revoluções tecnológicas que impactaram todos os setores da sociedade, inclusive as IES. Diante desse cenário, a Unoesc não hesitou em proceder a uma série de mudanças, iniciando pelo PDI até chegar às reformas na sua estrutura física, administrativa e acadêmica. Os mandatos sucessivos exercidos pelo professor Cimadon junto à Reitoria, entre os anos 2004 e final de 2022, foram todos arcados por esses desafios, como veremos a seguir.

CAPÍTULO IV
ADENTRANDO AOS ANOS
2000 COM FOCO NA
QUALIDADE E INOVAÇÃO

4.1 OS PDIs COMO REFERÊNCIA DE PLANEJAMENTO

No dia 2 de maio de 2004, professor Aristides Cimadon é elevado ao cargo de reitor da Unoesc pelos membros da Assembleia Geral da Funoesc e do Consun da Unoesc. Já havia sido reitor implantador do Projeto de Universidade entre 1992 e 1996.

Figura 23 – Aristides Cimadon como reitor da Unoesc



Fonte: Jornal A Notícia (2004).

À época, a Unoesc se apresentava à sociedade catarinense e brasileira como um modelo exitoso e peculiar de educação superior, não somente pelas características que a distingue de outros modelos de universidade, como também pelo que representa junto às comunidades de seu entorno.

Inexpressiva na oferta de cursos de graduação nas décadas de 1970 e 1980, a Unoesc passa a expandir o ensino superior na região a partir da década de 1990 e início dos anos 2000, impulsionada pela implantação de seu Projeto e ascensão ao status de Universidade.

Áreas da saúde e das engenharias, antes inimagináveis, agora são contempladas com cursos como Psicologia, Fisioterapia, Farmácia, Odontologia, Educação Física, Enfermagem, Medicina Veterinária, Medicina, Agronomia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia de Computação, entre outros.

A política de expansão teve o cuidado de cobrir a área geográfica de abrangência da Unoesc que corresponde à mesorregião Oeste catarinense, proporcionando ganhos, inclusive, às regiões que se encontravam à margem do ensino superior, como foram os casos de São Miguel do Oeste e de Xanxerê, subjugadas à Fundeste até o final da década de 1990.

Cimadon volta à Reitoria com uma proposta de gestão focada na qualidade, na inovação e na profissionalização. Boa parte da expansão do ensino superior já havia sido feita. Era preciso, neste novo momento da Instituição, imprimir qualidade acadêmica e aprimorar a gestão universitária, “com o objetivo estratégico de torná-la uma Universidade de referência no sul do País e conhecida nacional e internacionalmente” (Unoesc, 2004, p. 5).

Ao assumir, as reformas estatutária e regimental já haviam sido feitas ao final da gestão do reitor Santo Rossetto, como vimos anteriormente. O caminho estava pronto para o início de um novo ciclo institucional. Sabe-se que a gestão profissional e de qualidade pressupõe o planejamento e a

avaliação. Com base nesses dois pilares, o novo reitor projetou a Instituição para o futuro, adotando o PDI como ferramenta de planejamento e a Avaliação Institucional como instrumento aferidor de qualidade.

O PDI expressa a concepção, a missão, a visão de futuro, os valores, os princípios e as finalidades, assim como os objetivos e as metas de uma IES para um período de cinco anos. Tornou-se documento oficial e obrigatório no início dos anos 2000, mas sua efetividade se deu com a criação do Sinaes, instituído pela Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004 (Brasil, 2004). A partir daí, tem servido como instrumento de planejamento e avaliação das ações estratégicas da Unoesc, visando à melhoria contínua e ao cumprimento de sua missão junto à sociedade.

Em dezembro de 2004, a Secretaria de Educação Superior (Sesu) do MEC definiu as diretrizes para a elaboração de PDIs, sugerindo um roteiro às instituições. Nele, são elencados os eixos temáticos que devem se fazer presentes no planejamento (MEC, 2004).

Em 2006, o PDI tornou-se requisito imprescindível para o reconhecimento e a avaliação de cursos superiores, por meio do Decreto n. 5.773/2006, art. 15 (Brasil, 2006). O Decreto estabelece que o PDI deverá conter os seguintes elementos: missão, objetivos e metas da instituição; projeto pedagógico; cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição; organização didático-pedagógica; perfil do corpo docente; organização administrativa; infraestrutura física e instalações acadêmicas; oferta de EaD; oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; e demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira.

Seguindo a legislação, os PDIs da Unoesc têm sido sistematicamente elaborados a cada cinco anos, servindo de instrumento estratégico de planejamento e de avaliação. Se desdobra, a cada ano, em planos tático-operacionais a partir das políticas, dos objetivos estratégicos e das metas institucionais. Seus resultados

servem de evidências para a produção de relatórios institucionais, como os de autoavaliação institucional e os relatórios sociais.

Penso ser útil apresentar, a seguir, uma espécie de “linha do tempo” de alguns elementos essenciais dos PDIs elaborados a partir de 2004, abordando, especificamente, a missão, a visão, os valores, os objetivos institucionais e as ações, com o objetivo de identificar os avanços conquistados na qualidade dos serviços prestados.

4.1.1 Sobre a Missão Institucional

A primeira missão para a qual a Unoesc foi desafiada encontra-se no Projeto de Universidade, protocolado no CFE, em 1991, para fins de credenciamento. Nele, não encontramos a formalização de uma missão institucional textual, mas infere-se, com base em algumas passagens, que a Unoesc foi constituída com a missão de formar pessoas e desenvolver a pesquisa e a extensão com vistas ao desenvolvimento regional (Unoesc, 1991b). Tais elementos voltam a aparecer em todos os PDIs subsequentes ao Projeto de Universidade.

No primeiro Planejamento Estratégico elaborado pela Unoesc (1999-2010), a missão foi formalizada com foco “no ensino, pesquisa e extensão como fatores da promoção da cidadania e do desenvolvimento humano e cultural sustentável” (Unoesc, 1999b, p. 24).

Com a adoção do PDI como ferramenta de planejamento e avaliação, a missão manteve-se praticamente a mesma em todas as suas versões, evidenciando haver a consolidação de uma identidade institucional ao longo dos anos.

O primeiro PDI elaborado e aprovado pela Unoesc foi o do período 2004-2009, oito anos após seu credenciamento junto ao MEC (Unoesc, 2004). Na ocasião, a Unoesc já era a terceira maior IES entre as 15 que compunham a Acafe (Unoesc, 2004). No texto do PDI, a Unoesc é

chamada a “formar pessoas, produzir conhecimentos e oferecer serviços voltados ao desenvolvimento humano, socioeconômico e cultural do Oeste de Santa Catarina” (Unoesc, 2004, p. 17).

Já no PDI 2013-2017, o texto da missão acrescenta um elemento novo, o “desenvolvimento institucional e regional”, como segue: “Formar pessoas, produzir conhecimento e oferecer extensão e serviços, promovendo o desenvolvimento institucional e regional” (Unoesc, 2016b, p. 13).

Em PDIs mais recentes, a missão passou a contemplar alguns elementos novos, como a “formação profissional” (PDI 2018-2022; PDI 2023-2027), a “sustentabilidade” (PDI 2018-2022; PDI 2023-2027) e a “inovação” (PDI 2023-2027).

Figura 24 – PDI 2013-2017 e PDI 2018-2022 da Unoesc



Fonte: Unoesc (2016b; 2018).

4.1.2 Sobre a Visão de Futuro

A visão de futuro projetada para os primeiros anos do credenciamento da Instituição e estampada no primeiro Planejamento Estratégico teve como preocupação o “atingimento da plenitude universitária”, que se traduzia na excelência acadêmica, e a “conquista da legitimidade social”, que implicava na efetiva integração da Unoesc com a comunidade, com vistas ao desenvolvimento regional (Unoesc, 1999b, p. 28-29).

No PDI 2004-2009, a visão proposta pela Unoesc foi a de “ser referência pela qualidade e pertinência de seus cursos, pelo mérito de sua produção científica e pela relevância social de sua extensão universitária” (Unoesc, 2004, p. 17).

Já no PDI 2013-2017, dois elementos da visão de futuro foram predominantes: “excelência acadêmica e atuação como agente de desenvolvimento regional” (Unoesc, 2016b, p. 13).

Na versão do PDI 2018-2022, elementos similares aos anteriores reforçam a “relevância social” e o papel do “desenvolvimento regional”. Literalmente, a visão de futuro manifesta o desafio de “ser a melhor instituição de ensino superior no Oeste de Santa Catarina, reconhecida pela sua relevância social como agente do desenvolvimento regional” (Unoesc, 2018, p. 31).

Já o PDI 2023-2027, hoje vigente, projeta a Instituição em seu futuro como sendo “uma universidade inovadora, reconhecida pela sua relevância social como agente de desenvolvimento regional”, trazendo a “inovação” como parte de seu escopo institucional (Unoesc, 2023b, p. 13).

Como se observa, alguns elementos estão presentes em todos os PDIs, entre eles relevância social, excelência acadêmica e agente de

desenvolvimento regional. O PDI vigente, contudo, traz um elemento novo, o desejo de a Unoesc ser uma “universidade inovadora” (Unoesc, 2023b, p. 31).

4.1.3 Sobre os Valores

Segundo o PDI 2013-2017, “valores são princípios de conduta construídos e seguidos pelos colaboradores de uma instituição. Os valores praticados dão identidade e credibilidade à Instituição. Devem ser significativos, compartilhados e duradouros, portanto” (Unoesc, 2016b, p. 14). Os valores, portanto, ultrapassam o imediato; permanecem enquanto forem contemporâneos; fazem parte do arcabouço teórico-prático da Instituição, compondo a sua identidade.

Os valores apresentados no primeiro PDI adotado pela Unoesc (2004-2009) foram três: “compromisso com a excelência acadêmica, a ética e o diálogo” (Unoesc, 2004, p. 17). Já os PDIs 2013-2017, 2018-2022, 2023-2027 adotaram os mesmos elementos: “ética, humanismo, cooperação, comprometimento, responsabilidade social, inovação, solidez” (Unoesc, 2016b, p. 14; 2018, p. 31; 2023b, p. 31).

4.1.4 Sobre as Ações Estratégicas

As ações estratégicas vêm alinhadas à missão, à visão, aos valores e aos objetivos institucionais, conforme políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão. A cada novo PDI, elas são ajustadas às novas demandas que batem às portas da Instituição a todo momento.

Algumas são duradouras, outras, cumpridas as finalidades, são substituídas. Cada ação estratégica se desmembra em planos

de ação, anualmente elaborados e executados. Elencar aqui as ações estratégicas delineadas nos PDIs desses anos todos seria exaustivo, uma vez que passam de uma dezena a cada planejamento. Contudo propõe-se analisar algumas delas, especialmente, as que mais impactaram e ainda impactam na qualidade, profissionalização e inovação durante os mandatos do professor Cimadon e, neste momento, no mandato do professor Ricardo Antonio De Marco junto à Reitoria.

4.2 UMA GESTÃO COMPROMETIDA COM O PLANEJAMENTO E A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O bom gestor deixa suas marcas por onde passa. Marcas são diferenciais em relação àquilo que se apresenta como sendo rotineiro, de fácil fazer. A Unoesc, como atesta o MEC/Inep, é hoje “a maior e melhor universidade comunitária de Santa Catarina” (Unoesc, 2024d) pela qualidade da gestão imprimida por seus dirigentes e pelo quadro docente e técnico-administrativo que dispõe. Pretende-se, a seguir, resgatar da história da Instituição algumas ações que marcaram as gestões dos professores Aristides Cimadon e Ricardo Antonio De Marco à frente da Reitoria, com base nos PDIs em suas versões 2004-2008, 2009-2012, 2013-2017, 2018-2022, 2023-2027.

A gestão do reitor Cimadon caracterizou-se pelo profissionalismo e pela continuidade daquilo que se mostrava ser o caminho a ser percorrido. A continuidade da gestão na Unoesc foi possível pela entrega de resultados de seus dirigentes, a cada mandato, gerando estabilidade, previsibilidade e credibilidade, elementos necessários para uma boa gestão e o desenvolvimento institucional.

O processo de escolha dos dirigentes, não mais pelo voto proporcional da comunidade acadêmica, mas pela Assembleia Geral e pelo Consun, certamente contribuiu para isso. As duas eleições para reitor e demais dirigentes dos campi realizadas pelo voto de professores, estudantes e funcionários, como registrado na história, foram conflituosas, gerando desconforto e insegurança.

A gestão universitária exitosa passa por duas ferramentas indispensáveis: o planejamento e a avaliação. Como vimos, a cultura do planejamento desenvolveu-se na Instituição desde cedo. Aprendeu-se a fazê-lo com a confecção da Carta-consulta e com o Projeto de Universidade, no início dos anos 1990; mais tarde, com o Planejamento Estratégico 1999-2010; a partir de 2004, com os PDIs.

Na avaliação institucional, fez-se igual trajetória. A primeira iniciativa de se implantar a avaliação institucional remonta ao ano de 1991, exigência a ser cumprida quando por ocasião da apresentação do Projeto de Universidade ao CFE. O tema ocupou uma seção do Projeto de Universidade intitulada *“Plano de Avaliação Institucional”* (Unoesc, 1991b). Atendeu-se apenas a uma formalidade, sem resultados que pudessem ser significativos para a Instituição.

A segunda experiência deu-se em meados da década de 1990, quando, em 1995, criou-se o PAIU (CPA, 2024). Ao final de 1996, o Programa foi regulamentado e institucionalizado pelo Consun para ser implantado no primeiro semestre do ano seguinte, com o nome *“Projeto de Avaliação Institucional dos Cursos de Graduação da Unoesc”*, com vigência para dois anos, 1997 e 1998. Teve como referência o PAIUB, instituído pelo MEC em 1994, com o objetivo de incentivar as universidades brasileiras a criarem seus programas internos de avaliação institucional (Brasil, 1994).

A terceira experiência deu-se no início dos anos 2000, quando a Unoesc, em 2005, migra para o Sinaes, criado pela Lei n. 10.861, de

14 de abril de 2004 (Brasil, 2004). No mesmo ano, o Consun aprova o Programa de Avaliação Institucional e, na sequência, a Reitoria cria a CPA, determinando avaliação semestral dos processos de ensino-aprendizagem, assim como dos docentes e da infraestrutura física e laboratorial (Unoesc, 2021).

O primeiro PDI elaborado pela Unoesc (2004-2009) já havia feito referência à Avaliação Institucional. A avaliação e o acompanhamento do desempenho institucional, segundo aquele PDI, tinham por objetivo “proporcionar à Instituição o conhecimento do desempenho do ensino de graduação, da pós-graduação, da pesquisa, da extensão e dos serviços” (Unoesc, 2004, p. 49-50). A avaliação, como se observa, possui efeito prático, que é o de subsidiar a tomada de decisões com vistas à melhoria da qualidade do ensino e dos demais serviços prestados pela Instituição (Unoesc, 2004).

Todos os PDIs elaborados pela Unoesc até o presente momento dedicam uma seção específica para apresentar a política e as diretrizes da avaliação e do acompanhamento do desempenho institucional, uma vez que o tema faz parte do roteiro de elaboração de PDIs sugerido pelo MEC/Inep.

Em 2016, a CPA passou por processo de reestruturação, objetivando conferir maior organicidade junto à gestão, aproximando-se e dialogando com o planejamento institucional (Unoesc, 2021). A partir de então, a Avaliação Institucional pode contar com maior apoio dos dirigentes da Instituição, assumindo o papel estratégico de avaliar, de forma sistemática, não somente os processos de ensino e aprendizagem, como também a gestão dos cursos de graduação, a infraestrutura e as áreas antes não avaliadas, como a pós-graduação lato e stricto sensu, o ensino a distância, a gestão, a comunidade externa e os egressos.

O texto da Lei do Sinaes prima por uma avaliação que seja participativa, com ênfase na avaliação dos processos de gestão

pedagógica e administrativa, visando ao autoconhecimento da instituição e à tomada de decisão (Brasil, 2004).

No Projeto de Autoavaliação Institucional elaborado pela CPA, triênio 2021-2023, lê-se:

A autoavaliação constitui processo significativo para o autoconhecimento da Instituição, oportunizando à comunidade acadêmica a refletir sobre si mesma. Nesse sentido, possui caráter formativo e tem por objetivo avaliar não somente os processos de ensino e aprendizagem, como também a atuação da Instituição junto à comunidade, comprometida com a formação humana e o desenvolvimento regional (Unoesc, 2021, p. 7).

Os processos avaliativos, por sua vez, alinham-se ao PDI e aos elementos que o constituem. Articulam-se e integram-se, igualmente, à avaliação externa, com atenção especial aos resultados do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade), ao Conceito Preliminar de Curso (CPC), ao Índice Geral de Cursos (IGC), ao Censo da Educação Superior e ao Questionário Socioeconômico (Unoesc, 2021).

A CPA segue planejamento próprio, constante no Projeto de Autoavaliação Institucional, instrumento que orienta a condução dos processos de autoavaliação institucional, contemplando ações a serem implementadas a cada ciclo avaliativo, em atenção ao que preconiza o Sinaes.

O processo de avaliação segue 13 etapas, conforme ilustra a figura a seguir.

Figura 25 – Etapas do processo de avaliação institucional

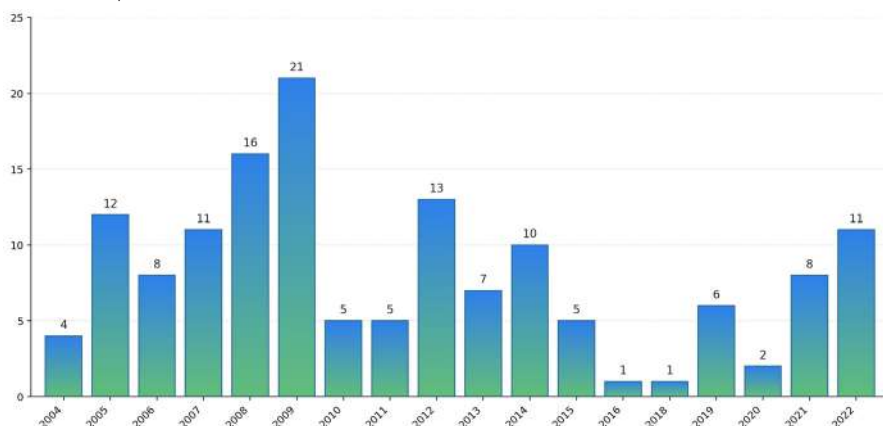


Fonte: adaptado do Projeto de Autoavaliação Institucional (Unoesc, 2021, p. 24).

A prática da Autoavaliação Institucional na Unoesc tem contribuído para o desenvolvimento de uma cultura de qualidade, aprimorando os processos de ensino-aprendizagem e de gestão e propondo mudanças de rumo. Inicialmente, a resistência à avaliação foi marcada pelo temor e pela desconfiança. Como pode o estudante avaliar o professor? A avaliação entre os pares pode significar apenas cumprimento formal. Mas, não foi isso que ficou demonstrado. Apesar dos problemas normais de percurso, a avaliação interna produziu qualidade, sobretudo no ensino e nos serviços.

Os resultados dessa política impactaram na qualidade dos serviços educacionais prestados pela Instituição, entre eles, e principalmente, a oferta de cursos superiores. Entre 2004 e 2022, período que abrange os sucessivos mandatos do reitor professor Aristides Cimadon, 146 cursos de graduação presenciais foram implantados na Unoesc, ou pela permuta de vagas de cursos já existentes entre os campi, ou pela criação de novos cursos, como mostra o gráfico a seguir.

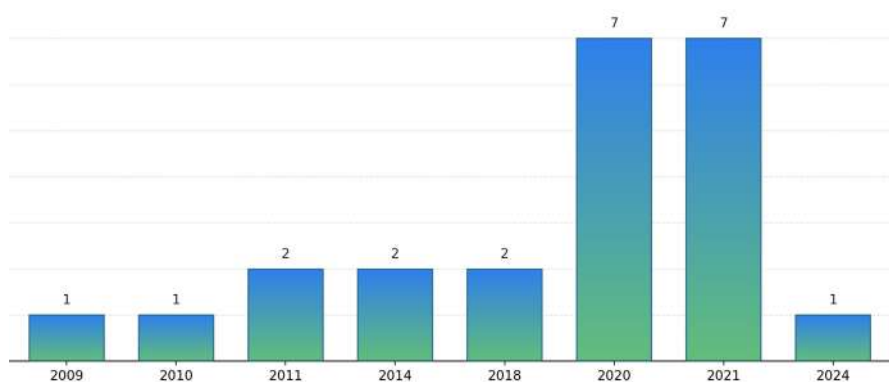
Gráfico 2 – Evolução dos cursos de graduação implantados ano a ano na modalidade presencial (2004-2022)



Fonte: Secretaria Acadêmica Geral da Unoesc – 1º semestre (2026i).

Outros 23 cursos de graduação foram implantados pela modalidade a distância entre 2009 e 2022. Lembrando que, em 2009, a Unoesc foi credenciada para atuar nessa modalidade de ensino.

Gráfico 3 – Evolução dos cursos de graduação implantados ano a ano na modalidade a distância (2009-2022)



Fonte: Secretaria Acadêmica Geral da Unoesc – 1º semestre (2026i).

4.3 AÇÕES ESTRATÉGICAS COM VISTAS À EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR DE QUALIDADE

Tamanha expansão do ensino superior verificada nos anos 2004-2022 exigiu a melhoria das condições de oferta, a ampliação dos espaços físicos, a presença da Instituição em novas cidades, a aquisição de faculdades, a criação de polos de EaD, a instalação de novos laboratórios, a aquisição de acervo bibliográfico, os investimentos em recursos humanos e assim por diante. É o que se verá a seguir.

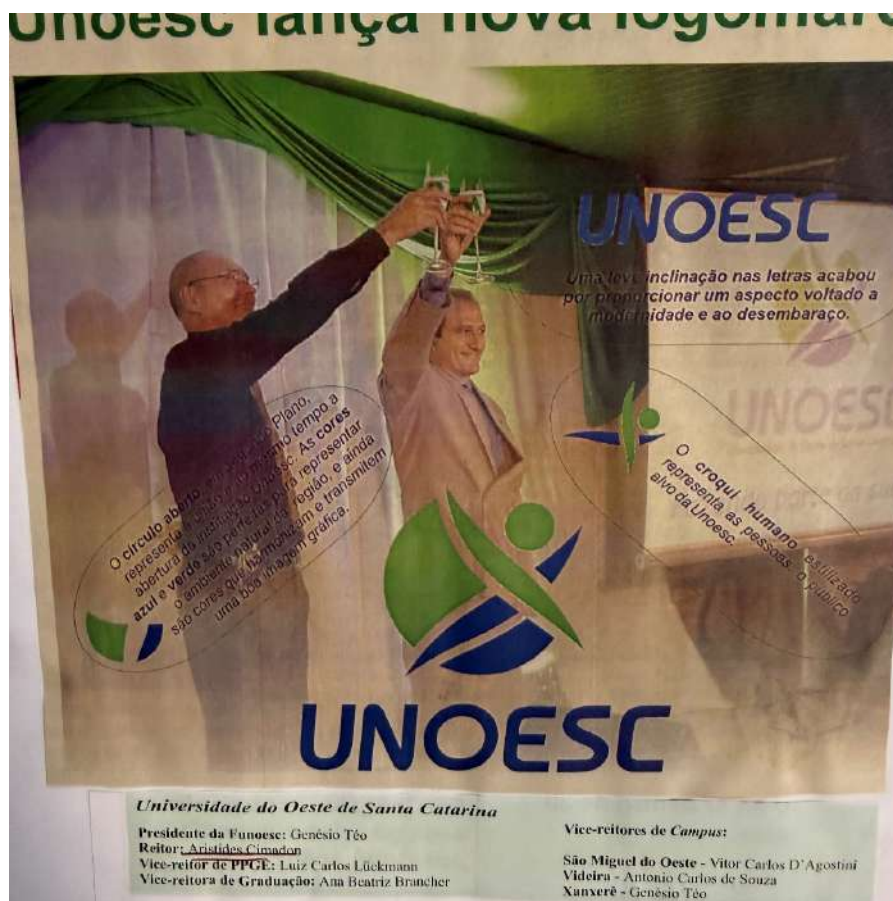
4.3.1 Começando com a mudança da Logomarca Institucional

Com a saída do campus de Chapecó, em 2001, a Unoesc passa a ter outra configuração institucional. Seria, então, o momento de rever a logomarca da Instituição e tudo o que ela significou até aquele momento enquanto identidade visual. As três hastes da logomarca que representavam os três campi que se uniram para fins de criação da Unoesc, agora, não faziam mais sentido.

De outro lado, a expansão do ensino superior avançou em direção ao Extremo-Oeste e à região do Alto Irani, especialmente com a ascensão de São Miguel do Oeste e de Xanxerê a campus universitários em iguais condições aos demais.

A previsão de sua implantação constou no PDI 2004-2009, na meta 16, onde se lê: “Implementar a nova missão institucional, a logomarca, o slogan e outros símbolos” (Unoesc, 2004, p. 26). Seu lançamento aconteceu no dia 17 de fevereiro de 2005, como se observa a seguir.

Figura 26 – Brinde simbólico do presidente da Funoesc, Genésio Té, e o reitor Aristides Cimadon



Fonte: jornal da época.

A nova marca, segundo seu manual, quis expressar “a missão institucional de promover a formação humana e profissional através do ensino, da pesquisa e da extensão, gerando conhecimento que impulsiona o desenvolvimento regional com inovação, internacionalização e sustentabilidade” (Unoesc, 2025j).

A marca introduz o slogan *"Fazendo parte da sua vida"*, que reforça o propósito e o compromisso da Unoesc em impactar positivamente a vida das pessoas. Traz novas cores, o verde, o azul e o branco. O verde simboliza a terra fértil e nossa responsabilidade com o desenvolvimento sustentável; o azul reflete a abundância de recursos hídricos e nossa capacidade de adaptação e inovação. O círculo aberto representa a estrutura multicampi da Unoesc (Unoesc, 2025k).

Em agosto de 2024, a Unoesc fez uma nova campanha institucional, atualizando sua identidade visual, incluindo a unificação das escolas de educação básica sob a marca "Colégio Unoesc" (Unoesc, 2025q).

Fotografia 5 – Consolidação da transição oficial do nome Colégio SuperAtivo para Colégio Unoesc, em 1º de julho de 2025



Fonte: Unoesc (2025q).

4.3.2 A ampliação da área física para abrigar a expansão do ensino superior em São Miguel do Oeste

A maior expansão do ensino superior pós-credenciamento da Unoesc ocorreu na região do Extremo-Oeste catarinense, mais especificamente na cidade polo da região, São Miguel do Oeste, e as cidades vizinhas de Maravilha, Pinhalzinho e São José do Cedro.

Como analisado anteriormente, o campus de São Miguel do Oeste, à época do processo de acompanhamento, sequer possuía sede própria e seus cursos de graduação limitavam-se a Pedagogia e Administração, ambos sob a tutela da antiga Fundeste de Chapecó. Após o credenciamento, a autonomia universitária permitiu rápida expansão de cursos superiores, iniciando pelo campus sede, localizado em São Miguel do Oeste.

A partir dos anos 2000, sob a direção do professor Vitor Carlos D'Agostini e de sua equipe pedagógica, inicialmente como pró-reitor de Administração (2000-2004), posteriormente como vice-reitor de campus (2004 aos dias de hoje), outros blocos foram sendo construídos, servindo de base para a expansão e consolidação do ensino superior naquela região.

Figura 27 – Expansão da Unoesc São Miguel do Oeste



Fonte: boletim interno da Unoesc (2005).

Em 1996, o campus expande sua área de atuação para o Município de Maravilha, implantando o curso de Administração, cuja aula inaugural ocorreu no dia 6 de outubro, em local provisório. Três anos depois, em março de 1999, é implantado o curso de Pedagogia; e no dia 6 de setembro do mesmo ano, é inaugurada a sede própria, com 2.948 m² de área construída. Em outubro de 2011, o Consun autorizou a implantação do curso de Agronomia (Resolução n. 154/CONSUN/2011) e, em dezembro de 2018, o curso de Ciências Contábeis (Resolução, n. 212/CONSUN/2018). Hoje, a Unoesc Maravilha oferece os cursos de Administração, Agronomia e Ciências Contábeis (Unoesc, 2025l).

Fotografia 6 – Sede da Unoesc Maravilha, inaugurada em 2011



Fonte: Unoesc (2025l).

Anos depois, a Unoesc São Miguel do Oeste expande sua área de atuação para o Município de Pinhalzinho, iniciando pela oferta do curso de Ciências Contábeis em local cedido pelo município, no dia 5 de setembro de 2003. Em 2005, foi implantado o curso de Direito, tendo celebrado 20 anos de história em 2025. Na sequência, vieram os cursos de Psicologia, em 2006, e Design, em 2011 (Unoesc, 2025m).

Os cursos ofertados em Pinhalzinho possuem qualidade acima da média em relação a outros cursos ofertados na Instituição e no Estado de Santa Catarina. O curso de Design, por exemplo, foi conceito 5 no Enade de 2023, o melhor curso de Design de Santa Catarina e o segundo melhor do Brasil; o curso de Direito foi nota 5 no CPC, ocupando o segundo lugar no Estado entre 64 cursos avaliados; o de Psicologia obteve CPC 4, ocupando o segundo lugar entre 39 cursos avaliados em Santa Catarina; o de Ciências Contábeis também com nota 4 no CPC, ocupando o terceiro lugar entre os 65 cursos avaliados (CPA, 2024).

A sede própria da Unoesc Pinhalzinho foi inaugurada no dia 22 de fevereiro de 2011, com 4.468 m² de área construída. A estrutura contava, inicialmente, com 20 salas de aula, setor administrativo, auditório, salas de reuniões, área para convivência estudantil, biblioteca, auditório e 25 laboratórios (Unoesc, 2025m).

Fotografia 7 – Unoesc Pinhalzinho



Fonte: Unoesc (2025m).

Em 2005, a Unoesc São Miguel do Oeste implantou o curso de Agronomia na cidade de São José do Cedro, há duas décadas desempenhando papel fundamental no fortalecimento da agricultura daquela região, promovendo a inovação, a sustentabilidade e a aplicação de tecnologias avançadas no campo. Em dezembro de 2025, a Unoesc São José do Cedro celebrou os 20 anos de implantação do campus no município e os 20 anos do curso de Agronomia (Unoesc, 2025n). Importante destacar que o Município de São José do Cedro doou à Unoesc uma significativa área de terras, tendo sobre ela a construção de um colégio municipal, para implantar ali o curso de Agronomia.

A Instituição aproveitou a área, construiu melhorias e implantou laboratórios especiais, inclusive para o curso de Medicina Veterinária.

Hoje, a Unoesc São Miguel do Oeste conta com mais de 25 mil m² de área construída, comportando: um moderno Centro Cultural para a realização de eventos, com capacidade para 792 pessoas; um Centro Esportivo, com piscina térmica, sala de dança, academia, Laboratório de Fisiologia do Exercício e quadra poliesportiva; um Centro Tecnológico com diversos laboratórios; área para convivência estudantil; biblioteca com mais de 100 mil títulos; e 110 laboratórios de ensino e pesquisa (Unoesc, 2025o).

O campus oferece 19 cursos de graduação presenciais: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física - Bacharelado, Educação Física - Licenciatura, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Farmácia, Fisioterapia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Pedagogia e Psicologia (Unoesc, 2025o).

Somando-se aos cursos de graduação existentes em Maravilha, Pinhalzinho e São José do Cedro, a Unoesc São Miguel do Oeste alcança 28 opções de oferta. Para quem tinha apenas dois cursos em oferta em 1991, ano do início do processo de credenciamento da Unoesc, trata-se de um feito inédito na história da expansão do ensino superior na região e no Estado (Unoesc, 2025o).

O mais recente empreendimento conquistado pelo campus foi a implantação do Laboratório de Simulação Realística, inaugurado no dia 21 de agosto de 2025. O projeto foi selecionado pelo Programa de Estruturação Acadêmica para Laboratórios Multiusuários dedicados à Pesquisa Avançada no Estado de Santa Catarina – MultiLab segunda edição, financiado pelo Governo do Estado, em parceria com a Fapesc,

recebendo investimento de R\$ 1.816.445,00, com recursos do Governo do Estado e contrapartida de igual valor da Unoesc. O laboratório tem como objetivos capacitar e qualificar profissionais da área da saúde em ambiente de alta tecnologia, equipado com simuladores de alta fidelidade que permitem a reprodução de situações clínicas reais (Unoesc, 2025s).

Fotografia 8 – Inauguração do Laboratório de Simulação Realística, em 21 de agosto de 2025



Fonte: Unoesc (2025s).

4.3.3 Ampliação da área física para abrigar a expansão do ensino superior em Xanxerê

Assim que conquistou o status de Universidade, a Unoesc Xanxerê, sob a gestão do professor Genesio Téó e de sua equipe pedagógica e com o apoio da Reitoria, deu início a um arrojado plano de expansão do ensino superior naquela região, que congrega 14 municípios em torno da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI).

Até o ano de 1996, o campus de Xanxerê contava com apenas dois cursos superiores (Ciências Contábeis e Pedagogia), sob a tutela da antiga Fundeste de Chapecó. Com o credenciamento da Unoesc, deu-se início à implantação dos cursos de Administração e de Direito, avançando para outras áreas, como Arquitetura e Urbanismo, Medicina Veterinária, Agronomia e Zootecnia (Unoesc, 2026m).

Simultaneamente à expansão dos cursos, a Unoesc Xanxerê, em curto espaço de tempo, construiu sólida estrutura física, com salas de aula, laboratórios, acervo bibliográfico, anfiteatro e espaços de lazer e esporte. Como suporte ao curso de Medicina Veterinária, construiu um hospital veterinário, numa área de 4,5 mil m². Também foram construídas as estruturas físicas e laboratoriais para atender os cursos de Agronomia, Engenharia Civil, Farmácia, Zootecnia, Biomedicina e Radiologia (Unoesc, 2026m).

Em 2018, mais exatamente no dia 12 de setembro, a Fundação Unoesc adquiriu, mediante leilão judicial, a Celer Faculdades Ltda, mantenedora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA), sediada na cidade de Xaxim. A compra incluiu a aquisição do Colégio Geração Celer, hoje Colégio Expressivo, escola de educação básica, com educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (Oeste Mais, 2018).

Em um segundo leilão, no dia 12 de fevereiro de 2019, a Unoesc incorporou a FACISA, garantindo-se a continuidade dos cursos então existentes, entre eles: Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Engenharia Ambiental e Sanitária, Jornalismo, Pedagogia e Psicologia (Unoesc, 2019b).

Na inauguração do novo campus, o vice-reitor da Unoesc Xanxerê, professor Genesio Téó, assim se expressou: “Temos o sentimento de compromisso e responsabilidade com a comunidade onde atuamos para

oferecer uma boa formação a todos que frequentam aquela unidade, integrando a expansão das atividades da Funoesc” (Unoesc, 2019b).

Fotografia 9 – Aquisição da Celer Faculdades, Xaxim, em setembro de 2019



Fonte: Unoesc (2019b).

Hoje, a Unoesc Xanxerê abriga 19 cursos de graduação presenciais: Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Artes, Biomedicina, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física - Bacharelado, Educação Física - Licenciatura, Enfermagem, Engenharia Civil, Farmácia, Fisioterapia, Medicina Veterinária, Psicologia, Design, Pedagogia, Radiologia e Zootecnia. Oferece, igualmente, o Mestrado em Sanidade e Produção Animal, recomendado pela CAPES com conceito 4 na última avaliação quadrienal (Unoesc, 2026m).

Figura 28 – Unoesc Xanxerê em 2005



Fonte: boletim interno da Unoesc (2005).

Importante destacar que, em 2005, a Unoesc Xanxerê inaugurou um dos melhores hospitais veterinários do sul do país. O curso de Medicina Veterinária tornou-se referência de formação de profissionais na área, além de prestar relevantes serviços a toda comunidade regional. Hoje, sem dúvida, Xanxerê é destaque na formação de profissionais da Medicina Veterinária e se destaca com importante produção de conhecimento para solução dos problemas locais e regionais.

Recentemente, o campus inaugurou dois novos laboratórios com recursos advindos do Governo do Estado, através do Programa de Estruturação Acadêmica para Laboratórios Multiusuários dedicados à Pesquisa Avançada no Estado de Santa Catarina – MultiLab segunda edição, em convênio com a Fapesc, visando à pesquisa científica e tecnológica nas áreas de agronegócio e sanidade animal (Unoesc, 2025e).

4.3.4 A volta da Unoesc a Chapecó

A ausência da Unoesc na cidade de Chapecó, motivada pelo desligamento da Fundeste em outubro de 2001, não foi por muito tempo. Tinha-se o entendimento de que a cisão seria inevitável frente a uma série de incompatibilidades, entre elas as de cunho cultural, político e ideológico, como se viu anteriormente. Reconheceu-se, portanto, o direito da Fundeste de trilhar o futuro com sua própria universidade.

Contudo, a Unoesc não desistiu do objetivo de se fazer presente naquela que é a mais importante cidade do Oeste catarinense do ponto de vista populacional e socioeconômico. Segundo o Censo do IBGE 2022, Chapecó conta com 282.648 habitantes; está entre as 100 cidades mais ricas do país e a quinta maior economia de Santa Catarina, com um PIB per capita, em 2023, de R\$ 69.153,54, e um IDH, em 2010, de 0,790. É destaque nacional no agronegócio e na indústria, além de ser polo de empresas de tecnologia e inovação (IBGE, 2026).

Portanto, mais do que “se fazer presente”, retornar a Chapecó tratava-se de uma questão estratégica frente à grande demanda por ensino superior lá existente. Demanda que vinha sendo atendida por um punhado de IES privadas que por lá se instalavam para atuar na EaD.

A oportunidade de reinstalar-se em Chapecó veio com a compra da Faculdade Exponencial (FIE) pela Funoesc, em janeiro de 2009. Logo em seguida, em fevereiro do mesmo ano, fez-se a transição da gestão daquela instituição para a gestão da Unoesc, sob a supervisão da Reitoria da Unoesc e a coordenação do professor Eliandro Gustavo Bortoluzzi (Unoesc, 2023b, p. 20).

Figura 29 – Divulgação da compra da FIE, em 7 de janeiro de 2009

Unoesc apresenta ações para Chapecó

Universidade desembolsará R\$ 13,3 milhões para a compra do patrimônio físico e a incorporação dos cursos da FIE

LISIANE KERBES/OL



AQUISIÇÃO Reitor da Unoesc anunciou ontem compra da FIE, que se torna um campus da Unoesc

Chapecó - O maior objetivo da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), que volta a atuar em Chapecó depois de seis anos, são os cursos de pós-graduação, especialmente em nível de mestrado e doutorado. A universidade anunciou oficialmente ontem a aquisição da Faculdade Exponencial (FIE). A comunicação foi feita pelo reitor da Unoesc, Aristides Cimadon, presidente da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (Funoesc) Genésio Téó, diretor do novo campus da Unoesc em Chapecó, Eliandro Bortoluzzi, diretor-presidente do Centro Educacional Exponencial, Amélio Bedin, e diretor geral da FIE, Élio Maldaner.

Além de investir em es-

por objetivo ainda implementar e reconhecer os cursos já existentes na FIE e implementar um centro de negócios, sobretudo para parcerias, treinamento e inovação com empresas privadas e setor público.

Enquanto o processo de transferência tramitar no Ministério da Educação e no Conselho Estadual da Educação, a FIE continuará funcionando normalmente. A partir de fevereiro, a Unoesc assumirá pedagogicamente a FIE. Já estão previstos dois mestrados, um em direito e um em administração. Os planos de crescimento devem ser implementados a partir de 2010.

A Unoesc desembol-

para a compra do patrimônio físico e a incorporação dos cursos da FIE.

ALUNOS E PROFESSORES

Os alunos matriculados concluirão seus cursos normalmente, com a matriz curricular em que fizeram matrícula. Seus diplomas serão expedidos pela Unoesc, porém, se algum aluno exigir que seu diploma seja expedido pela FIE, terá esse direito garantido.

Os professores prosseguirão normalmente com suas disciplinas e serão contratados pela Funoesc, mantenedora da universidade. Da mesma forma,

mensalidades não sofrerão mudanças, apenas o reajuste normal anual já definido pela atual administração.

PROCESSO

Conforme Eliandro Bortoluzzi, durante o ano de 2008 foram realizadas várias discussões internas, com avaliação da educação superior no País. Nesse período, instituições de todo o País demonstraram interesse em comprar a faculdade. "Nós restringimos a compra para uma instituição da região, que tivesse um sentido mais comunitário que a FIE e mantivesse os direitos dos alunos, professores e funcionários", explicou. As conversações

Fonte: Diário do Iguazu (2009).

Os cursos da FIE existentes à época — Administração, Ciências Contábeis, Logística, Sistemas de Informação e Direito — foram transferidos para a Fundação Unoesc e submetidos a processos de avaliação e reconhecimento pelo CEE.

Após a aquisição, pôs-se em prática o plano de expansão previsto para o novo campus. Optou-se por focar a expansão na área de gestão de negócios, frente às características apresentadas pela economia local. De imediato, somaram-se aos cursos já existentes os de Educação Física, Psicologia, Tecnólogo em Gestão Comercial e Comércio Exterior.

Em seus primeiros anos, o campus atuou sem autonomia financeira até obter o retorno dos investimentos feitos na compra da FIE. Em 2015, foi elevado ao status de campus universitário, destinando, daí para frente, seus resultados financeiros à ampliação da estrutura física e demais melhorias acadêmicas.

Hoje, a Unoesc Chapecó oferece 17 cursos de graduação presenciais: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Direito, Educação Especial, Educação Física - Licenciatura, Educação Física - Bacharelado, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Pedagogia, Psicologia e Sistemas de Informação (Unoesc, 2026l). Oferece, igualmente, o Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA), nos níveis de Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado (Conceito 5), e o Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD), também nos níveis de Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado (Conceito 4).

Fotografia 10 – Sede da Unoesc em Chapecó, em 2026



Fonte: Unoesc (2026l).

4.3.5 Ampliação da área física para abrigar a expansão do ensino superior em Videira

A Unoesc Videira vem oferecendo cursos superiores desde a década de 1990, à época mantidos pela Femarp. Iniciou com o curso de Ciências Contábeis (1973) e, em seguida, com o curso de Pedagogia (1976), ambos formando profissionais para as empresas e a educação básica há mais de 35 anos.

Com o advento da Unoesc, o campus deu início à expansão do ensino superior naquela região com a implantação de cursos como Direito (1991), Ciência da Computação (1994), Tecnologia de Alimentos (1997), Farmácia (2000), entre outros.

Em 1998, inaugurou o Centro Tecnológico para abrigar laboratórios na área para a qual havia sido vocacionado, ainda por ocasião da confecção da Carta-consulta, entre eles biotecnologia, alimentos,

química e biologia. Havia, inclusive, a previsão da implantação de um mestrado nessa área, o que acabou concretizando-se em setembro de 2013, com o mestrado em Ciência e Biotecnologia (Unoesc, 1991b).

Em 19 de abril do ano 2000, inaugurou uma de suas maiores obras, o Centro Administrativo, para nele abrigar estrutura administrativa, auditório, espaço de convivência e estruturas para a pesquisa, pós-graduação e extensão.

Mais recentemente, em agosto de 2025, a Unoesc Videira foi contemplada com o Laboratório Multiusuário de Saúde do Trabalhador, com recursos de 2,4 milhões de reais, advindos do Governo do Estado, em parceria com a Fapesc, por meio do Programa de Estruturação Acadêmica para Laboratórios Multiusuários dedicados à Pesquisa Avançada no Estado de Santa Catarina – MultiLab segunda edição. Tem a finalidade de desenvolver pesquisa avançada, com foco na saúde do trabalhador (Unoesc, 2025w).

Ainda no mês de agosto de 2025, o campus inaugurou espaço físico para alojar o Programa I.nova Unoesc, hoje presente em todos os campi da Instituição, nele instalando oficialmente um hub de startups chamado “Espaço Unoesc Videira”, destinado ao apoio à inovação e ao fomento do empreendedorismo regional, hoje com diversos projetos em fase de pré-incubação (Unoesc, 2025v).

A Unoesc Videira, inicialmente pujante, tendo inclusive o seu primeiro presidente da Fundação Mantenedora da Universidade, Flávio Brandalise, passou a sofrer dificuldades significativas a partir de 2010, vindo a sofrer perdas importantes, como Fraiburgo, o Colégio Agrotécnico de Iomerê e outras dificuldades. Contudo, assumiu o vigor que a cidade de Videira e região possuem a partir do fim da pandemia, quando a professora Carla Cazela assume a Vice-Reitoria do campus.

Hoje, a Unoesc Videira oferece 21 cursos de graduação presenciais: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, Biotecnologia Industrial, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Design, Direito, Educação Física - Bacharelado, Educação Física - Licenciatura, Enfermagem, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Farmácia, Fisioterapia, Letras - Inglês, Nutrição, Pedagogia, Psicologia e Sociologia. Para 2026, há previsão de se implantar três novos cursos, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos e Jornalismo (Unoesc, 2026e).

Fotografia 11 – Vista aérea das estruturas físicas da Unoesc Videira



Fonte: Unoesc (2026b).

4.3.6 Ampliação da área física para abrigar a expansão do ensino superior em Joaçaba

Como vimos anteriormente, a Carta-consulta e o Projeto de Universidade vocacionaram a Unoesc Joaçaba para atuar na graduação em duas áreas prioritárias do conhecimento, a metalmecânica e a saúde. O curso de origem da área metalmecânica foi o de Engenharia de Produção Mecânica, implantado em 1993, durante o processo de credenciamento da Unoesc. Sua instalação teve o apoio e a assessoria do professor Antônio Diomário de Queiroz, joaçabense e amigo da Unoesc, ex-reitor da UFSC. Em 2012, com a padronização nacional dos nomes das engenharias, o curso foi desmembrado em dois, Engenharia de Produção e Engenharia Mecânica (Unoesc, 2011b).

O segundo curso implantado na área das ciências exatas foi o de Engenharia Civil, no dia 2 de março de 2000. Em outubro de 2025, o curso celebrou 25 anos de história (Unoesc, 2025c). Na sequência, vieram os cursos de Engenharia Elétrica (1997), Engenharia de Computação (2009) e Engenharia Química (2016).

A expansão dos cursos na área das engenharias não ficou restrita à Unoesc Joaçaba. Diante da forte demanda pela formação de engenheiros, estendeu-se para outros municípios do Oeste catarinense, como São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê e Videira, que, em curto período de tempo, implantaram 16 cursos de graduação nessa área.

A outra área vocacionada no Projeto de Universidade para a Unoesc Joaçaba foi a da saúde. Os cursos de graduação eleitos como prioritários foram sendo implantados assim que se instalou o processo de credenciamento da Unoesc. Foi o caso do curso de Psicologia, implantado em 1994 e, que, em 2024, celebrou 30 anos de história (Unoesc, 2024b), e de Enfermagem, implantado no ano 2000.

Na sequência, no dia 2 de março, foi implantado o curso de Odontologia, o primeiro a se instalar no Oeste do Estado, com uma estrutura física e laboratorial que o colocou no ranking dos melhores cursos do país. Em maio de 2025, o curso celebrou 25 anos de história (Unoesc, 2025h). No mesmo ano, é implantado o curso de Fisioterapia, celebrando também 25 anos de história em outubro de 2025.

O curso mais aguardado na Unoesc Joaçaba foi o de Medicina, implantado em 2003. O campus vinha fazendo uma série de investimentos na área da saúde com esse propósito. Entre os investimentos, estavam a capacitação e contratação de docentes com titulação adequada na área da Medicina.

Mesmo assim, foi preciso convencer os conselhos de classe e o próprio MEC de que um curso de Medicina a ser implantado no interior do Estado, distante dos grandes centros, sediado em um município com aproximadamente 30 mil habitantes, não só seria viável, como imprescindível frente a uma região que ocupa um terço do território catarinense, com uma população acima de 1,2 milhão de habitantes.

Foi preciso, igualmente, fazer todo um trabalho de articulação e sensibilização com a comunidade externa e com a própria comunidade acadêmica, resistentes à ideia. A Unoesc Chapecó também chegou a cogitar o curso, sendo objeto de questionamento até mesmo junto à Câmara de Vereadores e à Associação Comercial, Industrial, Agronegócio e Serviços de Chapecó (ACIC), como noticiou um jornal local.

Figura 30 – Cursos de Medicina e Odontologia na Unoesc Joaçaba

Cursos de Medicina e Odontologia em Joaçaba: Vereadores querem debater o assunto com Reitor da UNOESC



Membros da Unoesc e classe política que estarão juntos na discussão na câmara

Com o projeto de instalação do curso de medicina na Unoesc – campus de Chapecó e com a possível transferência para o campus de Joaçaba muitos segmentos da sociedade começaram discutir a instalação do curso. Principalmente pela importância para a cidade em deter o curso de Medicina, atrativo a mais para atrair a cidade novos profissionais e principalmente uma leva de alunos que se fixariam na cidade.

No entanto a discussão na cidade não toma o caminho da pressa, mas principalmente da discussão ponderada da importância do curso e como pode ser implementado.

A exemplo disso, a Câmara de vereadores de Chapecó, aprovou requerimento de alguns vereadores para que seja enviado ofício ao Reitor Luis Carlos Lückman, e ao pró reitor de administração Gilberto Agnolin, convidando-os a prestarem informações ao plenário do legislativo sobre o motivo da possível transferência do curso de medicina para Joaçaba. Longe de ser uma guerra política e de ter aceitação de todos os envolvidos, a comunidade busca através dessa audiência pública dar o pontapé inicial para as discussões com todos os interessados na instalação do curso na cidade.

formações de que “não há nada definido sobre o curso mas que como há interesse na sua implantação deveria ser formada na Universidade uma comissão pró-curso de Medicina isenta de influência política ou de qualquer segmento”.

Já para o médico e vereador Tabajara C. Vidal - PFL. “O curso de medicina traria de imediato, algumas unidades a mais colocadas à disposição para atendimento à população. Até para a Universidade poder receber incentivos fiscais, os ambulatórios da instituição tem que prestar assistência comunitária. É preciso, no entanto, que seja implantado um curso de qualidade para que não se tenha na Universidade apenas um depósito de estudantes”.

A preocupação de Tabajara começa a tomar corpo ao meio das discussões, e seria importante termos a opinião do Conselho de Medicina, presidido pelo Dr. José Francisco Aymone Neto, infelizmente até o fechamento da edição não conseguimos, apesar do contato com o médico, colher a posição do Conselho, que segundo Tabajara, já tem uma posição sobre o assunto.

A vereadora do PT, na sessão onde o assunto foi discutido, Maria Aparecida dos Santos - PT, disse que o assunto deve ter “uma discussão principal-

de há alguns anos ter existido uma pulverização das faculdades de direito, formando profissionais “capengas” porque as universidades em determinadas condições não tem como dar uma resposta adequada”.

Um dos autores do requerimento vereador Nilton de Quadros - PC do B, disse que “a partir do início da década de 90 houve uma proliferação de cursos universitários. Temos que debater se a universidade quer apenas abrir cursos, sem necessidade, para arrecadar dinheiro ou está preocupada com qualidade. Nem Chapecó nem Joaçaba reúnem condições técnicas no momento para ter um curso de Medicina. Quando é feito na surdina e rapidamente, só para levar uma cidade ou paróquia, certamente, teremos um curso de baixa qualidade apenas para atender a vontade política de um Campus da Universidade”. Nilton de Quadros: a exemplo de Maria Aparecida dos Santos, comentou ainda o provável valor da mensalidade a ser cobrada, em torno de R\$ 1.500 Mil. “Com esse valor o estudante poderá buscar a sua formação em instituições de grandes centros, como Curitiba, Porto Alegre, São Paulo, etc. disse Quadros.

Segundo o Pró-reitor de Administração Gilberto Agnolin, o projeto é montado para Chapecó, “se Joaçaba quer montar um curso de medicina, isso não quer dizer que o curso não vai ser montado em Chapecó, ninguém vai receber curso de ninguém”. Gilberto não vê a possibilidade de transferência de curso. “O curso exige uma maior infraestrutura, e temos que manter convênio com órgãos externos, no nosso Plano de Expansão a previsão de instalação do curso é para 2003, isso não quer dizer que ele obrigatoriamente ele se abra nessa data.” finaliza Gilberto.

Para o diretor do HRO, Geraldo Azzolini, a criação do curso será muito proveitosa, “há uma necessidade dos profissionais da área médica na região. Geraldo defende que o curso tem que deverá se adequar a nossa realidade,

Fonte: Tribuna da Segunda (2000).

Chegou-se à conclusão de que o único campus em condições de sediar o curso, naquele momento, seria o de Joaçaba; e assim foi. O processo de implantação deu-se com a assessoria pedagógica do médico e professor Bruno Rodolfo Schelemper Junior, ex-reitor da UFSC.

Em outubro de 2024, o curso recebeu nota máxima (conceito 5) do MEC/Inep, em visita de Comissão de Avaliação in loco, colocando-o entre os melhores do país. Segundo o Inep, o conceito 5 indica que o curso possui excelência acadêmica (Unoesc, 2024a). No mesmo ano, o curso celebrou 20 anos de sua implantação, tendo formado em trono de 800 profissionais.

Figura 31 – Arte de divulgação do conceito 5 em Medicina



Fonte: Unoesc (2024a).

Em outubro de 2025, o curso de Medicina obteve conceito 4 na primeira edição do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed). A nota colocou o curso de Medicina da Unoesc entre os quatro melhores de Santa Catarina e o terceiro entre as IES comunitárias do Estado (Unoesc, 2026d).

Outro curso de grande demanda implantado na Unoesc foi o de Farmácia, inicialmente implantado em Videira (2000), posteriormente nos campi de São Miguel do Oeste (2011), Joaçaba (2021), Chapecó (2022) e Xanxerê (2023).

Três outros cursos completam a expansão da área da saúde: Nutrição, na Unoesc Videira (2006); Tecnologia em Radiologia, na Unoesc Xanxerê (2019); e Terapia Ocupacional, na Unoesc Joaçaba (2023).

A forte expansão de cursos superiores na área da saúde é resultado de demandas que até os anos 2000 não eram atendidas por nenhuma IES na região do grande Oeste. Coube à Unoesc atendê-las, com o objetivo de formar profissionais voltados à realidade regional, com foco na promoção da saúde e na qualidade de vida da população de seu entorno.

Para abrigar toda essa demanda por cursos nas áreas da saúde e das engenharias, foi preciso investimentos em novas infraestruturas, laboratórios, acervos e, principalmente, em quadro docente qualificado.

Um dos investimentos, na Unoesc Joaçaba, foi a construção do campus II, uma vez que o campus I não mais comportaria tamanha expansão. A área física havia sido doada pela Prefeitura de Joaçaba em 1998, quando era prefeito Normélio Zilio. O primeiro prédio lá construído foi o que abrigou o curso de Odontologia, inaugurado no dia 7 de julho de 2002.

Hoje, o campus II concentra todos os cursos nas áreas das engenharias e da saúde e um complexo de laboratórios de ensino e pesquisa, mais biblioteca setorial, auditórios, espaços de convivência e outras estruturas de apoio.

No dia 19 de dezembro de 2002, a Unoesc assinou contrato com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), para aquisição das instalações desportivas do Serviço Social da Indústria (SESI), com a finalidade de instalar o complexo esportivo, que mais tarde foi nominado de “Complexo Esportivo Professor Edmar de Oliveira Pinto”, em homenagem ao professor Edinho (*in memoriam*), implantador e primeiro coordenador do curso de Educação Física da Unoesc. O espaço

é destinado ao curso de Educação Física, ao desporto universitário e à comunidade regional. O Projeto “Unoesc Abraça”, por exemplo, é aberto à comunidade regional para desenvolver atividades desportivas, educativas e recreativas, desde 2014.

Mais recentemente, em 25 de novembro de 2024 sob a gestão do reitor professor Ricardo Antonio De Marco, o antigo restaurante instalado no Complexo foi reestruturado para abrigar o “Espaço Lúmen”, projetado para encontros e confraternização de professores, estudantes e comunidade externa.

4.3.7 A aquisição do Hospital Santa Terezinha

Com a expansão da oferta de cursos superiores na área da saúde, em particular o curso de Medicina, tornou-se necessária a aquisição de um hospital-escola para servir de campo de estágio, pesquisa, ensino e aprimoramento pedagógico, a fim de imprimir qualidade na formação dos acadêmicos.

Em dezembro de 2002, a Unoesc celebra convênio com o Hospital Santa Terezinha, com a finalidade de propiciar estágio aos estudantes dos cursos da área da saúde, em especial, o curso de Medicina.

No dia 9 de dezembro de 2004, a Funoesc o recebe em doação, transformando-o em entidade por ela mantida e passa a administrá-lo, mudando seu nome para Hospital Universitário Santa Terezinha (HUST). Teve como primeira diretora geral a professora Dorvalina Lange, que instalou as primeiras novas estruturas e regularizou as questões patrimoniais, estruturais e jurídicas de acordo com as determinações da Funoesc. A professora Dorvalina fez o processo de transição, implantou novos serviços e reestruturou diversas ações, dando ao

HUST nova dimensão. Substituiu-a o saudoso odontólogo e professor Adgar Zeferino Bittencourt, que ampliou o HUST construindo uma nova ala e implantando a Oncologia e Neurologia como atendimento da alta especialidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Adgar foi um ícone da administração do HUST, elevando-o à categoria de atendimento regional, até hoje nunca legalmente atribuída. A aquisição do Hospital pela Funoesc o transformou em referência regional na saúde, além de fortalecer o curso de Medicina.

Nos anos seguintes, o HUST passou por uma série de reformas, ampliação física, criação de ambientes pedagógicos, aquisição de equipamentos, todas com o objetivo de ampliar os serviços na área da saúde e adequá-lo às condições físicas e legais de um hospital universitário.

Em abril de 2016, o Hospital ganhou novo prédio, onde se instalaram 87 novos leitos, novo centro cirúrgico, atendimento de urgência e emergência, centro de nutrição e área pedagógica para os cursos da área da saúde, além de melhorias de outros serviços prestados. Os recursos advieram do Governo do Estado, à época representado pelo governador João Raimundo Colombo (Unoesc, 2016a).

Em novembro de 2009, o HUST foi credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM)/MEC para oferecer programas de Residência, nos termos do Parecer 116/2009. Hoje, conta com os seguintes programas: Anestesiologia; Cirurgia Geral; Clínica Médica; Radiologia e Diagnóstico por Imagem (HUST, 2026b).

Mais recentemente, em junho de 2023, os serviços de radioterapia do HUST passaram a ser prestados em novo espaço físico construído para essa finalidade, com investimento de R\$ 14,1 milhões, em terreno da Unoesc, próximo ao campus I. É imprescindível mencionar que o Centro de Radioterapia somente foi possível graças à persistência e

ao trabalho do então senador Jorginho Mello e da deputada Federal Carmen Zanotto. Também, nesse período, não se pode esquecer de mencionar a importante gestão de Alciomar Marin, que sob sua gestão foi construído o Centro de Radioterapia, com capacidade de realizar 35 sessões de radioterapia ao dia. Desde 2007, o HUST é referência em alta complexidade em oncologia. Com o novo espaço, possibilitou-se ampliar o número de cirurgias oncológicas (Funoesc, 2025).

Em 2024, segundo informações do Relatório Social da Funoesc (Funoesc, 2025, p. 89-90), “o Hospital Universitário Santa Terezinha contou com 218 leitos, sendo que destes, aproximadamente 90% disponibilizados para o Sistema Único de Saúde; um quadro funcional de 850 colaboradores ativos; e um corpo clínico de 103 médicos”.

Sob a direção da professora Lindamir Secchi Gadler, o HUST conta ainda com um centro de diagnóstico por imagem, uma unidade de oncologia em construção (2.570,19 m²) e uma maternidade com 24 leitos. É referência em oncologia e neurocirurgia para em torno de 55 municípios da região, com uma população acima de 600 mil habitantes. Continua recebendo recursos do Governo do Estado para a construção do centro oncológico, até o momento, no valor de 8,3 milhões de reais (Funoesc, 2025).

Ainda segundo o Relatório Social (Funoesc, 2025, p. 90):

No mesmo ano, realizou 37.746 atendimentos na urgência e emergência, 16.624 internações, 11.034 procedimentos cirúrgicos, 1.216 partos, 40.322 exames de Raio X, 33.581 tomografias, 16.044 ultrassonografias, 1.557 exames endoscópicos, 5.775 exames de ressonância magnética, 3.063 mamografias, 368 ecocardiografias e 348.870 serviços de SADT, sendo que, aproximadamente, 92% dos pacientes são atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Fotografia 12 – Parte das instalações do HUST



Fonte: HUST (2026a).

4.3.8 A implantação do Ambulatório Universitário

O Ambulatório Universitário (AMU) da Unoesc, localizado no centro de Joaçaba, iniciou suas atividades no dia 16 de julho de 2007. Era um prédio adquirido pela Funoesc do Dr. Antônio Dantas Filho, projetado para ser um hospital, com mais de 8 mil m² de área. Tudo foi reformado e hoje está estruturado para atender várias especialidades, como Cirurgia Geral, Neurologia, Pneumologia, Gastroenterologia, Gastropediatria, Reumatologia, Dermatologia, Cardiologia, Clínica Médica, Mastologia, Ginecologia/Obstetrícia, Pediatria, Psiquiatria, Urologia, Ortopedia e Geriatria, Otorrinolaringologia, Obstetrícia e Alto Risco, Propedêutica, Ginecocirurgia, Vascular, Infectologia, Neuropediatria, Ginecologia Endócrino, Coloprocto, Pré-anestésico. Além de servir de estágio aos estudantes da área da saúde, o AMU presta serviços gratuitos de saúde às pessoas de baixa renda dos municípios da região, com a supervisão e orientação dos professores médicos.

No dia 21 de março de 2025, a Unoesc Joaçaba inaugurou, nas dependências do AMU, o Centro de Especialização em Reabilitação (CER III) para atender deficiências físicas, intelectuais e auditivas, um trabalho que vem sendo realizado em parceria com o HUST e o Ministério da Saúde, com recursos advindos do Governo do Estado e da Regional de Saúde (Unoesc, 2025t).

Fotografia 13 – Sede do AMU



Fonte: Raízes Diário (2022).

Hoje, o AMU hospeda, igualmente, uma unidade de Estratégia de Saúde da Família (ESF), em parceria com a Prefeitura de Joaçaba.

4.3.9 A construção de espaço físico próprio em Capinzal

O primeiro curso superior implantado na Unoesc em Capinzal foi o de Pedagogia, no dia 12 de setembro de 1998, sediado na Escola Municipal Viver e Conhecer. O segundo curso foi o de Administração, instalado na nova sede da Instituição, em 2005. O campus tornou-

se centro de formação de professores, sediando cursos na área das licenciaturas (Unoesc, 2026k).

A sede própria foi construída mediante parceria entre a Unoesc e a prefeitura, em terreno doado pelo advogado e escritor Vitor Almeida. A prefeitura, através do prefeito Nilvo Dorini, participou com R\$ 350 mil e a Unoesc, com R\$ 1,7 milhão. Os 2.639 m² construídos em terreno de 30 mil m² disponibilizaram à comunidade acadêmica 15 salas de aula, um auditório, biblioteca, dois laboratórios de informática, brinquedoteca, entre outros espaços (Azevedo, 2023).

Foi inaugurada pelo professor Cimadon, reitor da Unoesc, no dia 2 de julho de 2004, sob a direção do professor José Mauro Lehmkhul, diretor Geral do campus. Hoje, a direção administrativa é exercida pela professora Noemia Bonamigo Pazzamiglio, no cargo desde o ano de 2013 (O Tempo, 2004).

Fotografia 14 – Placas alusivas à inauguração do espaço físico da Unoesc Capinzal



Fonte: Azevedo (2023).

Mais recentemente, no dia 6 de dezembro de 2023, foi instalado o Colégio SuperAtivo na Unoesc Capinzal, cujo ano letivo teve início no dia 5 de fevereiro de 2025 (Unoesc, 2023c).

Fotografia 15 – Unoesc Capinzal



Fonte: Azevedo (2023).

4.3.10 Ampliação do ensino superior na Unoesc Campos Novos

O primeiro curso implantado em Campos Novos foi o de Administração, há 35 anos, em 1991, na administração do prefeito Romildo Titon, ano em que a Unoesc dava os primeiros passos para a criação da Universidade. O curso iniciou com ênfase em Administração Rural; em 1995, mudou seu Projeto Pedagógico para Administração de Empresas (Unoesc, 2026j). A aula inaugural ocorreu no dia 2 de agosto daquele ano, com a presença do então diretor Superintendente da Unoesc Joaçaba, professor Aristides Cimadon, e do prefeito de Campos Novos, Romildo Titon.

O próximo curso a ser implantado na Unoesc Campos Novos foi o de Pedagogia, em 1995, com a presença do reitor da Unoesc, professor Cimadon, e do prefeito Athos de Almeida Lopes. Os cursos eram ofertados em uma escola pública municipal, doada pelo Município de Campos Novos à Funoesc. No dia 15 de outubro de 2025, o curso de Pedagogia celebrou 30 anos de história, com mais de 650 pedagogos formados (Unoesc, 2025d).

A doação da escola para a Funoesc, em Campos Novos, inaugurou a sede própria, onde ampliou a área e criou o curso de Agronomia. Para área experimental, adquiriu uma propriedade nas margens da estrada que conduzia a Caxambu, uma localidade no interior do município. Mais tarde, essa propriedade foi permutada com o proprietário da área onde hoje é a Unoesc Campos Novos. Com a permuta da área, o município, sob a gestão do prefeito Nelson Cruz, adquiriu área física da Unoesc que, com esses valores, deu início à construção do novo campus de Campos Novos e a implantação do curso de Medicina Veterinária.

A sede nova do campus foi inaugurada no dia 31 de março de 2016, com a presença do presidente da Funoesc, professor Genesio Téó, do reitor da Unoesc, professor Cimadon, do diretor Geral, professor Diego Gadler, e do prefeito Nelson Cruz, entre outras autoridades. As obras tiveram início em outubro de 2014, tornando-se modelo de edificação por seguir padrões de sustentabilidade (Jornal O Celeiro, 2016).

Fotografia 16 – Inauguração da sede da Unoesc Campos Novos em 2016



Fonte: Jornal O Celeiro (2016).

O espaço construído foi de 12 mil m², passando a abrigar os cursos de Graduação em Administração, Agronomia, Medicina Veterinária e Pedagogia. Foram investidos aproximadamente R\$ 1,6 milhão. A Unoesc Campos Novos conta com um hospital veterinário para pequenos e grandes animais, 20 salas de aula, 16 laboratórios, biblioteca, auditório com capacidade para 800 pessoas, centro administrativo, área de convivência, anfiteatro para 70 pessoas, estacionamento para mais de 500 veículos e ciclovia. Foi construído seguindo padrões de sustentabilidade, com geração de energia eólica e solar, armazenamento de água da chuva e luminárias de led (Unoesc, 2026j).

Encontra-se em construção um Laboratório de Reprodução Bovina, em parceria e apoio da Coopercampos, da prefeitura, da Secretaria da

Agricultura do Estado, do Sindicato Rural e da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) (Unoesc, 2026j).

Fotografia 17 – Vista panorâmica da Unoesc Campos Novos, em 2016



Fonte: Unoesc (2016c).

Hoje, a Unoesc Campos Novos ampliou sua área de atuação com a implantação do curso de Direito, no primeiro semestre de 2026. Tem como diretora Geral, a professora Juliane Brogliato Albuquerque (Unoesc, 2026j).

4.3.11 Polo de Inovação voltado ao Desenvolvimento Regional

A inovação como ferramenta de desenvolvimento regional passou a fazer parte de ações estratégicas da Unoesc ainda na primeira década dos anos 2000, quando, em 2009, lideranças comunitárias e a Unoesc juntaram forças com o objetivo de criar, com base em Plano de

Desenvolvimento (Unoesc, 2008), o Centro de Inovação Vale do Rio do Peixe (Inovale), atendendo chamada pública da Fapesc (Inovale, 2026).

O Polo é um ecossistema de inovação que tem como objetivo disseminar a cultura empreendedora, a liderança e a inovação nas pessoas e organizações, com vistas à geração de empreendimentos inovadores, novos produtos, serviços, tecnologias e processos e de práticas de gestão inovadoras na região do Vale do Rio do Peixe, Meio-Oeste e grande Oeste catarinense.

A construção de sua sede física teve início em 2015, mediante parceria do Governo do Estado e da Prefeitura de Joaçaba, em terreno doado pela Unoesc Joaçaba. O Centro possui 2.400 m² de área construída, inaugurado no dia 8 de dezembro de 2020. Tem por missão: “Promover o desenvolvimento sustentável por meio da inovação, da consolidação de novas tecnologias nas organizações, e da geração de empreendimentos inovadores” (Inovale, 2026). A gestão do Centro é feita pela Fundação Centro Tecnológico de Produção Industrial (CETEPI) (Inovale, 2026).

O Polo atua mediante três eixos estruturantes: a Escola de Inovação; os Centros de Desenvolvimento de Inovação; e os Habitats de Inovação. Busca desenvolver produtos e serviços em quatro áreas: alimentos; engenharia biomédica; florestas renováveis; e metalmecânico e energias renováveis (Inovale, 2026).

São seus mantenedores: Unoesc, Prefeitura de Luzerna, Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense (ACIOC), Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Joaçaba e Herval d'Oeste (SINDIMEC) e AMMOC.

Fotografia 18 – Sede do Polo Inovale em Joaçaba



Fonte: Rádio Catarinense (2020).

Mais recentemente, no dia 4 de agosto de 2025, na gestão do reitor professor Ricardo Antonio De Marco, a Unoesc Joaçaba foi contemplada com a instalação de três laboratórios multiusuários com recursos do Governo do Estado, por meio do Programa de Estruturação Acadêmica para Laboratórios Multiusuários dedicados à Pesquisa Avançada no Estado de Santa Catarina – MultiLab segunda edição, em parceria com a Fapesc, somando mais de R\$ 5 milhões em investimentos.

Certamente, tais laboratórios fortalecerão a pesquisa científica ampliando a contribuição da Instituição para com o desenvolvimento tecnológico e sustentável da região (Unoesc, 2025p).

4.3.12 A construção do Centro de Eventos

A Unoesc Joaçaba detém hoje o maior ginásio poliesportivo da região, com capacidade para mais de 4 mil pessoas, inaugurado no dia

22 de agosto de 2003. Inicialmente foi local de formaturas, eventos e shows de âmbito regional, como o dos Paralamas do Sucesso. Hoje, o Centro atém-se ao desporto e a eventos sem poluição sonora, com limite de decibéis (O Tempo, 2003).

O Centro de Eventos, além de abrigar os grandes eventos da Universidade e da região, comporta muitas competições esportivas. É palco para festivais, mas, sobretudo, abriga o conagraçamento esportivo, a Olimpíada Universitária (Oliuni) da Unoesc. Aí também é a sede dos jogos de futsal do time de Joaçaba que disputa a Liga Nacional de Futsal.

4.3.13 Instalação da Rádio Educativa Universitária Unoesc 106,7 FM

Planejada desde o ano de 1996, a Rádio Educativa Unoesc FM desvincilhou-se da burocracia dos órgãos competentes de Brasília (DF) em setembro de 2005, quando foi ao ar pela primeira vez, em caráter experimental. Na ocasião, o reitor professor Aristides Cimadon afirmou que a Rádio Unoesc FM “é uma rádio comunitária compromissada com a verdade, que irá promover a cidadania e contribuir na formação de cidadãos” (O Tempo, 2005). A Rádio tinha, também, o papel de ser laboratório de ensino para os cursos de Comunicação Social, sobretudo Jornalismo, e de Rádio e Televisão que, inicialmente, formaram algumas turmas e, por falta de demanda, foram extintos.

Hoje, há mais de 20 anos no ar, a emissora exerce trabalho social importante perante a comunidade regional ao levar ao ar entrevistas, debates e programas educativos, culturais, jornalísticos e musicais. É também veículo de divulgação da ciência produzida pela Instituição, traduzida em linguagem popular acessível à população.

4.3.14 A nova sede da Reitoria

A Reitoria da Unoesc, por anos, foi abrigada em espaços provisórios e inadequados, como foi sua instalação em Chapecó nos anos 1990 e, posteriormente, em Joaçaba. Por uma razão muito simples: a prioridade sempre esteve na expansão da área acadêmica e de sua estrutura física, laboratorial e de acervo, com quadro de docentes qualificado.

Por ocasião da inauguração, no dia 1º de julho de 2011, o reitor professor Cimadon lembrou que:

No início das atividades, as fundações que deram origem à Unoesc utilizaram estruturas emprestadas de órgãos públicos ou de outras instituições, construindo seus espaços físicos aos poucos [...]. É um marco da consolidação da Unoesc. Este é o coração da Universidade, centralizando as atividades da direção e da coordenação dos setores (Unoesc, 2011a).

Nomeado como “Centro Administrativo da Unoesc”, a Reitoria abriga, num só espaço, a sede da Fundação Unoesc e toda a estrutura da Administração Superior da Instituição.

Fotografia 19 – Centro Administrativo da Unoesc em Joaçaba



Fonte: Unoesc (2026a).

4.3.15 A institucionalização da Rede de Colégios Unoesc

A Unoesc teve e continuará tendo como foco central de sua missão o ensino superior, razão pela qual foi criada. Contudo, ampliar sua atuação junto à educação básica tornou-se uma estratégia necessária e acertada. Com mais essa alternativa, abre-se o caminho para que crianças e adolescentes façam parte da Unoesc desde sua formação inicial, um percurso que, possivelmente, não se encerrará com o ensino médio; terá continuidade no ensino superior. É a concretização da *lifelong learning* — aprendizado para todas as fases da vida.

O primeiro Colégio de Educação Básica incorporado pela Unoesc foi o Superação, da Unoesc Videira. À época, anos 1990, tinha como nome

ESAVI – Ensino Fundamental e ETAVI – Escola Técnica de Alimentos. Em 2001, as escolas integraram-se em torno do Colégio Superação. Em 1º de julho de 2025, passaram a fazer parte dos Colégios Unoesc (Unoesc, 2014a).

A mudança marca não apenas uma nova identidade, mas também a consolidação de uma rede integrada de colégios vinculados à Unoesc, reforçando o compromisso com a educação em todos os níveis.

O segundo Colégio a integrar a Rede de Colégios Unoesc foi o SuperAtivo, fundado em novembro de 1991, com o nome Colégio Albert Einstein, com sede em Joaçaba. Em 2001, mudou o nome para Colégio SuperAtivo, instalado no antigo Colégio Cristo Rei. Em outubro de 2019 foi adquirido pela Fundação Unoesc e, em 2022, passou a funcionar na Unoesc Joaçaba (Unoesc, 2022).

Em 2024, o Colégio SuperAtivo amplia sua atuação na Unoesc Capinzal. E, no dia 1º de julho de 2025, passou a integrar a Rede Unoesc de Colégios, com o nome Colégio Unoesc (Unoesc, 2023c).

No dia 5 de junho de 2025, a Funoesc oficializou a aquisição do Colégio CEM, sediado no Município de Concórdia, passando a se chamar Colégio Unoesc Concórdia, assumindo as atividades em definitivo a partir de 1º de agosto de 2025 (Unoesc, 2025r).

Na Unoesc Xanxerê, o Colégio e Pré-Vestibular Expressivo já é uma tradição em se tratando de educação básica. Foi fundado em 2003, há mais de 20 anos presente na cidade. Em 2019, o Colégio instalou-se também na cidade vizinha, Xaxim, com o mesmo nome. Hoje, os colégios integram, igualmente, a Rede de Colégios Unoesc (Unoesc, 2019a).

O Colégio Unoesc em São Miguel do Oeste instalou-se oficialmente na cidade no dia 14 de fevereiro de 2022, na abertura do ano letivo; trazia o nome de Colégio Unoesc de Educação Inovadora. Hoje, encontra-se integrado à Rede de Colégios Unoesc. Ocupa área de

62 mil m², compartilhando de toda a estrutura de desporto, lazer, acervo, laboratórios e demais áreas de convivência da Instituição (Unoesc, 2025b).

Na Unoesc Chapecó, o Colégio Unoesc também se encontra presente. Foi anunciado à comunidade regional no segundo semestre de 2024, com o início das aulas em 2025. Os estudantes do Colégio têm acesso à infraestrutura da Universidade, como laboratórios, áreas de estudo e outros espaços, além de terem uma conexão com o futuro ambiente universitário (Unoesc, 2025u).

As oito unidades que compõem a Rede de Colégios Unoesc seguem o Sistema de Ensino Anglo, adotado em mais de 900 escolas no Brasil. O sistema inclui o Programa Mind Makers, metodologia baseada no *Mundo Computacional e Empreendedorismo Criativo*, que simula problemas reais por meio de técnicas de PBL — Project Based Learning (Aprendizagem Baseada em Projetos).

4.3.16 O credenciamento para atuar na EaD

Como observado anteriormente, a Unoesc começou a atuar na EaD somente nos anos 2000, uma vez que sua prioridade tinha como foco a consolidação do ensino superior presencial.

Contudo, a Instituição vinha se preparando para esse desafio desde os anos 1990, quando ainda não havia uma legislação adequada, muito menos uma regulação que pudesse orientá-la em seus primeiros passos. Tinha-se consciência, desde então, que essa modalidade de ensino seria uma alternativa potencializadora de expansão e diversificação das oportunidades de educação superior na região.

A oferta da modalidade aparece, pela primeira vez, no Plano de Metas para a Unoesc Joaçaba 2000/2004, onde se lê: “Institucionalizar a

oferta da educação a distância para o ensino de graduação, sequencial, extensão e de pós-graduação” (Unoesc, 2001, p. 10). Como se observa, trata-se de uma meta restrita à Unoesc Joaçaba, uma vez que não a encontramos no PDI correspondente (Unoesc, 2001).

Uma das primeiras experiências em EaD se dá com a oferta de componentes curriculares em até 20% a distância, como previsto na meta 2 do PDI 2000-2004 (Unoesc, 2004). A Portaria n. 2.253, de 18 de outubro de 2001 assim o permitia (Brasil, 2001). Amparada nela, a Unoesc, aos poucos, foi introduzindo esse novo método na oferta de seus cursos superiores.

Para atuar legalmente na EaD, a Instituição necessitou buscar o credenciamento junto ao CNE. Para isso, apresentou um Plano de Desenvolvimento da Educação a Distância, em que foram definidos objetivos estratégicos de atuação, como: implementar a EaD como forma de ampliar o acesso ao ensino superior; e prover acervo, laboratórios e equipamentos necessários à qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

O plano previa, igualmente, que a gestão da modalidade seria feita por meio do Núcleo Intercampi de Educação a Distância (NIEAD), criado em 2002, com os objetivos de organizar e estruturar a EaD na Instituição (Unoesc, 2002b).

O pedido oficial de credenciamento ocorreu no dia 4 de agosto de 2005, a partir do Curso Superior de Tecnologia em Marketing. O processo passou por avaliação *in loco*, realizada na sede da Instituição e nos polos de apoio presencial, analisando as condições institucionais de oferta.

O credenciamento deu-se com base no Parecer CNE/CES n. 30/2009, aprovado em 29 de janeiro de 2009, homologado pelo despacho do MEC e publicado no Diário Oficial da União de 25 de março de 2009,

Seção 1, p. 8, Portaria n. 258, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2009, Seção 1, p. 7 (Brasil, 2009).

Habilitaram-se para atuar na EaD a sede da Instituição (Unoesc Joaçaba) e os seguintes polos de apoio presencial: Unoesc Xanxerê; Unoesc Videira; e Unoesc São Miguel do Oeste, todos com prazo máximo de cinco anos a partir da oferta inicial do Curso Superior de Tecnologia em Marketing, com 200 vagas totais anuais, em duas entradas, por polo. A Unoesc Chapecó foi credenciada, posteriormente, mediante novo processo encaminhado pela Universidade. Todos os polos foram instalados em estruturas da própria Instituição.

O curso Superior de Tecnologia em Marketing, autorizado no processo de credenciamento, foi instalado oficialmente no dia 22 de agosto de 2009. A EaD foi regulada, na sequência, pela Resolução n. 108/Consun/2012 (Unoesc, 2012).

À época da oferta dos primeiros cursos pela Unoesc, a EaD já apresentava crescimento exponencial pelo país afora. Segundo Fischer e Lückmann (2020, p. 143), com base nos dados dos Censos da Educação Superior de 2010 e 2018, em 2010, “o Brasil contava com 30.009 ofertas de cursos de graduação a distância; em 2018, esse número saltou para 165.027”.

Ainda segundo Fischer e Lückmann (2020), em Santa Catarina, entre 2010 e 2018, a variação foi de 563,8% (26,7% ao ano), totalizando 9.758 cursos ofertados na modalidade a distância. Já na mesorregião Oeste catarinense foi de 544,4%, no mesmo período, uma variação média de 26,2% ao ano. Em 2018, eram 2.223 cursos disponibilizados nos polos da região. (Fischer; Lückmann, 2020).

Em 2019, a Unoesc submeteu-se a processo de credenciamento para atuar na EaD, tendo obtido conceito institucional 5, alcançando, portanto, nível de excelência (Brasil, 2021).

4.3.17 A migração do Sistema Estadual para o Sistema Federal de Ensino

Em 2014, a Unoesc, por sua mantenedora, aderiu ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), instituído pela Lei n. 12.688, de 18 de julho de 2012 (Brasil, 2012). O programa foi criado para permitir que as instituições criadas pelo poder público, de direito privado, que obedeciam aos preceitos do artigo 242 da Constituição Federal, e que interpretaram, segundo a Receita Federal, equivocadamente o art. 158, I, da Constituição, recolhendo ao município e não à União, o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRFF) de seus servidores, viessem a pagar as dívidas em troca de bolsas de estudo até quitar esses valores.

O programa consistia na condição de que as IES devedoras pudessem converter parte de suas dívidas tributárias com o Governo Federal em bolsas de estudo, por meio da aprovação de Plano de Recuperação Tributária e da concessão de moratória de dívidas tributárias federais. Em contrapartida, as IES obrigavam-se a conceder bolsas de estudo integrais em cursos de graduação presenciais com conceito maior ou igual a 3 no Sinaes.

A Funesec, na época, tinha um montante aproximado de R\$ 140 milhões de suposta dívida. A participação no programa estabelecido pela lei implicava na migração para o Sistema Federal de Ensino. Feitas as contas, a Funesec percebeu que a Lei do Proies fazia exigências descabidas e que não poderiam ser cumpridas pela Instituição. Por isso, não aderiu ao primeiro edital de participação.

A não adesão ao Proies, por considerá-lo demasiadamente oneroso a longo prazo, possibilitou que anuísse ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) da Receita Federal. Todavia, continuou

articulando politicamente para obter perdão da dívida pela via legislativa. As articulações políticas ocorreram por meio do deputado Pedro Uczai e da Bancada Catarinense no Congresso Nacional. Elas permitiram a promulgação da Lei 12.989, de 6 de junho de 2014, que reabriu o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previsto no Proies (Brasil, 2014). Em consequência, foi emitida a Portaria Conjunta PGFN/RFB n. 12/2014, orientadora dos procedimentos de adesão e comprovação de que o pagamento do IRRF fora realizado ao município.

Diante da nova perspectiva, a Funoesc fez sua adesão, integrando-se ao Sistema Federal de Ensino e obteve a remissão da dívida do Imposto de Renda no valor em torno de R\$ 140 milhões, com despacho homologatório decisório em 1º de novembro de 2016 (Notificação N. 02/2016 PSFN/Joaçaba/SC).

Portanto, obteve a remissão da dívida na forma da Lei n. 12.989/2014, ar. 2º, § 4º, e da Portaria Conjunta PGFN/RFB n. 12/2014, art. 15-A, § 3º, itens I, II e IV. O Proies acabou sendo a saída para a Unoesc resolver demanda jurídica junto à Receita Federal, um problema que se arrastava por décadas e que, se não fosse resolvido, inviabilizaria a Instituição do ponto de vista financeiro. A suposta dívida com o Tesouro Nacional, no entender da Procuradoria Jurídica da Funoesc, não encontrava respaldo constitucional. Isso porque, de acordo com o artigo 158, inciso I, da Constituição Federal de 1988, “o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituïrem e mantiverem” (Brasil, 1988).

Em acordo com a Funoesc, o município, por sua vez, investia tais recursos em favor da Instituição, por meio de melhorias em infraestrutura, como salas de aula, acervo e laboratórios. Essa era uma prática que se estendia a todas as IES da Acafe. A solução foi a criação

do Proies, beneficiando todas as IES que se encontravam nessa situação. Para a Unoesc, por outro lado, a remissão da dívida do IRRF implicou na migração da Instituição para o Sistema Federal de Ensino, nos termos do artigo 25 da Lei n. 12.688/2012, submetendo-se ao MEC para fins de avaliação e regulação e não mais ao Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina (Brasil, 2012).

A migração obrigou a Instituição a submeter todos os cursos de graduação a novo processo de reconhecimento/renovação de reconhecimento por comissões do Inep e à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC, bem como ao CNE, processo ocorrido entre agosto de 2015 e novembro de 2019. Ao todo, foram avaliados 93 cursos, independentemente de sua modalidade de oferta. A média da nota final dos 94 cursos avaliados foi 4,06.

Na dimensão Organização Didático-Pedagógica foram avaliados 27 indicadores, entre os quais 33% obtiveram média acima de 4. A nota média dessa dimensão foi crescendo consideravelmente ano a ano, como mostra o gráfico.

Gráfico 4 – Nota média da dimensão Organização Didático-Pedagógica (2015–2019)



Fonte: CPA (2019).

A seguir, é possível verificar os 12 cursos com as melhores notas recebidas pelos avaliadores nessa dimensão.

Tabela 1 – Cursos com as melhores notas na dimensão Organização Didático-Pedagógica

Curso	Campus	Nota média
Zootecnia	Xanxerê	5,00
Pedagogia	Xanxerê	4,84
Engenharia Civil	Joaçaba	4,70
Direito	Xanxerê	4,67
Administração	Videira	4,65
Engenharia Ambiental e Sanitária	Videira	4,53
Administração	Maravilha	4,50
Ciências Biológicas - Bacharelado	Joaçaba	4,50
Educação Física - Bacharelado	Videira	4,50
Engenharia de Produção	Joaçaba	4,50
Fisioterapia	Joaçaba	4,50
Medicina Veterinária	Campos Novos	4,50

Fonte: CPA (2019).

Na dimensão Corpo Docente e Tutorial, foram avaliados 20 indicadores, dos quais 60% ficaram com média acima da nota 4. A média geral dessa dimensão foi 4,12. Da mesma forma que a dimensão anterior, a dimensão Corpo Docente e Tutorial teve sua média evoluindo desde 2015, apresentando, em 2015, média de 3,85 até chegar em 4,47, em 2019.

Gráfico 5 – Nota média da dimensão Corpo Docente e Tutorial (2015–2019)



Fonte: CPA (2019).

Na tabela a seguir, é possível verificar os 12 cursos com as melhores notas recebidas na dimensão.

Tabela 2 – Cursos com as melhores notas na dimensão Corpo Docente e Tutorial

Curso	Campus	Nota média
Design	Videira	4,86
Direito	Joaçaba	4,83
Ciências Contábeis	Xanxerê	4,82
Ciências Contábeis	Chapecó	4,79
Administração	Chapecó	4,75
Agronomia	Xanxerê	4,73
Ciências Contábeis	Joaçaba	4,73
Engenharia de Computação	Chapecó	4,73
Engenharia Mecânica	Joaçaba	4,73
Pedagogia	Capinzal	4,73
Pedagogia	São Miguel do Oeste	4,73
Educação Física - Licenciatura	Chapecó	4,67

Fonte: CPA (2019).

Na dimensão Infraestrutura, dos 21 indicadores avaliados, 52% ficaram com média acima da nota 4. A média geral dessa dimensão ficou em 3,94. Considerando a média ano a ano, a dimensão Infraestrutura também apresentou evolução na nota desde 2015, começando com uma média de 3,44 até chegar, em 2019, à média 4,30, conforme mostra o gráfico.

Gráfico 6 – Nota média da dimensão Infraestrutura (2015-2019)



Fonte: CPA (2019).

A seguir, encontram-se os 12 cursos com as melhores notas recebidas pelos avaliadores nessa dimensão.

Tabela 3 – Cursos com as melhores notas na dimensão Infraestrutura

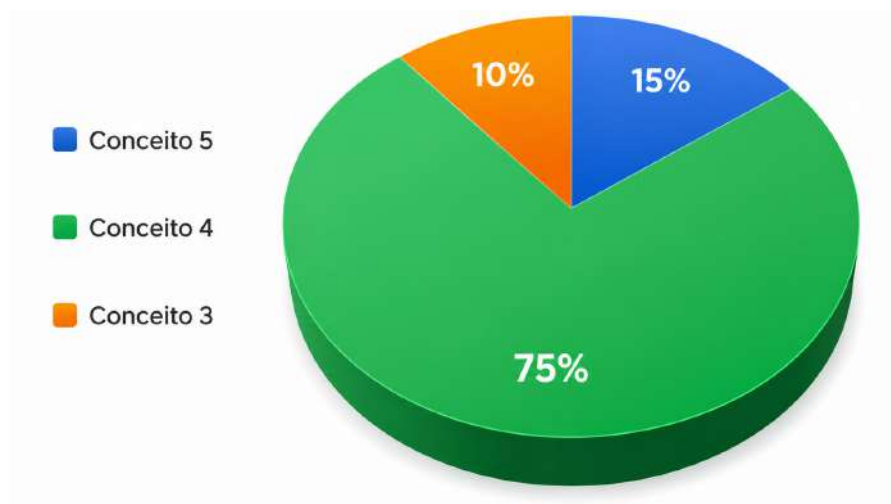
Curso	Campus	Nota média
Administração	São Miguel do Oeste	4,88
Direito	Xanxerê	4,85
Pedagogia	Xanxerê	4,82

Curso	Campus	Nota média
Administração	Videira	4,73
Engenharia de Computação	Joaçaba	4,73
Direito	Chapecó	4,70
Direito	Videira	4,70
Ciências Biológicas - Bacharelado	Joaçaba	4,64
Ciências Contábeis	Xanxerê	4,64
Direito	Joaçaba	4,64
Engenharia de Computação	Chapecó	4,64
Engenharia Florestal	Xanxerê	4,64

Fonte: CPA (2019).

Considerando-se o Conceito de Curso (CC) atribuído pelas comissões do Inep, dos 94 cursos avaliados, 14 (15%) obtiveram conceito 5; 71 cursos (75%), conceito 4; e nove cursos, (10%) conceito 3.

Gráfico 7 – CC considerando 94 cursos avaliados



Fonte: CPA (2019).

Como se observa, a nota média final evoluiu positivamente ano a ano, conforme mostra o gráfico.

Gráfico 8 – Evolução da nota média final (2015-2019)



Fonte: CPA (2019).

Se de um lado esse processo foi oneroso e cansativo para a Instituição, de outro foi uma experiência exitosa em termos dos resultados. Mostrou-se ao Inep que a Unoesc é uma Instituição que imprime qualidade aos cursos que oferece, evidenciado em praticamente todos os indicadores avaliados.

Em 2025, a Unoesc decide fazer o caminho inverso ao tomado em 2014: voltar ao Sistema Estadual de Ensino. A decisão foi homologada pelo governador Jorginho Mello pelo Decreto n. 882, de 12 de março de 2025, referendando parecer do CEE (Santa Catarina, 2025a).

O pedido para a migração foi protocolado no CEE pelo reitor da Unoesc, professor Ricardo Antonio De Marco, em agosto de 2024. O MEC foi instado a se pronunciar e autorizar o retorno solicitado. Entretanto,

aguardam-se os trâmites burocráticos para a concretização do pedido. Certamente, o retorno desburocratizará os processos, proporcionando maior flexibilidade e mais agilidade aos pleitos da Unoesc.

4.3.18 A Lei das Comunitárias

Do ponto de vista legal, até 2013, as ICES faziam parte do rol de IES privadas do país, gerando distorções de ordem conceitual e prática, privando-as do acesso a recursos públicos.

Conceitualmente, as ICES possuem características peculiares, muitas delas não encontradas em outros modelos de educação superior. São criadas por iniciativa de organizações da sociedade civil e constituídas legalmente sob a forma de fundação ou de associação de direito privado; atuam seguindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência; não visam, nem distribuem lucros; seu patrimônio não é propriedade de particulares e, em caso de encerramento, é destinado à instituição congênere; praticam gestão democrática, com a participação de representantes da comunidade interna e de diferentes segmentos da sociedade civil em seus órgãos deliberativos; prestam contas à sociedade e ao poder público; e possuem laços estreitos com a população e a região, participando do desenvolvimento regional (Schmidt; Campis, 2009; Frantz; Silva, 2002).

A promulgação da Lei n. 12.881, de 12 de novembro de 2013, pôs fim a essas distorções ao dispor sobre a definição, a qualificação, as prerrogativas e as finalidades das ICES, conferindo-lhes o status de IES comunitárias (Brasil, 2013).

Com essa decisão, o Estado brasileiro passa a reconhecer ser legal e legítima a institucionalização de um modelo novo de educação superior, diferenciado do modelo público-estatal de universidade e distinto do modelo representado pelas instituições privadas de educação superior, removendo-se contradições e imprecisões conceituais, antes colocadas pela própria legislação.

A Unoesc passou a usufruir dos benefícios da Lei a partir do dia 30 de outubro de 2014, quando a Seres do MEC, através da Portaria n. 634, reconhece a Funoesc como IES Comunitária (Unoesc, 2014b).

O art. 2º da Lei estabelece as prerrogativas que as ICES passam a dispor com a sua promulgação:

I - ter acesso aos editais de órgãos governamentais de fomento direcionados às instituições públicas;

II - receber recursos orçamentários do poder público para o desenvolvimento de atividades de interesse público;

III - (VETADO).

IV - ser alternativa na oferta de serviços públicos nos casos em que não são proporcionados diretamente por entidades públicas estatais;

V - oferecer de forma conjunta com órgãos públicos estatais, mediante parceria, serviços de interesse público, de modo a bem aproveitar recursos físicos e humanos existentes nas instituições comunitárias, evitar a multiplicação de estruturas e assegurar o bom uso dos recursos públicos (Brasil, 2013).

Na prática, as ICES passam a participar de editais antes restritos a instituições públicas e receber aportes do governo. Em contrapartida, obrigam-se a prestar serviços de interesse público, ampliando-se sua participação na dinâmica educacional e, mais ainda, reconhecendo-se a importância dessas instituições.

Mais recentemente, no dia 19 de janeiro de 2026, o Presidente da República assinou Decreto regulamentando a Lei n. 12.881/2013, conhecida como Lei das Comunitárias, estabelecendo as regras para a celebração de parcerias dessas instituições com o poder público, garantindo maior segurança jurídica (Brasil, 2013).

O decreto detalha, ainda, as características que devem ser observadas para a sua qualificação, como a natureza sem fins lucrativos, a atuação de interesse público e o vínculo com o desenvolvimento regional.

A regulamentação institui um ambiente normativo mais consistente para a participação das ICES em editais públicos de pesquisa, extensão e inovação.

4.3.19 A Internacionalização como Política Institucional Estratégica

A Unoesc deu seus primeiros passos na internacionalização ainda nos anos 1990, mesmo não dispondo de estrutura e de política institucionalizada. Esteve presente como objetivo estratégico no Projeto de Universidade (Unoesc, 1991b), no primeiro Planejamento Estratégico (Unoesc, 1999b) e em todos os PDIs.

Mas foi em 2010 que a Unoesc assumiu a política de internacionalização com maior intensidade, quando criou o Programa de Mobilidade Acadêmica e instituiu coordenadoria específica vinculada à Reitoria, com a finalidade de planejar e implementar ações estratégicas no âmbito da Instituição (Funoesec, 2025).

A Unoesc integra a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI), criada em 1988, que reúne gestores de assuntos internacionais de mais de 200 IES brasileiras. Integra, igualmente, o Espaço de Mobilidade Virtual no Ensino Superior (eMovies), uma iniciativa da OUI, com a finalidade

de promover o intercâmbio acadêmico virtual entre universidades das Américas, permitindo que estudantes cursem disciplinas on-line em instituições parceiras, oferecendo uma alternativa à mobilidade física, com disciplinas em inglês, espanhol e francês, tornando a cooperação acadêmica mais acessível e flexível (Funoes, 2025).

Em 2020, a política de internacionalização foi remodelada, criando-se a Coordenadoria Geral de Relações Internacionais (CGRI), vinculada à Reitoria. O PDI 2018-2022 já havia reconhecido a importância que tem esse setor, elegendo a internacionalização como objetivo estratégico (Unoesc, 2018).

Na mesma ocasião, a Instituição aprovou o Plano de Internacionalização, trazendo como objetivo geral “promover o desenvolvimento acadêmico e a disseminação do conhecimento com inserção internacional” (Unoesc, 2020a, p. 5).

O plano elegeu atuar em cinco eixos estruturantes e suas respectivas estratégias e ações: o desenvolvimento da cultura de internacionalização e capacitação; a cooperação internacional e a captação de recursos; as parcerias com instituições internacionais; a celebração de acordos de cooperação com IES estrangeiras de reconhecido prestígio acadêmico; a mobilidade e o intercâmbio; a dupla titulação e a cotutela; as publicações internacionais qualificadas; e a institucionalização da internacionalização (Unoesc, 2020a).

Além do Programa de Mobilidade Acadêmica, que envia e acolhe estudantes mediante convênios bilaterais, a Unoesc oferece oportunidade aos estudantes estrangeiros de realizar estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios e estudos regulares de longa e curta duração. Nos programas de curta duração, estão previstas atividades como estágio, visitas técnicas, participação em seminários e congressos; já os programas de longa duração possuem duração entre seis meses e um ano (Unoesc, 2020a).

Atualmente, a internacionalização tem focado não somente a mobilidade acadêmica de estudantes e professores, como também pesquisas e produção intelectual com outros países, programas de educação continuada e qualificação de recursos humanos, iniciativas como “internacionalização em casa” e métodos de ensino globais dentro da própria Instituição. Estados Unidos, Canadá, Chile, Índia, Colômbia, Portugal e Espanha são alguns dos países com os quais a Unoesc mantém convênios ativos (Unoesc, 2020a).

Em 2024, a Unoesc firmou seis novos convênios internacionais: Thompson Rivers University, Canadá; Universidad de Oviedo, Espanha; Olympic College, Estados Unidos; Topigs Norsvin, Países Baixos; Universidade do Minho, Portugal; Transilvania University of Brasov, Romênia (Funoes, 2025).

Mais recentemente, a Instituição se faz presente na Rede Jean Monnet, criada no âmbito do Programa Erasmus+, estabelecido pela Comissão Europeia, com o objetivo de promover pesquisa, estudos e experiências inovadoras de aprendizado em matéria de União Europeia, principalmente a formação de jovens pesquisadores, acadêmicos e a formação profissional (Funoes, 2025).

A seguir, relacionamos alguns convênios celebrados entre a Unoesc e instituições estrangeiras (Funoes, 2025):

EUA:

- University of Miami - Miller School of Medicine;
- University of Connecticut - School of Law; Iowa State University.

MÉXICO:

- Universidad Autonoma de Baja California;

- Universidad Autonoma de Chihuahua;
- Universidad de Colima.

CANADÁ:

- University Of Victoria (Uvic) Division Of Continuing Studies.

A Unoesc participa, igualmente, de redes internacionais, entre elas: International Human Motricity Network; ISEKI Mundus; AIESEC; OUI - IOHE Organização; Universitária Interamericana; Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha; Câmara Italiana de Comércio e Indústria de Santa Catarina; e Câmara de Comércio Brasil-Cataluña (Funoes, 2025).

4.3.20 Como a Unoesc sobreviveu na crise da Pandemia de Covid-19

A Unoesc enfrentou os anos críticos de 2020 e 2021 da pandemia da Covid-19, sobrevivendo sem muitos sobressaltos, basicamente por uma combinação de adaptação rápida, gestão financeira prudente e forte vínculo comunitário. Um conjunto de medidas celeremente tomadas, permitiu que a Unoesc se adaptasse, forçosamente, ao modelo de ensino on-line para dar continuidade ao processo formativo.

Em 17 de março de 2020, foi um dos dias mais difíceis na minha vida. Talvez o mais difícil e complicado: fechar as portas da Unoesc com tamanha rigidez, inclusive com acompanhamento policial, para que ninguém pudesse nela acessar. Foi um momento de tristeza e dor, de reflexão e silêncio. Mas, também, um despertar para novos tempos (Aristides Cimadon, 2026)¹².

¹² Informação verbal.

Foram meses com corredores vazios, silêncio e com vozes apenas dos pássaros. Mas a Unoesc não parou as aulas, transferiu praticamente tudo para o formato on-line: aulas síncronas e plataformas digitais garantiram a continuidade acadêmica; seminários e atividades acadêmicas virtuais; reuniões administrativas e pedagógicas virtuais. Os professores tiveram que se reinventar rapidamente, forçosamente, adotando novas metodologias.

Essas medidas foram cruciais para manter a receita das mensalidades, principal fonte de sobrevivência. Houve a necessidade de fazer ajustes financeiros e programar a gestão de crise, renegociando contratos e adotando políticas de descontos e flexibilização das mensalidades para evitar a evasão. Procurou-se reduzir custos sem provocar desemprego. O objetivo era evitar uma queda brusca do número de estudantes.

Por outro lado, a Unoesc reforçou seu papel regional durante a pandemia, especialmente com a atividade dos acadêmicos da área da saúde junto aos municípios e com o fortalecimento das parcerias com os municípios para enfrentamento da Covid-19. Assim, houve o fortalecimento da imagem institucional mostrando a relevância da Instituição. A produção de álcool em gel, em parceria com a Receita Federal, que encaminhava os produtos apreendidos de bebidas alcoólicas, com distribuição gratuita para casas de saúde, entidades beneficentes, fez a Unoesc mais solidária e a comunidade a entendeu como Instituição imprescindível.

Projetos foram adaptados, remotos ou com protocolos sanitários, permitindo que a Unoesc mantivesse as atividades de extensão e pesquisa. Isso ajudou a preservar sua missão institucional e os financiamentos indiretos. Por outro lado, há que se destacar a liderança e visão estratégica dos dirigentes. Na época, a Reitoria, sob Aristides

Cimadon, já defendia que a pandemia aceleraria mudanças no modelo educacional. O ensino híbrido e o digital ganhariam protagonismo. Quando chegou a pandemia, a Unoesc já estava preparada para implementação das novas tecnologias em todas as matrizes curriculares e atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O modelo comunitário auxiliou para tornar a travessia de modo mais suave. A Unoesc não é uma Universidade privada tradicional. Ela é Comunitária, o que significa que não visa lucros, reinveste na própria Instituição e tem muito apoio regional. Esse modelo dá mais resiliência no enfrentamento das crises.

Em conclusão, na pandemia, a Unoesc sobreviveu porque conseguiu manter estudantes com o ensino remoto, reduzir perdas financeiras, reforçar seu papel social e adaptar-se rapidamente a um novo modelo metodológico. Portanto, sua continuidade sólida não foi sorte, mas capacidade de gestão aliada à compreensão da comunidade acadêmica e regional, do modelo comunitário.

O período de pandemia fortaleceu a Unoesc na consolidação do ensino híbrido, forçou a modernização apressando os professores a dominar tecnologias digitais, os cursos incorporaram as atividades on-line após 2021 e houve redução de custos. Hoje, o ensino híbrido é um ativo estratégico da Instituição, não improvável.

Cresceu e fortaleceu a marca comunitária com atuação regional, sobretudo pelo apoio à saúde pública, formação de profissionais em momento crítico e presença ativa nos municípios. A Universidade aprendeu a operar sob pressão, fazendo ajustes orçamentários, planejamento operacional mais concreto e controle financeiro meticuloso. Diferente de muitas instituições no Brasil, a evasão existiu, mas não foi catastrófica, porque o vínculo regional ajudou a manter estudantes, mostrando que o modelo comunitário faz diferença.

Mesmo com todo esforço de adaptação e mudanças, a Unoesc ficou fragilizada em face da pressão financeira prolongada que reduziu receitas por causa da inadimplência e dos descontos, tornando as margens mais apertadas. Muitas decisões pós-pandemia ainda refletem esse impacto. Também se observa a mudança de perfil dos estudantes, buscando cursos mais baratos e fortalecendo a EaD nacional, com avanço massivo, embora as novas regras do ensino a distância estejam modificando um pouco o cenário.

Enfim, o período foi muito pesado, tendo o professor sofrido sobrecarga de adaptação tecnológica, aumento de trabalho sem estrutura ideal e cansaço institucional, com impacto no clima organizacional. Porém, dos embates pandêmicos a Unoesc saiu fortalecida e sólida, mais preparada para enfrentar a competitividade que se acelera e cumprir sua missão.

4.3.21 Programa Universidade Gratuita

O programa Universidade Gratuita foi, certamente, uma das maiores conquistas dos últimos tempos para as IES da Acafe. Trata-se de:

um programa de governo do Estado de Santa Catarina para estudantes do ensino superior, instituído pela Lei Complementar n. 831/2023, e alterado pela Lei Complementar n. 866/2025, e regulamentado pelo Decreto n. 219/2023 e alterado pelos Decretos n. 450/2024 e n. 893/2025 na forma de assistência financeira a ser destinada a estudantes de graduação (Santa Catarina, 2026).

Tem como objetivo principal “fomentar a educação superior, em nível de graduação, no Estado de Santa Catarina, para os estudantes de cursos presenciais que sejam ofertados pelas fundações e autarquias

municipais universitárias e por entidades sem fins lucrativos de assistência social que cumprem os requisitos legais e regulamentares” (Santa Catarina, 2026).

O programa foi criado pela SED e articulado com a Assembleia Legislativa para sua aprovação, sob a liderança do professor Aristides Cimadon, então secretário daquela pasta.

Participam do programa IES fundacionais, autarquias municipais universitárias, sem fins lucrativos, de assistência social e que cumprem os requisitos legais e regulamentares.

A Unoesc aderiu ao programa, celebrando Termo de Colaboração com o Governo do Estado para prestação de serviços à população, previsto no inciso I do caput do artigo 15 da Lei Complementar n. 831/2023 (Santa Catarina, 2023).

Beneficiam-se do programa estudantes de graduação que sejam naturais do Estado, ou residentes há mais de cinco anos, com renda familiar per capita baixa (até quatro salários mínimos para cursos normais e até oito para o curso de Medicina), que não tenham diploma de nível superior e estejam matriculados em instituições conveniadas, cursando a primeira graduação com o benefício, com exigência de aproveitamento e contrapartida.

O valor do benefício é integral, com duração até o final do curso, desde que cumprido o estabelecido na legislação. O estudante, após sua formação, terá que prestar contrapartida proporcional ao tempo em que permaneceu usufruindo da assistência financeira pelo Estado.

Em 2024, a Unoesc destinou 5.412 bolsas de estudos oriundas desse programa. Somadas às bolsas do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU), os estudantes beneficiaram-se, em 2024, de um total de 7.993 bolsas de estudo (Funoesec, 2025).

4.4 A MAIOR UNIVERSIDADE E OS MELHORES INDICADORES ENTRE AS ICES CATARINENSES

Passados 30 anos de credenciamento, hoje a Unoesc se apresenta à sociedade, pelo segundo ano consecutivo (2024/2025), como a “maior e melhor” Universidade entre as ICES de Santa Catarina (Unoesc, 2025i).

Os dados que atestam a conquista foram divulgados pelo Inep no dia 11 de abril de 2025. Além de manter-se com conceito 4, a Unoesc ampliou a sua classificação no IGC para 3,567, ocupando o primeiro lugar entre as instituições comunitárias catarinenses (Unoesc, 2025i).

Na ocasião da divulgação dos resultados, a pró-reitora de Ensino da Unoesc, professora Jaciney Aparecida Danielli, assim se manifestou:

O desempenho no IGC contínuo é reflexo de um planejamento pedagógico consistente, voltado à formação por competências e conectado com a realidade profissional dos estudantes. O resultado reforça o compromisso da Unoesc com uma educação de excelência, sustentada pelo aprimoramento constante dos nossos cursos e pelo acompanhamento próximo das aprendizagens (Unoesc, 2025i).

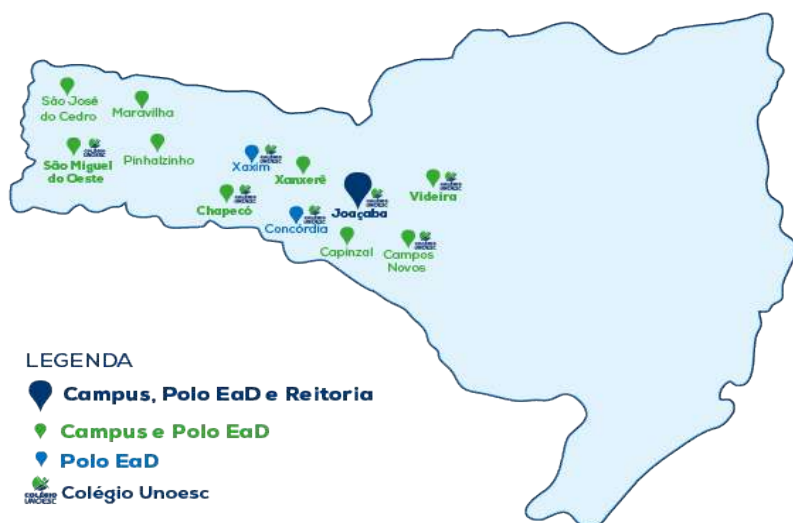
Figura 32 – Arte de divulgação



Fonte: Unoesc (2025i).

A Instituição se faz presente em 12 municípios, todos situados na mesorregião Oeste catarinense, “região que se estende desde a parte inferior do alto Vale do Rio do Peixe, polarizada pela cidade de Videira, descendo em direção a Joaçaba, cidade polo do Vale do Rio do Peixe e alongando-se em direção ao Oeste e Extremo-Oeste, polarizados pelas cidades de Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste” (Unoesc, 2023b, p. 20). São eles: Videira, Joaçaba, Capinzal, Campos Novos, Concórdia, Xanxerê, Xaxim, Chapecó, Pinhalzinho, Maravilha, São Miguel do Oeste e São José do Cedro.

Mapa 2 – Área territorial de atuação da Unoesc



Fonte: Unoesc (2023b, p. 21).

Com base em dados da Secretaria Acadêmica, em 18 de março de 2026, a Unoesc contava com 22.353 estudantes matriculados ativos, assim distribuídos por nível e modalidade de ensino: 17.336 na graduação presencial; 1.119 na graduação a distância; 91 na graduação

semipresencial; 373 na pós-graduação lato sensu; 401 na pós-graduação stricto sensu; e 3.033 no ensino básico.

A Instituição oferecia, no primeiro semestre de 2026, 133 cursos de graduação, entre os quais 118 na modalidade presencial e 15 na modalidade a distância, atendendo às necessidades de formação de profissionais para a mesorregião (Funoesc, 2026).

Para atender tamanha demanda, a Instituição dispunha, no primeiro semestre de 2026, de 652 professores, entre os quais 222 doutores (34,05%), 328 mestres (50,31%) e 102 especialistas (15,64%). 47,55% dos professores são contratados em tempo integral, 42,64% em tempo parcial e 9,82% como horistas.

Dispunha, ainda, de 1.667 colaboradores, dos quais 709 lotados nos postos da Unoesc, 56 nos Colégios Unoesc e 902 no HUST.

Com base no Relatório Social 2025, a Funoesc possuía, em 2025, 1.808.917,40 m² de área, 175.262,71 m² de área construída própria, 19.846,30 m² de área construída de terceiros. Dispunha, ainda, de 424 laboratórios de ensino e pesquisa, 488 salas de aula, 15 bibliotecas com um total de 6.636,37 m², 21 auditórios e 22 locais para atividades esportivas (Funoesc, 2026).

4.4.1 Índice Geral de Cursos

A qualidade e a inovação na educação superior não são requisitos exclusivos à gestão universitária; devem refletir necessariamente nos indicadores das atividades-fim de uma instituição universitária, que são o ensino, a pesquisa e a extensão.

Pretende-se, a seguir, analisar alguns indicadores alcançados pela Unoesc nos seus 30 anos de credenciamento enquanto Universidade.

Como vimos anteriormente, a Instituição desenvolve suas atividades tendo como guia os PDIs, editados a cada cinco anos. As ações são planejadas a partir de objetivos estratégicos, metas e indicadores neles previstos.

Um dos indicadores de aferição da qualidade é o IGC, que corresponde à média das notas do CPC e dos conceitos CAPES dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, ponderadas pelo número de matrículas de cada curso.

O IGC da Unoesc, em 2024, foi conceito faixa 4. O indicador vem mantendo-se desde 2023, evidenciando haver qualidade de ensino de excelência (CPA, 2025). No gráfico, apresenta-se a evolução do IGC no período entre 2007 e 2023.

Gráfico 9 – Evolução do desempenho do IGC na Unoesc (2007-2023)



Fonte: CPA, com base nos dados do Inep (2025).

Alguns fatores têm contribuído para o bom desempenho da Unoesc no IGC. Um deles é a pós-graduação *stricto sensu*. Os cinco programas por ela ofertados (PPGA, PPGD, Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEd, Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde – PPGBS e Programa de Pós-graduação em Sanidade e Produção Animal – PPGSPA) foram muito bem avaliados no último quadriênio (2021-2024), demonstrando haver maturidade institucional, repercutindo positivamente nos indicadores da graduação.

Outros fatores também têm contribuído, como: a evolução positiva de docentes com mestrado e doutorado; a avaliação feita pelos estudantes em relação às condições de oferta dos cursos de graduação, entre elas a organização didático-pedagógica, a infraestrutura e as instalações físicas; e as oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional.

Comparativamente às 13 universidades existentes em Santa Catarina, a Unoesc ocupa a quarta posição no IGC, incluindo-se nelas duas universidades federais (UFSC e Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS) e uma universidade estadual (Udesc). Já entre as universidades da Acafe, a Unoesc ocupa o primeiro lugar, apresentando-se como a melhor universidade, neste segmento, pelo segundo ano consecutivo (CPA, 2024).

O desempenho alcançado pela Unoesc no IGC “é reflexo de um planejamento pedagógico consistente, voltado à formação por competências, conectado com a realidade profissional dos estudantes” (CPA, 2024, p. 33).

4.4.2 Conceitos preliminares de curso acima da média nacional

Outro indicador revelador de qualidade do ensino é o CPC, que avalia os cursos de graduação, considerando-se o desempenho dos estudantes na prova do Enade, as informações do corpo docente do curso colhidas do Censo da Educação Superior e a percepção dos estudantes sobre as condições do processo formativo, através das respostas do Questionário do Estudante (Inep, 2024).

O gráfico a seguir apresenta a evolução do CPC da Unoesc entre 2007 e 2023:

Gráfico 10 – Evolução do CPC 2007-2023



Fonte: CPA (2025).

Dos 33 cursos que receberam conceitos na edição de 2023, 32 estiveram acima da média nacional. No âmbito do Estado de Santa Catarina, quatro cursos ocuparam o primeiro lugar, dois cursos, o segundo lugar e seis cursos, o terceiro lugar (CPA, 2024).

Tais conquistas não são fortuitas; resultam de políticas deliberadas, planejadas e levadas a termo. Muito se deve à atuação do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), criado há anos, com o objetivo de propiciar acompanhamento e formação continuada aos docentes. O NAP vem desenvolvendo e implementando metodologias e práticas pedagógicas inovadoras e alinhadas às necessidades levantadas nas autoavaliações institucionais.

Tem focado a formação dos docentes da Instituição nas chamadas metodologias ativas (Marques *et al.*, 2021; Bacich; Moran, 2018), com o uso das tecnologias no desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem. Segundo o PDI 2018-2022:

[...] as metodologias de ensino e aprendizagem mais adequadas e significativas são aquelas que colocam o discente no centro do processo, priorizando práticas pedagógicas que permitam que seja agente ativo da aprendizagem, participando ativamente na construção do conhecimento e na mudança da realidade social. Por sua vez, o docente exerce papel de mediador das inter-relações dos discentes com o conhecimento, construindo-se, coletivamente, uma aprendizagem significativa, contextualizada e provida de sentido, superando-se a concepção tradicional de ensino, voltada para a transmissão de conhecimentos, centrada no docente, tendo como consequência a fragmentação do saber e a reprodução de conteúdos (Unoesc, 2018, p. 80-81).

4.4.3 A avaliação pela Sociedade Regional

Em 2024, a CPA realizou pesquisa com o objetivo de avaliar a atuação da Unoesc junto à sociedade mesorregional. Para isso, elaborou dois questionários: um dirigido a órgãos públicos, órgãos de classe, associações comerciais e industriais, prefeituras, entidades e empresas

dos mais variados segmentos; o outro dirigido a empregadores de egressos da Unoesc dessas mesmas empresas (CPA, 2024). Responderam ao questionário 201 pessoas: 74,2% de representantes de empresas privadas; 12,9% de entidades/instituições; 12,4% de órgãos públicos; e 0,5% de “outros”.

Num primeiro momento, foram avaliados os elementos: estrutura física, avaliada como ótima para 45,2% dos respondentes; contribuição para o desenvolvimento regional, avaliada como ótima para 42,2%; e qualidade do ensino, também avaliada como ótima para 41,2% dos respondentes (CPA, 2024).

Num segundo momento, foram avaliados os elementos: empatia, avaliado como ótimo para 43,2% dos empregadores; postura reflexiva, avaliada como ótima para 39,7%; conhecimentos técnicos e práticos, avaliados como ótimo para 38,6%; análise e visão sistêmica, avaliadas como ótimo para 38,0%; competências técnicas para a profissão, avaliadas como ótimo para 38,6% dos empregadores (CPA, 2024).

Por último, perguntou-se aos respondentes se recomendariam a Unoesc para fazer um curso superior (Net-Promoter Score - NPS). Dos respondentes, 59% posicionaram-se como promotores, atribuindo como notas 9 ou 10; outros 34% atribuíram nota 7 ou 8, posicionando-se como neutros; e 7% atribuíram nota abaixo de 7, apresentando-se como detratores (CPA, 2024).

A escuta à comunidade externa, em especial àqueles que empregam os egressos da Unoesc, evidenciou haver uma correlação positiva entre formação acadêmica e mercado de trabalho. Estudos como este orientam a Instituição a ajustar os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), de modo a aperfeiçoar a formação dos estudantes.

4.4.4 Avanços da Pós-graduação Stricto Sensu

Outro indicador de qualidade que vem contribuindo para que a Unoesc se mantenha como a melhor Instituição Comunitária do Sistema Acafe advém da pós-graduação stricto sensu. Segundo o PDI 2023-2027, “a Pós-graduação stricto sensu oferecida pela Unoesc tem enfoque voltado à formação de alto desempenho de pesquisadores e profissionais” (Unoesc, 2023b, p. 47). Os cursos são autorizados e avaliados pela CAPES, nos termos das políticas nacionais de avaliação da pós-graduação.

A Instituição ingressou nesse nível de ensino tardiamente, cumprindo aquilo que previa a legislação à época. Como o credenciamento não dependia da existência de programas de pós-graduação stricto sensu implantados naquele momento, a Instituição fez a opção estratégica de priorizar o ensino de graduação e, ao mesmo tempo, preparar as condições para a sua institucionalização.

Três barreiras dificultaram esse processo: os volumosos recursos financeiros para se manter quadro de doutores em tempo integral e em número suficiente para tocar os programas; a própria formação desses doutores, em uma época em que a Instituição contava com reduzido número de docentes titulados nesse nível de ensino; e não menos importante, a dificuldade de retenção desses doutores que, sem perspectivas, buscavam as universidades públicas.

Na medida em que essas barreiras foram sendo transpostas, a Unoesc dá início à implantação dos primeiros programas, iniciando pelo de Educação, área de atuação tradicional e com o maior número de doutores disponíveis.

O programa foi recomendado pela CAPES no dia 11 de julho de 2006, tendo suas atividades iniciadas no 1º semestre de 2007, na

Unoesc Joaçaba, com área de concentração em Políticas e Processos em Educação.

Anos mais tarde, no dia 1º de março de 2018, a CAPES recomendou o Doutorado em Educação, com início das atividades no dia 13 de agosto do mesmo ano. Tanto o Mestrado quanto o Doutorado do PPGEd foram avaliados com nota 5 no quadriênio 2021-2024, apresentando evolução em relação ao quadriênio anterior (Unoesc, 2026f).

Figura 33 – Notícia de jornal da época



Fonte: jornal de circulação interna da Unoesc (2005).

Sob a coordenação do professor Luiz Carlos Lückmann, como vice-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão, a Unoesc implementou as bases, com planejamento estratégico, para consolidar-se também no stricto sensu e com ele fortalecer a pesquisa como instrumento de desenvolvimento regional.

O segundo programa implantado na Instituição foi o Mestrado Profissional em Administração, recomendado pela CAPES no dia 21 de agosto de 2012, com início de suas atividades em 1º de março de 2013, na Unoesc Chapecó. Foi o primeiro Mestrado em Administração instalado na mesorregião Oeste catarinense, Sudoeste do Paraná e Noroeste do Rio Grande do Sul.

Em 2023, o Programa comemorou dez anos de sua implantação, com a presença do secretário de Estado da Educação, professor Aristides Cimadon, do reitor da Unoesc, professor Ricardo Antonio De Marco, e do vice-reitor da Unoesc Chapecó, professor Carlos Eduardo de Carvalho. Na ocasião, o programa homenageou o egresso Edson Luiz Kuzma como a melhor Tese da Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, orientada pela professora Simone Sehnem.

Fotografia 20 – Comemoração dos dez anos da implantação do Mestrado em Administração



Fonte: Unoesc (2023a).

No dia 16 de outubro de 2016, a CAPES recomendou a instalação do Doutorado em Administração, cujas atividades tiveram início em 16 de abril de 2017. E no dia 23 de outubro de 2025, a CAPES aprovou a fusão do Mestrado e do Doutorado em único programa, o PPGA. Na avaliação do quadriênio 2021-2024, ambos os cursos mantiveram o conceito 5, sustentado desde 2017 (Unoesc, 2026f). Atualmente, o programa opera em formato multicampi, abrangendo os campi de Chapecó, São Miguel do Oeste e Videira.

O terceiro programa de pós-graduação *stricto sensu* implantado na Unoesc foi o de Direito, recomendado pela CAPES em 26 de setembro de 2012 e instalado na Unoesc Chapecó em fevereiro de 2013, com a aula inaugural acontecendo no dia 9 de abril daquele ano. Foi o primeiro curso de Mestrado em Direito implantado na mesorregião Oeste; outros dois cursos encontravam-se sediados no litoral do Estado.

A escolha recaiu sobre o Direito levando-se em consideração a longa história construída pelo curso de graduação nessa área, implantado na antiga FUOC ainda em 1986, completando 40 anos em 2026.

Em 29 de maio de 2019, a CAPES recomendou o Doutorado em Direito, tendo sua aula inaugural no dia 26 de setembro do mesmo ano. Manteve nota 4 na última avaliação quadrienal da CAPES (2021-2024) (Unoesc, 2026f).

O quarto programa a compor a pós-graduação *stricto sensu* na Unoesc foi o Mestrado em Biociências e Saúde, recomendado pela CAPES em 11 de dezembro de 2013, tendo iniciado suas atividades em 10 de abril de 2014. Como vimos anteriormente, a Instituição vinha fazendo volumosos investimentos em recursos humanos e laboratoriais na área da saúde desde o início dos anos 2000, implantando cursos como Medicina, Odontologia, Farmácia, Enfermagem, Fisioterapia, entre outros. Tais investimentos possibilitaram o passo seguinte, a

institucionalização do *stricto sensu* na área. O curso recebeu nota 4 na última avaliação quadrienal da CAPES (2021-2024) (Unoesc, 2026f).

Como os demais programas, o Mestrado em Biociências e Saúde é único na região, atendendo a uma grande demanda de profissionais da área da saúde, eleita como prioritária pela Instituição.

A elevação do conceito do mestrado para nota 4 na avaliação quadrienal 2017-2020 feita pela CAPES foi fundamental para que a Instituição entrasse com o pedido de doutorado, o que acabou se confirmando em 18 de setembro de 2024, quando aquela agência de avaliação recomendou o programa (CAPES, 2026).

O quinto programa implantado na Unoesc foi o Mestrado em Sanidade e Produção Animal, com área de concentração em pequenas propriedades, sediado na Unoesc Xanxerê. Aquele campus abriga, desde os anos 2000, um dos melhores cursos de graduação em Medicina Veterinária, com investimentos expressivos em estrutura física e laboratorial, condições favoráveis à atuação na pós-graduação *stricto sensu* na área.

O curso foi recomendado pela CAPES no dia 21 de novembro de 2016, tendo suas atividades iniciadas no dia 24 de abril de 2017. Na última avaliação quadrienal (2021-2024), o curso obteve nota 4 (CAPES, 2026).

A seguir, apresentamos um quadro-síntese da avaliação dos programas institucionalizados, com base na avaliação quadrienal da CAPES (2021-2024) (CAPES, 2026).

Quadro 12 – Notas dos cursos de mestrado e doutorado na avaliação quadrienal 2021-2024

Cursos	Mestrado Acadêmico	Doutorado	Mestrado Profissional	Doutorado Profissional
Administração		5		
Administração Profissional			5	
Biociências e Saúde	4	4		
Direito	4	4		
Educação	5	5		
Sanidade e Produção Animal	4			

Fonte: CAPES (2026).

Na avaliação quadrienal feita pela CAPES são observados os seguintes critérios: produção científica de docentes e discentes; formação do corpo docente; qualidade da formação dos estudantes; e impacto social do programa. As notas são atribuídas de 1 a 7, sendo que 4 e 5 significam um desempenho entre bom e muito bom. A nota 5 é a máxima para programas que possuem apenas curso de mestrado. Já os conceitos 6 e 7 atestam a excelência de um programa em nível internacional (CAPES, 2026).

Os cursos de mestrado e doutorado são avaliados pela CPA a cada dois anos, quando são ouvidos professores e estudantes. O Relatório da Autoavaliação Institucional de 2024 identificou alguns avanços percebidos pelos estudantes, entre eles:

credibilidade em relação à Unoesc e à qualidade do corpo docente; adequação dos cursos ao contexto regional e ao exercício profissional, podendo-se inferir que atendem às expectativas e necessidades de especializar-se, contribuindo para o crescimento pessoal e profissional; estrutura curricular do curso voltada

à formação profissional e à solução de problemas regionais; infraestrutura que atende às necessidades acadêmicas, com elogios aos ambientes de ensino, laboratórios, bibliotecas e espaços de convivência; melhoria nas metodologias de ensino utilizadas, com destaque para a interatividade e clareza dos professores; conhecimento, competência e experiência adquiridos atendem às necessidades de aperfeiçoamento e podem ser aplicados profissionalmente; domínio de conhecimento, atualização, didática e experiência profissional dos docentes (CPA, 2024, p. 59).

4.4.5 Pesquisa, Extensão, Cultura e Desporto como Indicadores de Qualidade

A consolidação da Unoesc como “a maior e melhor universidade entre as Instituições Comunitárias de Educação Superior do sistema Acafe” (Unoesc, 2025i) passa necessariamente pela qualidade da pesquisa, da extensão, da cultura e do desporto por ela desenvolvidos, como analisaremos a seguir.

4.4.5.1 A pesquisa em consonância com as demandas da comunidade regional

Encontramos os primeiros traços da institucionalização da pesquisa no Projeto de Universidade apresentado ao CFE, em 1991, quando, em duas páginas, foram definidas sua política e suas linhas de ação (Unoesc, 1991b, p. 29-30). À época, tinha-se consciência de que o status de universidade almejado passava pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Havia tradição na oferta do ensino de graduação desde os anos de 1970, assim como na extensão universitária,

dada a natureza comunitária da Instituição. Contudo, na pesquisa, o desafio era totalmente novo.

A sua institucionalização se deu com a aprovação de política e diretrizes pelo Consun, tão logo iniciado o processo de implantação da Universidade. Priorizou-se, inicialmente, a iniciação científica, com o suporte de três programas: o FAPE, criado pelo Consun e bancado com recursos da Instituição; o PIBIC, financiado pelo CNPq; e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), também bancado com recursos daquela agência de fomento.

Aos poucos, outros recursos foram sendo aportados, advindos, principalmente, da Fapesc. Mas os avanços verificados na pesquisa dão-se com os volumosos investimentos da Instituição na capacitação e contratação de doutores com vistas à implantação dos mestrados e doutorados, como vimos acima. Tal política possibilitou a participação da Instituição em editais de pesquisa dos mais variados órgãos de fomento, aumentando consideravelmente a produção intelectual dos professores, repercutindo, igualmente, na qualidade do ensino de graduação.

Concomitantemente, multiplicaram-se os eventos científicos na Instituição, como simpósios, congressos, workshops e seminários, de alcance nacional e internacional, como instrumento de veiculação e publicação dos resultados da pesquisa. Tornou-se tradicional o Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (SIEPE), ofertado desde os anos 1990, inicialmente em conjunto com as demais instituições do Sistema Acafe. O evento integra, igualmente, o Seminário de Iniciação Científica, com a presença de consultores do CNPq para avaliar os relatórios oriundos de projetos de iniciação científica financiados pelo PIBIC e PIBID/CNPq.

Organizada em grupos e linhas de pesquisa por área de conhecimento e alinhada aos cursos de graduação e, prioritariamente, à pós-graduação *stricto sensu* e à internacionalização, a pesquisa na Unoesc, segundo o PDI 2023-2027:

desenvolve-se a partir de problemas e demandas da comunidade *loco* regional, tendo como pano de fundo os contextos nacional e internacional. Alinha-se ao ensino e à extensão, tendo como foco a transferência do conhecimento com vistas ao desenvolvimento econômico, social e sustentável da sociedade. Prioriza-se a pesquisa inovadora, voltada à resolução de problemas e ao desenvolvimento regional sustentável (Unoesc, 2023b, p. 53).

A política de pesquisa, ao longo dos anos, tem passado por constantes melhorias, buscando acompanhar as mudanças que ocorrem, de forma acelerada, no mundo contemporâneo. As resoluções aprovadas recentemente pelo Consun, por exemplo, tratam a política de pesquisa separadamente da política de iniciação científica com metas estabelecidas no PDI e normatizada por Resolução própria do Consun (Resolução n. 12, CONSUN/2026). Institucionalizou-se, igualmente, outras duas políticas: a de Inovação e Empreendedorismo (Resolução n. 11, CONSUN/2026) e a do Programa Institucional de Voluntariado (Resolução n. 09, CONSUN/2026).

Da mesma forma, o FAPE passou por ajustes, ampliando a sua atuação no fomento das seguintes modalidades:

Modalidade I: Programa de Apoio à Produção e Gestão do Conhecimento: direcionado para ampliar as oportunidades para docentes e discentes produzirem conhecimento relevante e estabelecerem diálogos com agências de fomento nacionais e internacionais. Esse

programa busca aumentar a produtividade intelectual dos grupos de pesquisa da Unoesc;

Modalidade II: Programa de Apoio à Divulgação do Conhecimento: destinado a promover a socialização dos resultados das pesquisas. Envolve a publicação de trabalhos em anais e periódicos, tanto institucionais quanto externos, além de incentivar a participação de docentes e discentes em eventos científicos nacionais e internacionais;

Modalidade III: Programa de Apoio aos Processos de Inovação: visa estimular atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), com foco na criação de produtos e processos inovadores, como bens de capital, bens de consumo, serviços e softwares. Também inclui o suporte à proteção intelectual de inovações em que a Unoesc esteja envolvida (Unoesc, 2023b, p. 55).

A Unoesc conta ainda com o UNIEDU, mantido com recursos assegurados pela Constituição do Estado em seus artigos 170 e 171, regulamentados pela Lei complementar n. 180, de 16 de julho de 1999 (Santa Catarina, 1999). Será substituído pelo programa Universidade Gratuita na medida em que os contratos com os beneficiários do programa encerrarem.

A Editora Unoesc tem sido veículo de publicação de boa parte da produção intelectual de pesquisadores e docentes da Instituição. Foi criada em 2004 com esse objetivo. É responsável pela publicação de cinco revistas científicas, quatro delas vinculadas aos programas de pós-graduação *stricto sensu*. São elas: *Revista Espaço Jurídico Journal of Law (EJL)* (Qualis A2), vinculada ao PPGD; *Revista Roteiro* (Qualis A1), vinculada ao PPGEd; *Revista de Administração, Contabilidade e Economia (RACE)* (Qualis A4), vinculada ao PPGA; *Revista Evidência* (Qualis B1), vinculada ao PPGBS (Editora Unoesc, 2026).

A *Revista Roteiro* acaba de conquistar Qualis A1 (13 de janeiro de 2026) na última avaliação da CAPES referente ao quadriênio 2021-2024.

Em e-mail dirigido a dirigentes, docentes e colaboradores, o editor-chefe da revista assim se expressou:

Hoje celebramos, com muita alegria e orgulho, a conquista do Qualis A1 pela Revista Roteiro. Esse reconhecimento tem um significado especial para nós, pois expressa um percurso construído coletivamente, marcado pelo compromisso com a qualidade científica, o rigor editorial e a relevância das pesquisas que acolhemos e divulgamos na área da Educação (Unoesc, 2026h).

A Editora Unoesc tem publicado, igualmente, livros, nos formatos impresso e e-book, anais de eventos, anuários de pesquisa, entre outros. Em 2024, editou 69 obras completas, somando mais de 15 mil páginas (Portal de Periódicos, 2026).

4.4.5.2 A extensão, a cultura e o desporto como expressões da natureza comunitária da Unoesc

A natureza comunitária tem sido um dos principais traços da constituição da identidade da Unoesc ao longo de seus 58 anos de fundação e 30 anos de credenciamento. Foi constituída pelo poder público municipal como IES pública não estatal, e, enquanto tal, exerce papel social junto à comunidade regional. Nesse contexto, a extensão, a cultura e o desporto ganham relevância e significado ainda maiores, na medida em que, indissociáveis do ensino e da pesquisa, respondem às necessidades de seu entorno.

Os anos que precederam o credenciamento da Unoesc como Universidade, a extensão universitária não contava com política deliberada e institucionalizada. Conforme expressa o Projeto de

Universidade apresentado ao CFE, à época, a Instituição centralizava suas atividades de extensão, basicamente:

na prestação de serviços à comunidade externa, tais como assessorias, consultorias, treinamentos, cursos, seminários, simpósios, reuniões ou eventos similares, visando o aperfeiçoamento, a atualização e a formação de recursos humanos junto às empresas, trabalhadores, órgãos públicos, escolas, prefeituras e entidades diversas (Unoesc, 1991b, p. 81).

Cumpria, portanto, papel secundário no contexto institucional. O projeto, por exemplo, não faz referência a um histórico de programas, ou de projetos permanentes que pudessem envolver os estudantes ou a própria comunidade regional. Também não apresenta relatos nas áreas da cultura e do desporto.

Contudo, quando o Projeto de Universidade faz uma projeção das atividades de extensão para o quinquênio 1992-1996, período de implantação da Universidade, observa-se o compromisso de institucionalizá-las como política permanente (Unoesc, 1991b).

A partir do Projeto de Universidade, passou-se a entender a extensão enquanto uma das funções básicas do “fazer” universitário, concebendo-a como “mecanismo de integração e articulação da Instituição com a comunidade regional” (Unoesc, 1991b, p. 80). E aponta alguns programas permanentes de extensão, entre eles: programa de interação universidade e ensino de 1º e 2º graus; programa de alfabetização e cidadania; programa de formação de lideranças sindicais e comunitárias; programa de preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida; programa de interação universidade e comunidade; programa de interação universidade e setores produtivos; e programa de difusão cultural (Unoesc, 1991b).

Como se observa, são programas ainda contemporâneos, todos sinalizando para a integração da Instituição com a comunidade regional. E, pela primeira vez, faz-se menção a um programa voltado à cultura. A preocupação “integração da Instituição com a comunidade regional” passou a ser a política central da extensão, da cultura e do desporto até os dias de hoje.

O PDI 2023-2027 conceitua a extensão como “processo educativo que se articula com o ensino, a pesquisa, a cultura, o desporto e a inovação, de modo a viabilizar a relação entre a Instituição e seu entorno, com foco no desenvolvimento regional sustentável” (Unoesc, 2023b, p. 57).

O conceito contemplado no PDI vigente expressa a intenção deliberada da indissociabilidade da extensão com as demais atividades institucionais. Constitui, juntamente com o ensino e a pesquisa, vetor do desenvolvimento regional e espaço para a construção de uma identidade regional, respeitando as diferenças e diversidades socioculturais. Tais elementos se fazem presentes nos programas e projetos desenvolvidos pela Instituição até os dias de hoje.

A extensão universitária é crucial para a aplicação do conhecimento acadêmico em situações reais da vida dos estudantes. Até poucos anos atrás, as atividades extensionistas não eram consideradas como créditos curriculares nos cursos superiores. As práticas se restringiam a registros que eram validados no âmbito das atividades complementares dos cursos.

A Resolução CNE n. 7, de 18 de dezembro de 2018 (MEC, 2018), ao estabelecer as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, dá uma resposta a esse problema, regulamentando as atividades acadêmicas de extensão junto aos cursos de graduação das

IES brasileiras, integrando-as às matrizes curriculares dos cursos e à organização da pesquisa, com vistas à interdisciplinaridade.

A diretriz passou a ser ação estratégica adotada pela Unoesc no PDI 2023-2027 e nos Projetos Pedagógicos de seus cursos, denominada “curricularização da extensão” (Unoesc, 2023b, p. 62-64). Segundo o PDI 2023-2027: “A curricularização da extensão, conforme instruída pelo CNE, é o processo de inclusão de atividades de extensão no currículo dos cursos de graduação, considerando a indissociabilidade do ensino e da pesquisa” (Unoesc, 2023b, p. 62).

Em uma de suas diretrizes, lê-se: “organizar a curricularização da extensão na forma de Programas de âmbito institucional, por meio de projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços, priorizando-se a solução dos problemas da sociedade loco regional [...]” (Unoesc, 2023b, p. 63). O PDI define as áreas prioritárias a partir das quais estão sendo institucionalizados os programas de extensão, entre elas: saúde e qualidade de vida; assistência social, direitos humanos e cidadania; educação, cultura e desporto; e desenvolvimento regional.

Não há dúvida de que está se dando um passo importante na busca pela formação integral e cidadã dos estudantes, com vistas à sua atuação profissional; assim como intensifica-se a atuação da Unoesc no aprimoramento e fortalecimento da participação da sociedade nos programas de extensão, permitindo-se a troca de conhecimentos e o contato com as questões regionais.

As evidências dessa atuação podem ser encontradas nos relatórios institucionais, entre eles os relatórios sociais e os de avaliação institucional. O Relatório Social de 2025 (Funoesc, 2026), por exemplo, informa que, naquele ano, os programas de extensão beneficiaram mais de 141 mil pessoas, com destaque para várias áreas como pode ser verificado no quadro.

Quadro 13 – Programas de extensão universitária em 2025

Programa	Áreas
+Saberes	Educação, cultura e desporto
+Cuidado	Saúde e qualidade de vida
+Futuro	Desenvolvimento regional: ciência, tecnologia e inovação
+Justiça Social	Responsabilidade social, direitos humanos e cidadania
+Verde	Desenvolvimento regional: meio ambiente
+Valor	Desenvolvimento regional: negócios, indústria, serviços e turismo
+Raízes	Desenvolvimento regional: agricultura e pesca
+Gestão	Desenvolvimento regional: gestão pública e infraestrutura

Fonte: Funoesc (2026 p. 69).

A atuação da Unoesc junto à comunidade regional não se limita à extensão; inclui, igualmente, a cultura, o desporto e a responsabilidade social. São elementos que fazem parte do escopo da missão institucional, uma vez que, por meio deles, a Instituição cumpre seu papel social e atende às diretrizes do Sinaes.

O cumprimento da responsabilidade social pela Instituição, segundo o Sinaes, passa pela sua contribuição em relação “à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural” (Brasil, 2004).

A política institucional de responsabilidade social encontra-se formulada nos PDIs, nos PPCs e no próprio Estatuto da Funoesc, reconhecida como Fundação de Assistência Social. Materializa-se nos programas e projetos de extensão universitária desenvolvidos junto à população regional. Dados do Relatório Social de 2025 atestam que a Instituição atendeu, naquele ano, mais de 140 mil pessoas com ações de alcance social, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 14 – Projetos de extensão em 2025

Denominação	Campus (quantidade de projetos/número de beneficiados)										TOTAL	
	Chapecó		Joaçaba		São Miguel do Oeste		Videira		Xanxerê		Unoesc	
Participação em projetos de responsabilidade social (saúde, bem-estar, esportivo). Exemplos: atividades em locais públicos de orientações de saúde, bem-estar, esporte etc., atividades com escolas públicas de orientação aos estudantes, saúde, educação financeira que envolvam a comunidade	30	28.674	24	2.077	22	13.122	3	0	0	0	79	43.873
Participação em projetos no desenvolvimento econômico social (NAF, SAJUCO, NAOS, educação financeira, que envolvam a comunidade)	83	7.986	75	20.549	118	13.880	67	0	37	3.185	380	45.600
Participação em projetos na defesa do meio ambiente (projetos que envolvam preservação, conservação e recuperação dos ecossistemas ambientais)	4	223	5	5	12	6.920	6	0	0	0	27	7.148
Participação em projetos/ programas de inclusão social (projetos desenvolvidos com a participação da comunidade para públicos com deficiência, vulnerabilidade social, marginalizados ou excluídos, visando acesso aos direitos fundamentais)	12	1.182	8	400	20	5.527	13	0	1	0	54	7.109
Participação em projetos de memória, patrimônio cultural e produção artística (oficina de dança, coral, teatro, artesanato)	8	3.028	25	4.222	21	12.973	13	13.900	7	3.482	74	37.605
TOTAL	137	41.093	137	27.253	193	52.422	102	13.900	45	6.667	614	141.335

Fonte: Funoesc (2026, p. 69).

Assim como a extensão, a cultura e o desporto têm feito parte de ações estratégicas que atestam o compromisso da Instituição com a responsabilidade social. Até recentemente, essas atividades aconteciam aleatoriamente, por iniciativa da própria Instituição ou dos cursos de graduação, sem o amparo de uma política institucional formalizada. Mesmo assim, inúmeros projetos culturais vêm acontecendo ano a ano, como mostra o Relatório Social de 2024, entre eles oficinas culturais, teatro, dança, música, coral, contação de histórias, artesanato, eventos culturais, festivais, mostras artísticas, semanas acadêmicas e literárias (Funoes, 2025).

Atualmente, a cultura possui política institucionalizada cujos parâmetros estão estabelecidos no PDI e regulamentada por Resolução específica do Consun (Resolução n. 10, CONSUN/2026). O art. 3º a define como “o conjunto de valores, expressões, tradições, práticas sociais e manifestações simbólicas que refletem a identidade histórica e regional do contexto em que a Instituição está inserida” (Unoesc, 2026g). Como se observa, o desenvolvimento da cultura universitária vincula-se à identidade da região em que a Instituição se insere, a mesorregião Oeste catarinense.

Para fortalecer as iniciativas culturais, criou-se, recentemente, o Programa Cultiva, presente em todos os campi da Instituição, com foco no fomento à cultura, às artes e à diversidade sociocultural, envolvendo professores, estudantes e comunidade regional (Unoesc, 2026c).

O desporto, assim como a extensão e a cultura, faz parte da formação integral, cidadã e de qualidade dos estudantes. Sempre fez parte da vida universitária, contudo, sem uma política institucionalizada. Mesmo assim, tornou-se, ao longo dos anos, uma das ações estratégicas institucionais mais bem-sucedidas, intensificando-se, sobretudo, a partir da implantação do curso de Graduação em Educação Física, presente em

todos os campi, e de outros cursos na área da saúde, no início dos anos 2000. Hoje, o desporto conta com política institucional, recentemente aprovada pelo Consun (Resolução n. 13, CONSUN/2026).

A trajetória da Unoesc no desporto universitário destaca-se, inicialmente, com a coordenação do professor Edmar de Oliveira Pinto (Edinho) e sua equipe. Depois de seu precoce falecimento, o desporto da Unoesc continuou em evidência com novos contornos e conquistas, sob a coordenação, até o presente momento, da professora Elisabete Baretta e equipe integrada por profissionais professores de Educação Física dos diversos campi.

Fotografia 21 – Formação além da sala de aula: estudantes da Unoesc acompanham equipes profissionais de voleibol



Fonte: Imprensa Unoesc Chapecó (2026).

A história do esporte universitário da Unoesc é marcada, inicialmente, por importantes reconhecimentos institucionais. Em 2009, a Universidade recebeu o “Troféu Gustavo Kuerten de Excelência no Esporte”, ao ser considerada a melhor entidade esportiva de Santa Catarina naquele ano, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido

no desporto universitário, ao incentivo a diferentes modalidades e à concessão de bolsas a atletas. Em 2019, a Instituição foi agraciada com a “Comenda do Mérito Desportivo”, maior honraria do esporte catarinense, concedida a entidades que marcam a história do esporte no Estado.

Fotografia 22 – Presidente da Funoesc recebendo o troféu das mãos de Guga Kuerten



Fonte: Unoesc (2009).

Quanto à participação nos Jogos Universitários Catarinenses (JUCs), a Unoesc mantém presença histórica e resultados expressivos. Registro institucional da Universidade indica participação na competição desde 2004, com conquistas relevantes e representatividade constante na etapa nacional. Além da participação de destaque, a Unoesc também sediou os JUCs nos anos de 2012 e 2023, reafirmando sua capacidade de organização e seu protagonismo no cenário esportivo universitário catarinense.

O Relatório Social de 2024 faz menção, por exemplo, à participação dos estudantes da Unoesc na 67ª edição dos JUCs acontecido em julho

de 2024, conquistando 13 troféus, sete de primeiro lugar, quatro de segundo lugar e dois de terceiro lugar, conferindo à Instituição o título de vice-campeã geral da competição (Funoes, 2025).

Figura 34 – Notícia de jornal da época



Fonte: jornal de circulação interna na Unoesc (2012).

A Unoesc reafirma seu protagonismo nacional nos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs). Foi campeão nacional em várias modalidades, por vários anos seguidos, com destaque no futsal, voleibol e basquete. Em 2024, a delegação conquistou duas medalhas de ouro,

no voleibol masculino e no tênis de mesa individual, além de medalhas de prata no voleibol feminino, no basquete masculino e no tênis de mesa paradesportivo. Em 2025, os resultados alcançados colocaram a Universidade em destaque no ranking nacional do Troféu Eficiência, reforçando sua posição entre as instituições de referência do esporte universitário brasileiro.

Fotografia 23 – Professores, coordenadores e estudantes atletas apresentam na Reitoria os troféus conquistados nos JUBs 2024



Fonte: Unoesc (2024c).

No cenário internacional, a Unoesc também consolidou protagonismo. Em 2015, a equipe de voleibol da Unoesc Chapecó representou o Brasil na Universíade, na Coreia do Sul. Em 2022, o voleibol masculino da Universidade conquistou a medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos Universitários, realizados em Mérida, no México. Na mesma edição, o acadêmico Luis Eduardo Camarço Rodrigues conquistou uma medalha de ouro e duas de prata no tênis de mesa. Em 2023, atletas da Unoesc foram convocados para a Universíade 2023, na

China, e o voleibol feminino alcançou o vice-campeonato no University International Sports Festival, realizado na Rússia, representando o Brasil.

Fotografia 24 – Voleibol feminino da Unoesc representando o Brasil na Rússia – vice-campeões do University International Sports Festival em 2023



Fonte: os autores.

A Unoesc também promove e fortalece o esporte por meio de eventos próprios e tradicionais de seu calendário acadêmico. A

Oliuni, realizada em parceria com o Diretório Central dos Estudantes (DCE), integra a trajetória esportiva institucional desde os anos 2000, consolidando-se como um dos maiores eventos universitários de Santa Catarina. Em 2025, a competição envolveu mais de 1,2 mil estudantes, de 31 cursos de graduação dos campi de Joaçaba, Capinzal e Campos Novos. Somada a essa tradição, a “Semana Esportiva e Cultural”, realizada em todos os campi da Unoesc, constitui-se em importante espaço de vivência esportiva, artística e formativa, com as finalidades de promover o intercâmbio entre os cursos, difundir diferentes modalidades esportivas e manifestações culturais, valorizar talentos, incentivar o surgimento de novos participantes e fortalecer os vínculos de integração, convivência e pertencimento entre estudantes, professores e técnicos administrativos. Dessa forma, essas iniciativas reafirmam o compromisso da Universidade com a formação integral e com a valorização do esporte e da cultura no ambiente universitário.

Fotografia 25 – Abertura da Oliuni em Joaçaba, em 2025



Fonte: Unoesc (2025g).

No âmbito da integração acadêmica e institucional, os Jogos Intercampi passaram a integrar o calendário esportivo da Unoesc em diferentes frentes. Entre os estudantes, há registro de edições realizadas em 2018, 2019 e 2023, sendo que, em 2023, a terceira edição reuniu mais de 450 acadêmicos de cinco campi da Universidade, em 13 modalidades coletivas e individuais, fortalecendo a convivência, o espírito esportivo e a identidade universitária entre os acadêmicos (Funoesec, 2025).

Fotografia 26 – Abertura dos Jogos Intercampi dos estudantes da Unoesc em 13 de novembro de 2023



Fonte: Rádio catarinense (2023).

Com a consolidação dos Jogos Intercampi dos Colaboradores, essa proposta de integração esportiva passou a ocorrer também no âmbito institucional interno, reunindo dirigentes, professores e funcionários em uma programação voltada ao intercâmbio, à confraternização e à prática esportiva. Em 2024, mais de 250 colaboradores dos campi de Chapecó, Joaçaba, São Miguel do Oeste, Videira e Xanxerê participaram da competição, retomada após a

última edição realizada em 2019, em São Miguel do Oeste. Em 2025, novamente em Xanxerê, o evento reuniu mais de 200 colaboradores, reforçando sua finalidade de promover a integração entre os campi e entre os profissionais da Instituição.

Entre os colaboradores, há registros de competições internas desde 2010, período em que a Unoesc ainda participava da Confraternização Olímpica dos Funcionários Administrativos das Fundações Educacionais de Santa Catarina (Cofafe), com equipes organizadas por campus, ou seja, com cada unidade atuando como uma delegação própria.

A participação da Unoesc na Cofafe também integra esse histórico de tradição esportiva e de integração institucional. A Confraternização dos Funcionários e Professores das Fundações Educacionais do Sistema Acafe representa um importante espaço de convivência, intercâmbio e prática esportiva entre os colaboradores das instituições do sistema. Nesse contexto, a Unoesc possui trajetória marcante na competição, com destaque para o ano de 2003, quando a Unoesc Joaçaba foi campeã geral da Cofafe, na edição realizada em Lages. Em 2004, a Unoesc sediou o evento, em Joaçaba; em 2007, a sede foi a Unoesc Videira; e, em 2010, a competição foi sediada pela Unoesc São Miguel do Oeste, demonstrando o protagonismo dos diferentes campi da Instituição na consolidação desse evento ao longo do tempo. Em edições posteriores, a Universidade seguiu obtendo resultados expressivos, como o terceiro lugar geral conquistado em 2016.

Fotografia 27 – Abertura da Cofafe em Joaçaba, em 2004



Fonte: os autores.

Esse histórico é fortalecido, ainda, pelas parcerias com associações esportivas, que ampliam as oportunidades de formação e o desempenho dos atletas estudantes. Ao longo dessa trajetória, os processos de concessão de bolsa atleta foram sendo aperfeiçoados, com registros de implantação por volta de 2005 e gerenciamento nos diferentes campi da Unoesc, o que contribuiu para estruturar, de forma progressiva, o apoio institucional aos acadêmicos vinculados ao esporte. Nos últimos anos, esse movimento foi reafirmado por meio da formalização e renovação de convênios com associações esportivas. Em 2025, a Unoesc Joaçaba formalizou parceria com oito associações esportivas do município, beneficiando 42 estudantes com bolsas de estudo, além da disponibilização de estrutura física e laboratorial; em 2026, também no âmbito da Unoesc Joaçaba, novos acordos de cooperação foram firmados com sete associações, mantendo a concessão de bolsas e o suporte às equipes que representam a Universidade em competições estaduais, nacionais e internacionais.

A Unoesc é, igualmente, patrocinadora do desporto na região, apoiando clubes e associações desportivas, como a Associação Chapecoense de Futebol, associações e fundações municipais de esporte e outras entidades ligadas ao futsal, basquete, tênis de mesa, handebol, judô, xadrez, ginástica rítmica, entre outros (Funoes, 2025).

Enfim, pode-se concluir que a Unoesc possui compromisso de ordem ética e política junto às comunidades de seu entorno e o materializa por meio do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação, da cultura e do desporto.

Fotografia 28 – Elenco da Unoesc Basket Joaçaba para a disputa da Liga Ouro



Fonte: Azevedo (2026).

Foto: Maria Gabriela.

4.5 LINHA DO TEMPO DOS FATOS QUE MARCARAM A GESTÃO COM FOCO NA QUALIDADE E INOVAÇÃO

1999, 6 de setembro: Inauguração da sede própria da Unoesc Maravilha, com 2.948 m² de área construída.

Anos 2000: Expansão dos cursos nas áreas das engenharias e da saúde.

2000, dia 19 de abril: Inauguração do Centro Administrativo na Unoesc Videira, com estrutura administrativa, auditório e espaços para abrigar as estruturas para a pesquisa, pós-graduação e extensão.

2003: Implantação do curso de Medicina na Unoesc Joaçaba, tendo recebido, em outubro de 2024, nota máxima (conceito 5) em avaliação realizada pelo Inep.

2003, dia 22 de agosto: Inauguração do maior ginásio poliesportivo da região pela Unoesc Joaçaba, com capacidade para mais de 4 mil pessoas.

2004, 2 de julho: Inauguração da sede própria da Unoesc Capinzal, com 2639 m², em terreno de 30 mil m² doado pelo advogado Vitor Almeida.

2002, dia 7 de julho: Inauguração do primeiro prédio construído no campus II da Unoesc Joaçaba, onde foi implantado o curso de Odontologia.

2005, setembro: Inauguração da Rádio Unoesc FM, em caráter experimental.

2009, janeiro: Compra da FIE pela Funoesc, oficializando-se o retorno da Unoesc à cidade de Chapecó.

2011, 22 de fevereiro: Inauguração oficial da sede própria da Unoesc Pinhalzinho, com 4.468 m² de área construída.

2011, 1º de julho: Inauguração do Centro Administrativo da Unoesc Joaçaba, abrigando a sede da Reitoria.

2018, 12 de setembro: Mediante leilão judicial, a Unoesc Xanxerê adquire a Celer Faculdades Ltda, mantenedora da FACISA, sediada na cidade de Xaxim.

2005, abril: A Funoesc recebe em doação o Hospital Santa Terezinha, mudando seu nome para Hospital Universitário Santa Terezinha (HUST). Teve como primeiro diretor Geral o saudoso odontólogo e professor Adgar Zeferino Bittencourt.

2006, 11 de julho: Recomendação do primeiro Mestrado implantado na Unoesc, o de Educação, tendo suas atividades iniciadas no 1º semestre de 2007, na Unoesc Joaçaba.

2007, 16 de julho: Inauguração do AMU da Unoesc, com 25 especialidades.

2009, novembro: O HUST é credenciado pela CNRM/MEC para oferecer programas de residência, nos termos do Parecer 116/2009.

2009, 29 de janeiro: Credenciamento da Unoesc para atuar na EaD, com base no Parecer CNE/CES n. 30/2009.

2014: Adesão da Unoesc ao Proies, instituído pela Lei n. 12.688, de 18 de julho de 2012.

2012: Migração da Unoesc para o Sistema Nacional de Educação, nos termos do artigo 25 da Lei n. 12.688/2012, submetendo-se ao CNE para fins de avaliação e regulação.

Entre 2015 e 2019: Por conta da migração da Unoesc para o CFE, todos os cursos de graduação passaram por processo de renovação de reconhecimento. A média da nota final dos 94 cursos avaliados foi 4,06.

2009: Criação do Polo Inovale, atendendo chamada pública da Fapesc.

2010: Institucionalização da política de internacionalização da Unoesc, criando-se o Programa de Mobilidade Acadêmica e instituindo coordenadoria para o setor.

2013, 12 de novembro: Promulgação da Lei n. 12.881, qualificando as IES comunitárias como novo modelo de educação superior.

2014, 30 de outubro: Reconhecimento da Funoesc pela Seres/ MEC como ICES, passando a usufruir dos benefícios da Lei n. 12.881, entre eles o acesso a editais públicos.

2020, 8 de dezembro: Inauguração da sede própria do Polo Inovale, com 2.400 m² de área construída.

2016, 31 de março: Inauguração da sede própria da Unoesc Campos Novos, em uma área de 12 mil m² adquirida pela Unoesc, seguindo padrões de sustentabilidade.

2019: Recredenciamento da Unoesc para atuar na EaD, tendo obtido conceito institucional 5.

2023: Criação do programa Universidade Gratuita, instituído pela Lei Complementar n. 831/2023 e alterado pela Lei Complementar n. 866/2025.

2023: Início do processo de curricularização da extensão, integrando-a às matrizes curriculares dos cursos e à organização da pesquisa, com vistas à interdisciplinaridade.

2024/2025: Conquista da Unoesc como a maior e melhor Universidade entre as ICES de Santa Catarina pelo segundo ano consecutivo.

2025, 12 de março: Volta da Unoesc ao Sistema Estadual de Educação, sob a jurisdição do CEE, decisão homologada pelo governador Jorginho Mello, pelo Decreto n. 882.

2026, 13 de janeiro: A Revista Roteiro conquista o Qualis A1 na avaliação da CAPES referente ao quadriênio 2021-2024. Roteiro foi a primeira revista criada pela antiga FUOC, há mais de 40 anos.

CAPÍTULO V
AS PERSPECTIVAS
DO FUTURO: UMA
UNIVERSIDADE
ENTRE O TEMPO E A
TRANSFORMAÇÃO

Toda universidade é, em alguma medida, uma instituição do tempo longo. Sua existência atravessa gerações, permite o aprendizado ao longo da vida e projeta conhecimentos cujos efeitos se manifestarão apenas décadas adiante. Ao mesmo tempo, nenhuma universidade está fora de seu tempo: responde às urgências históricas, às transformações tecnológicas, às expectativas sociais e aos desafios culturais que definem cada época. É nessa tensão entre permanência e mudança que se inscreve a educação superior no início do século XXI.

A educação superior contemporânea encontra-se imersa em um processo de transição histórica marcado pela intensificação das tecnologias digitais, pela emergência de sistemas de IA, pela pluralização de modelos institucionais e pela redefinição das bases de sustentabilidade universitária. Longe de ser um movimento episódico, trata-se de uma transformação estrutural nas formas de produção, circulação e legitimação do conhecimento, bem como nas relações entre universidade, sociedade e Estado.

Essa variação não é apenas tecnológica, mas institucional e civilizatória, afetando diretamente a forma como a universidade se organiza, produz conhecimento e se relaciona com a sociedade. O próprio planejamento institucional reconhece essa dinâmica ao situar a educação superior como parte ativa das mudanças científicas e sociais contemporâneas.

Assim como também é desafiadora a revolução científica e tecnológica, pelo impacto que produz no processo produtivo e, em consequência, no conteúdo, na forma de trabalho e na própria educação, que se apresenta de forma multifacetada, dinâmica e flexível e ganha protagonismo ao se colocar como força viva para o desenvolvimento das nações, das regiões, das empresas e das organizações sociais, por conseguinte, das pessoas (Unoesc, 2023b, p. 17).

A leitura institucional desse cenário reforça que a universidade não apenas acompanha alterações externas, mas participa ativamente da construção de novos paradigmas de desenvolvimento científico, social e educacional.

No século XXI, a universidade deixa de ocupar exclusivamente o lugar de instituição formadora de profissionais e passa a assumir um papel estratégico na produção de conhecimento, na inovação tecnológica, na coesão social e no desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo, vê-se confrontada por tensões que desafiam sua identidade histórica: a crescente competição entre instituições, a expansão de modalidades digitais e híbridas, a emergência de novos atores educacionais e a necessidade de responder a demandas sociais cada vez mais complexas e urgentes.

Nesse cenário, plataformas digitais, redes de aprendizagem distribuída, ambientes virtuais colaborativos e sistemas de IA passam a disputar centralidade na mediação do conhecimento. A autoridade acadêmica, antes sustentada quase exclusivamente pela institucionalidade universitária, precisa agora se reafirmar em um ambiente marcado pela abundância informacional e pela velocidade das transformações. A tecnologia deixa de ser um recurso acessório e passa a constituir elemento estruturante do próprio funcionamento universitário, redefinindo currículos, metodologias, processos administrativos, estratégias institucionais e formas de interação com a sociedade.

Refletir sobre o futuro da educação superior, portanto, não é exercício abstrato. Trata-se de compreender caminhos possíveis de reinvenção institucional em um tempo de mudanças profundas, em que o conhecimento se torna recurso estratégico para o desenvolvimento das

sociedades e para a formação integral das pessoas. É com esse horizonte que este capítulo se organiza em quatro eixos complementares: (1) o cenário da educação superior no Brasil e em Santa Catarina diante do advento das tecnologias digitais; (2) as perspectivas plurais e singulares da educação superior e os desafios específicos enfrentados pela Unoesc; (3) o posicionamento institucional frente à inovação e ao uso da IA; e (4) a manutenção do modelo universitário e as perspectivas de crescimento e sustentabilidade no horizonte das próximas décadas.

A análise parte do entendimento de que a universidade não é apenas uma organização educacional, mas uma instituição social historicamente situada, cuja legitimidade depende de sua capacidade de responder às questões do tempo presente sem abdicar de princípios fundantes. Assim, examinar o futuro da educação superior implica considerar simultaneamente condicionantes tecnológicos, econômicos, culturais e políticos, bem como suas possibilidades de reinvenção, com especial atenção ao papel das universidades comunitárias no desenvolvimento regional.

5.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR CONTEMPORÂNEA E OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

O cenário contemporâneo da educação superior no Brasil — e, de modo particular, em Santa Catarina — insere-se em um contexto de transformação tecnológica profunda, marcado pela expansão das tecnologias de informação, pela conectividade digital e pela crescente presença de sistemas inteligentes de produção e mediação do conhecimento. Esse ambiente coincide, paradoxalmente, com uma reconfiguração das relações entre universidade e sociedade: o acesso ampliado à informação democratiza o conhecimento, mas também

tensiona o papel tradicional da universidade como instância privilegiada de validação científica e produção de saber legitimado.

No Brasil, tal tensão se manifesta em meio à expansão do ensino superior, à diversificação institucional e às assimetrias regionais ainda persistentes. A presença crescente de instituições privadas com fins lucrativos, a consolidação da EaD e a disputa por estudantes e recursos configuram um ambiente competitivo que desafia modelos tradicionais de universidade e impõe a necessidade de diferenciação institucional baseada em qualidade acadêmica, pertinência social e sustentabilidade.

Em Santa Catarina, Estado reconhecido por dinamismo econômico e indicadores educacionais relevantes, as universidades comunitárias assumem papel estratégico como instituições vinculadas ao desenvolvimento regional e social. Sua atuação articula formação profissional, produção científica e extensão universitária, contribuindo para ecossistemas regionais de conhecimento, inovação e cidadania. Nesse contexto, a universidade comunitária não se limita a ofertar ensino: ela participa do tecido social e produtivo, respondendo a demandas locais e contribuindo para trajetórias de desenvolvimento territorial.

Dados recentes do Censo da Educação Superior, de acordo com o Inep (2025), evidenciam a magnitude dessas transformações. Em 2024, o Brasil registrou 10.224.293 matrículas no ensino superior, representando crescimento de 2,77% em relação a 2023. Observa-se também uma mudança no perfil da oferta: 50,73% dos estudantes estão matriculados em cursos na modalidade a distância, enquanto 49,27% frequentam cursos presenciais, evidenciando a expansão do ensino digital no país. Em Santa Catarina, a tendência apresenta particularidades: o número total de matrículas passou de 461.657, em 2023, para 459.509, em 2024, indicando leve redução de 0,5%, ao mesmo tempo em que se verifica forte predominância da oferta em EaD, com 30.780 ofertas, em comparação

com 1.517 presenciais. O número de ingressantes também apresentou pequena retração, passando de 239.534, em 2023, para 236.352, em 2024. Na mesorregião Oeste catarinense e parte da Serrana, área de atuação da Unoesc, registrou-se ainda queda de 1,4% nas matrículas, refletindo um movimento de reorganização da demanda educacional e das estratégias institucionais frente às mudanças demográficas, econômicas e culturais.

Nesse cenário, a Unoesc destaca-se pelo crescimento de matrículas, pela diversificação de cursos e pela relevância regional, consolidando-se como uma das universidades comunitárias de referência no Estado. Dados recentes do Censo da Educação Superior indicam que a Instituição ocupa posição de destaque no sistema catarinense de ensino superior, sendo reconhecida como a maior Universidade Comunitária de Santa Catarina e, pelo segundo ano consecutivo, também a melhor Universidade Comunitária do Estado. Esse posicionamento institucional é corroborado por indicadores oficiais de qualidade, como o IGC, no qual a Unoesc mantém conceito 4 e apresenta evolução em seu desempenho contínuo, alcançando, entre as instituições comunitárias de Santa Catarina, o primeiro lugar, com IGC contínuo de 3,569. Esses resultados evidenciam a solidez de sua atuação acadêmica, científica e social e reforçam seu papel estratégico no desenvolvimento regional. Essa posição, no entanto, não elimina desafios: intensifica a necessidade de investimento em infraestrutura digital, de formação docente para modelos híbridos e de políticas institucionais voltadas à permanência estudantil, sobretudo em um ambiente de competição ampliada e de transformações tecnológicas aceleradas.

O avanço das tecnologias digitais na educação superior passa a ser também objeto de políticas públicas nacionais, que reconhecem

a centralidade das competências digitais para o desenvolvimento educacional e social do país.

[...] a Política Nacional de Educação Digital, estruturada a partir da articulação entre programas, projetos e ações de diferentes entes federados, áreas e setores governamentais, a fim de potencializar os padrões e incrementar os resultados das políticas públicas relacionadas ao acesso da população brasileira a recursos, ferramentas e práticas digitais, com prioridade para as populações mais vulneráveis (Brasil, 2023).

A incorporação dessas diretrizes ao debate universitário evidencia que a transformação digital não é um fenômeno isolado das instituições, mas um movimento sistêmico que envolve Estado, sociedade e sistemas educacionais.

5.1.1 Impactos Acadêmicos e Pedagógicos da Expansão Universitária

A implantação e a expansão da Unoesc produziram impactos acadêmicos e pedagógicos significativos em toda a mesorregião Oeste catarinense, ampliando o acesso ao ensino superior e fortalecendo a formação de profissionais em diferentes áreas do conhecimento. A ampliação da oferta de cursos de graduação possibilitou que milhares de estudantes tivessem acesso à educação superior sem a necessidade de deslocamento para os grandes centros urbanos, modificando significativamente a realidade educacional regional.

O modelo multicampi adotado pela Universidade permitiu interiorizar o ensino superior e fortalecer a presença institucional em diferentes municípios da região, aproximando a Universidade das

demandas econômicas, sociais e culturais das comunidades regionais. A expansão universitária favoreceu, ainda, a fixação de talentos, a qualificação da mão de obra regional e o fortalecimento das atividades econômicas e sociais do Oeste catarinense.

A ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação contribuiu para a formação de milhares de estudantes ao longo das últimas décadas, promovendo qualificação profissional, mobilidade social e fortalecimento do desenvolvimento regional. Paralelamente à expansão quantitativa, a Unoesc passou a estruturar políticas acadêmicas voltadas à melhoria contínua da qualidade do ensino, à formação pedagógica docente e à consolidação da pesquisa e da extensão universitária.

Os primeiros anos após o credenciamento foram marcados pela ampliação dos investimentos em bibliotecas, laboratórios, infraestrutura acadêmica e organização institucional, criando as bases para a consolidação universitária que se fortaleceria nas décadas seguintes. A qualificação do corpo docente em nível de mestrado e doutorado tornou-se elemento estratégico para a consolidação da excelência acadêmica e para o fortalecimento da produção científica institucional.

Além dos impactos quantitativos, a trajetória da Unoesc contribuiu para consolidar uma cultura universitária comprometida com a formação humana, ética, científica e cidadã, articulando ensino, pesquisa, extensão e inovação como fundamentos de sua identidade comunitária e regional, logo a perspectiva de incorporação de tecnologias, incentivo à expansão do conhecimento e ampliação de redes de relacionamentos (sem fronteiras) acadêmico e socio-político-cultural são bases a serem fixadas às grandes forças da universidade do novo tempo.

5.1.2 A consolidação da Pesquisa Científica e da Pós-graduação

Paralelamente à expansão institucional e à ampliação do acesso ao ensino superior, a Unoesc consolidou políticas voltadas à produção científica e à pós-graduação. O avanço da qualificação docente, a ampliação da infraestrutura acadêmica e a criação de grupos de pesquisa permitiram à Universidade estruturar bases sólidas para a produção e disseminação do conhecimento científico.

A institucionalização da pesquisa representou um dos principais marcos do amadurecimento universitário da Unoesc. A criação de linhas e grupos de pesquisa, o fortalecimento da iniciação científica e a ampliação da cooperação interinstitucional contribuíram para inserir a Universidade no cenário regional e nacional da produção científica. Ao longo das últimas décadas, a pesquisa passou a desempenhar papel estratégico na articulação entre ensino, inovação e desenvolvimento regional.

A expansão da pós-graduação *stricto sensu* constituiu outro importante vetor da consolidação científica institucional. O fortalecimento dos programas de mestrado e doutorado permitiu ampliar a formação de pesquisadores, estimular a produção intelectual e fortalecer o relacionamento interdisciplinar por meio do desenvolvimento de pesquisas aplicadas às demandas sociais, econômicas e tecnológicas, da realização de eventos nacionais e internacionais e da captação de recursos de fomento voltados ao estímulo da produção científica, especialmente direcionada às necessidades e aos desafios da região Oeste catarinense.

Em 2025, a Unoesc contava com expressiva produção intelectual de docentes e discentes, abrangendo artigos científicos, livros, capítulos

de livros, trabalhos em eventos científicos, dissertações e teses, além de centenas de orientações acadêmicas em andamento e concluídas. A Universidade também consolidou importantes espaços institucionais de divulgação científica, entre eles a Editora Unoesc, responsável pela publicação de periódicos científicos reconhecidos nacionalmente, como a revista Roteiro (Qualis A1), a EJJL (Qualis A2), a RACE (Qualis B1) e a Evidência (Qualis B2), além de publicações de anais de eventos, anuários de pesquisa e extensão e livros e e-books nas mais diversas áreas.

A consolidação da pesquisa científica fortaleceu o compromisso institucional da Unoesc com a produção do conhecimento, a inovação e a transformação social, contribuindo diretamente para o desenvolvimento regional sustentável e para a inserção da Universidade em redes acadêmicas e científicas nacionais e internacionais.

5.1.2.1 Internacionalização acadêmica e redes globais: a Cátedra Brasil-Espanha

Entre as iniciativas que simbolizam o processo contemporâneo de internacionalização da Unoesc destaca-se a criação da Cátedra Brasil-Espanha: Direitos Fundamentais e Epistemologias do Sul, considerada a primeira experiência dessa natureza no Oeste catarinense. A iniciativa representa importante avanço na inserção internacional da Universidade e no fortalecimento das redes globais de cooperação acadêmica e científica.

Desenvolvida em parceria com a Universidade de Salamanca (USAL), na Espanha, e com apoio da CAPES, por meio do Edital n. 35/2023, a Cátedra consolida um espaço institucional voltado à integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, fortalecendo o intercâmbio de pesquisadores, docentes e estudantes. A coordenação da Cátedra está

sob responsabilidade da professora Doutora Thaís Janaina Wenczenovicz, catedrática da iniciativa e pesquisadora vinculada ao PPGD da Unoesc.

A iniciativa organiza-se em torno de eixos temáticos contemporâneos, como Epistemologias do Sul e Teoria Crítica do Direito; Direitos Fundamentais e Populações Subalternizadas; e Sociedade 5.0, Inovação e Sustentabilidade. Esses eixos refletem o compromisso institucional com a produção de conhecimento crítico, interdisciplinar e socialmente comprometido.

A Cátedra também amplia as oportunidades de mobilidade acadêmica internacional, promovendo ações de doutorado-sanduíche, pós-doutorado, participação de professores visitantes e desenvolvimento de pesquisas em cooperação internacional. Ao fortalecer a presença da Unoesc em redes científicas globais, a iniciativa reafirma o compromisso institucional com a excelência acadêmica, a inovação e a formação avançada de recursos humanos.

Mais do que um programa acadêmico, a Cátedra Brasil-Espanha representa um marco simbólico da maturidade científica e institucional alcançada pela Unoesc ao longo de sua trajetória, projetando a Universidade para novos horizontes de internacionalização, produção do conhecimento e transformação social.

51.2.2 A Editora Unoesc e a consolidação da produção e expansão científica institucional

A consolidação da pesquisa científica e da pós-graduação na Unoesc foi acompanhada pela estruturação de mecanismos institucionais voltados à difusão, à internacionalização e à democratização do conhecimento científico. Nesse contexto, destaca-se a trajetória

da Editora Unoesc, criada em 2003 por meio da Resolução n. 111/CONSUN/2003, consolidando-se ao longo das últimas duas décadas como espaço estratégico de produção editorial universitária, circulação científica e fortalecimento da inovação acadêmica institucional.

A Editora Unoesc passou a desempenhar papel relevante na disseminação do conhecimento produzido por docentes, pesquisadores e estudantes da Instituição, contribuindo para ampliar a inserção científica regional, nacional e internacional da Universidade. Além da publicação de livros impressos e digitais, anais de eventos, anuários de pesquisa e extensão e materiais didático-pedagógicos, a Editora é responsável pela editoração dos periódicos científicos da Unoesc.

A atuação editorial da Universidade articula-se aos princípios contemporâneos da ciência aberta, assegurando acesso gratuito e irrestrito às publicações científicas institucionais e fortalecendo processos de democratização do conhecimento. Essa política amplia a circulação da produção acadêmica e favorece a inserção da Unoesc em redes nacionais e internacionais de cooperação científica.

Filiada à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) e à Asociación Latinoamericana de Editores Científicos (ALAE), além de integrar redes internacionais de editoração científica, a Editora Unoesc reforça seu compromisso com a qualificação editorial, a ética científica, a inovação nos processos de publicação e a internacionalização da produção acadêmica.

A Editora também passou a ocupar posição estratégica no fortalecimento das ações de internacionalização da Universidade, tornando-se a editora oficial da Cátedra Brasil-Espanha, iniciativa desenvolvida em parceria com a USAL, na Espanha. Essa atuação amplia a circulação internacional da produção científica institucional e fortalece redes globais de pesquisa, inovação e intercâmbio acadêmico.

O crescimento da estrutura editorial acompanhou a expansão da pesquisa científica e dos programas de pós-graduação da Unoesc. Em média, a Editora publica anualmente mais de 50 mil páginas, abrangendo livros, e-books, periódicos científicos, anais e produções acadêmicas em diferentes áreas do conhecimento. Paralelamente, a Instituição passou a oferecer mais de 20 serviços editoriais especializados, envolvendo editoração científica, revisão, normalização, indexação, publicação digital e gestão de periódicos.

Outro elemento relevante refere-se à atuação do Conselho Editorial multidisciplinar da Editora Unoesc, composto por representantes (professores, doutores) de diferentes áreas do conhecimento, fortalecendo a pluralidade acadêmica, a qualidade científica das publicações e a consolidação de políticas editoriais alinhadas às transformações contemporâneas da comunicação científica.

A relevância institucional da Editora também passou a ser reconhecida em âmbito nacional. Em 2024, uma obra publicada pela Editora Unoesc figurou entre as finalistas do primeiro Prêmio Jabuti Acadêmico, um dos principais reconhecimentos da produção científica e editorial brasileira, evidenciando o amadurecimento da produção intelectual vinculada à Universidade e sua crescente inserção no cenário acadêmico nacional.

Ao longo de sua trajetória, a Editora Unoesc consolidou-se não apenas como estrutura editorial universitária, mas como ambiente estratégico de valorização da pesquisa, da inovação, da internacionalização e da democratização do conhecimento científico, fortalecendo o compromisso institucional da Unoesc com a excelência acadêmica, a transformação social e o desenvolvimento regional, tornando-se uma das melhores editoras universitárias do Brasil.

5.1.3 A integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão na consolidação da Identidade Comunitária

Ao longo de sua trajetória, a Unoesc consolidou a integração entre ensino, pesquisa e extensão como um dos principais fundamentos de sua identidade institucional comunitária. Mais do que dimensões isoladas da atividade universitária, essas áreas passaram a constituir um modelo articulado de atuação acadêmica voltado à formação humana, científica e profissional e ao desenvolvimento regional sustentável.

A expansão da Universidade foi acompanhada pela ampliação de projetos de pesquisa aplicada, programas de extensão universitária e ações de inserção comunitária vinculadas às demandas sociais, econômicas e culturais da mesorregião Oeste catarinense. Essa articulação permitiu aproximar a produção do conhecimento acadêmico das necessidades concretas da comunidade regional, fortalecendo o compromisso social da Instituição.

No âmbito do ensino, a integração com a pesquisa e a extensão contribuiu para qualificar os processos formativos, ampliar experiências práticas e estimular a formação crítica e cidadã dos estudantes. A iniciação científica, os projetos extensionistas, os estágios curriculares e as atividades interdisciplinares passaram a constituir espaços de aprendizagem e de aproximação entre Universidade e sociedade.

A pesquisa científica, por sua vez, fortaleceu a capacidade institucional de compreender e responder aos desafios regionais, articulando produção intelectual, inovação e desenvolvimento social. Ao mesmo tempo, as ações extensionistas ampliaram a presença da Unoesc junto às comunidades, promovendo atividades nas áreas de educação, saúde, assistência jurídica, cultura, empreendedorismo e desenvolvimento tecnológico.

Como Universidade Comunitária, a Unoesc consolidou uma atuação pautada pela responsabilidade social e pela construção coletiva do conhecimento, reafirmando a integração entre ensino, pesquisa e extensão como elemento estruturante de sua missão institucional e de sua contribuição histórica ao desenvolvimento do Oeste catarinense.

5.1.4 Tecnologias digitais e redefinição da missão universitária

A incorporação intensiva das tecnologias digitais transforma não apenas os meios, mas os próprios fins da educação superior. O ferramental tecnológico deixa de ser compreendido como suporte instrumental ao ensino e à pesquisa e passa a constituir elemento estruturante de novas formas de produção do conhecimento, de interação com a sociedade e de redefinição da missão universitária. Ambientes virtuais de aprendizagem, plataformas de colaboração científica, bases de dados e sistemas integrados de gestão acadêmica passam a integrar a rotina universitária, ampliando possibilidades pedagógicas e reorganizando processos.

A transformação digital da educação superior não ocorre de forma isolada, mas em diálogo com políticas públicas fundamentais. A Política Nacional de Educação Digital (Brasil, 2023) estabelece eixos voltados à inclusão digital, à educação digital escolar, à capacitação profissional e ao desenvolvimento tecnológico, indicando que o domínio das competências digitais passa a constituir dimensão central da formação educacional em todos os níveis.

Sob essa ótica, a universidade assume papel estratégico na formação de profissionais, no desenvolvimento de tecnologias e na

articulação entre educação, inovação e mundo do trabalho, especialmente em áreas vinculadas às tecnologias da informação e comunicação.

Diante dessa evolução, a IA emerge como vetor central de transformação pedagógica, administrativa e institucional. Sua presença altera processos de ensino-aprendizagem, redefine práticas avaliativas, amplia possibilidades de personalização educacional e reconfigura sistemas de gestão acadêmica. Ao mesmo tempo, impõe responsabilidades: a adoção acrítica de tecnologia pode ampliar desigualdades, fragilizar a integridade acadêmica e deslocar o foco formativo para resultados imediatos.

Essa redefinição da missão universitária encontra respaldo em marcos normativos que ampliam o escopo da educação digital para além do ensino superior, articulando formação escolar, competências tecnológicas e cidadania digital.

O eixo Educação Digital Escolar tem como objetivo garantir a inserção da educação digital nos ambientes escolares, a partir do estímulo ao letramento digital e informacional e à aprendizagem de computação, programação, robótica e outras competências digitais, envolvendo pensamento computacional, cultura digital, direitos digitais e tecnologia assistiva (Brasil, 2023).

Nesse horizonte, a universidade assume responsabilidade ampliada na formação de profissionais e educadores capazes de atuar criticamente em ambientes digitais e tecnológicos.

A ausência de diretrizes específicas amplamente consolidadas para o uso pedagógico e institucional da IA — somada às assimetrias estruturais, às restrições orçamentárias e às lacunas normativas — amplia a responsabilidade das instituições na construção de políticas internas de uso ético e responsável dessas tecnologias. Assim, a discussão sobre

tecnologia passa a ser também discussão sobre governança, cultura institucional e compromisso social.

O PDI da Unoesc reconhece essa dinâmica ao compreender a educação superior como processo historicamente situado, marcado por transformações científicas, tecnológicas e sociais, próprias de uma sociedade caracterizada pela complexidade e pela aceleração das mudanças. Ao enfatizar a relação entre práticas educacionais e necessidades sociais, o documento reforça a indissociabilidade entre educação, sociedade e desenvolvimento regional, indicando que inovação tecnológica deve ser articulada a finalidades formativas e a compromisso público (Unoesc, 2023b).

5.1.5 Expansão, diversificação institucional e novos arranjos educacionais

A expansão do ensino superior brasileiro, nas últimas décadas, produziu um sistema heterogêneo, marcado pela coexistência de universidades públicas, privadas, comunitárias e corporativas, cada qual orientada por missões, modelos de financiamento e estratégias institucionais distintas. Segundo o Censo da Educação Superior do Inep (2025), o país conta com cerca de 2,5 mil instituições e quase 10 milhões de estudantes matriculados, sendo aproximadamente 88% das instituições e 78% das matrículas concentradas no setor privado. Esse arranjo ampliou o acesso, mas também acirrou disputas por estudantes, reputação e recursos, tornando a sustentabilidade institucional um tema permanente.

A consolidação da EaD, aliada à disseminação de ambientes virtuais de aprendizagem e plataformas digitais, amplia o acesso à educação, mas também reconfigura relações pedagógicas, organização

curricular e mecanismos de avaliação. A sala de aula expande-se para além do espaço físico, incorporando dimensões digitais que exigem revisão de metodologias, reforço de competências docentes e novas formas de acompanhamento da aprendizagem. Paralelamente, a expansão de conteúdos digitais e de redes sociais exige da universidade maior capacidade de mediação crítica, distinguindo conhecimento validado de informação superficial.

Além disso, o declínio demográfico em determinadas faixas etárias, especialmente em regiões interioranas, impacta a demanda por cursos presenciais e exige estratégias inovadoras de captação, permanência e flexibilização de trajetórias formativas. Nesse ponto, a diversificação de ofertas, o desenho de percursos híbridos e o fortalecimento de vínculos com o território tornam-se diferenciais institucionais decisivos.

O PDI da Unoesc aponta para esse cenário ao destacar a tendência de estabilização das matrículas presenciais e o crescimento mais significativo da modalidade a distância, fenômeno que exige investimentos contínuos em infraestrutura tecnológica, formação docente e desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem integrados (Unoesc, 2023b).

5.2 PERSPECTIVAS PLURAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESAFIOS PARA A UNOESC

A educação superior contemporânea caracteriza-se pela coexistência de perspectivas plurais, resultantes da diversidade de modelos institucionais, contextos socioterritoriais, missões acadêmicas e expectativas sociais. Não há um único modelo de universidade capaz de responder de forma universal aos desafios do presente; ao contrário, as

instituições constroem suas trajetórias a partir de histórias, identidades e inserções regionais específicas.

Esse cenário plural é composto por universidades de pesquisa intensiva, instituições voltadas ao ensino profissional, centros universitários, universidades comunitárias e organizações educacionais privadas. Cada forma institucional opera sob lógicas distintas de financiamento, governança e avaliação. Em meio a esse mosaico, a singularidade não é exceção: é fundamento. Cada universidade carrega uma identidade histórica que condiciona possibilidades de ação, transformação e legitimidade social.

Para a Unoesc, enquanto Instituição Comunitária localizada no Oeste catarinense, os desafios assumem contornos próprios. A Universidade é chamada a reafirmar seu papel como bem público, equilibrando ensino, pesquisa e extensão com compromisso efetivo com o desenvolvimento regional e a formação cidadã. Essa condição implica tensionar permanentemente duas dimensões: de um lado, a necessidade de manter padrões elevados de qualidade acadêmica e competitividade institucional; de outro, a responsabilidade social característica do modelo comunitário.

5.2.1 Tensões entre Excelência Acadêmica e Impacto Social

O debate contemporâneo evidencia tensão crescente entre métricas tradicionais de excelência — frequentemente associadas a rankings, à produtividade científica e a indicadores quantitativos — e a valorização do impacto social e regional do conhecimento produzido. Para universidades comunitárias, essa preocupação assume particular relevância: produção científica e qualificação acadêmica permanecem

fundamentais, mas não podem ser dissociadas do compromisso com o desenvolvimento local, a inclusão educacional e a transformação social.

Integrar essas dimensões exige mudanças culturais, superação de resistências internas e revisão de critérios de avaliação da qualidade acadêmica, de modo a incorporar proporções de impacto social e pertinência regional. A excelência institucional, nesse horizonte, não se reduz a desempenho em indicadores; ela se expressa na capacidade de articular ensino, pesquisa e extensão em benefício da sociedade, com coerência e sustentabilidade.

O PDI reafirma essa orientação ao vincular missão institucional à compreensão de necessidades sociais e ao contexto histórico-cultural em que a Universidade está inserida, reforçando a centralidade do compromisso comunitário na definição das práticas acadêmicas (Unoesc, 2023b).

5.2.2 Singularidade Institucional e Identidade Comunitária

A singularidade da Unoesc não reside apenas em localização geográfica ou história institucional, mas na natureza comunitária de sua atuação: uma organização de natureza pública não estatal, orientada pela promoção do desenvolvimento regional e pela democratização do acesso à educação superior. Essa identidade implica desafios e diferenciais.

Em ambiente competitivo, a universidade precisa manter relevância sem abdicar de valores fundantes como ética, humanismo, cooperação e responsabilidade social. Simultaneamente, é chamada a responder a demandas por inovação, internacionalização e inserção

científica, o que exige investimentos contínuos em pesquisa, formação docente e infraestrutura tecnológica.

A pluralidade do sistema, assim, combina-se com a singularidade comunitária, configurando um campo de tensões produtivas que impulsionam processos de modificação e reinvenção organizacional. A capacidade de sustentar essa coerência — sem diluir missão, nem recusar inovação — é elemento decisivo para o futuro institucional.

5.3 POSICIONAMENTO INSTITUCIONAL FRENTE À INOVAÇÃO E AO USO DA IA

A emergência da IA representa um dos principais vetores de transformação da educação superior contemporânea. Sua presença reconfigura práticas pedagógicas, processos administrativos, metodologias de pesquisa e formas de interação entre universidade e sociedade. A integração da IA não se restringe à adoção de ferramentas: implica mudanças na organização institucional, na formação docente, na elaboração curricular e na governança universitária.

Sistemas de IA podem contribuir para personalizar experiências de aprendizagem, apoiar o sucesso estudantil, modernizar a gestão acadêmica e ampliar capacidades de pesquisa, mas, ao mesmo tempo, levantam desafios éticos, regulatórios e pedagógicos que exigem respostas institucionais consistentes. Por isso, a adoção da IA deve ser compreendida como processo estratégico, orientado por políticas alinhadas à missão universitária e fundamentadas em princípios de inclusão, transparência e responsabilidade.

5.3.1 O que se pode considerar Inovação no Contexto Universitário

No âmbito da educação superior, inovação pode ser compreendida como a capacidade institucional de produzir mudanças significativas nas formas de ensinar, pesquisar, gerir e interagir com a sociedade, orientadas à geração de conhecimento, à solução de problemas reais e ao desenvolvimento humano e regional. Não se restringe à dimensão tecnológica, mas envolve transformações pedagógicas, científicas, organizacionais e sociais.

No campo acadêmico, a inovação manifesta-se na incorporação de metodologias de ensino centradas no estudante, no uso crítico de tecnologias digitais, na interdisciplinaridade e na aproximação entre teoria e prática. Na pesquisa, traduz-se na produção de conhecimento aplicado, na colaboração com diferentes setores e na busca por soluções para desafios contemporâneos. Na extensão, concretiza-se na atuação direta sobre demandas sociais e territoriais, fortalecendo a função pública da universidade.

O PDI da Unoesc compreende a Universidade como agente de inovação, criatividade e produção científica, voltada à transformação social e ao desenvolvimento regional, articulando pertinência social e qualidade acadêmica como dimensões inseparáveis da atuação institucional (Unoesc, 2023b).

Essa compreensão converge com debates internacionais recentes que apontam a necessidade de mudanças sistêmicas na educação superior, integrando inovação às atividades cotidianas das universidades e reforçando seu compromisso cívico e democrático, com impactos concretos na sociedade.

Sob tal perspectiva, a inovação pode ser compreendida a partir de concepções interdependentes que estruturam a atuação universitária contemporânea:

- transformação das práticas pedagógicas e curriculares;
- desenvolvimento de soluções científicas e tecnológicas aplicadas;
- fortalecimento da relação universidade-sociedade;
- promoção do empreendedorismo e da cultura criativa;
- reconfiguração organizacional e institucional para responder a desafios contemporâneos;
- geração de impacto social e regional por meio do conhecimento.

A incorporação tecnológica e o uso crescente de dados na educação superior tornam indispensável a observância de princípios éticos e jurídicos que assegurem proteção de direitos e responsabilidade institucional.

A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos: o respeito à privacidade; a autodeterminação informativa; a liberdade de expressão, de informação e de comunicação; a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem; o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; e os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais (Brasil, 2018a).

Tais fundamentos reforçam que inovação tecnológica e proteção de direitos não são dimensões opostas, mas complementares no desenvolvimento de práticas educacionais responsáveis.

Assim, inovação não constitui um elemento adicional à missão universitária, mas um princípio transversal que articula ensino, pesquisa e extensão e sustenta a relevância institucional diante das transformações sociais, tecnológicas e econômicas do século XXI.

5.3.1.1 FAPPGEI e o fortalecimento das políticas de pesquisa, extensão e inovação

O processo de consolidação da pesquisa científica e da pós-graduação na Unoesc foi acompanhado pelo fortalecimento das políticas institucionais de fomento ao conhecimento, à inovação e à integração entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, destaca-se a atuação da Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação, Extensão e Inovação (ProPPGEI), responsável pela articulação e coordenação das políticas acadêmico-científicas da Universidade.

Como marco recente desse processo, em 2025, a Unoesc instituiu o Fundo de Apoio à Pesquisa, Pós-graduação, Extensão e Inovação (FAPPGEI), em substituição ao antigo FAPE, ampliando significativamente o escopo institucional de apoio ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovador da Universidade. A iniciativa consolidou uma política integrada de financiamento alinhada ao PDI e às demandas contemporâneas da educação superior comunitária.

O FAPPGEI passou a contemplar seis modalidades de fomento institucional: Apoio à Produção e Gestão do Conhecimento; Apoio à Pesquisa Aplicada; Iniciação Científica; Apoio à Inovação e Tecnologia;

Apoio às Atividades de Extensão; e Apoio à Divulgação do Conhecimento. A nova configuração ampliou o alcance das políticas institucionais, integrando de forma mais articulada pesquisa, inovação, extensão e produção científica.

Além de fomentar projetos científicos e tecnológicos, o Fundo passou a apoiar a participação de pesquisadores em eventos nacionais e internacionais, a publicação de artigos em periódicos de impacto, a indexação de revistas científicas institucionais, a produção de materiais acadêmicos e a proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia.

A reformulação do Fundo representou importante avanço na consolidação da política institucional de pesquisa e inovação da Unoesc, fortalecendo a formação de pesquisadores, a produção intelectual e a inserção da Universidade em redes acadêmicas e científicas nacionais e internacionais. Ao ampliar os mecanismos de apoio à pesquisa aplicada, à inovação e à extensão universitária, a Instituição reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento regional sustentável, a geração de conhecimento e a transformação social.

5.3.1.2 Inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologia

A consolidação da pesquisa científica e da pós-graduação na Unoesc foi acompanhada pelo fortalecimento das políticas institucionais de inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologia. Ao longo das últimas décadas, a Universidade passou a estruturar ambientes e mecanismos voltados à geração de soluções inovadoras, articulando ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento regional.

Nesse contexto, a Unoesc consolidou o I.nova Unoesc como habitat institucional de inovação e empreendedorismo, voltado à promoção de conexões humanas e tecnológicas, ao desenvolvimento de novos negócios e ao fortalecimento do ecossistema regional de inovação. O ambiente passou a integrar estudantes, docentes, pesquisadores, empreendedores, empresas e organizações da sociedade em torno da geração de conhecimento aplicado e da criação de empreendimentos inovadores.

Entre as iniciativas estruturadas pela Universidade destaca-se o Hub de Startups do I.nova Unoesc, destinado ao apoio a projetos inovadores em fases de pré-incubação e incubação. O programa oferece assessorias tecnológica, jurídica, comercial e de gestão, além de mentorias, capacitações e espaços de desenvolvimento para startups e novos empreendimentos. A iniciativa ampliou a inserção da Unoesc nos ecossistemas regionais de inovação e empreendedorismo, aproximando a Universidade do setor produtivo e das demandas contemporâneas da economia do conhecimento.

A política institucional de inovação também avançou por meio da atuação do NIT, responsável pela gestão da propriedade intelectual, pelo apoio à proteção de ativos tecnológicos, pela transferência de tecnologia e pelo fortalecimento das relações entre Universidade e empresas. A atuação do NIT consolidou mecanismos institucionais voltados à inovação aplicada, à valorização da pesquisa científica e à disseminação do conhecimento produzido na Universidade.

Paralelamente, programas institucionais de incentivo à pesquisa e à inovação, como o PIBIC, o PIBITI e os programas vinculados ao FAPPGEI, fortaleceram a formação de novos pesquisadores e estimularam o desenvolvimento de projetos científicos, tecnológicos e inovadores. Essas iniciativas contribuíram para ampliar a produção intelectual

institucional, fortalecer a cultura empreendedora e consolidar a Unoesc como agente estratégico de desenvolvimento científico, tecnológico e regional.

A trajetória construída ao longo desse processo reafirma o compromisso institucional da Unoesc com a inovação, a geração de conhecimento e a transformação social, fortalecendo sua inserção em redes acadêmicas, científicas e tecnológicas regionais e nacionais.

5.3.2 IA como oportunidade institucional, governança e responsabilidade ética

No contexto dessas transformações e da compreensão da inovação como princípio transversal da atuação universitária, a IA passa a assumir papel estratégico e operativo, materializando possibilidades concretas de qualificação acadêmica, científica e administrativa. Mais do que ferramenta tecnológica, a IA apresenta potencial para ampliar capacidades institucionais, fortalecer processos decisórios e impulsionar novas formas de produção, circulação e aplicação do conhecimento.

Entre as oportunidades associadas à incorporação da IA no ambiente universitário destacam-se a análise de dados educacionais para acompanhamento da aprendizagem e identificação de necessidades de apoio acadêmico; a automação e qualificação de processos administrativos; o desenvolvimento de ambientes de aprendizagem adaptativos; o apoio à pesquisa científica por meio de análise de dados, revisão de literatura, simulações e colaboração interdisciplinar; além da ampliação da interação entre universidade e sociedade por intermédio de ações de extensão, serviços especializados e comunicação científica.

Essas possibilidades reforçam que a IA deve ser concebida como instrumento de fortalecimento institucional, e não como substituta da ação humana. Seu uso ganha sentido quando amplia a capacidade formativa, científica, administrativa e social da universidade, contribuindo para respostas mais qualificadas às demandas contemporâneas.

Ao mesmo tempo, a incorporação da IA exige estruturas robustas de governança, capazes de assegurar o uso responsável da tecnologia e a proteção de direitos fundamentais. Entre os principais desafios relacionados ao desenvolvimento e à utilização de sistemas inteligentes encontram-se a gestão e a proteção de dados; a transparência algorítmica e a explicabilidade quando aplicável; a formação docente para o uso pedagógico crítico; a prevenção de vieses e discriminações; e a definição de políticas institucionais voltadas a normas, boas práticas, critérios de utilização e avaliação permanente de impactos.

Nesse contexto, a construção de políticas institucionais de IA torna-se dimensão estratégica da gestão universitária. Não se trata apenas de adequação normativa, mas da definição de princípios capazes de orientar práticas acadêmicas e administrativas alinhadas ao compromisso público, à ética e ao bem comum. A inovação tecnológica, portanto, precisa estar articulada à responsabilidade institucional e à preservação dos valores formativos da educação superior.

O avanço da IA tem sido acompanhado por iniciativas legislativas e normativas que buscam regulamentar seu uso e proteger direitos fundamentais. Projetos de lei em tramitação no país estabelecem princípios como centralidade da pessoa humana, transparência, não discriminação, supervisão humana e prestação de contas no desenvolvimento e na utilização de sistemas de IA.

No contexto estadual, legislações recentes também passaram a definir diretrizes para o uso responsável da IA na administração pública,

com ênfase em justiça, equidade, proteção de dados, auditabilidade e responsabilização institucional. Paralelamente, a expansão do uso de tecnologias digitais e sistemas inteligentes exige atenção permanente à proteção de dados pessoais, especialmente diante das exigências impostas pela legislação brasileira quanto aos princípios de finalidade, necessidade, transparência, segurança e responsabilização no tratamento de dados.

Dessa forma, a discussão sobre IA no contexto universitário ultrapassa os limites da inovação tecnológica e passa a envolver questões relacionadas à ética, governança, formação humana, proteção de direitos e responsabilidade social. O desafio contemporâneo das universidades não reside apenas na adoção de novas tecnologias, mas na capacidade de integrá-las criticamente ao projeto institucional, assegurando que o avanço tecnológico esteja comprometido com a produção de conhecimento, a inclusão, a democracia e a transformação social.

5.3.3 Cultura Institucional, Transformação Pedagógica e Responsabilidade Social no uso da IA

A incorporação da IA no ambiente universitário não depende exclusivamente de disponibilidade tecnológica; exige transformação cultural que envolva docentes, gestores e estudantes na construção de novas práticas acadêmicas e institucionais. Nesse processo, a universidade é desafiada a revisar currículos, metodologias e critérios de avaliação, promovendo experiências formativas mais interdisciplinares, centradas no estudante e orientadas à resolução de problemas complexos.

Dentro desse panorama, a tecnologia possui potencial para impulsionar a autonomia intelectual, a criticidade e a produção colaborativa do conhecimento, transcendendo a função de simples automação. Isso requer formação docente contínua, suporte técnico, avaliação permanente de impactos e participação ativa da comunidade acadêmica na definição de diretrizes institucionais voltadas ao uso ético e responsável da IA.

A tecnologia, por si só, não produz inovação educacional. O que transforma a universidade é sua capacidade de articular tecnologia, cultura acadêmica e projeto pedagógico institucional, preservando valores formativos, assegurando integridade acadêmica e fortalecendo a função social da educação superior.

No plano educacional, iniciativas legislativas indicam a tendência de inclusão progressiva da IA no currículo de letramento digital das escolas públicas, com foco no uso crítico, ético e seguro da tecnologia, no pensamento computacional e na análise das informações produzidas por sistemas automatizados. Esse movimento projeta novos desafios para a educação superior, especialmente na formação de professores, no desenvolvimento de metodologias e na produção de conhecimento aplicado à educação digital em todos os níveis, reforçando a necessidade de integração entre universidade e sistemas educacionais.

A presença crescente da IA no debate educacional não se limita à educação superior, alcançando também políticas curriculares e estratégias formativas da educação básica. De acordo com a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc, 2025, p. 1):

É incluído, no currículo de letramento digital das escolas públicas do Estado, o conteúdo relativo à inteligência artificial, com o objetivo de promover o uso crítico, ético e seguro dessa tecnologia no ambiente educacional,

incentivando o pensamento computacional, a análise crítica de informações e o uso responsável das tecnologias digitais.

Esse cenário amplia o papel da universidade, que passa a ser chamada a formar professores, produzir metodologias e contribuir para o desenvolvimento de práticas educacionais mediadas por tecnologias inteligentes.

Nesse contexto, a universidade comunitária ocupa posição singular no debate sobre IA e transformação educacional. Sua missão histórica — voltada à formação cidadã, à produção de conhecimento socialmente relevante e ao desenvolvimento regional — exige que a adoção tecnológica venha acompanhada de reflexão ética, compromisso público e responsabilidade institucional.

Assim, a IA deve ser compreendida como instrumento de ampliação da qualidade acadêmica, da inclusão educacional e da capacidade institucional de responder a demandas contemporâneas. Inovação tecnológica e missão universitária não constituem dimensões antagônicas; tornam-se complementares quando a tecnologia fortalece a formação humana, a justiça social, a equidade, a transparência e a função pública da universidade.

5.3.4 Universidade Comunitária, Inovação e Sustentabilidade como projeto coletivo de longo prazo

O modelo universitário contemporâneo não se sustenta apenas pela tradição histórica ou pela permanência institucional, mas pela capacidade de renovar continuamente seus propósitos, suas práticas e formas de interação com a sociedade. Nesse contexto, o principal

desafio da educação superior consiste em reafirmar a universidade como projeto coletivo de longo prazo, comprometido com a formação humana, a produção científica, a inovação e a transformação social, sem abrir mão da autonomia acadêmica, da qualidade científica e dos princípios éticos que orientam sua missão institucional.

Esse movimento implica repensar práticas pedagógicas, modelos de governança, critérios de avaliação e estratégias de comunicação com a sociedade, tornando mais visível o valor público da universidade e sua contribuição para o desenvolvimento territorial, científico, econômico e social. Para universidades comunitárias, como a Unoesc, a sustentabilidade institucional passa pela consolidação da identidade comunitária, pela inovação responsável, pela diversificação das fontes de financiamento e pela ampliação da capacidade de articulação entre ensino, pesquisa, extensão, setor produtivo e poder público.

Nesse cenário, a inovação consolida-se como elemento estruturante da educação superior contemporânea e como eixo articulador das atividades universitárias. Mais do que processo técnico ou tecnológico, a inovação constitui dinâmica institucional orientada à produção de soluções para desafios regionais e globais, ao fortalecimento do empreendedorismo, à circulação do conhecimento e à ampliação do impacto social da universidade. Dessa forma, deixa de ocupar posição periférica para integrar o núcleo da missão universitária, conectando formação acadêmica, desenvolvimento científico, responsabilidade social e interação com a sociedade.

Para instituições comunitárias, essa perspectiva assume caráter estratégico, uma vez que a inovação amplia a relevância institucional e fortalece a inserção da universidade em ecossistemas sociais, produtivos, científicos e tecnológicos. Ao incorporar práticas inovadoras — pedagógicas, científicas, administrativas e organizacionais —, a

universidade reafirma sua capacidade de responder às transformações contemporâneas sem abdicar de seus princípios formativos, democráticos e públicos.

A inovação passa, assim, a configurar-se como quarto pilar transversal da atuação universitária, articulado aos eixos tradicionais de ensino, pesquisa e extensão. Sua incorporação fortalece trajetórias institucionais sustentáveis, socialmente comprometidas e academicamente relevantes, contribuindo para ampliar a capacidade da universidade de gerar conhecimento aplicado, formar profissionais qualificados e promover desenvolvimento social e territorial.

5.4 MANUTENÇÃO DO MODELO UNIVERSITÁRIO E PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE PARA AS PRÓXIMAS DÉCADAS

A permanência institucional da universidade contemporânea depende da capacidade de articular sustentabilidade acadêmica, organizacional e social no longo prazo, mantendo relevância institucional diante de transformações tecnológicas, culturais e econômicas cada vez mais aceleradas. No caso das instituições comunitárias, esse desafio assume caráter ainda mais estratégico, pois envolve o equilíbrio entre sustentabilidade financeira, qualidade acadêmica, inovação tecnológica e compromisso social, exigindo capacidade contínua de adaptação sem abdicar dos princípios formativos e da função pública da universidade.

A manutenção do modelo universitário exige planejamento, visão estratégica e capacidade de adaptação a cenários demográficos, tecnológicos e culturais em constante transformação. Não se trata de defender imobilidade institucional, mas de sustentar coerência:

preservar identidade e valores, ao mesmo tempo em que se renovam práticas, estruturas e formas de relação com a sociedade.

Dessa forma, a sustentabilidade institucional passa a articular-se diretamente às políticas de acesso e permanência no ensino superior, a fortalecer políticas de permanência estudantil e a incorporar a inovação como dimensão estruturante da atuação universitária, em conexão com ensino, pesquisa e extensão e com as demandas sociais e regionais contemporâneas.

5.4.1 Universidade como projeto coletivo de longo prazo

O modelo universitário não se sustenta apenas por tradição histórica, mas por sua capacidade de renovar continuamente propósito e práticas. O desafio central consiste em reafirmar a universidade como projeto coletivo, capaz de responder às demandas sociais sem abrir mão da autonomia acadêmica, da qualidade científica e da formação humanística.

Esse movimento implica repensar práticas pedagógicas, modelos de governança, critérios de avaliação e estratégias de comunicação com a sociedade, tornando mais visível o valor público da universidade e sua contribuição para o desenvolvimento regional. Para a Unoesc, sustentabilidade institucional passa pela consolidação da identidade comunitária, pela inovação responsável e pela diversificação de fontes de financiamento, articulando ensino, pesquisa, extensão e interação com setor produtivo e poder público.

5.4.2 Infraestrutura digital, inovação e permanência institucional

A centralidade das tecnologias digitais no ensino superior contemporâneo não se limita ao campo pedagógico. Ela se estende à gestão acadêmica, à pesquisa científica, à comunicação institucional e às relações com a sociedade. Nesse sentido, a infraestrutura tecnológica passa a constituir elemento estruturante da qualidade acadêmica e da própria permanência institucional.

O PDI evidencia que investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), ambientes virtuais de aprendizagem, sistemas integrados de gestão e plataformas institucionais são dimensões estratégicas do desenvolvimento universitário (Unoesc, 2023b). A tecnologia, portanto, deixa de ser um recurso acessório e passa a ser concebida como condição de sustentabilidade acadêmica e administrativa. Essa compreensão converge com debates contemporâneos sobre transformação digital na educação superior, que enfatizam a necessidade de integrar infraestrutura, políticas institucionais e formação docente em uma mesma estratégia de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a digitalização amplia possibilidades de acesso ao ensino superior, mas também evidencia desigualdades relacionadas à conectividade, à literacia digital e às condições socioeconômicas dos estudantes. O desafio institucional consiste em garantir que a incorporação tecnológica seja acompanhada por políticas de inclusão, permanência e apoio acadêmico, evitando que inovação se converta em novo fator de exclusão.

A transformação tecnológica também impacta diretamente os modelos de gestão e planejamento institucional. A IA pode apoiar processos decisórios, otimizar a gestão acadêmica e ampliar a eficiência

institucional. Contudo, sua adoção deve ser acompanhada por marcos regulatórios internos e mecanismos de governança que garantam transparência e responsabilidade, evitando dependências tecnológicas e preservando autonomia institucional.

5.4.3 SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL E TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL

A sustentabilidade institucional das universidades comunitárias depende da capacidade de equilibrar expansão e qualidade, inovação e responsabilidade social, eficiência administrativa e compromisso público. Esse equilíbrio exige planejamento estratégico contínuo, investimento em infraestrutura, fortalecimento da pesquisa e desenvolvimento de competências institucionais para acompanhar a velocidade das transformações tecnológicas.

Nesse horizonte, o acesso ao ensino superior constitui dimensão estruturante da sustentabilidade institucional. Políticas de financiamento estudantil, tais como o programa Universidade Gratuita, o Programa Universidade para Todos (Prouni), créditos institucionais e outras modalidades de apoio financeiro, bem como mecanismos de apoio à permanência passam a desempenhar papel decisivo não apenas na inclusão educacional, mas na própria viabilidade de longo prazo das universidades comunitárias.

Entre essas iniciativas, destaca-se o programa Universidade Gratuita, cuja regulamentação estabelece assistência financeira para custeio das mensalidades de estudantes regularmente matriculados em instituições comunitárias e sem fins lucrativos, condicionada a critérios socioeconômicos e à realização de contrapartida social dos egressos. Tal política amplia o acesso, fortalece a permanência estudantil e projeta

impactos transformadores para o desenvolvimento regional e para a democratização do ensino superior.

Ao integrar assistência financeira, formação profissional e contrapartida social, o programa reforça a função pública da universidade comunitária e amplia seu impacto territorial.

A implementação do programa Universidade Gratuita no Estado de Santa Catarina representa uma inflexão relevante nas políticas de acesso ao ensino superior, especialmente para instituições comunitárias. Ao ampliar a assistência financeira a estudantes e articular a concessão do benefício à contrapartida social, o programa fortalece simultaneamente inclusão educacional, responsabilidade pública e desenvolvimento regional.

Na Unoesc, a adesão ao programa consolidou-se como estratégia institucional estruturante desde o segundo semestre de 2023, com impactos diretos na ampliação do acesso e na permanência estudantil. A operacionalização foi acompanhada da criação de fluxos administrativos específicos, integração de sistemas institucionais aos bancos governamentais e implementação de mecanismos de acompanhamento socioeconômico e acadêmico dos beneficiários. Essa estrutura assegura rigor técnico, transparência e conformidade normativa em todas as etapas do processo.

Gráfico 11 – Contemplados programa Universidade Gratuita



Fonte: SAE (2025).

O programa foi incorporado ao planejamento estratégico institucional, deixando de ser apenas uma política de apoio financeiro para tornar-se eixo articulador da missão comunitária da universidade, especialmente no que se refere à democratização do acesso, à formação profissional e ao desenvolvimento regional sustentável.

5.4.4 Identidade Comunitária e Desenvolvimento Regional

Na Unoesc, a integração entre inovação, extensão e compromisso social tem sido fortalecida por meio de ações vinculadas ao programa Universidade Gratuita, especialmente na articulação com os ODS da Agenda 2030. Os projetos de contrapartida desenvolvidos pela Instituição conectam formação acadêmica, sustentabilidade, inclusão social e

desenvolvimento territorial, consolidando a universidade como agente ativo na construção de soluções voltadas aos desafios contemporâneos.

Essa orientação amplia o próprio conceito de inovação universitária, que passa a incorporar dimensões sociais, ambientais, educacionais e comunitárias. Ao mobilizar projetos de extensão alinhados aos ODS, a Unoesc promove intervenções em áreas como educação, saúde, cidadania, desenvolvimento local, inovação social e fortalecimento institucional de comunidades e órgãos públicos, reforçando o vínculo entre conhecimento acadêmico e impacto social.

No campo educacional, destaca-se a atuação da Unoesc na capacitação de professores da rede estadual de ensino, iniciativa vinculada às contrapartidas institucionais do programa Universidade Gratuita. As formações abordam temas relacionados aos processos de ensino e aprendizagem, à epistemologia da educação, às tecnologias educacionais, à inovação pedagógica e à justiça social, contribuindo para a qualificação docente e para o aprimoramento das práticas educacionais nas escolas públicas.

Essa atuação evidencia que a inovação universitária não se restringe à produção tecnológica, mas também se expressa na formação continuada de profissionais, na construção de redes colaborativas de aprendizagem e na ampliação da capacidade institucional de transformação social. Ao qualificar educadores, fortalecer instituições públicas e desenvolver ações territorialmente articuladas, a universidade amplia sua presença comunitária e contribui para a redução de desigualdades sociais e educacionais.

No plano institucional, o programa Universidade Gratuita estrutura-se como política pública de acesso e permanência no ensino superior em Santa Catarina, viabilizando a gratuidade da formação universitária para estudantes regularmente matriculados e

articulando assistência financeira à realização de contrapartidas sociais e educacionais. Essa dinâmica reforça o caráter público e comunitário da universidade e amplia sua capacidade de atuação regional, fortalecendo o compromisso institucional com inclusão, democratização do acesso e desenvolvimento social.

Ao integrar inovação, ODS, formação docente, extensão universitária e políticas públicas educacionais, a Unoesc consolida uma concepção ampliada de universidade: uma instituição comprometida não apenas com a produção de conhecimento científico, mas também com a construção de soluções socialmente relevantes, sustentáveis e orientadas ao bem comum. Nesse horizonte, a Universidade fortalece seu papel como Instituição formadora, inovadora e transformadora, capaz de produzir impacto concreto na comunidade e de contribuir para a construção de territórios mais inclusivos, sustentáveis e educacionalmente qualificados.

A identidade comunitária constitui diferencial estratégico para a sustentabilidade institucional da Unoesc. Sua atuação como protagonista no desenvolvimento regional, promovendo inclusão educacional e produção de conhecimento relevante, fortalece vínculos sociais e legitima sua presença no território.

A universidade comunitária mantém-se relevante quando consegue articular tradição e inovação: tradição na qualidade acadêmica, no compromisso social e na formação humanística; inovação na incorporação crítica de tecnologias, na diversificação de ofertas educacionais e na construção de soluções para desafios contemporâneos regionais e globais.

A expansão do acesso por meio de políticas públicas de financiamento educacional reforça a identidade comunitária da universidade ao articular inclusão social e compromisso territorial. O

programa Universidade Gratuita, ao viabilizar o ingresso e a permanência de estudantes em instituições comunitárias, reafirma o papel dessas organizações como agentes de desenvolvimento regional e de mobilidade social, especialmente quando associado à contrapartida social dos egressos e à vinculação com demandas públicas e comunitárias.

O Universidade Gratuita reforça o papel das universidades comunitárias como parceiras do Estado na promoção do direito à educação superior e na formação de profissionais comprometidos com as necessidades sociais e territoriais. Ao vincular o benefício à realização de atividades de extensão, estágios ou serviços comunitários, o programa estabelece relação direta entre política educacional e retorno social do investimento público, ampliando o impacto regional da formação universitária.

Na Unoesc, a gestão do programa envolve articulação entre Diretoria Executiva, SAE, coordenações acadêmicas e comissões específicas de seleção e acompanhamento, assegurando a aplicação de critérios socioeconômicos e o monitoramento das contrapartidas estudantis e institucionais. Esse arranjo reforça a governança universitária e evidencia a integração entre política pública, gestão institucional e compromisso comunitário.

5.4.4.1 Inovação universitária orientada à comunidade e ao desenvolvimento regional

A inovação universitária, no contexto das instituições comunitárias, manifesta-se de forma particularmente vinculada às demandas sociais e territoriais. Mais do que produzir soluções tecnológicas, a universidade atua como mediadora entre conhecimento acadêmico e necessidades

concretas da população, promovendo respostas qualificadas para desafios locais e regionais.

No âmbito do programa Universidade Gratuita e das ações de contrapartida social, a inovação assume caráter aplicado e colaborativo. A inserção de estudantes e egressos em projetos junto a prefeituras, escolas, unidades de saúde, cooperativas e organizações sociais favorece a construção de soluções práticas orientadas à melhoria de serviços públicos, à qualificação da gestão local e ao fortalecimento de políticas sociais. Nesse processo, a universidade mobiliza conhecimentos científicos e competências profissionais em benefício da coletividade, ampliando a efetividade de sua função social.

Essa dinâmica transforma a inovação em experiência formativa e territorial. Ao participar de ações comunitárias, os estudantes aplicam conhecimentos em contextos reais, desenvolvem competências para resolução de problemas complexos e fortalecem vínculos com o território em que estão inseridos. Simultaneamente, as comunidades passam a ter acesso a saberes especializados, contribuindo para a qualificação de práticas institucionais e para o aprimoramento de serviços públicos e iniciativas sociais.

A inovação, nesse sentido, não se restringe a laboratórios ou ambientes acadêmicos formais; ela emerge do diálogo entre universidade e sociedade. Projetos de extensão, parcerias interinstitucionais e ações de contrapartida constituem espaços privilegiados para a experimentação de novas metodologias, tecnologias sociais e formas de intervenção comunitária, reforçando a universidade como agente ativo de desenvolvimento regional.

Para a Unoesc, essa perspectiva consolida uma compreensão ampliada de inovação: um processo que integra ensino, pesquisa e extensão, articula formação acadêmica e compromisso social e

transforma o conhecimento em instrumento de melhoria das condições de vida da população. Ao atuar em rede com o poder público e com organizações comunitárias, a universidade fortalece ecossistemas locais de aprendizagem, inovação e cidadania, contribuindo para trajetórias sustentáveis de desenvolvimento.

5.4.4.2 Projetos como ambiente estruturante de inovação aplicada

O conjunto de projetos vinculados ao programa Universidade Gratuita evidencia que a inovação institucional não se materializa apenas em iniciativas isoladas, mas em um portfólio contínuo de ações articuladas entre ensino, pesquisa e extensão. As iniciativas desenvolvidas pela Universidade abrangem diferentes áreas do conhecimento e respondem a demandas concretas da sociedade, constituindo ambientes permanentes de aprendizagem aplicada, intervenção social e desenvolvimento territorial.

Dentro dessa dinâmica, os projetos assumem dupla função: qualificam serviços e políticas públicas locais e, simultaneamente, consolidam experiências formativas que aproximam os estudantes da realidade profissional e social. Essa integração reforça a compreensão da universidade comunitária como espaço de produção de conhecimento orientado à prática e ao impacto regional, transformando a extensão em eixo estruturante da inovação acadêmica e da formação cidadã.

No âmbito da extensão universitária, a Unoesc desenvolveu, no ano de 2025, 614 projetos de extensão, distribuídos em áreas como responsabilidade social, desenvolvimento econômico e social, inclusão social, meio ambiente e produção cultural. Essas iniciativas beneficiaram aproximadamente 141.335 pessoas, evidenciando o alcance das ações

extensionistas na região de atuação da Universidade. Além disso, a curricularização da extensão envolveu 297 projetos vinculados aos cursos de graduação, com a participação de 9.745 estudantes, fortalecendo a integração entre formação acadêmica e compromisso social.

Mais do que ações pontuais, os projetos configuram uma estratégia institucional de atuação territorial contínua, fortalecendo redes com o poder público, organizações sociais e comunidades e ampliando a capacidade da universidade de responder, de forma sistemática, a desafios educacionais, sociais e produtivos do contexto regional.

5.4.4.3 Os programas de extensão como eixo estruturante da atuação comunitária

A política de extensão universitária da Unoesc organiza-se também por meio de Programas de Extensão, concebidos como estruturas permanentes de articulação entre ensino, pesquisa, inovação e compromisso social. Mais do que iniciativas isoladas, os programas constituem espaços institucionais contínuos de interação com a comunidade, voltados à promoção do desenvolvimento humano, regional e sustentável.

Os Programas de Extensão da Unoesc abrangem diferentes áreas estratégicas, envolvendo ações voltadas à educação, à saúde, à cidadania, à cultura, ao empreendedorismo, aos direitos humanos, à sustentabilidade, à inovação social e ao desenvolvimento territorial. Essa organização fortalece a presença comunitária da Universidade e amplia a capacidade institucional de responder, de forma integrada e interdisciplinar, às demandas sociais contemporâneas.

Estruturados em consonância com a Política Nacional de Extensão Universitária e com os ODS, os programas articulam projetos, cursos, eventos e ações comunitárias permanentes, promovendo impacto social qualificado e formação acadêmica comprometida com a transformação da realidade regional.

Nesse contexto, a Unoesc estrutura sua política extensionista em programas temáticos permanentes, que organizam as ações institucionais de acordo com áreas estratégicas de atuação comunitária, desenvolvimento regional e inovação social, conforme apresentado a seguir.

Mais Cuidado

Programa Unoesc de Saúde e Qualidade de Vida

O “Mais Cuidado” reúne iniciativas voltadas à promoção da saúde física, mental e social da população. O programa conecta a Universidade à comunidade por meio de ações preventivas, educativas e assistenciais, fortalecendo o bem-estar coletivo e a qualidade de vida. Fazem parte desse programa projetos como campanhas de prevenção, atendimentos em saúde, ações educativas, grupos terapêuticos, atividades de promoção da saúde mental, orientação nutricional, práticas integrativas, entre outros.

Mais Justiça Social

Programa Unoesc de Responsabilidade Social, Direitos Humanos e Cidadania

O “Mais Justiça Social” promove a inclusão, a cidadania e o fortalecimento dos direitos humanos. O programa articula ações voltadas a populações em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para

uma sociedade mais justa, diversa e solidária. Integram esse programa projetos de assessoria jurídica e social, ações educativas sobre direitos, iniciativas de inclusão social, atividades com comunidades vulneráveis, campanhas de conscientização e projetos de promoção da dignidade humana.

Mais Saberes

Programa Unoesc de Educação, Cultura e Desporto

O “Mais Saberes” valoriza o conhecimento como ferramenta de transformação social. O programa reúne iniciativas nas áreas de educação, cultura e esporte, promovendo inclusão, diversidade, formação cidadã e desenvolvimento humano. Compõem o programa projetos culturais, oficinas, ações em escolas, eventos esportivos, atividades de incentivo à leitura, formação continuada, apresentações artísticas, festivais e práticas educativas que fortalecem a cultura e o aprendizado em diferentes contextos.

Mais Raízes

Programa Unoesc de Desenvolvimento Regional: Agricultura e Comunidades

O “Mais Raízes” fortalece o desenvolvimento regional com foco nas comunidades rurais e tradicionais. O programa promove ações que valorizam o território, a produção local e os saberes comunitários. Inclui projetos de assistência técnica, capacitações para agricultores, incentivo à agricultura familiar, desenvolvimento sustentável no meio rural, apoio a cooperativas e iniciativas que promovam autonomia e geração de renda no campo.

Mais Futuro

Programa Unoesc de Desenvolvimento Regional: Ciência, Inovação e Empreendedorismo

O “Mais Futuro” impulsiona a inovação e o desenvolvimento tecnológico como motores de transformação regional. O programa fomenta a pesquisa aplicada, o empreendedorismo e a criação de soluções para desafios contemporâneos. Fazem parte desse programa projetos de inovação tecnológica, incubação de negócios, desenvolvimento de startups, transferência de tecnologia, eventos de empreendedorismo, capacitações e iniciativas voltadas à economia do conhecimento.

Mais Verde

Programa Unoesc de Desenvolvimento Regional: Meio Ambiente e Sustentabilidade

O “Mais Verde” promove a preservação ambiental e a construção de práticas sustentáveis. O programa integra ações de educação ambiental, conservação dos recursos naturais e conscientização ecológica. Compõem esse programa projetos de recuperação ambiental, campanhas educativas, gestão de resíduos, sustentabilidade institucional, ações de preservação, estudos ambientais e iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Mais Gestão

Programa Unoesc de Desenvolvimento Regional: Gestão e Políticas Públicas

O “Mais Gestão” apoia a qualificação da administração pública e da gestão organizacional. O programa busca contribuir para a eficiência, transparência e inovação nos processos de gestão. Integram esse

programa projetos de assessoria técnica a municípios, capacitações em gestão pública, planejamento estratégico, consultorias organizacionais, estudos socioeconômicos e iniciativas que fortaleçam políticas públicas e governança.

Mais Valor

Programa Unoesc de Desenvolvimento Regional: Negócios e Economia

O “Mais Valor” fortalece a economia regional por meio do incentivo ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de negócios. O programa conecta conhecimento acadêmico ao setor produtivo, promovendo competitividade e geração de renda. Fazem parte desse programa projetos de apoio à micro e pequenas empresas, consultorias empresariais, capacitações em gestão, inovação em processos produtivos, desenvolvimento de cadeias produtivas e iniciativas voltadas ao crescimento econômico sustentável.

5.4.4.4 Formação continuada e inovação pedagógica como estratégia de impacto regional

A atuação da Unoesc na formação continuada de profissionais da educação evidencia um movimento institucional orientado à inovação pedagógica aplicada e ao fortalecimento da educação básica regional. O portfólio de cursos desenvolvidos no âmbito do programa Universidade Gratuita revela uma abordagem estruturada que articula planejamento educacional, currículo, gestão escolar, inclusão, tecnologia e metodologias ativas de ensino.

As formações contemplam temas estratégicos para a melhoria da qualidade educacional, como análise do Plano Nacional de Educação (PNE), implementação do Currículo Base do Território Catarinense, interpretação de indicadores educacionais e gestão de recursos escolares, contribuindo para o planejamento e a qualificação das redes públicas de ensino e para o fortalecimento das políticas educacionais regionais.

No campo pedagógico, destaca-se o investimento em metodologias inovadoras e práticas centradas na aprendizagem ativa, incluindo estratégias como sala de aula invertida, aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem em equipes, rotação por estações e estudos de caso, entre outras abordagens que qualificam o processo formativo e ampliam o protagonismo dos estudantes.

A dimensão tecnológica também se consolida como eixo estruturante das ações formativas, com cursos voltados ao uso de tecnologias digitais, gamificação e IA nos processos educacionais, evidenciando a integração entre inovação pedagógica e transformação digital da educação.

Outro aspecto relevante refere-se à formação em educação inclusiva, diversidade, direitos humanos e educação socioemocional, indicando que a inovação institucional não se restringe à dimensão tecnológica, mas envolve a construção de práticas pedagógicas orientadas à equidade, à participação e à qualidade social da educação.

Tabela 4 – Capacitações realizadas no período de 2024 a 2026

Local	Projetos	Horas	Professores/gestores capacitados
Chapecó	8	85	5.333
São Miguel do Oeste	21	62h45	7.735
Joaçaba	8	106	1.455
Videira	7	52	2.202
Xanxerê	3	56	2.229
Total	47	361h45	18.954

Fonte: ProPPGEI (2026).

Esse conjunto de iniciativas evidencia que a inovação universitária, na Unoesc, materializa-se na formação de profissionais capazes de atuar em contextos educacionais complexos, articulando planejamento, metodologias contemporâneas e compromisso social. Ao fortalecer redes de aprendizagem com escolas e sistemas públicos de ensino, a Universidade amplia sua presença territorial e consolida-se como agente estratégico na qualificação da educação básica e no desenvolvimento regional.

5.4.5 Universidade Gratuita como eixo de democratização do acesso e impacto regional

A política pública do Universidade Gratuita redefine a relação entre Estado, universidades comunitárias e sociedade ao estruturar um modelo de assistência financeira orientado à inclusão educacional e ao retorno social do investimento público. Ao priorizar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e exigir contrapartidas

formativas e comunitárias, o programa fortalece a função social da universidade e amplia o alcance territorial da educação superior.

No contexto institucional, a execução do programa envolve mecanismos de governança, auditoria e transparência, incluindo produção periódica de relatórios, monitoramento de concessões e acompanhamento das atividades de contrapartida. Essas práticas reforçam o compromisso com a publicidade e com a responsabilidade social, consolidando a universidade como agente público não estatal comprometido com a equidade educacional.

Além do impacto direto na permanência estudantil, o programa contribui para a sustentabilidade institucional ao estabilizar matrículas, fortalecer vínculos com o território e ampliar a presença da universidade em políticas públicas educacionais. Tal dinâmica posiciona a instituição como protagonista na construção de soluções educacionais alinhadas às demandas regionais e às estratégias de desenvolvimento do Estado.

5.4.5.1 Contrapartida social como dimensão formativa e de impacto territorial

Na esfera do programa Universidade Gratuita, a contrapartida constitui elemento estruturante da política pública, ao articular a assistência financeira da formação superior ao retorno social do investimento realizado pelo Estado. Trata-se de um compromisso assumido pelos estudantes beneficiados, que passam a prestar serviços à população catarinense em áreas relacionadas à sua formação, fortalecendo a integração entre universidade, sociedade e poder público.

Na Unoesc, essa contrapartida tem sido operacionalizada por meio de projetos e parcerias com organizações públicas e comunitárias,

especialmente com prefeituras, secretarias municipais e instituições técnicas e sociais. As ações envolvem a atuação de profissionais em formação em diferentes campos do conhecimento — como saúde, educação, direito, administração, agronomia, engenharia, entre outros —, contribuindo para qualificar serviços públicos e ampliar a presença social da Universidade no território.

Conforme dados institucionais coletados em janeiro de 2026, 1.168 estudantes possuem data de outorga entre os semestres 2023.2 e 2026.1, configurando o conjunto de beneficiários vinculados à Universidade no período analisado. Desse total, 814 estudantes possuem data de outorga entre 2023.2 e 2025.2, correspondendo ao grupo atualmente mais próximo da etapa de execução da contrapartida. Entre os beneficiários, 572 estudantes já se encontram realizando atividades de contrapartida, prestando serviços à população catarinense por meio das iniciativas vinculadas ao programa.

Essas experiências permitem que os estudantes participem de atividades práticas vinculadas às demandas reais das comunidades, promovendo assistência técnica, apoio a políticas públicas locais e fortalecimento institucional de órgãos parceiros. Ao mesmo tempo, ampliam a formação profissional e cidadã dos beneficiários, que passam a atuar como agentes multiplicadores de boas práticas em seus campos de atuação.

A operacionalização da contrapartida ocorre por meio de termos de cooperação firmados com instituições parceiras. Atualmente, 105 termos encontram-se ativos, possibilitando a realização das atividades pelos estudantes e ofertando aproximadamente 4.630 vagas de atuação em diferentes áreas e municípios. Além desses, 70 termos foram formalizados, mas ainda não registraram ocupação de estudantes,

totalizando 175 termos institucionais que, em conjunto, representam potencial de 7.281 vagas disponibilizadas para prestação de serviços.

A contrapartida também reafirma o caráter público e comunitário da educação superior, ao estabelecer relação direta entre acesso à formação e ao compromisso social. Os estudantes contemplados pelo programa devem prestar serviços à população catarinense durante ou após a graduação, em carga horária proporcional ao período de benefício recebido, consolidando um ciclo que integra financiamento educacional, formação acadêmica e retorno social do conhecimento produzido.

Os resultados iniciais do programa já evidenciam impactos concretos dessa política. Até janeiro de 2026, 143 estudantes concluíram integralmente a prestação de serviços exigida pelo programa, com o registro da totalidade das horas de contrapartida realizadas. Esse dado demonstra a efetiva devolução social do investimento público e indica o potencial da iniciativa para fortalecer políticas públicas locais, ampliar serviços comunitários e consolidar a formação acadêmica comprometida com o desenvolvimento regional.

Nesse sentido, a contrapartida não se limita a uma exigência administrativa: configura-se como dispositivo pedagógico e social que aproxima universidade e território, potencializa a extensão universitária e amplia o impacto regional da formação superior. Ao mobilizar competências acadêmicas em benefício da coletividade, contribui para o fortalecimento de políticas públicas, para a qualificação dos serviços sociais e para a consolidação da universidade comunitária como agente ativo do desenvolvimento regional.

5.4.6 Perspectivas para os próximos 30 anos

O horizonte das próximas décadas aponta para universidades mais integradas em redes, mais orientadas por dados, mais abertas à formação ao longo da vida e, ao mesmo tempo, mais exigidas em termos de transparência, integridade e impacto social. A educação superior tende a tornar-se processo contínuo, acompanhando trajetórias profissionais e pessoais em contextos de mudança acelerada.

Nesse cenário, a sustentabilidade institucional estará associada à capacidade de:

- adaptar-se às transformações demográficas e às novas expectativas estudantis;
- incorporar tecnologias de forma crítica, ética e responsável;
- fortalecer redes de cooperação nacional e internacional;
- diversificar fontes de financiamento e ampliar resiliência institucional;
- consolidar identidade institucional e comunicar valor público com clareza.

A longevidade universitária, nas próximas décadas, exigirá a capacidade institucional de antecipar tendências e produzir respostas coerentes, equilibrando inovação e tradição, eficiência e compromisso público.

5.7 CONCLUSÃO: PERMANÊNCIA E REINVENÇÃO NO TEMPO DA INOVAÇÃO

O futuro da universidade não depende apenas de sua capacidade de incorporar tecnologias emergentes, mas de preservar sua relevância pública em um tempo marcado por profundas transformações sociais, científicas e culturais.

No cenário nacional e catarinense, a expansão do ensino superior, aliada à consolidação de modalidades híbridas e digitais, redefine estruturas pedagógicas, formas de gestão e relações com a sociedade. Esse movimento exige das instituições capacidade de adaptação contínua, visão estratégica e compromisso com qualidade acadêmica e inclusão educacional.

A pluralidade de modelos institucionais evidencia que não há respostas únicas para os desafios do presente. Cada universidade constrói seus caminhos a partir da sua identidade histórica, da sua inserção territorial e da sua missão institucional. No caso das universidades comunitárias, a singularidade está associada ao compromisso regional e ao caráter público não estatal, o que exige equilibrar sustentabilidade e responsabilidade social.

Para a Unoesc, a identidade comunitária constitui elemento central da sua relevância e da sua sustentabilidade. A Instituição é chamada a articular qualidade acadêmica, inovação tecnológica e compromisso regional, reafirmando sua atuação como bem público e como protagonista do desenvolvimento educacional no Oeste catarinense. A IA, por sua vez, emerge como vetor decisivo: sua incorporação exige governança, ética e participação institucional, mas também abre

possibilidades inéditas de personalização da aprendizagem, ampliação da pesquisa e modernização da gestão acadêmica.

O futuro da universidade não será determinado exclusivamente pela tecnologia, mas pela capacidade institucional de articular inovação e responsabilidade social, tradição e transformação, conhecimento científico e compromisso com a sociedade. A história da educação superior sugere que as universidades mais longevas são aquelas capazes de combinar permanência de princípios e reinvenção de práticas. Nesse horizonte, a universidade comunitária permanece como instituição essencial para a construção de uma sociedade baseada no conhecimento, na inclusão e na sustentabilidade.

O futuro da educação superior será profundamente influenciado pela forma como as instituições incorporarão tecnologias emergentes sem perder de vista princípios éticos e responsabilidade social.

Esse horizonte ético e institucional encontra respaldo em marcos normativos recentes. Entre inovação e responsabilidade, delineia-se o campo de atuação da universidade do futuro.

O desenvolvimento e o uso de sistemas de inteligência artificial deverão observar princípios como crescimento inclusivo, justiça, equidade, transparência, explicabilidade, segurança da informação, responsabilização e proteção de dados pessoais (Santa Catarina, 2025b).

A consolidação desses princípios no campo normativo evidencia que o avanço tecnológico demanda governança, transparência e compromisso institucional permanente.

Mais do que adaptar-se às transformações do presente, a universidade do século XXI é chamada a participar ativamente da

construção dos futuros possíveis da sociedade. Nesse horizonte, a permanência institucional não se sustenta apenas pela tradição, mas pela capacidade de renovar continuamente sua missão pública, produzir conhecimento socialmente relevante e fortalecer processos democráticos, inclusivos e humanizadores. É nesse movimento entre permanência e transformação que a universidade comunitária reafirma sua legitimidade histórica e sua contribuição para o desenvolvimento regional e para a formação das próximas gerações.

POSFÁCIO

Ao concluir esta obra que celebra os 30 anos de credenciamento da Unoesc, somos convidados não apenas a revisitar uma trajetória de conquistas, desafios e transformações, mas também a olhar adiante, com esperança, responsabilidade e visão de futuro. A história aqui registrada demonstra que a Unoesc nasceu de um sonho coletivo, construído pela força das comunidades do Oeste catarinense, pela coragem de seus idealizadores e pelo compromisso permanente com a educação superior de qualidade.

Ao longo dessas décadas, a Universidade consolidou-se como uma das mais relevantes ICES do país, exercendo papel decisivo no desenvolvimento regional, na formação de profissionais, na produção científica e na transformação social. Sua identidade comunitária, profundamente vinculada às necessidades e vocações da região, permitiu que a Unoesc crescesse sem perder sua essência: ser uma universidade comprometida com as pessoas, com o conhecimento e com o desenvolvimento humano sustentável.

Contudo, a grandeza de uma instituição universitária não se mede apenas por sua história, mas principalmente por sua capacidade de renovar-se diante das mudanças do tempo. E é justamente nesse ponto que a Unoesc reafirma sua força institucional. Vivemos uma era marcada pela velocidade das transformações tecnológicas, pela expansão da IA, pela redefinição das relações de trabalho e pela emergência de novos desafios sociais, ambientais e econômicos. Nesse contexto, a Universidade é chamada a reinventar continuamente seus processos formativos, ampliar sua capacidade de inovação e fortalecer ainda mais sua inserção regional e global.

As perspectivas futuras da Unoesc são promissoras. A consolidação da pesquisa e da pós-graduação *stricto sensu*, o fortalecimento da internacionalização, a ampliação das conexões com os setores produtivos e sociais, o investimento em tecnologias educacionais e a formação centrada em competências humanas e científicas continuarão sendo pilares estratégicos da Instituição. A educação híbrida, a cultura digital e os ambientes inovadores de aprendizagem deixam de ser tendências para tornarem-se parte estrutural da Universidade do futuro.

Ao mesmo tempo, a Unoesc seguirá fiel ao modelo comunitário que lhe deu origem e legitimidade. Em um cenário nacional no qual a educação superior enfrenta profundas transformações, as universidades comunitárias reafirmam seu diferencial: não pertencem ao mercado, mas à sociedade; não se orientam pelo lucro, mas pelo compromisso público com o desenvolvimento regional e com a inclusão social. Essa identidade continuará sendo uma das maiores fortalezas da Unoesc nas próximas décadas.

O futuro também exigirá coragem para inovar, sensibilidade para compreender as novas gerações e compromisso ético diante das transformações da sociedade. A Universidade precisará continuar formando profissionais altamente qualificados, mas, acima de tudo, cidadãos capazes de pensar criticamente, agir com responsabilidade social e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável.

Ao finalizar esta obra, permanece a convicção de que a Unoesc continuará sendo protagonista da história regional e referência no ensino superior catarinense e brasileiro. Outros desafios virão, novas gerações assumirão a condução institucional e diferentes contextos históricos se apresentarão. Entretanto, os valores que sustentaram essa trajetória — a coragem de empreender, o compromisso comunitário, a

excelência acadêmica e a confiança no poder transformador da educação — permanecerão vivos como fundamentos permanentes da Instituição.

Celebrar os 30 anos do credenciamento da Unoesc é, portanto, reconhecer o passado, valorizar o presente e, sobretudo, renovar a confiança no futuro. Porque universidades verdadeiramente grandes não se encerram em sua história: elas se reinventam continuamente para continuar servindo à sociedade e construindo novos horizontes de desenvolvimento e transformação humana.

Prof. Dr. Ricardo Antonio De Marco

Reitor da Unoesc

REFERÊNCIAS

ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS JURÍDICAS. **Aristides Cimadon:** Biografia. 2026. Disponível em: <https://acalej.org.br/aristides-cimadon/>. Acesso em: 5 fev. 2026.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Projeto de Lei. Dispõe sobre a inclusão de conteúdos relacionados à inteligência artificial no currículo de letramento digital das escolas públicas do Estado de Santa Catarina e dá outras providências. **Sistema de Processo Legislativo Eletrônico**, 25 ago. 2025. Disponível em: <https://portalelegis.alesc.sc.gov.br/proposicoes/zoW6D/documentos>. Acesso em: 10 fev. 2026.

AZEVEDO, Aldo. Voltando no tempo: há 19 anos Unoesc Capinzal passa a ter sua sede própria, de um sonho à realidade! **O TEMPO**, Capinzal 13 jul. 2023. Disponível em: <https://otempodefato.com.br/geral/voltando-no-tempo/>. ha-19-anos-unoesc-capinzal-passa-a-ter-sua-sede-propria-de-um-sonho-a-realidade-529566. Acesso em: 22 fev. 2026.

AZEVEDO, Marcius. Unoesc Basket Joaçaba transforma quase uma década de planejamento, investimento em base e força universitária em um passo histórico rumo à consolidação do projeto. **NBB Caixa**, 19 fev. 2026. Disponível em: <https://lnb.com.br/noticias/liga-ouro-2026-conheca-o-unoesc-basket-joacaba/>. Acesso em: 22 fev. 2026.

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma Educação inovadora:** uma abordagem teórico prática. Porto Alegre: Editora Penso, 2018. E-book.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Resolução n. 3, de 28 de fevereiro de 1983.** Regulamenta o processo para autorização e reconhecimento de universidades. Brasília, DF: CFE, 1983a.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução n. 3, de 1983. Fixa normas para o credenciamento e funcionamento de universidades. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1983b.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Resolução n. 7/78, de 29 de agosto de 1978**. Fixa normas para a autorização e o reconhecimento de cursos e instituições de ensino superior. Brasília, DF: CFE, 1978.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. Decreto de 14 de agosto de 1996. Credencia a Universidade do Oeste de Santa Catarina, com sede na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 1996a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior_a_2000/1996/Dnn4300.htm. Acesso em: 1 fev. 2026.

BRASIL. Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Jusbrasil**, 9 maio 2006. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/95807/decreto-5773-06>. **Acesso em: 6 fev. 2026.**

BRASIL. Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 dez. 2017a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Decreto n. 87.911, de 7 de dezembro de 1982. Regulamenta o artigo 17 da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 dez. 1982. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d87911.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 1 fev. 2026.

BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 nov. 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em: 8 out. 2025.

BRASIL. Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 nov. 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9131.htm. Acesso em: 29 jan. 2026.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 de abril de 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Lei n. 12.688, de 18 de julho de 2012. Institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jul. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12688.htm. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. Lei n. 12.881, de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 13 nov. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12881.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Lei 12.989, de 6 de junho de 2014. Reabre o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previstos no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) e altera as Leis n.s 12.688, de 18 de julho de 2012, e 5.537, de 21 de novembro de 1968. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L12989.htm. Acesso em: 27 jan. 2026.

BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Diário Oficial da União**, DF, 14 ago. 2018a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. Lei n. 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis n.s 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. **Diário Oficial da União**, DF, 11 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria normativa n. 20, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino. **ABMES**, 2017b. Disponível em: <https://abmes.org.br/public/legislacoes/detalhe/2296/portaria-normativa-n-20>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria normativa n. 741, de 2 de agosto de 2018. Altera a Portaria Normativa MEC n. 20, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino. **ABMES**, 2018b. Disponível em: <https://abmes.org.br/public/legislacoes/detalhe/2296/portaria-normativa-n-20>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 2.253, de 18 de outubro de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 de outubro de 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **PAIUB**: Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. Brasília, DF: MEC/SESU, 1994.

BRASIL. Parecer CNE/CES n. 30, 2009. Credenciamento da Universidade do Oeste de Santa Catarina para a oferta de curso superior na modalidade a distância. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Seção 1, p. 8, 25 mar. 2009. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pces30_09.pdf. Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Portaria n. 1.036, publicada no D.O.U. de 20 dez. 2021, Seção 1, p. 178. CNE/CES n. 57/2021. Recredenciamento da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), com sede no município de Joaçaba, no estado de Santa Catarina, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 jan. 2021. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=171701-pces057-21-1&category_slug=marco-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 fev. 2026.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. **Educação superior no Brasil**: reestruturação e metamorfose das universidades públicas. Petrópolis: Vozes, 2002. 102p.

CENTRO DE INOVAÇÃO VALE DO RIO DO PEIXE. **Polo de inovação**: primeiros passos. Joaçaba, 2026. Disponível em: <https://poloinovale.com.br/quem-somos>. Acesso em: 18 fev. 2026.

CIMADON, Aristides. **Currículo Lattes**. 2026. Plataforma Lattes, Brasília, DF. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 5 fev. 2026.

CIMADON, Aristides; LIMA, Luiz Gonzaga de. **Caracterização da Região da FEMOC**: Subsídios para uma proposta educacional. Porto Alegre: Evangraf, 1984.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO. **Reconhecimento/renovação de reconhecimento de cursos de graduação.** Joaçaba, 2019. Relatório.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO. **Relatório de Autoavaliação Institucional:** Ciclo 2021-2023. Joaçaba: Editora Unoesc, 2024. 146 p.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2024:** Análise dos resultados do Enade, IDD, IGC e CPC, edição de 2023. Joaçaba, 2025.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Plataforma Sucupira. **Avaliação quadrienal.** 2026. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/avaliacao-quadrienal/sobre-avaliacao>. Acesso em: 19 fev. 2026.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **GeoCapes.** Brasília, DF: CAPES, 2013. Disponível em: <http://www.geocapes.capes.gov.br/geocapesds/>. Acesso em: 21 mar. 2013.

EDITORA UNOESC. Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Editora Unoesc.** Joaçaba, 2026. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/editora/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

FISCHER, Augusto; LÜCKMANN, Luiz Carlos. **A mesorregião Oeste catarinense:** análise comparativa de indicadores demográficos, econômicos e educacionais de Santa Catarina. Joaçaba: Editora Unoesc, 2020. 224 p.

FISCHER, Augusto; MARIN, Alciomar; CIMADON, Aristides; LÜCKMANN, Luiz. **Análise Demográfica, Educacional e Socioeconômica nas Secretarias de Desenvolvimento Regional do Oeste Catarinense – Período 2000 a 2010.** Joaçaba: Unoesc, 2012.

FRANTZ, Walter; SILVA, Ênio da. **As funções sociais da universidade:** o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Editora Unijuí, 2002. 248p.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO OESTE CATARINENSE. Conselho Administrativo. Ata n. 39, de 9 de setembro de 1987.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO OESTE CATARINENSE. Conselho Administrativo. Ata n. 44, de 26 de abril de 1985.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO OESTE CATARINENSE. Conselho Administrativo. Ata n. 63, de 30 de março de 1989.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO OESTE CATARINENSE. Conselho Administrativo. Ata n. 67, de 2 de março de 1990a.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO OESTE CATARINENSE. Conselho Curador. Ata n. 45, 1989. p. 52 do livro de registros de atas.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO OESTE CATARINENSE. Conselho Curador, Ata n. 46, 1990b. p. 56 do livro de registros de atas.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO OESTE CATARINENSE. Conselho de Administração. Ata n. 67, 30 de maio de 1990d. p. 15-16.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Relatório social 2024**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2025. 126 p. (Série Documentos).

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Relatório social 2025**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2026. 156 p. (Série Documentos).

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA. **Hospital**. Joaçaba, 2026a. disponível em: <https://hust.org.br/hospital>. Acesso em: 8 fev. 2026.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA. **Residência Médica**. Joaçaba, 2026b. Disponível em: <https://hust.org.br/ensino>. Acesso em: 8 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/chapeco.html>. Acesso em: 23 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade I Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1982-1983.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 10 fev. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Ministério da Educação. **Conceito Preliminar de Curso (CPC)**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pesquisas-estatisticas-e-indicadores>. Acesso em: 16 dez. 2025.

JORNAL CRUZEIRO. **Reforma estatutária**. Joaçaba, edição de 4 fev. 2000. p. 4.

JORNAL O CELEIRO. **Nova sede da Unoesc é inaugurada em Campos Novos**. Campos Novos, 31 mar. 2016. Disponível em: <https://jornalceleiro.com.br/2016/03/nova-sede-da-unoesc-e-inaugurada-em-campos-novos/>. Acesso em: 12 fev. 2026.

LIMA NETO, Pedro A. de. **A ideia de Universidade numa Universidade que nasce**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

LÜCKMANN, Luiz C.; BERNART, Eliezer. A concentração da pós-graduação nos grandes centros: um estudo a partir das mesorregiões do estado de Santa Catarina. **Roteiro**, Joaçaba, v. 38, n. 2, p. 289-310, jul./dez. 2013. Disponível em: www.editora.unoesc.edu.br. Acesso em: 3 fev. 2026.

LÜCKMANN, Luiz C.; CIMADON, Aristides. O Modelo Comunitário de Educação Superior e sua atuação na mesorregião Oeste catarinense. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 7, n. 12, jan./jun. 2015.

LÜCKMANN, Luiz C. **Currículo Lattes**. 2026. Plataforma Lattes, Brasília, DF. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8499874121612345>. Acesso em: 5 fev. 2026.

LÜCKMANN, Luiz C. Fala por ocasião da posse do prof. Santo Rossetto como reitor da Unoesc. Joaçaba, 3 maio 2004. (Arquivo PDF).

LÜCKMANN, Luiz C. **Os pressupostos da Modernidade e a universidade brasileira**: um novo marco conceitual para a Universidade do Oeste de Santa Catarina. Joaçaba: Editora Unoesc, 2007. 135p.

MACEDO, Arthur R. de *et al.* Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 127-148, abr./jun. 2005.

MACHADO, Nelson Santos. **O relacionamento entre estrutura, poder e estratégia em organizações universitárias**: o caso da Universidade do Oeste de Santa Catarina. 2002. 297 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MARQUES, Humberto Rodrigues *et al.* Inovação no ensino: uma revisão sistemática das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 26, p. 718-741, 2021.

MESQUITA JUNIOR, Flávio José de; FELDENS, Jorge Augusto; FARIA, Tâmara Veiga. Matrizes GUT e SWOT como ferramentas de apoio à gestão da pesquisa acadêmica em instituição de ensino superior. **Revista Caderno Pedagógico - Studies** Publicações e Editora Ltda., Curitiba, v. 22, n. 11, p. 01-17, 2025. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br> ». Acesso em: 3 fev. 2026.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Federal de Educação. Criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, pela via da autorização. Parecer n. 102/91. Brasília, DF, 20 fev. 1991a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Federal de Educação. Parecer n. 587. Projeto para criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC a partir da Carta-Consulta aprovada pelo CFE através do Parecer n. 102/91, pela via da autorização, nos termos do art. 7º da Resolução CFE n. 03/83 e Artigo 7º da Lei n. 5.540/68. Brasília, DF, 6 nov. 1991b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105102-rce-007-18&Itemid=30192. Acesso em: 20 fev. 2026.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Gabinete do Ministro. 8 de maio de 1992. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção I, p. 5843. Publicado em 11 de maio de 1992.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. RES-CFE n. 2, de 18 de maio de 1994. Fixa normas de autorização e reconhecimento de universidades nos termos do Art. 7º da Lei 5540 de 28 de novembro de 1968. Brasília, DF, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**: Diretrizes para Elaboração. Centro de Recursos Computacionais. Brasília, DF, dez. 2004. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/webey/pdi_sapiens. Acesso em: 6 fev. 2026.

NOGUEIRA, André Magalhães; NUNES, Edson; BARROSO, Helena Maria. **A origem do credenciamento**: Autorização e Reconhecimento de Universidades. Período 1931-1996. Documentos de trabalho. Rio de Janeiro: Observatório Universitário, 2011.

OESTE MAIS. Unoesc arremata estrutura da Celer Faculdades por quase 4,6 milhões. **Portal Oeste Mais**, Xanxerê, 13 set. 2018. Disponível em: <https://www.oestemais.com/educacao/unoesc-arremata-estrutura-da-celer-faculdades-por-quase-r-46-milhoes/>. Acesso em: 7 fev. 2026.

O TEMPO. Centro de Eventos Unoesc Joaçaba. **O TEMPO**, Joaçaba, 25 set. 2003. Disponível em: https://otempodefato.com.br/educacao/centro_de_eventos_unoesc_joacaba.351883. Acesso em: 18 fev. 2026.

O TEMPO. Prédio próprio da Unoesc Capinzal. **O TEMPO**, Capinzal, 14 jul. 2004. Disponível em: <https://www.otempodefato.com.br/educacao/predio-proprio-da-unoesc-capinzal>. Acesso em: 18 fev. 2026.

O TEMPO. Rádio Unoesc 106,7 FM é inaugurada em Joaçaba. **O TEMPO**, Joaçaba, 23 set. 2005. Disponível em: https://otempodefato.com.br/geral/radio_unoesc_106_7_fm_e_inaugurada_em_joacaba.342299. Acesso em: 18 fev. 2026.

PORTAL DE PERIÓDICOS. Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Periódicos ou Revistas Científicas**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2026. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/editora/periodicos-ou-revistas-cientificas/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO. Universidade do Oeste de Santa Catarina. 2026.

RÁDIO CATARINENSE. Inaugurado em Joaçaba o Polo de Inovação. **Rádio catarinense**, Joaçaba, 8 dez. 2020. Disponível em: <https://www.radiocatarinense.com.br/2020/12/inaugurado-em-joacaba-o-polo-de-inovacao/>. Acesso em: 18 fev. 2026.

RÁDIO CATARINENSE. Terceira edição dos Jogos Intercampi é realizada com sucesso pela Unoesc. **Rádio catarinense**, Joaçaba, 13 nov. 2023. Disponível em: <https://www.radiocatarinense.com.br/2023/11/terceira-edicao-dos-jogos-intercampi-e-realizada-com-sucesso-pela-unoesc/>. Acesso em: 1 maio 2026.

RAÍZES DIÁRIO. Unoesc irá implantar Centro de Reabilitação Física, Intelectual e Auditiva. **Raízes Diário**, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://raizesdiario.com.br/unoesc-ira-implantar-centro-de-reabilitacao-fisica-intelectual-e-auditiva/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

ROSSETTO, Santo. **2000-2004**: as marcas de um mandato. Joaçaba: Unoesc, abr. 2004.

SANTA CATARINA. Decreto n. 882, de 12 de março de 2025. Dispõe sobre a homologação de parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE). **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, 12 mar. 2025a. Disponível em: <https://leis.org/estaduais/sc/santa-catarina/lei/decreto/2025/882/decreto-n-882-2025-dispoe-sobre-a-homologacao-de-parecer-do-conselho-estadual-de-educacao-cee?termo=882>. Acesso em 19 fev. 2026.

SANTA CATARINA. Lei complementar n. 180, de 16 de julho de 1999. Regulamenta o art. 170, e os artigos 46 a 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual e dispõe sobre a assistência financeira aos estudantes de graduação das Instituições de Ensino Superior em Santa Catarina. **Leis Alesc**, Florianópolis, 16 jul. 1999. Disponível em: <https://leis.alesec.sc.gov.br/ato-normativo/12707>. Acesso em 6 fev. 2026.

SANTA CATARINA. Lei complementar n. 831, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Universidade Gratuita e estabelece outras providências. **Leis Alesc**, Florianópolis, 31 jul. 2023. Disponível em: <https://leis.alesec.sc.gov.br/ato-normativo/22071>. Acesso em 19 fev. 2026.

SANTA CATARINA. Lei n. 2.772, de 21 de julho de 1961. Dispõe sobre o Plano de Metas do Governo Estadual no quinquênio 1961/1965, institui fundos, unifica tributos, autoriza a constituição de sociedades de economia mista, a participação em sociedades existentes, a assinatura de convênios, cria Secretaria de Estado e dá outras providências. DO. 6.871 de 22/08/61. **Leis Alesc**, Florianópolis, 21 jul. 1961. Disponível em: <https://leis.alesec.sc.gov.br/ato-normativo/3548>. Acesso em: 2 mar. 2026.

SANTA CATARINA. Lei n. 8.092, de 1º de outubro de 1990. Transforma a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, em Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, e dá outras providências. DO: 14.044 de 04/10/90. **Leis Alesc**, Florianópolis, 1 out. 1990. Disponível em: <https://leis.alesec.sc.gov.br/ato-normativo/9361>. Acesso em: 3 mar. 2026.

SANTA CATARINA. Lei n. 19.450, de 5 de setembro de 2025. Dispõe sobre os princípios e as diretrizes para o uso da inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Estadual e estabelece outras providências. **Leis Estaduais**, Florianópolis, 5 set. 2025b. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-19450-2025-santa-catarina-dispoe-sobre-os-principios-e-as-diretrizes-para-o-uso-da-inteligencia-artificial-no-ambito-da-administracao-publica-estadual-e-estabelece-outras-providencias>. Acesso em: 10 fev. 2026.

SANTA CATARINA. **Universidade Gratuita**: Apresentação. Florianópolis, 2026. Disponível em: <https://ensinosuperior.sed.sc.gov.br/index.php/universidade-gratu>. Acesso em: 19 fev. 2026.

SCHMIDT, João Pedro; CAMPIS, Luiz Augusto Costa. As instituições comunitárias e o novo marco jurídico do público não estatal. *In*: SCHMIDT, João Pedro (org.). **Instituições comunitárias**: instituições públicas não estatais. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009.

SERVIÇO DE APOIO AO ESTUDANTE. Universidade do Oeste de Santa Catarina. Joaçaba, 2025. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/atendimento-ao-estudante/sae-servico-de-apoio-ao-estudante/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

TRIBUNA DA SEGUNDA. Cursos de Medicina e Odontologia em Joaçaba: Vereadores querem debater o assunto com o Reitor da Unoesc. **Tribuna de Segunda**, Chapecó, 26 fev. 2000. p. 5.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Aprova e regulamenta o Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica da UNOESC – PICDTU. Conselho Universitário. Joaçaba, 1998.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Balanco Social 2005**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2005.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Base de Dados Unoesc**. 2025a.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Campus Joaçaba**. 2026a. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/campus/joacaba/>. Acesso em: 18 fev. 2026.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Campus Videira**. 2026b. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/campus/videira/>. Acesso em: 18 fev. 2026.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Colégio Expressivo inicia atividades em Xaxim. **Unoesc**, 22 fev. 2019a. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/blog/colegio-expressivo-inicia-atividades-em-xaxim/>. Acesso em: 1 maio 2026.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Colégio SuperAtivo agora é Unoesc. **Imprensa Unoesc**, Joaçaba, 8 fev. 2022. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/blog/colegio-superativo-agora-e-unoesc/>. Acesso em: 18 fev. 2026.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Colégio Unoesc São Miguel passa a oferecer Ensino do 6º ao 9º ano. **Imprensa Unoesc**, São Miguel do Oeste, 14 ago. 2025b. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/blog/colegio-unoesc-sao-miguel-passa-a-oferecer-ensino-do-6o-ao-9o-ano/>. Acesso em: 18 fev. 2026.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Concluído plano de desenvolvimento do Polo de Inovação Inovale. **Unoesc**, Joaçaba, 8 jun. 2008. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/blog/concluido-plano-de-desenvolvimento-do-polo-de-inovacao-inovale/>. Acesso em: 18 fev. 2026.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Aprova o Regulamento da Extensão na Unoesc. Joaçaba, 1992a.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Cria e regulamenta o Fundo de Apoio à Pesquisa na Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, em Acompanhamento. Joaçaba, 1992b.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Institucionaliza e regulamenta a Política e as Diretrizes para a Pesquisa na Universidade do Oeste de Santa Catarina. Joaçaba, 2002a.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Parecer n. 318/91. Chapecó, jun. 1991a.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Resolução n. 52/99, set. 1999a.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Credenciamento público, legitimidade social:** Planejamento Estratégico 1999/2010. Chapecó, 1999b.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Cultiva é Cultura.** Joaçaba. 2026c. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/cultura-unoesc/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Curso de Engenharia Civil da Unoesc Joaçaba celebra 25 anos. **Imprensa Unoesc**, Joaçaba, 27 out. 2025c. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/blog/curso-de-engenharia-civil-da-unoesc-joacaba-celebra-25-anos-de-historia/>. Acesso em: 13 fev. 2026.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Curso de Medicina da Unoesc Joaçaba é reconhecido com nota máxima pelo MEC. **Imprensa Unoesc**, Joaçaba, 8 de nov. 2024a. Unoesc.edu.br. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/blog/curso-de-medicina-da-unoesc-joacaba-e-reconhecido-com-nota-maxima-pelo-mec/>. Acesso em 22 nov. 2025.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Curso de Medicina da Unoesc Joaçaba se destaca com conceito 4 no Enamed. **Imprensa Unoesc**, Joaçaba, 22 jan. 2026d. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/blog/curso-de-medicina-da-unoesc-joacaba-se-destaca-com-conceito-4-no-enamed/>. Acesso em: 8 fev. 2026.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Curso de Pedagogia da Unoesc Campos Novos celebra 30 anos de história. **Imprensa Unoesc**, Joaçaba, 16 out. 2025d. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/blog/curso-de-administracao-da-unoesc-campos-novos-celebra-30-anos-de-historia/>. Acesso em: 12 fev. 2026.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Curso de Psicologia da Unoesc Joaçaba comemora 30 anos. **Imprensa Unoesc**, Joaçaba, 3 dez. 2024b. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/blog/curso-de-psicologia-da-unoesc-joacaba-comemora-30-anos/>. Acesso em: 13 fev. 2026.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Dirigentes da Unoesc recebem atletas medalhistas nos Jogos Universitários Brasileiros. **Imprensa Unoesc**, Joaçaba, 20 out. 2024c. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/blog/dirigentes-da-unoesc-recebem-atletas-medalhistas-nos-jogos-universitarios-brasileiros/>. Acesso em: 1 maio 2016.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Dois novos Multilabs são inaugurados na Unoesc Xanxerê. **Imprensa Unoesc**, Xanxerê, 22 ago. 2025e. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/blog/dois-novos-multilabs-sao-inaugurados-na-unoesc-xanxere/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Ensino Fundamental e Médio da Unoesc Videira há mais de 20 anos fazendo a diferença na região. **Unoesc**, Videira, 5 ago. 2014a. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/blog/ensino-fundamental-e-medio-da-unoesc-videira-ha-mais-de-20-anos-fazendo-a-diferenca-na-regiao/>. Acesso em: 18 fev. 2026.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **História da Unoesc.** YouTube, 2 set. 2025f. 1 vídeo (4:52 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wz9nTvHBtbY&t=4s>. Acesso em: 25 nov. 2025.